



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Natasha Bachini Pereira

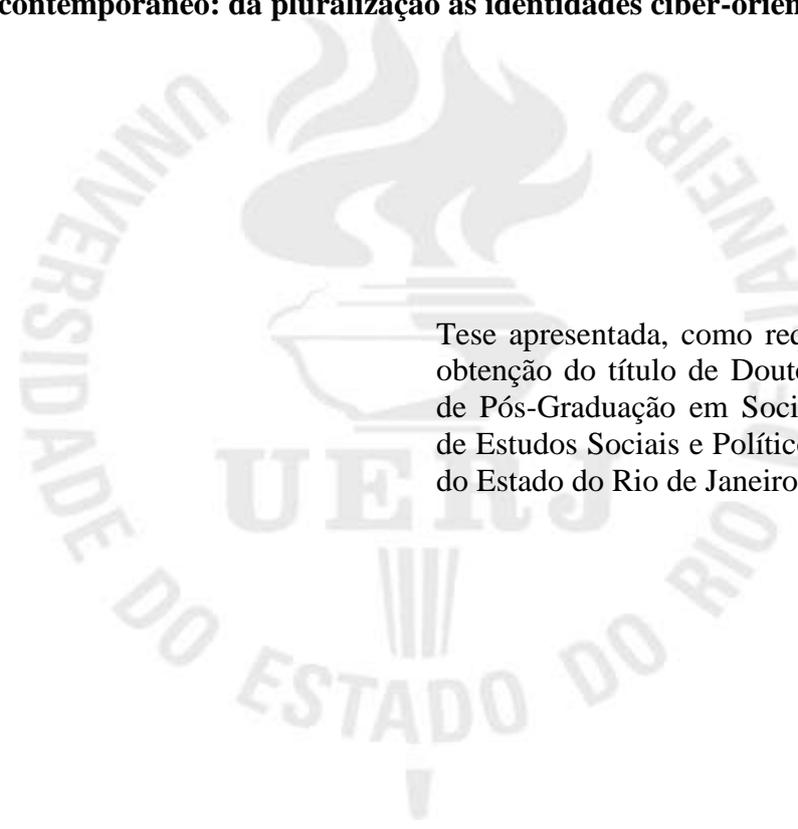
**Movimentos sociais e descentramento das identidades coletivas no Brasil contemporâneo: da pluralização às identidades ciber-orientadas**

Rio de Janeiro

2021

Natasha Bachini Pereira

**Movimentos sociais e descentramento das identidades coletivas no Brasil  
contemporâneo: da pluralização às identidades ciber-orientadas**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor(a), ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Breno Marques Bringel

Rio de Janeiro

2021

## CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

P436 Pereira, Natasha Bachini.

Movimentos sociais e descentramento das identidades coletivas no Brasil contemporâneo: da pluralização às identidades ciber-orientadas / Natasha Bachini Pereira. – 2021.

267 f : il.

Orientador: Breno Marques Bringel.

Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Movimentos sociais - Brasil - Teses. 2. Identidade social - Brasil - Teses. 3. Internet e ativismo - Teses. I. Bringel, Breno Marques. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 316.4(81)

Albert Vaz CRB-7 / 6033 - Bibliotecário responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Natasha Bachini Pereira

**Movimentos sociais e descentramento das identidades coletivas no Brasil  
contemporâneo: da pluralização às identidades ciber-orientadas**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor(a), ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em: 11 de fevereiro de 2021.

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Breno Marques Bringel (Orientador)  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

---

Prof. Dr. José Maurício Domingues  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

---

Prof. Dr. Marcelo Hernandez Macedo  
Faculdade de Comunicação Social – UERJ

---

Prof. Dr. Ricardo Fabrino Mendonça  
Universidade Federal de Minas Gerais

---

Profa. Dra. Vera Lucia Michalany Chaia  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Rio de Janeiro

2021

## DEDICATÓRIA

À minha mãe e ao Guga.

## AGRADECIMENTOS

Em cinco anos muitas coisas acontecem. No decorrer da escrita dessa tese, houve intempéries de toda ordem: doença, políticas de austeridade, golpe, divórcio, ascensão da extrema-direita, perda de direitos, mudanças de cidade, gravidez, e quando pensei que a vida estava voltando à alguma previsibilidade, veio uma pandemia que trouxe consigo a necessidade de distanciamento social, o fechamento das creches, a sobrecarga de trabalho, escolhas difíceis, a angústia e o medo.

Contudo, é exatamente diante das adversidades que o coletivo mostra sua substancialidade. Essa tese só se tornou possível porque alguns braços me acolheram e apoiaram. Dessa forma, aproveito esse espaço para manifestar minha gratidão a todas e todos aqueles que me ajudaram nesse percurso. Agradeço principalmente:

Ao meu orientador, Breno Bringel, pelos redirecionamentos exímios, críticas produtivas e apoio constante.

Aos professores José Maurício Domingues e Ricardo Fabrino Mendonça, pela leitura atenta e sugestões valiosas feitas na qualificação.

Às/os colegas do Netsal, pelos debates sempre tão instigantes e esclarecedores, e especialmente a Raul Nunes, Mariane Reghim e Rafael Rezende, pela parceria intelectual e considerações pertinentes ao trabalho. Incluo nesta lista também Marcelo Borel, que me ajudou com as tabelas, links, imagens e a revisão do trabalho.

Ao IESP, lugar onde ampliei imensuravelmente meus conhecimentos, fiz bons amigos, tomei muito café, e que me tornou de fato uma socióloga.

Às/os colegas do Neamp e, especialmente, à professora Vera Chaia, que ao me convidar para integrar a pesquisa coletiva, propiciou que eu me aprimorasse enquanto entrevistadora e conhecesse lideranças e movimentos sociais de diferentes regiões do país.

Às/os entrevistadas/as, que ao compartilharem suas histórias e experiências, me deram as melhores aulas sobre ação coletiva e contribuíram de maneira decisiva para o desenvolvimento desse trabalho.

À Capes, instituição tão fundamental para o desenvolvimento científico do nosso país e que vem sendo sistematicamente atacada, cuja bolsa propiciou a execução desta pesquisa e o meu sustento durante o doutorado. Não há progresso sem recursos para a Ciência e a Educação!

Às minhas parceiras, Nina Pinto e Marcia Candido, que me ajudaram particularmente

na reta final.

Às minhas amigas e amigos – Marcelo Monteiro, Cyntia Ritzel, Abia Marpin, Igor Pantoja e Ramon Araújo- com quem dividi casa, afeto, perrengues e aprendizados no Rio de Janeiro.

Ao Eduardo Barbabela, que segurou as pontas no M Facebook enquanto eu escrevia. Do LEMEP, agradeço também ao André Felix, cujas habilidades cibernéticas me ajudaram com a transcrição das entrevistas.

Ao meu companheiro Lucas Ghilardi, à minha sogra Diana, e, sobretudo, à minha mãe, Elizabeth Corradini, que nos últimos meses me ajudaram com o trabalho doméstico e cuidaram do meu bebê com todo o amor, dando-me tempo, alguma tranquilidade e força para finalizar a tese.

## RESUMO

BACHINI, Natasha. **Movimentos sociais e descentramento das identidades coletivas no Brasil contemporâneo**: da pluralização às identidades ciber-orientadas. Orientador: Breno Marques Bringel, 2021. 267f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Esta tese analisa as reconfigurações das identidades coletivas no Brasil contemporâneo observando o seu progressivo descentramento em concomitância às tendências observadas no ativismo mundial. Argumenta-se que vivemos um descolamento entre as identidades organizacional e coletiva, e que este fenômeno, nos últimos anos, está associado fundamentalmente a outros dois: à difusão do enquadramento anti-institucional e à apropriação política das mídias sociais. Para fundamentar essa hipótese, inicialmente dialoga-se com as principais teorias e estudos sobre a dimensão simbólica da ação coletiva e dos movimentos sociais. Na sequência, analisa-se a partir de um olhar sócio-histórico a presença dos principais elementos observados por estes estudos – a pluralização das identidades, a transnacionalização das solidariedades e o ciberativismo - na reconfiguração das identidades coletivas no Brasil, e destaca-se outros peculiares ao contexto brasileiro, como a identidade cívico-participacionista, tendo como recorte temporal o ciclo de redemocratização no país, iniciado na década de 1970 e finalizado no decênio de 2010, período-foco desse estudo. A análise da ação coletiva no Brasil sobre esse último intervalo teve como ponto de partida as Jornadas de Junho, fenômeno que marca esse processo de reconfiguração das identidades, e foi orientada empiricamente pela combinação das seguintes técnicas de pesquisa: a análise conjuntural, a análise de publicações da imprensa, a análise de redes, a análise de discurso e entrevistas semiestruturadas com militantes que participaram dos mais importantes protestos observados no período no Rio de Janeiro e em São Paulo. Os resultados mostram que os dois processos organizadores da reconfiguração das identidades coletivas no Brasil, a ação conectiva e a difusão do enquadramento anti-institucional, tiveram como primeiro ponto de convergência as Jornadas de Junho, quando se observa a emergência e a força das identidades ciber-orientadas no país. Este novo tipo de identidade coletiva conforma-se a partir da apropriação política das mídias sociais e de uma concepção de ação coletiva que rejeita as formas hierárquicas dos movimentos sociais e instituições políticas tradicionais em geral. Observados primeiramente entre as organizações da esquerda libertária, esses elementos provocaram um transbordamento societário, incorporando pessoas à ação coletiva sem experiência militante, e foram reapropriados posteriormente por grupos de direita, que souberam catalisar o sentimento de indignação generalizado, convertendo-o em uma identidade antipetista, a partir da qual mobilizaram os protestos pró-*impeachment*, se consolidaram no cenário político e venceram as eleições de 2018, data na qual o ciclo democrático-popular chega ao seu fim.

Palavras-Chave: Movimentos Sociais. Identidades Coletivas. Identidades Ciber-orientadas. Jornadas de Junho. Ativismo no Brasil.

## ABSTRACT

BACHINI, Natasha. **Social movements and decentring of collective identities in contemporary Brazil**: from pluralization to cyber-oriented identities. Orientador: Breno Marques Bringel, 267f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

In this thesis, we analyzed the reconfigurations of collective identities in contemporary Brazil, observing their progressive decentring in conjunction with the trends observed in world activism. We argued that this phenomenon of detachment between organizational and collective identities is fundamentally associated with others: the diffusion of the anti-institutional framework and the political appropriation of social media. In order to substantiate this hypothesis, it discusses the main theories and studies on the symbolic dimension of collective action and social movements. Next, we analyzed the main elements observed by these studies - the pluralization of identities, the transnationalization of solidarities and cyberactivism - and others peculiar of the Brazilian context, such as the civic-participative identity. This effort was made from a socio-historical perspective in the reconfiguration of collective identities in Brazil throughout the country's re-democratization cycle, which began in the 1970s and ended in the decade of 2010, the focus period of this study. The analysis of collective action in Brazil on this last interval has as its starting point the June Journeys, the phenomenon that marks this reconfiguration process of identities, and was empirically guided by the combination of the different research techniques: conjuncture analysis, analysis press publications, network analysis, discourse analysis and semi-structured interviews with militants who participated in the most important protests observed in the period in Rio de Janeiro and São Paulo. The results show that the two organizing processes for the reconfiguration of collective identities in Brazil, the connective action and the diffusion of the anti-institutional framework, had as their first point of convergence the June Journeys when the emergence and strength of cyber-oriented identities were observed in the country. This new type of collective identity is shaped by the political appropriation of social media and a concept of collective action that rejects the hierarchical forms of social movements and traditional political institutions in general. These elements were observed first in the associations of the libertarian left and sparked a societal overflow, incorporating people into collective action without militant experience and being subsequently re-appropriated by right-wing groups, who catalyzed the feeling of widespread indignation and turning it into an antipetista identity. Thereby, the right-wing groups mobilized the pro-impeachment protests, consolidated themselves on the political scene and won the 2018 elections, the date on which the popular-democratic cycle comes to an end.

Keywords: Social Movements. Collective Identities. Cyber-oriented Identities. June Journeys. Activism in Brazil.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Grafos da rede das Jornadas de Junho em 1 de setembro/2017 (intermediação).....	25
Figura 2 – Grafo da rede das Jornadas de Junho em 1 setembro/2017 (grau de entrada) .....	25
Figura 3 - Relações entre os atores no Facebook em 17 de junho de 2012 .....	171
Figura 4 – Capas do jornal Folha de São Paulo em 12 e 14 de junho de 2013.....	174
Figura 5 – Registro de agressão policial à câmera em ato do dia 13 de junho de 2013 no centro de São Paulo e foto da repórter da Folha de São Paulo atingida no olho pela Polícia ao cobrir os protestos de 13 de junho de 2013.....	175
Figura 6 – Foto da repressão policial aos manifestantes em 13 de junho na Avenida Paulista.....	175
Figura 7 - Evento e post de convocação para o ato de 17 de junho de 2013 pelo MPL.....	178
Figura 8 – Informações em tempo real sobre o protesto no Rio do dia 16 de junho de 2013.....	180
Figura 9 - Uso do humor na mobilização política das Jornadas de Junho.....	181
Figura 10 - Rede das páginas das organizações no Facebook no dia 17 de junho de 2013.....	182
Figura 11 – Manifestação de apoio aos brasileiros em Dublin.....	185
Figura 12 – Cartazes de Junho/2013.....	186
Figura 13 - Campanhas de Aécio e Dilma nas redes sociais.....	200
Figura 14 - Campanhas extraoficiais de Dilma e Aécio nas redes sociais.....	201
Figura 15 - Relações no Facebook entre os atores em 27 de outubro de 2014.....	202
Figura 16 - Alerta antifascista da Rede de Informações Anarquistas.....	202
Figura 17 - Atos em São Paulo.....	206

Figura 18 - Atos no Rio de Janeiro.....	207
Figura 19- Atos contra o impeachment em São Paulo e no Rio de Janeiro.....	209
Figura 20 - Relações entre os atores no Facebook em 17 de abril de 2016.....	210
Figura 21 - Post do MBL de ataque ao PT.....	217
Figura 22 - Posts de ataque à Dilma do VPR.....	219
Figura 23 - Posts de ataque à Dilma.....	220
Figura 24 – Posts do MBL e do VPR exaltando Moro pela condenação de Lula.....	228
Figura 25 Posts do VPR.....	228
Figura 26 - Post do pastor e deputado Marco Feliciano (PSC-RJ) de ataque ao PT..	230
Figura 27 - Post de Lula sobre o rosário recebido do Papa e seu apoio perante o golpe.....	232
Figura 28 - Post de Jair Bolsonaro atacando a imprensa e o sistema político.....	235
Figura 29 - Post em que Bolsonaro acusa Haddad de ser “o pai do kit gay” .....	237

## TABELAS

Tabela 1 - Páginas selecionadas.....	23
Tabela 2 – Atores entrevistados.....	29

## GRÁFICOS

Gráfico 1 – Cobertura noticiosa do Governo Federal.....	214
Gráfico 2 - Cobertura noticiosa sobre Economia.....	217
Gráfico 3 – Avaliação do Governo Federal.....	220
Gráfico 4 – Cobertura noticiosa sobre o Judiciário.....	226
Gráfico 5 - Cobertura noticiosa sobre o Ministério Público.....	226
Gráfico 6 - Cobertura noticiosa sobre o juiz Sergio Moro.....	227
Gráfico 7 – Soma de compartilhamentos.....	236

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>1 IDENTIDADES COLETIVAS – INTRODUZINDO AS VARIAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DE UM CONCEITO.....</b>	<b>33</b>
1.1 <b>Sociedade, tecnologia e identidade (não necessariamente nessa ordem) .....</b>	<b>34</b>
1.2 <b>Identities sólidas? O lugar da identidade coletiva nas teorias e nos movimentos.....</b>	<b>38</b>
1.3 <b>Globalização, ciberativismo e múltiplas identidades.....</b>	<b>45</b>
<b>2 A (RE)CONFIGURAÇÃO DAS IDENTIDADES COLETIVAS NA CONTEMPORANEIDADE.....</b>	<b>50</b>
<b>2.1 Uma hipótese em sete teses.....</b>	<b>53</b>
2.1.1 <u>Desintegração das identidades e homogeneização cultural.....</u>	<b>53</b>
2.1.2 <u>Dilatação do <i>locus</i> da identidade, reelaboração dos sentimentos de pertencimento e solidariedade.....</u>	<b>55</b>
2.1.3 <u>Governos e lideranças em xeque: crítica à representação política e ação direta.....</u>	<b>57</b>
2.1.4 <u>Os coletivos como forma de reorganização e difusão das bandeiras “identitárias”.....</u>	<b>60</b>
2.1.5 <u>Mudança da esfera de mediação das identidades coletivas.....</u>	<b>62</b>
2.1.6 <u>O declínio das organizações de movimento social – até que ponto? Mobilizações espontâneas e protestos calibrados pelos algoritmos da rede.....</u>	<b>65</b>
2.1.7 <u>A emergência de identidades de resistência cultural .....</u>	<b>69</b>
<b>2.2 Seria o fim das identidades coletivas?.....</b>	<b>73</b>
2.2.1 <b>Solidariedades de carnaval, novas agências e identidades ciber-orientadas.....</b>	<b>78</b>
2.2.2 <b>Fortalecimento e ressurgimento da extrema direita.....</b>	<b>83</b>

<b>3</b>	<b>IDENTIDADES COLETIVAS E MOVIMENTOS SOCIAIS NA NOVA REPÚBLICA BRASILEIRA.....</b>	<b>90</b>
3.1	As lutas contra a ditadura e a pluralização das identidades coletivas.....	93
3.2	A busca pela redemocratização social e a identidade cívico-participacionista.....	113
3.3	Multiplicação e multi-referencialidade das identidades coletivas.....	136
<b>4</b>	<b>JORNADAS DE JUNHO: TRANSBORDAMENTO SOCIETÁRIO E IDENTIDADES CIBER-ORIENTADAS .....</b>	<b>153</b>
4.1	A crise de 2008, o ciclo de solidariedade indignada e seu legado.....	156
4.2	A conjuntura brasileira antes de Junho de 2013.....	163
4.3	As Jornadas de Junho de 2013.....	171
4.4	Saldos e desdobramentos iniciais de 2013.....	192
<b>5</b>	<b>IDENTIDADES CIBER-ORIENTADAS E ENQUADRAMENTO ANTI-INSTITUCIONAL: A DISPUTA POLÍTICA PÓS-JUNHO.....</b>	<b>198</b>
5.1	As eleições 2014 e o impeachment.....	199
5.2	O papel da imprensa.....	214
5.3	Eleições de 2018.....	233
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>244</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>248</b>
	<b>ANEXO A – Questionário para entrevista semiestruturada com os atores dos protestos.....</b>	<b>262</b>
	<b>ANEXO B - Páginas monitoradas pelo Projeto M Facebook (1).....</b>	<b>263</b>
	<b>ANEXO C – Páginas monitoradas pelo Projeto M Facebook (2).....</b>	<b>264</b>

## INTRODUÇÃO

Os processos de globalização da economia e difusão das tecnologias de informação e comunicação (TICs) iniciados na década 1980 atingem, por volta dos anos 2010, o seu ápice. As economias nunca estiveram tão integradas e as pessoas tão conectadas, do ponto de vista tecnológico, como nesse momento histórico. As relações sociais são constantemente atravessadas por fluxos financeiros, informacionais, migratórios e culturais, que deslocam sua espacialidade e aceleram seu tempo, alterando as referências dos indivíduos. Essas transformações societárias evidenciaram e afloraram a dimensão subjetiva dos processos sócio-políticos, provocando mudanças no ativismo contemporâneo. À medida que a dominação capitalista se transnacionaliza e busca se expandir, a resistência extrapola fronteiras tanto no campo das ações, quanto no compartilhamento de repertórios e solidariedades. Por essas razões, hoje é muito improvável discutir sobre ações coletivas e sobre a política em si sem abordar a relevância da mobilização pelas tecnologias digitais e sua repercussão global.

As primeiras expressões públicas desse fenômeno foram percebidas pela literatura internacional na década de 1990, com os movimentos zapatista e altermundialista. Em busca de alternativas à globalização, conformou-se uma grande rede ativista internacional viabilizada, em boa medida, pela internet, que denunciava as instituições-símbolo do neoliberalismo, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), e propunha redinamizar as relações entre o global e o local a partir dos princípios da autonomia e da horizontalidade.

Embora estes movimentos tenham perdido gradativamente seu peso na disputa política ao longo do tempo, seus valores e práticas passaram a nortear muitas ações, iniciativas e imaginários nos anos seguintes. Essa herança pragmático-normativa foi observada, principalmente, no ciclo de protestos iniciado após a crise econômica e financeira global de 2008. O estouro da bolha imobiliária no Estados Unidos e toda sua trama vinculada à financeirização do capitalismo expôs ainda mais os limites e as arbitrariedades da globalização neoliberal. A crise desencadeada por este episódio teve múltiplos efeitos negativos nas vidas de pessoas em todo o mundo, incitando, direta ou indiretamente, protestos em centenas de países. Indignados sobretudo pela flagrante sobreposição dos interesses econômicos aos políticos no enfrentamento da crise pelos governos, os manifestantes reivindicavam poder ao povo e democracia real. Entre muitos levantes e experiências,

destacaram-se a Primavera Árabe, o 15M na Espanha, a Geração à Rasca em Portugal, o Occupy Wall Street nos Estados Unidos, o inverno estudantil no Chile, o movimento Y'en a Marre no Senegal e as Jornadas de Junho no Brasil.

Em termos (geo)políticos, alguns elementos chamaram a atenção diante de ciclos prévios de contestação que também tiveram uma projeção global: a rápida difusão dos protestos dentro e fora das fronteiras nacionais; seu caráter massivo e altamente heterogêneo no que se refere à composição de classe, bandeiras e motivações para a ação; a ausência de mediação dos atores coletivos tradicionais; o intenso uso das mídias sociais e dos dispositivos digitais na mobilização política; o descrédito dos partidos, instituições e tudo aquilo que foi representado coletivamente pelos manifestantes como sinônimo da “velha política”; e a “revolta” generalizada em diferentes partes das sociedades e não somente em movimentos sociais e atores que, antes dos ciclos, estavam habituados a fazer parte do jogo político (BRINGEL, 2015).

No plano geoeconômico, devido aos diferentes papéis desempenhados pelos países na economia global, os desdobramentos da crise ocorreram de formas e em momentos distintos. Houve uma pressão generalizada das organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a União Europeia (UE), e – contraditória – dos próprios atores que causaram a crise, para que os Estados adotassem políticas de austeridade que garantissem seu equilíbrio fiscal. Assim, nos países centrais, a crescente desigualdade na distribuição da renda e as resistências ao deterioro das condições de vida, dos serviços públicos e da qualidade do trabalho decorrentes de tais políticas foram algumas das principais motivações estruturais para as mobilizações. Conquanto algumas destas dimensões também sirvam para os países periféricos, nestes houve, como sugere Bringel (2013) uma interpelação que era não apenas reativa (perda de direitos conquistados historicamente), mas também proativa (reconhecimento de novos direitos ou implementação daqueles reconhecidos, mas não efetivados).

Na América Latina e particularmente no Brasil, embora se multiplicassem lutas contra o neoliberalismo e as diretrizes neodesenvolvimentistas, os efeitos da crise e a indignação generalizada demoraram alguns anos para se fazerem notar. Os avanços sociais e o fortalecimento interno das economias resultantes das políticas de governos progressistas na região frearam temporariamente os impactos negativos da crise. Assim, as motivações para a ação coletiva no Brasil eram de outra ordem, relacionadas, em geral, ao descontentamento com o projeto conciliatório do Partido dos Trabalhadores e ao arrefecimento das organizações tradicionais de esquerda, sobretudo das centrais sindicais, que passaram a compor o governo.

Em sintonia com a cultura militante alterativista, os movimentos que promoveram os protestos mais significativos nesse período apresentavam formatos menores, organização mais horizontal e pressionavam pelo aprofundamento da democracia a partir de diferentes pautas, como a moradia popular, a demarcação de terras indígenas, a soberania alimentar, a igualdade racial e de gênero, a tarifa zero, o direito à cidade, mais recursos para a Educação e a Saúde, a denúncia à gentrificação ocasionada pelos grandes eventos internacionais e à violência policial nas favelas, entre outras. Nesse âmbito, destacaram-se: o Movimento Passe Livre; os Movimentos dos Trabalhadores Rurais e Sem Teto; os coletivos negros, LGBTs e feministas; os movimentos de favela; as ocupas; as organizações anarquistas; os coletivos agroecológicos; as associações dos povos indígenas; os Comitês Populares Contra a Copa e as Olimpíadas; e a Cúpula dos Povos. Acompanha ainda a latência dessas organizações os coletivos midiativistas, como o Fora do Eixo e a Mídia Ninja, que fazem cobertura favorável dos protestos realizados por elas, bem como uma série de indivíduos e coletividades menores que não se encaixam na “forma-movimento” mais tradicional.

Estes diferentes movimentos vinham se mobilizando de maneira mais ou menos contínua e alinhada desde os anos 2000. Contudo, seus protestos tinham alcance reduzido às fronteiras da própria militância. Por mais que houvesse solidariedade entre os atores e os seus militantes participassem com alguma frequência dos protestos uns dos outros, o envolvimento com as causas era circunscrito a uma pequena parcela da sociedade e insuficiente para comover a opinião pública.

Tal situação mudou após junho de 2013. As passeatas conduzidas desde o início deste ano por jovens ativistas que reivindicavam pautas ligadas ao tema da mobilidade urbana foram sendo gradualmente adensadas por outros movimentos, como as organizações contra os megaeventos e as remoções das comunidades periféricas. Entretanto, a forte repressão policial aos manifestantes em importantes capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro, fez com que os protestos transbordassem para os demais segmentos da sociedade (BRINGEL, 2013), transformando-se em uma série heterogênea de ações políticas que mobilizaram os mais diversos repertórios, ultrapassando os atores inicialmente engajados.

As Jornadas de Junho, como ficaram conhecidas, foram caracterizadas por novas formas de engajamento e de pertencimento coletivo que tiveram como principais características um maior grau de descentramento dos atores e das identidades coletivas, e uma nova dinâmica de interação e mediação condicionada/ condicionante pelos/dos usos e tipos de tecnologias da informação e da comunicação. Estes elementos demarcam substantivas

transformações no ativismo do país, principalmente no âmbito das identidades coletivas, merecendo particular atenção.

A internet e especialmente as mídias sociais, ao serem largamente incorporadas ao cotidiano pelas pessoas, possibilitaram processos de identificação para além de territórios, posições demográficas e contatos presenciais. A conexão em rede em tempo integral tornou possível compartilhar valores, visões de mundo, estilos de vida e experiências, sem a necessidade da interação presencial face a face ou do pertencimento estrutural. Isso permitiu aos indivíduos sentirem-se próximos de vários tipos de coletividades ao mesmo tempo, favorecendo ainda mais os atos e dinâmicas de solidariedade com diversos movimentos cujas reivindicações dialogassem com a sua subjetividade.

Por um lado, as características estruturais da rede, como a comunicação em tempo real, a reunião por afinidades manifestas (encontros algorítmicos), a viralização informativa e a ação descentralizada convergem aos anseios dos movimentos autonomistas e alterativistas, e deram origem a um novo tipo de ação coletiva, o ciberativismo. Por outro, a criação e a popularização de alguns dos seus recursos imagéticos, como as fotos, vídeos, stickers, memes e avatares, acentuaram o processo de identização e lhe denotaram características peculiares. Tais mecanismos e recursos vêm sendo apropriados das mais diversas formas, tanto por movimentos sociais tradicionais, quanto por aqueles de formação mais recente, e ainda, largamente, por atores independentes no confronto político brasileiro, intensificando a (re)configuração de identidades coletivas no país.

## **OBJETIVOS E METODOLOGIA**

As identidades coletivas, enquanto processo dialético de localização dos sujeitos na disputa política, razão maior e dimensão simbólica da ação coletiva, podem ser eficientes ferramentas analíticas na compreensão das dinâmicas dos movimentos sociais e societários em um contexto no qual as relações são profundamente permeadas por tecnologias de comunicação de apelo subjetivo como o atual.

Esta tese tem como objetivo examinar a reconfiguração das identidades coletivas no último decênio a partir da observação do caso brasileiro e, em especial, dos principais atores coletivos que participaram das Jornadas de Junho no Rio de Janeiro e em São Paulo, ou se formaram após estes protestos, dando a tônica da disputa política no país desde então. Parte-se da hipótese que *as identidades coletivas dos atores de contestação no Brasil contemporâneo*

*passaram por um processo progressivo de descentramento desde o início do ciclo de redemocratização, se reconfigurando nos últimos anos a partir de um descolamento entre as identidades coletivas e organizacional, e da dilatação do seu locus, de modo que os protestos transbordam para além dos atores que os convocam e fogem ao seu controle. Tais movimentos decorrem, fundamentalmente, da crescente difusão e apropriação da internet e das mídias sociais, que passaram a mediar as relações sociais, vêm substituindo e readequando as organizações na conformação dos enquadramentos coletivos que sustentam o confronto político.*

O ativismo brasileiro acompanha (embora apresente peculiaridades) a tendência mundial de descentramento identitário que é motivada por, pelo menos, sete fenômenos confluentes na atual conjuntura: i) a desintegração das identidades e a homogeneização cultural; ii) a dilatação do *locus* da identidade; iii) a conformação de uma identidade global de negação dos sistemas políticos; iv) a emergência dos coletivos como forma de reorganização e a difusão das bandeiras “identitárias”; v) a mudança de esfera da mediação das identidades coletivas; vi) o declínio das organizações de movimento social e o surgimento de mobilizações calibradas por algoritmos; e vii) a emergência de identidades de resistência cultural.

A concomitância entre os paradoxais processos de individualização e identificação que dinamizam e deslocam as relações sociais na sociedade da informação (ou desinformação, para alguns), observada especialmente a partir das experiências de ação coletiva no Brasil no último decênio, levou-nos a formulação do conceito de identidades ciber-orientadas que, ao articular e atualizar as concepções de identidade coletiva e enquadramento mediante às propriedades da comunicação digital e suas implicações, é proposto enquanto um recurso heurístico para entender a configuração e o sentido do ativismo hodierno, e a complexificação da política como um todo.

A identidade coletiva é uma importante estrutura cognitiva que organiza o confronto político e, ao mesmo tempo, motiva os sujeitos a aderir à ação coletiva. Por essa razão, pretende-se entender como os processos relacionais que lhe caracterizam (orientação ideológica, o alinhamento de quadros, a definição de objetivos, o estabelecimento de fronteiras e adversários, a escolha de práticas e o significado da ação coletiva) se deram entre os atores que participaram dos protestos de(s) junho e o papel da internet neles. Objetiva-se também compreender como estes atores interpretam os desdobramentos daquele ciclo, continuaram suas ações após aquela data e verificar as novas formas de ação coletiva que são

projetadas e os atores coletivos que surgem após esses eventos, redinamizando a política brasileira.

As Jornadas de Juno foram definidas como ponto de partida deste estudo por representarem a primeira manifestação expressiva desse fenômeno de reconfiguração das identidades e da larga incorporação da internet pelo ativismo no Brasil. Convocadas inicialmente por pequenas organizações de esquerda, em sua maioria antissistêmicas, os protestos obtiveram inimaginável alcance a partir das mídias sociais, que foram instrumentalizadas por esses atores para dar-lhes visibilidade, denunciar a repressão e mobilizar as pessoas, fazendo com que se expandissem para além das fronteiras da militância organizada. Contudo, os protestos do período também favoreceram a difusão de um enquadramento anti-institucional que fora apropriado e convertido oportunisticamente *a posteriori* em “antipolítico”, em simbiose com a repercussão da Operação Lava Jato, viabilizando o surgimento e o fortalecimento de novos grupos de direita no país.

O primeiro desenho dessa pesquisa buscava explorar essa hipótese a partir da comparação entre os casos das Jornadas de Junho do Brasil e do 15M da Espanha, que seria operacionalizada por meio da observação dos protestos no Rio de Janeiro e em Madri. Pretendia-se cotejar os casos com uma pretensão teórica mais ampla sobre a reconfiguração das identidades coletivas na semiperiferia da sociedade da informação. Entretanto, sucessivos problemas decorrentes das crises econômica e política brasileiras inviabilizaram a realização do estágio sanduíche na Espanha, por meio do qual intencionava-se coletar dados sobre os protestos lá ocorridos, conhecer mais profundamente a realidade social daquele país, assim como dos ativistas e coletividades envolvidas nas manifestações, que seriam entrevistados. Tentou-se, ainda assim, entrevistar os manifestantes pela internet, mas não houve sucesso suficiente que permitisse realizar a comparação de modo equilibrado.

De forma paralela, a turbulência política e social que se instaurou no Brasil durante o período em que essa tese foi desenvolvida – escândalos de corrupção, remoções de comunidades inteiras, os megaeventos, o *impeachment* de Dilma, o fortalecimento das direitas, a redução de direitos pela reforma trabalhista e previdenciária, a difusão de pautas coloniais, conservadoras, patriarcais e racistas (a proibição do aborto e da educação sexual, a condenação do amor homoafetivo, a misoginia, o racismo, etc.) e a eleição de Bolsonaro – indicava que o campo era suficientemente amplo e complexo em nosso país, tanto que muitos dos atores envolvidos nos protestos seguiram mobilizados, procurando resistir ao avanço dos vários retrocessos concomitantes.

Nesse contexto e diante da complexificação da disputa política no Brasil, decidiu-se redesenhar a pesquisa tendo como foco a análise da reconfiguração das identidades coletivas no país a partir dos protestos observados no Rio e em São Paulo, as duas maiores cidades brasileiras e onde eles ocorreram em maior volume e intensidade, estendendo-se o recorte temporal para o intervalo compreendido entre 2010 e 2018, de modo a contemplar os antecedentes e os principais desdobramentos de Junho, e desenvolver uma análise mais aprofundada do fenômeno. Focar no caso brasileiro também oferecia uma vantagem adicional: verificar uma dimensão de mais longo prazo dessas reconfigurações das identidades coletivas a partir da inclusão de um vetor longitudinal, da historicização das expressões da ação coletiva e suas expressões identitárias no Brasil nas últimas décadas, desde o ciclo da redemocratização, iniciado na década de 1970, até a atualidade.

Redirecionada, a pesquisa foi orientada empiricamente por diversas técnicas, utilizadas de forma combinada: a análise conjuntural; a análise de publicações da imprensa; a análise de redes e das organizações propriamente que convocaram os protestos de Junho no Rio de Janeiro e em São Paulo, assim como daquelas que surgiram após esse evento e destacaram-se no cenário político e nas inovações do ativismo; a análise do discurso desses atores, a partir dos documentos digitais produzidos por eles e suas conexões; e, finalmente, a realização de entrevistas semiestruturadas com seus militantes.

O primeiro passo dado após revisar as principais publicações sobre Junho foi coletar dados dos sites e das páginas do Facebook dos principais atores que promoveram os protestos com o intuito de observar o seu discurso, no sentido de como apresentavam o movimento, seus objetivos, valores e práticas, e qual(is) ator(es) definia(m) como seu(s) adversário(s) político(s).

A plataforma Facebook foi escolhida como fonte de dados por duas razões. A primeira é pelo fato de ter sido a mais amplamente instrumentalizada pelos atores que participaram de Junho, visto que era, naquele momento, a rede social mais popular do país (76 milhões de brasileiros a usavam<sup>1</sup>). A segunda é que a API (*Application Programming Interface*) do Facebook, o conjunto de protocolos que determina o acesso aos dados da plataforma, permitia, na época, a extração da rede de conexões e de interações dos posts páginas públicas. Tendo em vista a importância desta plataforma para as dimensões deste ciclo de protestos no Brasil, avaliou-se que este dado seria fundamental para observar quais os principais atores que o promoveram, como se instrumentalizaram da rede e mapear como se relacionavam.

---

<sup>1</sup> <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2013/09/brasil-e-o-2-pais-com-mais-usuarios-que-entram-diariamente-no-facebook.html>. Data de acesso: 20 de janeiro de 2021.

A seleção dos atores/páginas que seriam os nós/sementes da coleta para o desenho da rede foi baseada nos estudos existentes sobre os eventos no Rio de Janeiro, nos depoimentos de pessoas que participaram dos protestos e nas profícuas discussões e análises tecidas conjuntamente no Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL) do IESP-UERJ, núcleo em que atuo como pesquisadora desde o meu ingresso no doutorado e pelo qual participei da pesquisa financiada pela Capes “Transformações do ativismo no Brasil: Junho de 2013 em perspectiva comparada” (edital 012/2015 - Memórias Brasileiras/Conflitos Sociais)<sup>2</sup>. Neste momento, não foram elencadas as páginas das organizações anarquistas que compuseram os atos pois estas, devido a sua orientação ideológica e estratégia de segurança, não usavam o Facebook antes de Junho de 2013 (contudo, estas organizações parecem ter repensado a instrumentalização política da ferramenta depois dos protestos, quando criaram suas páginas públicas na plataforma). Por outro lado, foram incorporadas à lista as páginas do Movimento Passe Livre São Paulo, cuja resistência inspirou atos em todo o país, inclusive no Rio, e do Partido dos Trabalhadores (PT), que ocupava o governo federal no período e foi tido como adversário dos protestos por muitos dos seus atores, embora algumas vertentes do PT, contraditoriamente, tenham participado dos atos. Com base nessas ponderações, chegou-se à seguinte lista.

**Tabela 1: Páginas selecionadas**

1	Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas
2	Mídia Ninja
3	Partido dos Trabalhadores
4	Passe Livre Rio de Janeiro
5	Passe Livre São Paulo
6	PSOL 50
7	PSTU Nacional
9	UNE - União Nacional dos Estudantes
10	Vila Autódromo

Fonte: Elaboração própria, 2020.

<sup>2</sup> Na realidade, a participação nesse projeto de pesquisa interinstitucional influenciou, além da seleção dos atores que seriam observados, diversas perspectivas que mediam este trabalho, como a inserção e a relação dos protestos de 2013 com processos e transformações sociais mais amplos no Brasil e no mundo; a compreensão das peculiaridades locais das Jornadas; a tentativa de desconstruir um olhar sudestocêntrico sobre o fenômeno; e, especialmente, a compreensão da apropriação política das mídias sociais para além da mera instrumentalização das tecnologias, atentando aos novos sentidos que estes dispositivos conferem à ação coletiva contemporânea.

A partir dessa lista e utilizando-se do recurso *page like network* do aplicativo Netvizz<sup>3</sup>, desenvolvido pelos pesquisadores da Universidade de Amsterdam, que possibilitava extrair a informação de como as páginas se curtiam na rede naquele dado momento (no caso, a coleta foi feita em setembro/2017, depois de um longo processo de aprendizado sobre como coletar, sistematizar e analisar redes), obteve-se, após o tratamento dos dados no software Gephi e da aplicação das métricas grau de intermediação, grau de entrada e modularidade, os grafos a seguir.

Na matemática, os grafos são definidos como uma estrutura de dados formada por um conjunto de vértices (ou nós) e por um conjunto de arestas (ou arcos). De maneira simplificada, os grafos são a imagem gráfica da rede em si, produzida a partir dos dados relacionais coletados. Os grafos mostram as conexões entre os elementos estudados, que podem ser atores (usuários, instituições, movimentos), mensagens etc. Os elementos analisados são denominados “nós” e as suas relações ou conexões são denominadas como “arestas”.

Os *clusters* são os grupos de nós que apresentam as relações mais densas em uma rede, ou seja, que possuem maior número de arestas conectando-os. A métrica modularidade ajuda a identificá-los no grafo, distinguindo-os por cor e permitindo visualizar as maiores comunidades que compõem a rede.

O grau de intermediação indica a centralidade de um nó da rede, no sentido de quantas vezes ele age como ponte, encurtando a distância entre outros grupos de nós (FREEMAN, 1977). O grau de entrada consiste no número de ligações que um vértice recebe de outros nós, o que nos permite inferir sobre a probabilidade que esse tem de disseminar informação (OPSAHL; AGNEESSENS; SKVORETZ, 2010). No nosso caso, essa métrica representa o número de curtidas recebido pela página. Para todas as medidas, quanto maiores os nomes dos nós no grafo, mais expressivos eles são na métrica referida. Do mesmo modo, quanto mais robusto os *clusters* e o grafo em si, mais densa é a rede e maior o número de conexões entre os nós.

---

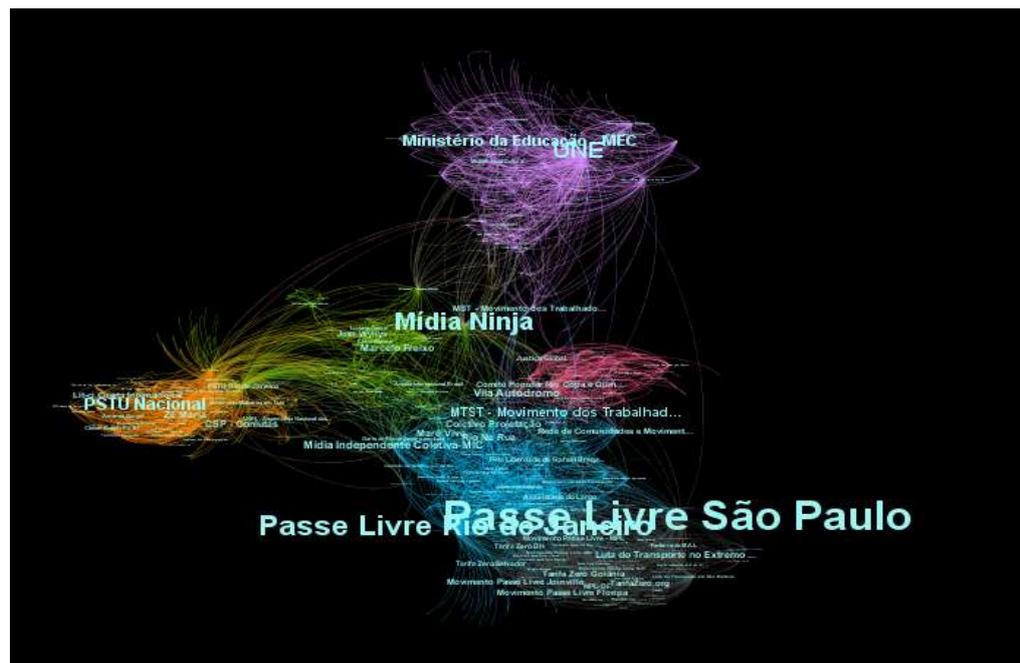
<sup>3</sup> [https://apps.facebook.com/netvizz/?ref=br\\_tf](https://apps.facebook.com/netvizz/?ref=br_tf). Acessada em: 1 de setembro de 2017.

**Figura 1 - Grafo da rede das Jornadas de Junho em 1 de setembro/2017 (intermediação)**



Fonte: Elaboração própria, 2020.

**Figura 2 - Grafo da rede das Jornadas de Junho em 1 de setembro/2017 (grau de entrada)**



Fonte: Elaboração própria, 2020.

A rede de Junho de 2013 possuía, em 2017, 688 nós (páginas) e 3.833 arestas (curtidas). Quando observamos os grafos, verificamos que alguns atores se destacam na aplicação de ambas as técnicas: a União Nacional dos Estudantes (UNE)<sup>4</sup>, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (ora o diretório do Rio de Janeiro, ora o Nacional)<sup>5</sup>, o Movimento Passe Livre (do Rio de Janeiro<sup>6</sup> e de São Paulo<sup>7</sup>), a Mídia Independente Coletiva<sup>8</sup> e a Mídia Ninja<sup>9</sup>. Esse resultado nos surpreende em partes. O MPL e a Mídia Ninja foram importantes atores para as mobilizações em junho de 2013 e sua cobertura, respectivamente. Porém, a maioria das pesquisas sobre o tema prioriza a atuação do MPL de São Paulo, e não do Rio. Do mesmo modo, surpreende a importância do PSTU no grafo, visto que costumam ser mais evidenciadas as atuações na rede do Partido dos Trabalhadores (PT)<sup>10</sup> e do Partido do Socialismo e Liberdade (PSOL)<sup>11</sup>.

No entanto, quando nos voltamos a análise dos grupos (*clusters*), ela corrobora boa parte das pesquisas que elencam os principais atores em junho de 2013: i) em laranja, amarelo e verde, os grupos dos partidos de esquerda (respectivamente PSTU, PT e PSOL); ii) passando do verde para o azul, os coletivos de mídia independente, entre os quais se destacam, o Reflexões à Esquerda e o MIC; iii) em azul e cinza, os movimentos da luta pela democratização do transporte e a Rede de Informações Anarquistas<sup>12</sup>; iv) em rosa, os Comitês Populares contra os grandes eventos<sup>13</sup> e os movimentos por moradia; e v) em roxo; o movimento estudantil.

A partir da definição das páginas-semente indicadas na Tabela 1, seguimos para o segundo passo da pesquisa, a coleta retroativa. Diante da impossibilidade de usar o recurso *page like network* em períodos anteriores, usamos a estratégia adotada em outros estudos para obter o desenho das redes no passado, por meio do volume e da nomeação das curtidas dos posts das páginas em períodos específicos. Esse dado foi obtido em coleta realizada pelo software Facepager, através dos comandos *page/posts* e, em seguida, *post/likes*.

Com o objetivo de observar as relações entre os atores ao longo dos anos, coletamos dados de quatro datas distintas<sup>14</sup>: um ano antes da eclosão dos protestos de Junho (17 de junho

<sup>4</sup> <https://www.facebook.com/uneoficial/>. Acessada em: 1 de setembro de 2017.

<sup>5</sup> <https://www.facebook.com/psturj/>. Acessada em: 1 de setembro de 2017.

<sup>6</sup> <https://www.facebook.com/passelivre.rj/>. Acessada em: 1 de setembro de 2017.

<sup>7</sup> <https://www.facebook.com/passelivresp/>. Acessada em: 1 de setembro de 2017.

<sup>8</sup> <https://www.facebook.com/ColetivoDeMidiaIndependente/>. Acessada em: 1 de setembro de 2017.

<sup>9</sup> <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/>. Acessada em: 1 de setembro de 2017.

<sup>10</sup> <https://www.facebook.com/pt.brasil/>. Acessada em: 1 de setembro de 2017.

<sup>11</sup> <https://www.facebook.com/psol50oficial/>. Acessada em: 1 de setembro de 2017.

<sup>12</sup> <https://www.facebook.com/redeinfoa/>. Acessada em: 1 de setembro de 2017.

<sup>13</sup> <https://www.facebook.com/ComitePopularCopaRJ/>. Acessada em: 1 de setembro de 2017.

<sup>14</sup> As tentativas de coletar posts em um período mais extenso, como semanas ou meses travaram minha máquina,

de 2012); em 17 de junho de 2013, data em que os protestos massificaram e expandiram-se por todo o país; no período eleitoral posterior, mais especificamente na data em que ocorreram as eleições do segundo turno para a presidência da República (26 de outubro de 2014); e no dia 17 de abril de 2016, quando a Câmara dos Deputados votou a abertura do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Com esse esforço foi possível verificar como os principais atores envolvidos nos protestos de Junho se relacionaram na rede no decorrer do tempo, visualizar presenças e relações não evidentes nos protestos em um primeiro momento, e observar os atores que surgem após os protestos, como a campanha Amanhecer Contra a Redução da Maioria Penal e a Rede de Informações Anarquistas. Além disso, as coletas realizadas mostram que os protestos de Junho foram articulados, majoritariamente, por atores da esquerda pós-desenvolvimentista e que não há proximidade, ao menos evidente na rede, desses atores com outros grupos políticos, refutando a hipótese de que os protestos teriam sido orquestrados pela direita para desestabilizar o governo do PT como interpretam alguns analistas.

Após a observação da rede conformada pelos movimentos no Facebook, seus redimensionamentos e protagonismos entre 2012 e 2017, repensou-se aquela primeira lista de atores para a realização de entrevistas semiestruturadas em profundidade com os militantes dessas organizações. Entrevistar é uma técnica de fundamental importância para compreender a configuração das identidades coletivas, pois dá voz aos interesses e sentimentos dos atores que as conformam. Por motivos óbvios, os convocadores dos protestos de 2013, o MPL-SP e o MPL-RJ foram os primeiros elencados. Outras organizações de atuação destacada nos eventos que se encontravam mobilizadas naquele momento, como a Mídia Ninja, o Comitê Popular Contra a Copa e a Associação de Moradores da Vila Autódromo, foram incluídos na sequência. A UNE e a Rede de Informações Anarquistas foram incorporadas à pesquisa tendo em vista sua relevante atuação nas redes e sua destacada relação com os outros atores ao longo do período analisado. Estas sete organizações representavam, em boa medida, as diferentes nuances da esquerda presentes em Junho: os movimentos autonomistas ligados à questão do direito à cidade, as organizações midialivristas<sup>15</sup>, os movimentos de moradia, as redes de mobilização contra os megaeventos, as organizações anarquistas e os movimentos

---

pois se trata de um volume muito grande de dados, o que me levou a desistir dessa ideia. Além disso, diferentemente do Netvizz, esse software produz um arquivo em formato .csv, cujos dados precisam ser devidamente manipulados para que seja possível desenhar o grafo das curtidas dos posts no Gephi. Vale ressaltar que existe uma vantagem na coleta feita pelo Facepager. O software não anonimiza os dados como o Netvizz, o que possibilita desenhar a rede das páginas. Porém, ele fornece junto aos dados de interação entre as páginas, a interação realizada por pessoas comuns, que por razão ética, foram eliminados.

<sup>15</sup> Denominam-se midialivristas grupos e movimentos que se utilizam das tecnologias digitais para produzir informação contra hegemônica.

tradicionais. Para se ter um mapa completo, faltaram as entrevistas com os pequenos partidos de esquerda, que foram procurados diversas vezes, mas acabaram não cedendo entrevista<sup>16</sup>. A possibilidade de entrevistar atores individuais que tivessem participado dos protestos foi descartada, porque todos os entrevistados aventados tinham algum tipo de vínculo ou proximidade, mesmo que de cunho informal, com as organizações de esquerda mencionadas. A não realização dessas entrevistas configura um prejuízo para a pesquisa, conquanto diversas conversas com esses participantes compõem, mesmo que de forma indireta, os resultados desse trabalho.

Considerando os acontecimentos subsequentes aos protestos de Junho e as hipóteses que tornaram-se bastante divulgadas tanto no debate acadêmico como no público, de que estes teriam sido promovidos ou cooptados pela direita (SOUZA, 2016; CHAUI, 2013), decidiu-se incluir na lista de entrevistados o PT e dois movimentos da nova direita que surgiram após 2013 e se destacaram na apropriação das redes e das ruas na campanha pelo impeachment: o Movimento Brasil Livre e o Movimento Vem Pra Rua Brasil. Essas duas últimas entrevistas foram realizadas em parceria com os colegas do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (NEAMP), a partir da pesquisa financiada pela FAPESP “Lideranças Políticas Brasileiras: características e questões institucionais”, também desenvolvida em concomitância a essa tese. Por este projeto, foram entrevistados 40 atores coletivos de diferentes regiões do país, sendo que tive a oportunidade de participar, efetivamente, de 1/3 das entrevistas realizadas. Esta experiência foi muito enriquecedora e fundamental para melhor compreensão da dinâmica do ativismo brasileiro na atualidade. Embora a maior parte dos dados dessa pesquisa coletiva não tenha sido objeto de análise dessa tese, sem dúvida, todo aprendizado obtido por meio dela permeia essas páginas, sobretudo no que se refere à atuação da “nova direita” e à compreensão da nova forma-movimento “coletivos”.

Após esse percurso tortuoso, ao fim e ao cabo, foram realizadas dez entrevistas com militantes das organizações listadas abaixo. O questionário usado nas entrevistas está em anexo. Estas foram precedidas da leitura de materiais produzidos pelos próprios atores, como sites, páginas, panfletos e entrevistas de fontes secundárias, para apurar os conhecimentos sobre os atores, sua história e suas lutas.

---

<sup>16</sup> A tumultuada conjuntura política na qual este trabalho foi desenvolvido, dificultou, entre outras coisas, a marcação das entrevistas com os atores, que foram muitas vezes remarcadas devido ao fato de que a maioria deles seguia em intensa mobilização.

**Tabela 2 – Atores entrevistados**

1	Comitê Popular contra a Copa e as Olimpíadas do Rio de Janeiro
2	Mídia Ninja
3	Partido dos Trabalhadores
4	Movimento Passe Livre Rio de Janeiro
5	Movimento Passe Livre São Paulo
6	Rede de Informações Anarquistas
7	União Nacional dos Estudantes
8	Vila Autódromo
9	Movimento Brasil Livre
10	Movimento Vem Pra Rua Brasil

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Os locais nos quais e as maneiras como as entrevistas foram concedidas dizem muito sobre a diversidade dos atores e a grandeza do material empírico levantado. Foram horas e horas de conversa nas sedes oficiais das organizações, em instituições de ensino, um endereço secreto, dentro de uma igreja, por Skype, áudios de Whatsapp e e-mails. Houve até mesmo a inusitada oportunidade de entrevistar pessoas de modo totalmente anônimo, sem conhecer seus rostos e nomes. Agradeço imensamente as contribuições de todas e todos que dispenderam seu tempo, depositaram em mim sua confiança ao compartilhar suas experiências e me ofereceram saborosos cafés.

A partir das entrevistas foi possível compreender não apenas a história dos atores coletivos e suas motivações, mas conhecer mais de perto os lugares onde eles atuam, as relações entre os conflitos locais e as dinâmicas conjunturais; suas estratégias e táticas, a importância da militância na vida pessoal dos sujeitos, e o que os levou a reconhecerem-se enquanto parte de um mesmo lado na disputa política.

Dessa forma, a despeito de possíveis inconsistências e fragilidades, as entrevistas com estes diferentes atores permitiram uma análise mais abrangente e aprofundada dos meandros do confronto político brasileiro e da reconfiguração das identidades coletivas no país, trazendo elementos e conexões que se faziam ocultos em outros estudos que não contavam com essa sustentação e diversidade empírica. Ao apresentar uma hipótese explicativa sobre a dinâmica do ativismo no Brasil na última década que permite compreender não apenas Junho, essa tese contribui para suprir uma importante lacuna na literatura nacional sobre movimentos sociais. Apesar de existirem dezenas de estudos e análises sobre Junho, argumentações teóricas com embasamento empírico que contemplem formas de ação coletiva de diferentes

posições políticas em sincronia aos processos estruturais e conjunturais a partir de um recorte temporal que não se limite aos eventos são raras.

Para compreender melhor tanto a conjuntura na qual os protestos foram gestados quanto os seus desdobramentos, levantou-se também dados conjunturais de fontes diversas, como o IBGE, o DIEESE, pesquisas de opinião pública e a grande imprensa. O material empírico proveniente desta última foi mobilizado especialmente para observar as mudanças nas coberturas dos protestos e o posterior alinhamento entre o seu enquadramento e o dos grupos da nova direita que surgiram após Junho. Neste caso, os textos jornalísticos foram extraídos, em sua maioria, do banco de dados do projeto Manchetômetro<sup>17</sup>, no qual trabalhei durante quatro anos do doutorado. A análise dos seus enquadramentos, realizada inicialmente pelo Manchetômetro a partir da observação das valências (positiva, negativa, neutra e ambivalente) de temas, personagens e instituições tratados nas matérias foi incrementada a partir de um olhar qualitativo, explicitando as abordagens das notícias e evidenciando suas conexões com enquadramentos propostos por outros atores e instituições, sobretudo os da extrema-direita recém-(re)organizada.

As hipóteses de alinhamento entre a imprensa e a direita, e das identidades ciberorientadas são confirmadas a partir dos dados do projeto M Facebook<sup>18</sup>, situado no Manchetômetro e por mim coordenado, que também foram incorporados à análise. Os dados do M Facebook, pesquisa que monitora do debate político realizado na plataforma pelas principais páginas públicas relacionadas ao tema, mostram o protagonismo desses movimentos da nova direita na rede, cujos enquadramentos e posts alcançaram, entre 2017 e 2018, milhões de compartilhamentos e foram corroborando, gradualmente (embora não tivessem, a princípio, esse intuito), a candidatura de Jair Bolsonaro, cuja eleição marca o fim do ciclo democrático-popular iniciado na década de 1970.

No período de novembro/2017 a junho/2018 foram coletadas todas as postagens realizadas pelas 40 páginas com maior número de fãs cujas categorias atribuídas por elas próprias se relacionam à Política (Política, Políticos, Mídia e Governo). Em julho/2018, dada a proximidade do processo eleitoral, a amostra de páginas monitoradas pelo projeto foi ampliada para 155 páginas, incluindo as páginas de todos os partidos políticos, dos meios de

---

<sup>17</sup> O Manchetômetro é um projeto acadêmico que analisa a cobertura efetuada sobre política e economia pelos principais jornais do país: Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo e Jornal Nacional. Para mais informações, ver: [www.manchetometro.com.br](http://www.manchetometro.com.br)

<sup>18</sup> O M Facebook é um projeto de monitoramento das páginas brasileiras que lideram a difusão e circulação de assuntos relacionados à política no Facebook. Mais informações em: <http://www.manchetometro.com.br/index.php/category/analises/mfacebook/>. Data de acesso: 5 de julho de 2020.

comunicação com maior número de seguidores (essa categoria contempla mídia impressa, canais da internet e mídia televisiva), das principais instituições políticas do país, das instituições governamentais mais curtidas (as dez primeiras), dos movimentos sociais e sindicatos de maior expressão (estão incluídos nessa categoria tanto os tradicionais quanto os novíssimos) e dos políticos/as mais populares na rede. As listas dessas páginas também constam nos anexos da tese.

Deste *corpus* de aproximadamente 91 mil posts, foram analisados os discursos dos 10 mais compartilhados de cada semana, totalizando uma amostra de 560 posts. A partir da análise de enquadramento foram observados os temas pautados, os posicionamentos defendidos, os valores destacados, os objetivos declarados, os atores defendidos e alvejados, os recursos simbólicos empregados nas mensagens e o uso de *fake news*.

## **ESTRUTURA DA TESE**

Esta tese está estruturada em cinco capítulos. No primeiro, busca-se introduzir teoricamente a discussão sobre o progressivo descentramento das identidades coletivas ao longo da modernidade a partir de algumas das principais concepções propostas pela teoria sociológica e pela literatura dos movimentos sociais. Recupera-se desde as análises clássicas com enfoque na estrutura dos movimentos operário e camponês, passando pela influência da filosofia e da psicologia nas análises sobre os movimentos nacionalistas, e pela mudança de paradigma efetuada pela teoria dos novos movimentos sociais, que passa a enfatizar a dimensão simbólica da agência com base no estudo dos movimentos feminista, gay, negro, estudantil e ambientalista, até chegar ao ciberativismo, aos movimentos altermundialistas e o ciclo de solidariedade indignada, nos quais esse processo atinge sua máxima extensão.

No segundo capítulo argumenta-se sobre o *descolamento* e *deslocamento* entre as identidades pessoal, social e organizacional na contemporaneidade a partir de sete teses elaboradas em um diálogo crítico com a literatura do campo e com base na observação dos eventos de protesto e da conjuntura em que eles se inserem. Polemiza-se também com alguns autores que discorrem sobre o fim das identidades coletivas e observa-se algumas das implicações desse descentramento identitário para o ativismo e a disputa política em geral.

No terceiro capítulo é realizada uma análise longitudinal da reconfiguração das identidades coletivas nos movimentos urbanos do Brasil tendo em vista o período em que se iniciou o ciclo de redemocratização no país, com a emergência dos movimentos populares na década de 1970, até 2010, ano no qual ele chega ao seu ponto de inflexão com a eleição de

Dilma e muda de curso, findando em 2018. Em diálogo com a literatura da ação coletiva e observando as peculiaridades do ativismo no Brasil, propõe-se pensar esse processo a partir de quatro marcos sócio-políticos: i) as lutas contra a ditadura e a pluralização das identidades coletivas; ii) a busca pela redemocratização social e a emergência das identidades cívico-participacionista; iii) a multiplicação e multi-referencialidade de identidades coletivas; e iv) a emergência das identidades ciber-orientadas e a difusão do enquadramento anti-institucional.

Se o terceiro capítulo analisa estes três primeiros momentos, os dois seguintes examinam, com maior grau de detalhamento, o último período. Desta maneira, o quarto capítulo dá sequência ao esforço realizado no capítulo anterior e concentra-se na observação dos antecedentes, da eclosão e dos primeiros desdobramentos de Junho de 2013. A partir do material empírico levantado, argumenta-se que neste período o deslocamento das identidades coletivas no país é marcado por dois processos organizadores: a explosão das identidades ciber-orientadas e a difusão do enquadramento anti-institucional. Mostra-se que esse fenômeno é verificado inicialmente entre os movimentos da esquerda pós-desenvolvimentista, que guardam muitas semelhanças com os atores internacionais promotores do último ciclo de protestos e convocaram as Jornadas no Brasil, mas que, após Junho, transbordaram para os demais segmentos sociais, se tornando posteriormente os alicerces das identidades coletivas propostas pelos grupos da nova direita.

No quinto capítulo observa-se especificamente as dinâmicas de confronto e de modulação das identidades coletivas predominantes no Brasil no período compreendido após as Jornadas de Junho, entre 2014 e 2018, concluindo assim a observação das transformações da ação coletiva no país com o fechamento do ciclo democrático-popular. Tendo em vista elucidar as principais variáveis, com destaque para os enquadramentos e as identidades que conduziram esse processo político e avançar na compreensão deste fenômeno, propõe-se analisá-lo em três subseções: i) as eleições 2014 e o *impeachment*; ii) o papel da imprensa nesse processo; e iii) as eleições de 2018.

Espera-se com este trabalho contribuir para a literatura brasileira sobre ação coletiva e movimentos sociais, assim como para um entendimento amplo das mudanças do ativismo e das identidades coletivas ao longo do tempo. Este nos parece um tema central para a compreensão do confronto político em toda sua complexidade. A emergência das identidades ciber-orientadas acelera um processo prévio de descentramento identitário e modifica a dinâmica política contemporânea tanto no âmbito da sociabilidade, quanto no campo institucional. Para atuar à altura do momento crítico que vivemos, primeiro é importante compreendê-lo em suas contradições, movimentos e dinâmicas.

## 1 - IDENTIDADES COLETIVAS – INTRODUZINDO AS VARIAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DE UM CONCEITO

O presente capítulo busca analisar, de forma panorâmica e introdutória, o processo de progressivo descentramento das identidades coletivas (HALL, 2006; DOMINGUES, 2013) ao longo da modernidade em diálogo com algumas das principais concepções propostas pela teoria sociológica e pela literatura da ação coletiva e dos movimentos sociais. Recupera e reconstrói uma sequência histórica de discussões e experiências que permitem ilustrar como foi se produzindo tal processo de descentramento identitário. Destarte, mobiliza-se desde as análises clássicas com enfoque na estrutura dos movimentos operário e camponês, passando pela influência da filosofia e da psicologia nas análises sobre os movimentos nacionalistas, assim como pela mudança de paradigma efetuada pela teoria dos novos movimentos sociais, que destaca a dimensão simbólica da agência a partir do estudo dos movimentos feminista, gay, negro, estudantil e ambientalista, até, por fim, adentrar as pesquisas mais recentes sobre o ciberativismo, os movimentos altermundialistas e o ciclo de solidariedade indignada (ALCANTARA e BRINGEL, 2020), nos quais esse processo atinge sua máxima extensão.

Compreendendo a identidade como um processo dialético de localização dos sujeitos no mundo social, no qual estes sujeitos forjam e são forjados pelas relações sociais que estabelecem, são recapituladas suas diferentes modulações observadas mediante às reconfigurações estruturais, conjunturais e culturais ocorridas até chegarmos à sociedade da informação, período ao qual esta tese se detém com maior atenção.

Argumenta-se que as mudanças verificadas no âmbito da sociabilidade e no decorrer dos processos de globalização e de midiaticização digital favoreceram o *descolamento* e o *deslocamento* entre as identidades pessoal, social e organizacional, descentrando-as. O descentramento das identidades coletivas é acompanhado por - e converge a - uma proposta de organização política mais horizontal dos novos movimentos culturais que emergiram a partir da década de 1970, sendo aprimorado com o avanço dos movimentos autonomistas, ciberativistas e pós-desenvolvimentistas, ao mesmo tempo que acompanha mudanças mais abrangentes de nossas sociedades.

O capítulo é dividido em três seções. Na primeira, caracteriza-se brevemente a configuração societária hodierna, destacando o papel da tecnologia na organização de suas relações e sugere-se a mobilização dos conceitos de “identidade coletiva” e “enquadramento” como recursos heurísticos para compreender tais dinâmicas, sobretudo no que se refere às

transformações observadas no âmbito da ação coletiva nesse período. Na segunda, observa-se como as principais formulações sobre os movimentos sociais propostas pela teoria sociológica e pela literatura da ação coletiva desde meados do século XIX até 1960 tratavam a dimensão simbólica dos movimentos, destacando aquelas que priorizam essa face da ação coletiva. Na terceira seção, discute-se a emergência da cibercultura, suas características, as principais experiências no âmbito do ciberativismo e como estes processos contribuíram para a multiplicação das referências identitárias e para globalização das solidariedades.

### **1.1 Sociedade, tecnologia e identidade (não necessariamente nessa ordem)**

O estágio histórico em que a(s) sociedade(s) contemporânea(s) se situa(m), ou se situavam até a crise amplificada pela pandemia do novo coronavírus (DOMINGUES, 2020), é conceituado pela literatura de diferentes maneiras: sociedade da informação (HABERMAS, 1981), sociedade global (IANNI, 1994), sociedade em rede (CASTELLS, 1999), modernidade líquida (BAUMAN, 2003) ou, ainda, terceira fase da modernidade (DOMINGUES, 2011).

Embora assumam diferentes pressupostos, perspectivas analíticas e propostas conceituais, estes autores convergem minimamente na caracterização do período como: i) decorrente da crise dos projetos social-democratas (especialmente na Europa ocidental), da queda dos regimes ditatoriais e colonialistas (na União Soviética, na América Latina e nas antigas colônias europeias na Ásia e na África) e posterior (re)conquista da cidadania e ascensão do projeto neoliberal; ii) fortemente marcado pela revolução tecnológica digital, que propiciou a comunicação em rede, cujos intensos fluxos de informação comprimiram o tempo e o espaço e passaram a mediar as relações sociais; iii) estruturado pela globalização da economia, acentuando a interdependência entre os Estados nacionais, incentivando os fluxos migratórios, criando novas formas de governança e fortalecendo as organizações de caráter transnacional; iv) gerador de novas profissões vinculadas ao uso dessas tecnologias e de novas relações de trabalho; v) propiciador da autonomia na produção da informação pelos indivíduos; vii) evidenciado pela heterogeneidade civilizacional (diferentes coletividades e expressões culturais) e pela emergência de múltiplas subjetividades e da cultura digital, constituindo uma sociedade altamente complexa.

Há quem compreenda que este período, iniciado entre as décadas de 1980 e 1990, alcança seu ápice hodiernamente, ao final da década de 2010. Já para outros (BAUMAN, 2016; SANTOS, 2018), sobretudo para os analistas de conjuntura, nos encontramos em um

momento de interregno ou transição, em que esta configuração vem findando enquanto outra, ainda sem formato nitidamente definido, estaria se consolidando.

Conformando o ápice ou a transição de um arranjo societário, as transformações recentes provocaram a renovação do interesse em análises culturais. Uma das questões centrais tem sido entender as mudanças na dimensão hermenêutica das relações sociais com o avanço das tecnologias da comunicação e do processo de globalização de modo mais amplo. Sobretudo a difusão da internet e a popularização dos dispositivos digitais aceleraram o tempo da experiência cotidiana e trouxeram novas formas de interação, perpassadas por telas e mensagens instantâneas, fazendo com que os processos sociais sejam cada vez mais localizados no nível simbólico e tornando laboriosa a distinção entre o real e sua representação. Como consequência deste processo, um dos principais problemas levantados é de que maneira o presente cenário implica na ressignificação da existência dos indivíduos (MELUCCI, 1996; MARTUCCELLI, 2010).

O conceito de “identidade” pode ser oportuno na tentativa de compreender essa questão. Derivado do latim *identitas*, que significa igual ou o mesmo, caracteriza o indivíduo ou a forma como ele se define a partir da similitude com algo (ou alguém) externo. A confissão de identidades é uma condição necessária para a interação social. É a forma como os indivíduos se colocam e localizam no mundo. “Na dialética entre a natureza e o mundo socialmente construído, o organismo humano se transforma. Nesta mesma dialética o homem produz a realidade e com isso produz a si mesmo” (BERGER E LUCKMAN, 1996, p. 240). Ao mesmo tempo que sua formação e conservação são determinadas pela estrutura social, elas também podem reagir sobre esta, caracterizando ou sendo expressão de momentos históricos particulares. Desta forma, estudar as identidades nos possibilita uma interpretação mais geral da realidade e suas transformações.

Pesquisadores da Psicologia e da Sociologia comumente indicam três tipos ou camadas de identidade: a identidade pessoal, a social e a coletiva. A identidade pessoal é conformada pelas qualidades atribuídas ao indivíduo por ele mesmo, como forma de se assemelhar a alguns, mas, sobretudo, de se distinguir dos demais. A identidade social está relacionada aos papéis sociais e identidades categóricas, como “mãe” ou “professor”. São atribuídas como esforços de localização no espaço social, tanto por parte do próprio indivíduo, quanto por parte dos outros (NAUJORKS e SILVA, 2016). Quanto às identidades coletivas, existem inúmeras definições. Este conceito, desenvolvido especialmente pelas literaturas da ação coletiva e da interculturalidade, vem sendo recuperado com objetivo de favorecer o entendimento da reconfiguração do ativismo na contemporaneidade.

A teoria dos novos movimentos sociais (TNMS), ao observar diferentes formas de dominação para além da estrutura, mas sem perdê-la de vista, compreende as identidades coletivas enquanto um processo subjetivo decorrente do compartilhamento de valores e objetivos que propicia a formulação de um projeto coletivo de transformação e confere significado às vidas dos envolvidos e à ação coletiva, motivando-a.

Este processo tem desdobramentos objetivos, se concretizando a partir da organização de movimentos sociais e do conflito social. Segundo esses autores, as identidades coletivas propiciam aos sujeitos entenderem-se como atores políticos, conectarem-se às lutas passadas, reconhecerem seus pares, definirem seus adversários e desenharem a fronteira entre “nós” e “eles” (TOURAINÉ, 1989).

Embora Touraine seja vanguardista nesse debate, uma das definições de identidades coletivas que ficaram mais conhecidas pertence à Melucci (1999):

As identidades coletivas são um processo mediante o qual os atores produzem as estruturas cognitivas comuns que os permitem valorizar o ambiente e calcular os custos e benefícios da ação; as definições que se formulam são, por um lado, o resultado das interações negociadas e das relações de influência e, por outro, o fruto do reconhecimento emocional. Nesse sentido, a ação coletiva nunca é inteiramente negociável. Alguns elementos da participação na ação coletiva estão dotados de significado, porém não podem ser reduzidos à racionalidade instrumental (não são irracionais, nem estão baseados em uma lógica de cálculo) (MELUCCI, 1999; p. 31-*tradução nossa*).

Outra vertente da literatura analisa os movimentos sociais a partir de sua dimensão cultural por meio do que denomina como alinhamento entre os quadros de ação pessoal e coletivo (SNOW, 2001). Os quadros são molduras interpretativas que norteiam a percepção da realidade dos indivíduos e grupos, organizando sua atenção para alguns fatos e aspectos em detrimento de outros, conferindo-lhe sentido e orientando suas ações (GOFFMAN, 1986). O alinhamento consiste em compartilhar o mesmo enquadramento da realidade, fazendo com que os indivíduos se entendam como parte de um mesmo grupo ou lado da disputa política. O enquadramento e o alinhamento, enquanto processos, são fabricados e conduzidos na interação com outros sujeitos, de modo que a definição da situação ocorre principalmente a partir de processos comunicacionais e discursivos. Não por acaso, o conceito de enquadramento é frequentemente mobilizado pelos estudos de mídia na tentativa de observar as tendências e inclinações dos veículos de comunicação na abordagem de determinados atores e assuntos.

Embora as concepções de identidade e enquadramento tenham seguido caminhos paralelos até os anos 1990, acompanho outros autores que as percebem como complementares

(COHEN, 1985; GAMSON, 1992; SILVA et al., 2017; PEREIRA et al., 2017) e proponho tratar o enquadramento como um componente importante das identidades coletivas – principalmente em um contexto como o atual, no qual as relações sociais são largamente mediadas pelas tecnologias de comunicação e influenciadas por discursos de todo tipo.

O próprio Melucci (1996), crítico da forma como o conceito de enquadramento é empregado por essa vertente – pois, no seu entendimento, tais autores esquecem o caráter ideológico de sua definição –, o reconhece enquanto parte da produção simbólica e recurso tático dos movimentos:

Como um processo relacional, a atividade de enquadramento está relacionada à posição particular do ator no campo social e carrega consigo a parcialidade, a pluralidade e as tensões dessa posição. Os *frames* devem ser definidos como a representação discursiva da ação coletiva organizada de acordo com a posição do ator no campo, e eles devem ser localizados dentro de uma teoria da ideologia. (MELUCCI, 1996, p. 348 – *tradução nossa*)

As ideologias, valores e orientações são fundamentais aos enquadramentos, e estes, à elaboração de identidades coletivas. Somente a partir de uma convergência normativa *a priori* se fará uma mesma leitura da realidade social, que propiciará o estabelecimento de estruturas cognitivas comuns, levará os sujeitos a se entenderem como pertencentes ao mesmo lado do confronto político, a reconhecerem-se emocionalmente, a pensarem um projeto coletivo e a diferenciarem-se daqueles que apresentam interpretações e objetivos distintos.

O compartilhamento dos quadros, muitas vezes, vem acompanhado de um acordo entre os sujeitos no que se refere aos repertórios de ação e às gramáticas que serão adotados pelo movimento, pois as interpretações do mundo e seus significados são concomitantes à seleção das práticas, definindo mutuamente sua produção material e simbólica.

Reunidos estes três elementos – alinhamento de quadros, a solidariedade e a definição das práticas – geram-se outros três característicos da identificação coletiva: o senso de pertença à agência coletiva, o compromisso com o grupo e as relações de confiança entre os seus integrantes (MELUCCI, 1996).

As manifestações empíricas da identidade coletiva podem variar de maneira significativa. A duração, a forma e o tamanho das identidades coletivas matizam de acordo com as estruturas de oportunidades políticas<sup>19</sup>, o objetivo pretendido, o mote da indignação, o

---

<sup>19</sup> As estruturas de oportunidades políticas, segundo Sidney Tarrow (1997), se configuram como “um maior acesso aos realinhamentos de poder no sistema político, conflitos entre as elites e a disponibilidade de aliados oferecerem os primeiros incentivos dissidentes para o assalto ao poder e criarem oportunidades para os outros” (TARROW, 1997, P.316 – *tradução nossa*). Em outras palavras, caracterizam-se como os incentivos e constrangimentos políticos que definem as possibilidades de ação e de mudança no estado de

tipo de ação coletiva que geram ou pela qual são geradas e a pré-existência de redes informais, bem como ao longo do ciclo de vida do movimento social. Todos esses elementos influenciam o cruzamento entre a identidade pessoal e o quadro de ação coletiva e, conseqüentemente, o estabelecimento das identidades. Por isso, o emprego do conceito de identidade de maneira isolada pode ser problemático.

Partindo dos pressupostos de que os movimentos sociais são “profetas do presente” (MELUCCI, 2003), expressões de um “movimento societário” (BRINGEL, 2015) e de que as identidades coletivas são a alma da ação coletiva, o que leva os sujeitos à ação, as considero um elemento-chave para compreender tanto as dinâmicas do ativismo como das sociedades em geral. A partir do seu estudo, é possível entender como se estabelece a correlação de forças e os valores e projetos que disputam e estruturam as sociedades. Do mesmo modo, mudanças na configuração das identidades coletivas sinalizam tensões conjunturais e transformações sociais em curso.

Para compreender como se dá o processo de reconfiguração identitária, um dos objetivos deste trabalho, é fundamental observar as variações sócio-históricas deste conceito no decorrer da modernidade. Por esse motivo, na próxima seção serão recuperadas algumas das principais concepções de identidade coletiva propostas pela teoria sociológica e pela literatura da ação coletiva. Serão observadas suas relações com a estrutura, a conjuntura e os movimentos sociais que as fundamentam. Procurar-se-á examinar seu paulatino descentramento ao longo da modernidade até chegarmos aos tempos atuais, em que as tecnologias digitais maximizam e alteram a dinâmica do processo identitário para os atores individuais e coletivos.

## **1.2 Identidades sólidas? O lugar da identidade coletiva nas teorias e nos movimentos**

As concepções de identidade coletiva variam ao longo da modernidade de acordo com as transformações sociopolíticas e o caráter dos próprios movimentos, e estas intercorrências são observadas, em boa medida, a partir dos enfoques teóricos dados à questão, que tendem a acompanhar a conjuntura. Durante o século XIX, com a consolidação do capitalismo, a noção de identidade esteve atrelada principalmente ao conceito de classe. Na primeira metade do século XX, a organização e as disputas políticas entre os Estados nacionais fizeram a ideia de

nação base da referência identitária. Findadas as grandes guerras e verificadas as calamidades que elas produziram, emergiram, no mundo ocidental, as sociedades pós-industriais reconhecendo a urgência da garantia dos direitos fundamentais, de modo que a luta por esses se deslocou para o campo cultural, sendo estruturada sobretudo a partir das questões de raça e gênero. Desta forma, a cultura e a luta pelo existir a partir dela passaram a centralizar a concepção de identidade.

Por quase cem anos, a identidade coletiva foi considerada pela teoria social e pela teoria sociológica um fenômeno fixo e imutável. Inicialmente, quando os teóricos do século XIX tratavam de movimentos sociais, centravam a identidade do sujeito na estrutura, retroalimentando o discurso da maioria dos movimentos (ALEXANDER, 1988). Essa postura foi continuada por considerável parte dos pesquisadores subsequentes até a primeira metade do século XX – não somente pelos marxistas, mas também por aqueles que contribuíram para desenvolver as teorias do comportamento coletivo e da privação relativa.

Nas perspectivas de Émile Durkheim e Karl Marx, indivíduos constroem suas identidades mormente a partir de referências externas, argumento que deriva do princípio de toda teoria sociológica. Enquanto para Durkheim isso ocorre por meio da coerção exercida pelas instituições das quais o indivíduo participa, sendo indispensável para a coesão social e para a formação da moral, Marx afirma que a identidade se fundamenta (ou deveria se fundamentar) na posição estrutural dos indivíduos, na classe social.

Marx (1974) denominou esse processo de compartilhamento de interesses e/ou opressões e sentimento de pertença como consciência de classe. A partir desse raciocínio, afirmava que somente com a transição da “classe em si” (o que se é) para a “classe para si” (a partir do que se é, o que querer) poderia se formar um novo sujeito político – o proletariado – o que a torna um elemento fundamental da luta de classes.

Apesar de Marx em um primeiro momento alinhar-se aos hegelianos ao ponderar que as transformações subjetivas e o estabelecimento de um novo horizonte normativo (o comunismo) eram imprescindíveis para abolição da propriedade privada e para a superação do capitalismo, quando direciona sua argumentação para a economia política e o materialismo, os aspectos morais, culturais e imaginários são colocados em segundo plano na sua teoria, se tornando meros instrumentos para a revolução. Esta perspectiva foi secularizada posteriormente pelas teorias do conflito e da escolha racional, que interpretavam os movimentos como respostas práticas às desigualdades sociais (OBERSCHALL, 1973).

Nas décadas seguintes, tendo em vista os acontecimentos históricos (especialmente os processos de independência e as guerras mundiais), parte dos intelectuais, acompanhando os

movimentos que surgiam, passou a substituir o conceito de classe em suas análises pelo conceito de nação. A cultura local tornou-se o cerne da referência identitária dos sujeitos, reforçando o pressuposto da homogeneidade identitária, sobretudo no campo da política. Nascer, morar em determinado território ou pertencer a uma comunidade étnica definiam, ao menos no âmbito discursivo, quase aprioristicamente, a maneira como o indivíduo se localiza, interage e compreende a realidade. Teóricas como Hannah Arendt destacaram o caráter antipolítico das identidades defendidas a partir deste tipo de concepção, visto que os discursos destes movimentos, em geral, previam o aniquilamento do outro, do diferente. Estudos sobre o nacionalismo, o fascismo e as comunidades étnicas marcaram esse período (MCGARRY e JASPER, 2015).

Destoa das perspectivas funcionalista e estruturalista a inversão epistemológica proposta por Max Weber, no início do século XX, que contribuiu de forma importante para o entendimento das singularidades dos indivíduos mediante às instituições e movimentos dos quais participam. As análises de Weber, partindo das motivações dos indivíduos para compreender a formação de organizações e movimentos, permitem considerar a existência de múltiplas identidades num mesmo ator, assim como a possibilidade delas moldarem e remodelarem os padrões impostos. Contudo, o olhar sobre as identidades e movimentos a partir desta perspectiva só foi aprofundado décadas depois e, mesmo assim, esse debate não recupera explicitamente e necessariamente Weber, como veremos.

Ainda na primeira metade do século XX, em paralelo e em resposta às leituras macrossociológicas, surgiram teorias que procuraram priorizar as dimensões emocionais do comportamento coletivo. A teoria das multidões de Le Bon reduzia a ação coletiva à irracionalidade, argumentando que o grupo suprime a individualidade e torna os indivíduos mais sugestionáveis e manipuláveis por líderes impetuosos. A teoria interacionista de Mead, por outro lado, forneceu bases importantes para a compreensão sociopsicológica das identidades coletivas ao observar que, ao mesmo tempo em que o *self* (a pessoa social) é construído com base em estruturas e sentimentos sociais pré-existentes, essas estruturas também são constantemente modeladas pelas ações e relações desses sujeitos.

Posteriormente, Blumer (1951), sob forte influência do pensamento weberiano e da psicologia social de Mead, estudou os comportamentos coletivos focando na análise das microestruturas e da reação circular. Para o autor, os indivíduos referenciam suas ações a partir das ações dos outros, construindo suas relações com base no significado que dão a essa interação. Quando há reciprocidade de sentimentos entre os indivíduos, quando “sofrem juntos os desarranjos em suas rotinas cotidianas” (p.170), esse sentimento se intensifica,

gerando inquietação. A inquietação resulta em agitação social quando ocorre reação circular ou se torna contagiosa. O *esprit de corps*, termo que o autor usa no lugar de identidades coletivas, ocorre quando os membros organizam seus sentimentos a favor de uma causa pela qual se identificam e adotam um comportamento comum. Este propicia nos indivíduos a formação de uma nova concepção de si mesmos, sendo o primeiro passo, segundo o autor, para a organização dos movimentos sociais.

A partir da década de 1960, com a crise do fordismo e a emergência das sociedades pós-industriais nos países ocidentais, as identidades coletivas deixaram de ser abordadas de maneira implícita ou adjacente pelas teorias, de forma que o conceito ganhou centralidade nas análises. Os movimentos que eclodiram com maior destaque nesse período (negro, LGBT, feminista e ambientalista) pluralizavam as identidades coletivas, que passavam a ter como esteio outras posições demográficas – a raça, a idade e o gênero. Embora estes movimentos entendessem suas questões como estruturais, atentando em vários casos à centralidade das classes sociais, a literatura os denominou como “movimentos culturais” e/ou “identitários”. Apesar deste equívoco inicial, esta mudança de paradigma permitiu nos anos seguintes que os estudos se estendessem para além do âmbito dos direitos, incorporando o debate sobre os vestígios psicológicos da opressão (OGBAR, 2004 apud MCGARRY e JASPER, 2015).

Por mais que muitos autores oponham os “movimentos identitários” aos “movimentos materialistas” (INGLERHART, 1990), observa-se – e isto sempre pareceu muito claro a esses militantes – que a inferiorização e a dominação étnico-cultural, refletida em racismo, machismo, preconceito, discriminação, segregação e ausência de direitos, possuem alta correlação com a exploração econômica e a pobreza. Em suma, são fenômenos imbricados e que se retroalimentam: a alteridade, frequentemente, se converte em desigualdade.

Os movimentos identitários desencadearam ao menos duas perspectivas de análise distintas. Por um lado, a teoria da mobilização de recursos (McCARTHY e ZALD, 1977) entendia estas coletividades como uma mera soma de agregados individuais. A ação coletiva seria produzida mais por interesse individual e pelo cálculo racional (de que a ação coletiva é mais vantajosa) do que pelo desenvolvimento de solidariedades e sentidos compartilhados da ação. Por outro, as teorias dos novos movimentos sociais focavam no debate identitário em si e nas relações entre subjetividade e objetividade.

Como estes movimentos não tinham como objetivo a tomada do Estado, questões distributivas ou outras pretensões revolucionárias, mas lutavam pelo direito à diferença, a noção de identidade coletiva passou a deslocar a noção de “consciência de classe” no debate acadêmico sobre os movimentos sociais, sendo Alain Touraine um dos autores mais

influentes deste movimento intelectual. A partir de sua tríade de condições para a existência de um movimento, “I-O-T”, na qual “I” é a identidade do próprio movimento, “O” é a identidade de seus opositores e “T” representa a totalidade ou as apostas da luta, o autor pondera a importância da definição da fronteira entre “nós” e “eles” no conflito político. Touraine observa – e esta é uma de suas grandes contribuições ao debate – que essa fronteira não pode ser explicada exclusivamente à luz das relações estruturais e do contraste de interesses que essas implicam, posto que a própria ação coletiva pode também estimular sentimentos de pertença, solidariedade e empoderamento entre os indivíduos. Ou seja, as identidades não se constituem necessariamente antes da ação coletiva, mas são fruto, sobretudo, da interação entre os sujeitos e podem se conformar ao longo do processo (TOURAINÉ, 1989).

A teoria dos novos movimentos sociais inovou ainda ao problematizar a intersecção entre o envolvimento coletivo e o engajamento pessoal que caracteriza a ação coletiva, e apontar que o ingresso em movimentos sociais muitas vezes se reflete em mudanças significativas na história pessoal dos sujeitos. Esta vertente observou que o fortalecimento e a elevação de autoestima são sentimentos comuns entre os militantes. Além disso, a teoria destaca o processo de constituição destes movimentos e suas identidades enquanto uma negociação contínua entre os anseios e as expectativas de cada indivíduo, ressaltando o caráter menos hierárquico da sua organização.

Verifica-se que estes autores compreendem maior maleabilidade, ou pelo menos algumas aberturas, no processo de conformação da identidade para além de uma imposição apriorística por parte da estrutura ou dos próprios movimentos. Ou seja, não se trata de um processo unidirecional ou altamente centrado. Contudo, isso não significa que ela seja menos consistente. Assim, o maior protagonismo do indivíduo não é visto necessariamente como individualismo ou contraposição ao coletivo por esta corrente teórica, mas como expressão do engajamento e das dinâmicas da ação coletiva em si.

Em paralelo a esse debate, mas com semelhante intuito de compreender a dimensão simbólico-interpretativa da ação coletiva, a partir dos anos 1980 o conceito de *frame* (ou quadro), também oriundo da psicologia (BATESON, 2002), foi introduzido e popularizado no debate principalmente a partir de David Snow e seus colaboradores (1986). Com suas raízes teóricas no interacionismo simbólico, o conceito é uma espécie de meio termo entre as visões sistêmica e performativa de cultura (DELLAPORTA E DIANI, 2006; MCGARRY e JASPER, 2015).

O “quadro” é um organizador de pensamento. Destaca certos eventos e fatos a

despeito de outros (RYAN e GAMSON, 2015), permitindo a quem o elabora definir a situação (GOFFMAN, 1986) e orientar suas ações (MENDONÇA e SIMÕES, 2012). Todavia, essa organização não é unilateral ou arbitrária, mas construída na interação e, sobretudo, na comunicação, com outros sujeitos.

Quando apropriado pela literatura da ação coletiva, o enquadramento é definido pela leitura que o movimento faz do passado, do presente e de suas expectativas de futuro, expressando a sua visão de mundo. Dessa forma, os dois tipos de enquadramento, a visão de mundo do e sobre o movimento, estão altamente concatenados ao conflito de identidades. “As identidades coletivas são politicamente necessárias ou pelo menos úteis como símbolos para recrutamento de pessoas e seu engajamento” (MCGARRY e JASPER, 2015, p. 5). Os diferentes atores que a constituem procuram articular uma visão coerente mínima de si mesmos, pois sabem que é mais provável que suas pautas se tornem notórias e bem-sucedidas se organizados coletivamente, do que se agirem separados.

Nesse sentido, a instrumentalização do enquadramento, tanto por parte dos autores quanto por parte dos movimentos, tende a conferir a estes últimos uma identidade de caráter altamente centrado, proposta unidirecionalmente pelos líderes da organização – diferente da concepção das identidades coletivas da teoria dos novos movimentos sociais, que prevê uma interação negociada dos atores<sup>20</sup>. Não por acaso, o conceito de enquadramento teve maior adesão, a princípio, entre os autores que privilegiam as dimensões materiais da ação coletiva e desconsideram a importância axiológica dos enquadramentos e da cultura na organização da experiência dos indivíduos (PEREIRA e SILVA, 2017).

Por outro lado, esforços que compreendem o enquadramento enquanto uma tática importante para o estabelecimento das identidades e para a organização da ação coletiva contribuem para a superação de abordagens dicotômicas entre estratégia e ideologia. Dentre estes, destaca-se inicialmente o trabalho de Gamson (1992). O autor analisa os diferentes enquadramentos dados a questões polêmicas como ações afirmativas, o conflito árabe-israelense, energia nuclear e políticas industriais na grande imprensa e nas conversas informais. Gamson observa três tipos de enquadramentos mobilizados nas batalhas discursivas sobre estes temas: i) os quadros de injustiça, que expressam a indignação moral,

---

20 Nesse sentido, Melucci (1996, p.355 – *tradução nossa*) comenta: “Os quadros discursivos da ação coletiva são produzidos por negociações e conflitos internos: indivíduos e grupos dentro de uma construção de movimento ajustam laboriosamente as diferentes orientações que expressam e os requisitos contrastantes de um campo coletivo. Mas esta atividade construtiva profunda de um ator coletivo não é visível, especialmente porque alguma unidade e a eficácia deve ser mantida ao longo do tempo. Padrões ideológicos e funções de liderança são fundamentais a esse trabalho, na tentativa de fornecer uma ordem revisível para o processo continuamente negociado. Uma das principais tarefas que cabem aos líderes são precisamente as de produzir aqueles quadros que reforçam a unidade e melhoram a eficácia do ator coletivo”.

trazem denúncias e estabelecem culpados; ii) os quadros de agência, que são mais propositivos e partem da ideia de que é possível superar problemas por meio da ação coletiva; e iii) os quadros de identidade, que buscam definir um “nós”. (MENDONÇA e SIMÕES, 2012)

Anos depois, Melucci (1996) reconheceu, ainda que de modo crítico, que os enquadramentos são um importante elemento das identidades coletivas, no sentido de responderem à função estratégica da ideologia e reforçarem a unidade do movimento:

Reformulando os valores e as normas do grupo, quadros discursivos solidificam a identidade coletiva e evitam que conflitos internos danifiquem a unidade (ver Fine 1995). Ao mesmo tempo, fixam os limites de pertencimento (ver Gyerin 1983) e os critérios de identificação e punição daqueles que se desviam dessas normas. No entanto, o aparato discursivo de um movimento não é uma entidade estática: também é influenciada por tensões e permanece um campo de conflito entre grupos e facções (MELUCCI, 1996, p. 352-3).

Sob outra ótica, alguns autores observam que embora a formulação de uma identidade fixa seja uma “ficção necessária”, que avigora o movimento, ela também pode ser a base para opressão e mascarar diferenças internas importantes entre os atores que o formam (GAMSON, 2015).

Michel Foucault e Judith Butler salientam que todas as identidades são posições criadas por sistemas de poder que controlam e limitam os sujeitos na hierarquia social. Dessa maneira, os movimentos podem ser identificados, oprimidos e, no limite, exterminados por seus adversários. Esse enquadramento externo do movimento pode também originar estereótipos culturais que distorcem os seus propósitos perante a opinião pública e disseminar o ódio contra si (MELUCCI, 1996; MCGARRY e JASPER, 2015).

Outra crítica, dessa vez ao essencialismo identitário, vem da teoria *queer*, primeira a efetivamente negá-lo. Esta perspectiva se baseia especialmente no lugar dos transgêneros e bissexuais dentro do movimento gay, que afirmavam ter condições de vida (incluindo de classe) e sofrerem opressões a respeito de gênero e sexualidade distintas daquelas vivenciadas por outros atores do movimento LGBT, que frequentemente não dava a devida atenção as suas demandas. Por motivos semelhantes, surgiu o debate da interseccionalidade no movimento feminista, mas este, ao invés de negar as identidades, as multiplica.

Inicialmente, as mulheres negras e pobres, acompanhadas das latinas, asiáticas e indígenas, passaram a questionar a representatividade do movimento feminista, cujas ações se voltavam especialmente para atender às demandas das mulheres brancas de classe média (JASPER, TRAMONTANO e MCGARRY, 2015). Estas militantes entendiam que as

desigualdades sociais estavam intrinsicamente interligadas. O racismo, a exploração de classe e o patriarcado moldavam concomitantemente a experiência de ser mulher negra, de modo que a sua emancipação exigia uma resposta também interseccional, que abarcasse os múltiplos sistemas de opressão. A resposta interseccional compreendia, ao mesmo tempo, ideia e prática, servindo tanto como uma ferramenta analítica para pensar as diferentes identidades que coexistem em uma mesma pessoa e como a opressão se aprofunda em determinadas experiências, quanto no combate efetivo às injustiças sociais a partir do seu empoderamento e da disputa de estruturas dominadas pelo patriarcalismo branco (COLLINS, 2017).

No entanto, essas reações às identidades fixas foram criticadas por alguns autores, para os quais a interseccionalidade desmoralizou e fraturou os movimentos (MCGARRY e JASPER, 2015). De fato, a heterogeneidade dos movimentos pode dificultar a tomada de decisão acerca de alianças e repertórios de ação, levar à criação de facções e rachas, e à configuração de um dilema estratégico sobre qual posição preponderará. Em contrapartida, essas disputas mantêm aceso o debate interno dos movimentos e podem torná-los mais inclusivos.

Em síntese, se por um lado as identidades coletivas devem manter-se relativamente fechadas para evocar continuidade e garantir a solidez de alianças ao longo do tempo – o que lhes atribui um caráter exclusivo –, por outro, a formação das identidades, sendo um processo contínuo, é aberta à constante reelaboração de acordo com as contingências e diferenças, se configurando por uma relação dinâmica entre os atores.

### **1.3 Globalização, ciberativismo e múltiplas identidades**

A discussão realizada até aqui evidencia como a perspectiva cultural é de suma importância para a análise dos movimentos sociais e societários. Ao mesmo tempo em que os movimentos sociais são uma expressão do que está culturalmente determinado, também indicam possíveis mudanças nesse âmbito. Muitas vezes, a forma como os atores se identificam e identificam os outros atores é uma resposta (afirmativa ou negativa) ao *status quo*. De acordo com Hank Johnston e Bert Klandermans, “a cultura dominante está repleta de lacunas, inconsistências e contradições. A partir destas questões brotam símbolos alternativos, valores, idiomas e quadros que podem ser as sementes do desafio e da mobilização” (2004, p. 5).

Quando estes “movimentos societários”, nos termos propostos por Bringel, possuem uma relação intrínseca com o avanço das tecnologias de comunicação, ou seja, com elementos próprios do campo cultural, esse viés se torna ainda mais relevante. A gradual incorporação da internet e das mídias sociais ao cotidiano das pessoas, que passaram a ter suas relações fundamentalmente mediadas por elas, possibilitou processos de identificação para além de territórios, posições demográficas e contatos presenciais, intensificando o seu descentramento. A conexão em rede *full time* tornou possível compartilhar orientações, valores, atitudes, visões de mundo, estilos de vida e experiências, sem a necessidade da interação face a face ou do pertencimento estrutural (MELUCCI, 2003; JOHNSTON e KLANDERMANS, 2004; DELLAPORTA e DIANI, 2006).

Isso permitiu aos indivíduos sentirem-se próximos de vários tipos de coletividades ao mesmo tempo, favorecendo ainda mais a solidarização com diversos movimentos cujas reivindicações dialogassem com a sua subjetividade. Esse processo foi denominado por parte da literatura como “diferenciação e segmentação do *self*”. Esse fenômeno já havia sido observado antes, na mudança da pré-modernidade a modernidade, com o surgimento da opinião pública integrada via palavra impressa. Porém, a revolução eletrônica o acelerou. (DELLAPORTA e DIANI, 2006).

Elementos característicos da cibercultura, como a ótica planetária da rede, a viralização informativa, a emancipação comunicacional, a ação descentralizada, as práticas colaborativas de inteligência coletiva (LÉVY, 1999), o compartilhamento, a transparência, a abertura dos códigos-fonte e a remixagem (LE MOS, 2014) difundiram-se enquanto novos valores, recursos e repertórios de ação, dando origem ao ativismo digital ou ciberativismo.

O ciberativismo é definido, como a própria denominação sugere, pelo uso da internet e de dispositivos digitais na ação coletiva. Contempla diversos matizes de movimentos, desde aqueles formalmente organizados, que se utilizam da rede apenas enquanto mais um recurso de comunicação e mobilização – o ativismo computadorizado (WRAY, 1998) –, passando por aqueles que surgem a partir da internet e a instrumentalizam para produzir informação contra-hegemônica – os chamados “midiativistas” ou “midialivristas” –, até aqueles que possuem profundos conhecimentos dessas tecnologias, para os quais a rede se configura como a principal ferramenta de combate ao sistema capitalista – os “hackativistas”.

O ciberativismo foi inicialmente mais estudado por pesquisadores da Comunicação Política do que por sociólogos, que por muito tempo restringiram (e subestimaram) sua relevância ao campo da prática. Dessa forma, os atores não eram classificados a partir de suas estratégias de utilização do ciberespaço, mas a partir de suas bandeiras, como o autonomismo

e a crítica à globalização. Do mesmo modo, a questão das identidades e sua relação com as tecnologias ficou em segundo plano. Em contrapartida, a maioria dos estudos da Comunicação e os poucos estudos sociológicos que logo observaram a importância das redes na reconfiguração societária foram demasiados otimistas a respeito dos possíveis desdobramentos democráticos e emancipadores do ciberativismo (GOMES, 2016).

O caso que inaugurou a literatura acerca dos movimentos transnacionais e do ciberativismo foi o levante zapatista em 1994 no México, no qual o uso da internet foi considerado uma nova forma de resistência (ALCÂNTARA, 2015; BRINGEL, 2015a; CASTELLS, 1999). Tais recursos contribuíram para que o zapatismo gerasse um grande ciclo de solidariedade internacional, propondo um horizonte de autonomia e esperança em contraste à globalização neoliberal. No entanto, o primeiro grupo a se autorreferenciar como ciberativista foi o *Electronic Disturbance Theater*, que ocupou o site do governo mexicano (*sit-ins*) em solidariedade aos zapatistas utilizando o seu software, o FloodNet.

Esse episódio, conhecido como projeto SWARM, trouxe consigo inovações táticas, como a *social netwar* (guerra em rede) e *swarming* (redes de enxame). O primeiro termo se refere aos conflitos cibernéticos assimétricos entre os movimentos e os Estados. O segundo é entendido como uma forma de ação, dispersa e estruturada em uma rede composta por pequenos grupos, que assim como um enxame de abelhas, ataca e se afasta rapidamente do alvo (ARQUILLA e RONFELDT, 1996).

Com o aprimoramento e difusão de redes que propiciavam a comunicação via e-mail ou site entre militantes, se tornou possível a articulação entre ativistas de diversas partes do mundo em reduzido tempo, dando origem à prática da “infoguerra”, que utiliza a internet para incitar ações em escala global (WRAY, 1998).

Dentre as manifestações da infoguerra, se destaca a Batalha de Seattle, ocorrida em 1999. Mediante a reunião da Organização Mundial do Comércio, manifestantes de todo o mundo protestaram contra a expansão neoliberal e a teoria de que “*there is no alternative*” de Margaret Thatcher, que foi difundida após a queda do muro de Berlim. A cobertura midiática desse evento registrou a emergência do movimento antiglobalização ou altermundialista como um ator mundial (BRINGEL e ECHART, 2010). Também denominado por alguns autores como “movimento de justiça global”, esse foi marcado pelas identidades múltiplas ou multi-referenciais, como sugeriram, em diversas ocasiões, Donatella Della Porta e Sidney Tarrow.

Os altermundialistas chamaram a atenção exatamente por recusarem-se a elaborar uma “identidade própria” e a estabelecer relações hierárquicas no movimento. Embora reconhecessem as discriminações estruturais e se esforçassem para limitá-las, negavam-se a

agir sob bandeiras e escolher representantes. Tal postura dos manifestantes fez com que a multirreferencialidade identitária se tornasse mais frequente e tolerada (MAECKELLBERGH, 2009 apud MCGARRY e JASPER, 2015), consolidando uma nova tendência e forma de ação coletiva, mais voltada à articulação de redes em prol de causas e eventos do que à formação de organizações e identidades centradas.

Grande parte dos estudos da área aponta ainda o movimento antiglobalização como um dos fundadores do midiativismo pelo fato de ter criado a Indymedia, uma plataforma de comunicação digital autônoma cuja proposta era “pensar globalmente e agir localmente”, visto que a maioria dos conflitos locais são oriundos do processo de globalização neoliberal (BRINGEL e ECHART, 2010). Outro desdobramento importante desse movimento foi o Fórum Social Mundial, cuja primeira edição ocorreu no ano de 2001, em Porto Alegre. O Fórum é um espaço de debates e articulação de propostas dos movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se reúnem anualmente para discutir estratégias de enfrentamento aos impactos das políticas neoliberais sofridos pela população global.

Alguns anos depois, com a invenção da Web 2.0, a propagação da rede sem fio e a consequente popularização do acesso por dispositivos móveis, o potencial comunicativo da rede aumentou, facilitando os ataques em *swarming* e favorecendo diversos eventos de protestos que se utilizaram de celulares em sua organização, como as manifestações de 2001 contra o presidente filipino Joseph Estrada, que resultaram no seu afastamento do cargo; o 13M (noite dos celulares) em Madrid no ano de 2004; e as revoltas urbanas na França em 2005.

David de Ugarte (2008) sugeriu para a análise desses eventos que iniciam sua organização nas redes e se transferem para as ruas o termo “cibertubas”. No entanto, o conceito que ganhou maior notoriedade para designar o fenômeno foi o de *smart mob* (multidões inteligentes), cunhado por Howard Rheingold (2002). Rheingold o desenvolveu inspirado nos *flash mobs*, encontros coletivos organizados entre estranhos pela internet ou por pequenos grupos de afinidade, com o objetivo de fazer uma performance rápida e chamativa. O autor observa que o sucesso dos *smart mobs* é oriundo da adesão ao lema do “faça você mesmo”, disseminado pela cultura hacker, e da crença na promessa de empoderamento via rede, que levaria uma série de desconhecidos a se identificar e reunir.

No entanto, a maior expressão de como a comunicação em rede, enquanto prática coletiva, poderia converter-se em solidariedade, identificação e empoderamento, foi vista a partir de 2008, com a emergência do ciclo de protestos da indignação. A proliferação de

movimentos e a conexão entre eles observada chamou a atenção de pesquisadores do mundo todo, que passaram a se questionar sobre o que levava milhões às ruas e o que esse fenômeno representava. Voltava-se à busca sobre a fonte das identidades coletivas e as dinâmicas de agregação das ações coletivas.

Em diálogo com vários estudos que analisaram esse ciclo de protestos a partir do conceito de identidade coletiva, no próximo capítulo apresento e desenvolvo minha hipótese sobre como a globalização e, principalmente, a apropriação cotidiana e política das mídias sociais incrementaram a comunicação dos movimentos sociais e reconfiguraram o ativismo contemporâneo, proporcionando, por um lado, a difusão de quadros, a ampliação das solidariedades e a participação a um custo menor (especialmente para aqueles que não possuem experiência militante anterior ou não têm espaço institucional); e, por outro, permitindo que informações, percepções, sentimentos e discursos fluam, se encontrem, redirecionem e reconfigurem, ampliando o acesso e o alcance dos movimentos e dando origem a um novo tipo de identidade coletiva: as identidades ciber-orientadas.

## **2- A (RE)CONFIGURAÇÃO DAS IDENTIDADES COLETIVAS NA CONTEMPORANEIDADE**

Tendo em vista as mudanças e acontecimentos da segunda metade do século XX e primeiras décadas do século XXI, os teóricos sociais e estudiosos da ação coletiva vêm observando a crise das “identidades sólidas”, fenômeno resultante da dissolução (CASTELLS, 1999) ou do descentramento das identidades coletivas na contemporaneidade (HALL, 2006), que teriam suas referências pulverizadas ou seriam multi-referenciais (DOMINGUES, 2013). Há ainda quem defenda que as identidades coletivas tendem a desaparecer (BENNETT e SERGERBERG, 2012).

A identidade é uma celebração móvel, moldada historicamente, o tempo todo (HALL, 2006), decorrente da constante interação entre indivíduo e sociedade. Assim como a realidade social, a identidade é multifacetada. Há (e sempre houve) múltiplas identidades dentro dos indivíduos, que frequentemente são contraditórias entre si, conforme a própria natureza humana. Comumente este conflito se estabelece entre o que o indivíduo é, e aquilo que deseja tornar-se, o que se almeja ser. Dessa forma, compreender o ícone da projeção dos sujeitos mobilizados que norteia o processo de identificação é fundamental para se entender o espírito de um movimento e do tempo em que ele se insere.

Embora Hall e outros autores trabalhem essas premissas de forma excludente, observando-as como definições de “identidade” atreladas a diferentes noções de sujeito, de momentos distintos (sujeito sociológico e pós-moderno), proponho observá-las aqui como complementares, como partes de um mesmo processo.

Ao mesmo tempo que os homens fazem a história, mas não como querem, sob as condições que lhe são dadas (cf. MARX) – ou seja, temos um sujeito atrelado (e muitas vezes, propenso a determinar-se pela) à estrutura –, este sujeito também se forma na relação com outras pessoas importantes para ele “que mediam os valores, sentidos e símbolos – a cultura – do mundo que ele habita” (HALL, 2006, p. 11).

Segundo a psicologia social, este é um processo que se inicia na infância. “A personalidade é uma entidade reflexa, que retrata as atitudes tomadas pela primeira vez pelos outros significativos com relação ao indivíduo”. No entanto, este processo não é unilateral, mas dialético. “A identidade se constrói entre a identificação do sujeito pelos outros e a autoidentificação, ou seja, entre a identidade objetivamente atribuída e a identidade subjetivamente apropriada” (BERGER e LUCKMANN, 2004; p. 175).

Ao longo da modernidade estas relações (estruturais e privadas) foram se “desestabilizando” de forma considerável, e a conformação da identidade, em suas diferentes dimensões – pessoal, social e coletiva – seguiu o mesmo caminho. Particularmente, a expansão da sociabilidade para além da interação face a face por meio da disseminação de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e das relações político-jurídicas para além das fronteiras dos Estados-nação, somada aos fluxos migratórios e de mercadorias, mudaram substantivamente o mundo da vida dos sujeitos (HABERMAS, 1990).

As relações nesses “tempos líquidos” (BAUMAN, 2007), como o próprio termo sugere, são “incapazes de manter a forma por muito tempo e impedidas de se solidificar em formas estáveis”. A volatilidade e a instabilidade suscitadas pela dinâmica das relações econômicas, políticas, sociais e privadas geram, sobretudo, insegurança existencial nos indivíduos. As organizações sociais não asseguram mais rotinas. A atuação dos Estados está mais limitada e enfraquecida perante a internacionalização do poder. Os laços entre as pessoas estão cada vez mais efêmeros e entrecortados, de modo que o pensamento, o planejamento e a ação a longo prazo se tornaram mais difíceis.

A globalização prometeu liberdade, mas entregou vulnerabilidade. As fronteiras foram “abertas”. As pessoas, assim como a informação e as mercadorias (a pandemia nos lembra agora que também os vírus e os “riscos globais”), “podem” supostamente circular por todo o planeta, mas não gozam de autonomia suficiente para gerir suas próprias vidas, sendo expostas e controladas a todo momento por forças que desconhecem. Desta maneira, a insegurança do presente e a incerteza do futuro “produzem e alimentam o medo mais apavorante e menos tolerável” (BAUMMAN, 2007, p. 13).

No que se refere às identidades coletivas, as mudanças no âmbito da sociabilidade provocaram um descolamento e um deslocamento entre as identidades pessoal, social e organizacional. Se no passado a ação coletiva decorria de um processo de identização mormente estabelecido a partir da criação de uma identidade organizacional<sup>21</sup>, que os sujeitos ou se apropriavam ou rejeitavam de modo a localizar-se em seus mundos, na sociedade contemporânea observa-se que a ação coletiva depende cada vez menos da formação de identidades sólidas e organizações de movimentos sociais (BENNETT e SERGERBERG, 2012).

Essa transformação no ativismo está correlacionada, entre outras variáveis, à apropriação das mídias sociais, que proporcionam a difusão de quadros, o compartilhamento

---

21 Não perdemos de vista aqui que essa identidade organizacional só acontece em uma relação dialética com a estrutura e a conjuntura.

de opiniões e sentimentos e uma participação de baixo custo – especialmente para aqueles que não possuem experiência militante prévia. As informações, percepções, sentimentos e discursos fluem, se encontram e reconfiguram na rede, extrapolando as fronteiras e o controle da militância.

Todavia, isso não significa que as mobilizações contemporâneas dispensam a organização formal por completo. As organizações de movimentos sociais continuam desempenhando um papel importante na produção de conteúdo, na garantia da capacidade de mobilização pela capilaridade de suas redes e na continuação das atividades nos momentos de refluxo.

Com base na observação do “ciclo da solidariedade indignada” (ALCANTARA e BRINGEL, 2020), marco recente central das transformações do ativismo na contemporaneidade, e nas principais pesquisas disponíveis sobre o tema, entendo que a disputa política hodierna é insuflada, em geral, por identidades tradicionais dos grupos organizados e identidades contingentes e fluidas, sendo essas últimas, determinadamente, ciber-orientadas (embora o contrário não seja necessariamente válido, ou seja, é possível também se estabelecer identidades mais estáveis e duradoras por meio de interações digitais). As identidades ciber-orientadas, como veremos, caracterizam-se pela inversão e indução do alinhamento de quadros a partir do compartilhamento de conteúdo pelas mídias sociais, pela solidariedade de *click*, pela crítica à representação, pelo pertencimento de sofá, pelo compromisso efêmero, pela exacerbação da singularidade e pelo entusiasmo na ocupação do espaço público.

Na tentativa de melhor compreender o fenômeno da reconfiguração das identidades coletivas, proponho neste capítulo explorá-lo a partir de sete “teses”, elaboradas em um diálogo crítico com a literatura do campo e com base na observação dos eventos e da conjuntura em que eles se inserem. Trata-se de sete fenômenos condicionados pela globalização da economia e pela difusão da internet, relacionados entre si de diferentes formas e que modificam tanto o centro das referências identitárias quanto o processo de identificação em si. Todas as expressões de identidades coletivas na atualidade passam, em maior ou menor medida, por esses elementos. São eles: i) a desintegração das identidades e a homogeneização cultural; ii) a dilatação do *locus* da identidade; iii) a conformação de uma identidade global de negação dos sistemas políticos; iv) a emergência de coletividades menores como forma de reorganização e a difusão das bandeiras “identitárias”; v) a mudança da esfera de mediação das identidades coletivas; vi) o declínio das organizações de movimento social e o surgimento de mobilizações calibradas por algoritmos; e vii) a

emergência de identidades de resistência cultural.

Este capítulo divide-se em duas seções. Na primeira, apresenta-se o argumento acerca da reconfiguração das identidades coletivas a partir das sete teses/fenômenos que confluem nesse processo. Na segunda, discute-se com alguns autores que discorrem sobre o fim das identidades coletivas e conclui-se a argumentação observando algumas implicações desse descentramento das identidades coletivas para o ativismo e a disputa política em geral.

## **2.1 Uma hipótese em sete teses**

### 2.1.1 Desintegração das identidades e homogeneização cultural

Hall (2006) afirma que o sujeito moderno passou por cinco deslocamentos. O primeiro deles teria sido colocado pela fundação da Sociologia, ciência baseada na premissa de que o homem é fruto do meio em que vive. O homem iluminista deixa de ser o centro do mundo, que passa a ser ocupado pela estrutura social. O segundo provém do marxismo, que segue a mesma linha ao entender que “os homens fazem sua própria história, contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita”. O terceiro deslocamento parte da Psicologia, sobretudo da teoria freudiana, para a qual a identidade é oriunda de processos psíquicos e simbólicos do inconsciente e dos nossos desejos, e não da racionalidade do sujeito cartesiano. Lacan observa que a identidade se constitui a partir do olhar do outro, de processos de aceitação e negação do sujeito durante a infância a partir da fantasia que esse cria de si mesmo, e assim continua se desenvolvendo ao longo da vida. Por isso, o autor sugere a substituição do termo identidade por identificação, pois como um processo, está sempre se fazendo e refazendo, não é algo fixo e estável.

O quarto deslocamento parte do estruturalismo, que ao definir a língua como um sistema social, propõem que as palavras e seus significados são construídos na relação com o outro, de modo que não somos totalmente autores das afirmações que fazemos. Já o quinto foi proposto pelos novos movimentos sociais da década de 1960, que apelavam à identidade cultural de seus apoiadores (raça, gênero e idade) e borravam os limites entre público e privado, conforme ilustra a máxima feminista “o pessoal é político”. Em suma, para o autor, o descentramento da referência identitária estaria relacionado, em todos os casos, às relações entre homem e sociedade, nas esferas da economia, da subjetividade, da comunicação e da

cultura, que se entrelaçam e se retroalimentam.

Nesta mesma obra, Hall analisa, em particular, como a globalização intensifica o processo de descentramento a partir das identidades nacionais. O autor define as nações como “discursos que naturalizam determinados modos de ser e sentir que organizam nossas ações e a concepção que temos de nós mesmos” (2006, p. 50), e pondera que estas comunidades simbólicas foram construídas ao custo de muito derramamento de sangue e com particular contribuição da imprensa ao longo do tempo. Entretanto, a globalização seria responsável por uma desintegração das identidades nacionais em decorrência de uma homogeneização cultural. Segundo Hall:

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas, desalojadas, de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente”. Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual nos fazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós), dentre as quais parece possível fazer uma escolha. Foi a difusão do consumismo, seja como realidade, seja como sonho, que contribuiu para esse efeito de “supermercado cultural”. No interior do discurso do consumismo global, as diferenças e as distinções culturais, que até então definiam a identidade, ficam reduzidas a uma espécie de língua franca internacional ou de moeda global, em termos das quais todas as tradições específicas e todas as diferentes identidades podem ser traduzidas. Este fenômeno é conhecido como “homogeneização cultural” (2006; p. 75).

Nos tempos atuais, a identidade cultural do indivíduo, antes elaborada a partir de uma narrativa localizada, que constituía valores, hábitos e modos de vida, não necessita mais dessas referências espaço-temporal-comunitárias, nem se restringe mais a elas. Não faz sentido pensar somente a partir da nação quando as relações sociais ultrapassam suas fronteiras. As comunidades são, continuamente, desterritorializadas e reterritorializadas, prescindindo de relações face a face ou laços fortes. Produzidas na rede, elas aproximam intenções e pessoas dispersas pelo planeta, formando-se a partir do consumo, pelo qual se afirmam identidades sociais e cria-se uma cultura digital, fruto da recombinação de outras culturas.

As referências identitárias circulam junto às mercadorias, e encontrando-se umas com as outras, tecem uma outra cultura, também homogeneizada e homogeneizante, de caráter cosmopolita. Todavia, este não é um processo totalmente espontâneo, visto que, em grande medida, é conduzido pelos fluxos de mercadorias e informações, que são a todo tempo direcionados pelos interesses do grande capital.

A homogeneização decorrente do consumo forma além de identidades sociais, estabelecidas pela propriedade de determinadas mercadorias (como iphones, por exemplo),

identidades políticas que endossam ou rejeitam o consumismo globalizado e suas implicações, como os movimentos neoliberais e os defensores do *buen vivir*.

### 2.1.2 Dilatação do *locus* da identidade, reelaboração dos sentimentos de pertencimento e solidariedade

Os intensos fluxos de informações, pessoas, símbolos e discursos (CASTELLS, 1999) inerentes ao mundo globalizado impelem à reelaboração de sentimentos de pertencimento e solidariedade e à incorporação de identidades que extrapolam as condições demográficas e as fronteiras políticas. A globalização possibilitou a superação das espacialidades físicas, temporais e o estabelecimento de relações imateriais, encurtando distâncias e des-re-territorializando as identidades.

As concepções de espaço e de tempo mudaram. Houve um deslocamento da territorialidade e um processo de desintermediação. As identidades que antes habitavam lugares mais estáveis, ou ao menos assim eram interpretadas, passaram a fluir física e virtualmente pelo globo. A circulação de mercadorias e símbolos possibilita que os indivíduos identifiquem e apoiem projetos e bandeiras de outras localidades, grupos e campanhas que, a princípio, não são suas. O ciberespaço permite o acesso a todos os espaços (VIRILIO, 1993).

O contato e o trânsito por diferentes enquadramentos e realidades possibilitado pelas tecnologias informacionais e de locomoção, assim como pela dinâmica transnacional da interação social e da economia na contemporaneidade, modificam a concepção de proximidade e ampliam as oportunidades de referência identitária para além de espaços físicos e relações presenciais, descentrando-a.

Haesbaert (2002), um dos autores mais expressivos no debate brasileiro sobre identidades territoriais, explica a partir das confluências entre a geografia e a filosofia as diferentes dimensões desse fenômeno de desterritorialização-reterritorialização. Observa que, ao mesmo tempo que ocorre a destruição temporária ou simbólica dos territórios, eles se recriam, seja na rede ou no espaço físico, a partir das migrações:

Temos, então, dependendo da ênfase a um ou outro de seus aspectos, uma desterritorialização baseada numa leitura econômica (deslocalização), cartográfica (superação das distâncias), “técnico-informacional” (desmaterialização das conexões), política (superação das fronteiras políticas) e cultural (desenraizamento simbólico-cultural). Na verdade, parece claro, são processos concomitantes: a economia se multilocaliza, tentando superar o entrave distância, na medida em que se difundem conexões instantâneas que relativizam o controle físico das fronteiras

políticas, promovendo, assim, um certo desenraizamento das pessoas em relação aos seus espaços imediatos de vida. Mas o que se vê, na realidade, são relações muito complexas. [...] A desterritorialização que ocorre numa escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização em outra [...] (HAESBAERT, 2002, p. 132-3).

São inúmeras as consequências desse processo. Se, por um lado, a sociedade global desterritorializa tudo o que encontra pela frente – fronteiras, línguas, sociedades, regimes políticos, bandeiras, moedas e tradições –, por outro, as pessoas continuam vivendo em lugares físicos (CASTELLS, 1999), mas estes são ressignificados e recriados mediante os fluxos (IANNI, 1994). Em decorrência das novas dinâmicas econômicas e culturais e as novas interações delas provenientes, as pessoas (se) deslocam e reinventam suas referências e existências, combinando-as de formas diversas e forjando novos territórios, virtuais e concretos. Assim, desterritorialização e reterritorialização são processos articulados e concomitantes (HAESBAERT, 1997).

Ainda de acordo com Haesbaert (1999), o processo de reterritorialização responde a uma necessidade de sobrevivência, tanto econômica quanto simbólica. É uma forma de transportar e perpetuar as culturas e identidades dos sujeitos em fluxo. No entanto, como a cultura e a identidade são processos interacionais dinâmicos, se reconstróem continuamente a partir das relações com os outros sujeitos.

No âmbito da ação coletiva, verifica-se que à medida que o capital se globalizou, as resistências também se globalizaram, sendo possível identificar novas territorialidades a partir do surgimento de novos tipos de redes ativistas transnacionais desde os anos 1990. Um exemplo é a Via Campesina, que se configura como um híbrido de lugares identitários, imbricando de diferentes maneiras o local, o regional, o nacional e o global (BRINGEL e FALERO, 2008).

Os movimentos indígena, negro, feminista e camponês foram expoentes destas iniciativas que procuram inverter a hierarquia de lugares imposta pela globalização econômica a partir do estabelecimento de relações horizontais entre os espaços e os atores. As redes, ao mesmo tempo em que expandiram o espaço do ativismo, reforçaram e redinamizaram a ação local para a qual o território é indispensável.

Alcântara e Bringel (2020) propõem pensar as dinâmicas entre os lugares e os atores a partir da ideia de “espacialidades políticas relacionais”, que através de suas conexões comunicativas e simbólicas transbordam as territorialidades físicas locais e reconfiguram as solidariedades internacionais. Nesse sentido, observam dois ciclos de solidariedades transnacionais vinculados ao processo de globalização. O primeiro é o ciclo da solidariedade zapatista, que se estabelece em busca de alternativas à globalização neoliberal e ao livre

comércio nos anos 1990 a partir da autonomia, da autogestão, da horizontalidade e de uma apropriação pioneira da internet. O segundo é o ciclo de solidariedade indignada, que emerge com a crise financeira de 2008, no qual as resistências à reestruturação do poder resgatam esses mesmos princípios, mas o fazem a partir de ações coletivas mais virais e descentradas dos atores e territórios.

Com o declínio do primeiro ciclo global das lutas antiglobalização, as resistências, que antes tinham como alvo os grandes símbolos do capital, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, passaram a se articular mais a partir de causas ou acontecimentos específicos, como as políticas de austeridade e a repressão, que com a popularização da internet ganharam visibilidade e evocaram indignação internacional. Assim, a indignação altermundialista que inicialmente tinha como alvo as estruturas e suas instituições, redirecionou-se contra os Estados, tornando-se mais conjuntural e efêmera, e adquirindo um caráter mais reativo do que propositivo. Deste modo, embora ocorra compartilhamento de valores, não se verifica um projeto comum entre os atores envolvidos nos protestos deste último ciclo (ALCÂNTARA e BRINGEL, 2020).

As tecnologias de informação permitiram aos indivíduos reconhecerem-se em outros, muitas vezes desconhecidos, aproximarem-se desses pelo compartilhamento de ideias (sobretudo pela indignação), e prestar-lhes solidariedade virtualmente ou à distância. Assim ocorreu quando, na Tunísia, o vendedor ambulante Muhammad Bouazizi ateou fogo no próprio corpo; quando os espanhóis, indignados com as políticas de austeridade, enfrentaram o governo dizendo “¡No nos representan, democracia real ya!”; quando os estadunidenses saíram às ruas levantando a bandeira “We are 99%”; e quando os brasileiros tomaram às ruas dizendo “Não é só por 20 centavos”. Verificou-se apoio massivo globalizado na rede a estes eventos, por meio de posts, de mudanças de avatar, do compartilhamento de vídeos dos protestos, da ampliação do debate sobre as suas causas e as formas de superar a crise, e, até mesmo, da promoção de atos presenciais de solidariedade a estes movimentos.

### 2.1.3 Governos e lideranças em xeque: crítica à representação política e ação direta

Tanto os que vivem sob regimes autocráticos como aqueles que vivem em democracias declaram sua insatisfação com os governos atuais. Diferentes povos vêm manifestando sua revolta com as autoridades e os Estados, que, em sua visão, não cumprem sua função de zelar pelo bem da sociedade e pela soberania da vontade popular. Os efeitos das

políticas de austeridade econômica (precarização, suspensão de direitos e serviços públicos), o desemprego e a corrupção sistêmica são as motivações mais frequentes dos protestos observados desde 2008.

Não é casual ou coincidente a proximidade entre as demandas e o amplo enquadramento anti-institucional observados nos protestos deste último ciclo. A globalização da economia e a orientação política ainda restrita ao Estado-nação conformam o paradoxo dos sistemas políticos contemporâneos, sobretudo das democracias, que enfrentam uma grave crise de confiança.

Hoje os governos estão sob dupla pressão. De um lado, devem responder aos eleitores, que reivindicam dos políticos realizar o que prometeram; de outro, a realidade global interdependente – os mercados, as bolsas, as finanças e outros poderes jamais eleitos por ninguém – impede que estas promessas sejam mantidas. A crise de confiança nasce desta dupla pressão. Sentimos todos que agora as democracias não mais funcionam, mas não sabemos como ajustá-las ou com o quê substituí-las. (BAUMAN, 2016)

Embora esta crise não seja exatamente uma novidade dos nossos tempos, visto que a democracia é uma forma de governo questionada desde a sua origem (RANCIÈRE, 2014), a partir deste diagnóstico é possível destacar ao menos três desdobramentos da globalização no processo de identização coletiva hodierno: i) a dificuldade da projeção identitária nas organizações de classe, nos Estados e nas lideranças, que são incapazes de configurar as identidades ou propor soluções para os problemas econômicos e sociais por si só; ii) a indução à crise de confiança nas instituições democráticas e no capitalismo, e à difusão de um sentimento de indignação e de um enquadramento anti-institucional generalizados, posto que estas não respondem da maneira esperada às demandas da população; e iii) a promoção de uma visão global de negação do sistema representativo, incitando discussões e experiências de formas alternativas de governo e ação política.

Da mesma forma que a globalização mundializou a economia e os seus efeitos, também o fez com a discussão política e o reconhecimento das mazelas provocadas pelo sistema capitalista em sua fase atual, levando à formação de identidades e movimentos globais que repudiam o sistema econômico e as instituições políticas, dadas suas relações promíscuas, e buscam/propõem formas de organização social mais humanitárias e inclusivas. Os protestos convocados globalmente e organizados de forma descentralizada pelo movimento antiglobalização, através da Ação Global dos Povos, foram pioneiros nesse sentido.

Refletindo sobre estas questões, Hardt e Negri (2001) observam quatro figuras

subjetivas produzidas “no contexto de crise social e política corrente” que devem ser combatidas para a constituição “de uma sociedade nova e sustentável”: o endividado, o mediatizado, o securitizado e o representado. O mercado financeiro e os bancos deixam os indivíduos, que vivem a precarização do trabalho, endividados. As redes de comunicação controlam as suas informações, fragmentando e dispersando sua consciência, tornando-os passivos diante da sua própria existência. Ao serem explorados pelas dívidas que adquiriram e manipulados pela mídia, estes indivíduos passam a ansiar por segurança, que na sua visão só virá através do controle (de suas próprias vidas, que foi perdido) projetado no Estado, que dada a sua corrupção intrínseca, o falseia por meio de líderes carismáticos ou populistas de ocasião (HARDT e NEGRI, 2014; p. 21).

Os autores depositam suas esperanças de superação desta crise na emergência de um novo sujeito político: a multidão. A multidão se caracteriza por abarcar as múltiplas singularidades, se distanciando da ideia de “uno”, própria do povo e da massa. Possui uma autonomia potencial (tende a não se submeter, por exaltar a diferença), se apropria do espaço público e tem caráter rizomático (não tem raízes). É composta por indivíduos heterogêneos, cujas capacidades se encontram e são compartilhadas, produzindo uma vida comum.

Os constituintes da multidão não possuem um sentimento de pertencimento atrelado ao *locus* físico, tampouco se identificam a priori, mas ao longo do processo da ação coletiva e, principalmente, a partir das micropolíticas, conformariam uma “identidade colaborativa”. Acreditam que somente a reunião e compartilhamento de suas singularidades é capaz de solucionar os problemas coletivos e transformar a sociedade. Ou seja, o alinhamento se baseia mais em sua relação com uma prática do que com uma causa ou ideologia específica, na linha do ativismo prefigurativo<sup>22</sup>. Dessa forma, enquanto potência, a multidão pode ser considerada a maior expressão desta identidade global baseada na negação da representação.

Para Hardt e Negri, a multidão emerge enquanto sujeito da sociedade globalizada e tende a abolir o poder centrado nas mediações, abrindo-se uma nova prática social com base na ação direta. A cultura colaborativa e o compartilhamento de informações e saberes da multidão tendem a inserir cada vez mais o cidadão em discussões globais e permitir a formulação de ações políticas conjuntamente (2001, p. 425). Assim, quando se realizar enquanto sujeito político, a democracia deixará de ser um conceito preso ao âmbito local e adquirirá uma conotação global.

---

22 Os ativismos prefigurativos são aqueles que buscam a formação de comunidades alternativas e cujas práticas são basilares à conformação de sua identidade. Comumente de inclinação libertária ou autonomista, esses defendem uma relação intrínseca entre o fazer e o ser, entre o engajamento em uma coletividade e o compromisso pessoal, buscando “pré-figurar” horizontes de futuro a partir das práticas existentes.

Nesta linha, a concepção de liderança também vem sendo ressignificada. A liderança tradicional verticalizada, típica do modelo representativo, perde cada vez mais espaço para uma forma horizontal, cujas decisões são resultantes da ação e vontade de todos os envolvidos. Quanto mais horizontal a dinâmica organizacional, menos as lideranças personificam a inspiração e a identidade dos movimentos. O conceito de multidão é mobilizado com frequência para compreender estas dinâmicas do ativismo contemporâneo, visto que a partir dos anos 2010, proliferaram movimentos e organizações que compartilham esses valores e buscam, à sua maneira, convertê-los em prática.

Em resposta aos problemas da representação política, surgem principalmente coletivos e ocupas, organizações com menor número de participantes e maior atuação orgânica, constituídas por identidades, em grande medida, descentradas. Estas formas organizativas mais abertas e com tendências à horizontalidade, bem como a constituição de coletividades menores em tamanho e sua potente articulação em e na rede, têm desafiado os formatos tradicionais de movimentos e os governos em geral, que possuem dificuldade em entender sua lógica e fim, assim como de propor-lhes alguma negociação, colocando-os sob constante crítica e tensão. Veremos a seguir como eles se configuram e apresentam.

#### 2.1.4 Os coletivos como forma de reorganização e difusão das bandeiras “identitárias”

Até meados dos anos 1990, os atores coletivos se organizavam e definiam, em geral, como associações, partidos, sindicatos, movimentos ou redes. Essas cinco noções abarcavam praticamente todo o espectro do “movimentalismo”. Com as reconfigurações societárias provenientes da globalização e da difusão das tecnologias, surgem novas formas de ação coletiva críticas aos modelos anteriores e, sobretudo, à representação política, com as mais diversas autodenominações: coletivos, frentes, articulações, comunas, rolês, casas, marchas, espaços, grupos, brigadas, projetos, levantes, etc. (cf. BRINGEL, 2018a). Considerando que a forma “coletivo” é uma tendência proeminente na contemporaneidade do ativismo brasileiro e contempla, grosso modo, todas essas propostas, esta subseção será dedicada a ela.

Os coletivos são pequenos grupos de pessoas, compostos principalmente por jovens entre 15 e 30 anos (GOHN, 2017), que se reúnem em prol de uma mesma causa ou tema, como os feminismos, o meio ambiente, os direitos humanos, as questões LGBT, a promoção da arte e da cultura, dentre outros.

Dado o recorte geracional, comumente o primeiro contato entre seus membros ocorre

nas escolas, nas universidades ou em comunidades, configurando-se como importantes espaços de iniciação na militância (ALCÂNTARA e BRINGEL, 2020). Geralmente se configuram enquanto agrupamentos fluidos, possuem estrutura horizontalizada e atuação micropolítica na maior parte do tempo, podendo ser classificados como expressões do associativismo local (SCHERER-WARREN, 2006). Sua prática decorre da crítica desses atores às estruturas centralizadoras dos movimentos tradicionais. Procurando demarcar essa distinção, os membros dos coletivos costumam se denominar, muitas vezes, como ativistas e não como militantes das causas, que podem variar entre tópicas ou permanentes, fragmentadas ou mais articuladas (GOHN, 2015).

Muitas vezes a crítica à política institucionalizada, mais materializada nas figuras dos partidos políticos e de grupos institucionais, se dá pela percepção de que a parcela da população que deveriam representar, não o fazem. Ao mesmo tempo, estas(es) jovens dizem que representatividade importa e reconhecem quando os coletivos ou movimentos são coerentes com relação a essa dimensão. Questionam, portanto, o simulacro dos mecanismos que pretensamente falam por uma determinada comunidade, mas que precisam, urgentemente, mudar para fazer sentido (SILVA et al., 2018, p. 97).

É possível observar grande influência dos ideários anarquistas e libertários entre os coletivos (GOHN, 2015). Nesse sentido, destacam-se as formações dos coletivos de cultura e arte por jovens nas periferias que usam a visibilidade como artefato político na tentativa de garantir o seu “direito à cidade” e de propiciar-lhes uma outra experiência de juventude que seja não vinculada à violência estrutural ou aos programas governamentais (SILVA e CARADE, 2018). Segundo Laranjeira et al. (2018, p.432):

Os coletivos culturais funcionam enquanto lugar de sociabilidades e pertencimento, onde identidades são produzidas, linguagens são desenvolvidas e processos criativos são alavancados, afetando a vida dos sujeitos e da comunidade, e amplificando o diálogo com a esfera pública.

Embora não contem com uma base social ampla e nem com recursos volumosos, como os movimentos sociais tradicionais e as ONGs, frequentemente conseguem promover mudanças importantes nas suas comunidades. Também costumam formar redes de solidariedade com outros coletivos e movimentos com os quais compartilham demandas, participando de grandes mobilizações e eventos no espaço público em datas significativas para as suas lutas.

No âmbito dos coletivos relacionados às questões de gênero, esses costumam emergir mediante a insuficiência das categorias tradicionais para a organização da identidade coletiva

e sua interseccionalidade, expressando um processo de pluralização desses movimentos e combinando ativismo prefigurativo e empoderamento (SILVA et al., 2018). As diferentes combinações entre classe, gênero e raça, e as variadas formas de opressão que sofrem, tornaram essas referências obsoletas, inviabilizando a conformação de grandes movimentos representativos. Por exemplo, os dilemas enfrentados por uma mulher branca de classe alta e uma mulher trans de baixa renda, ou por um negro de classe média e um negro morador da periferia, são substancialmente distintos. Embora ambas e ambos vivenciem as opressões que estruturam o sistema patriarcal branco, não o fazem da mesma forma, o que diferencia parte de suas demandas. Assim, estes grupos menores respondem aos anseios organizativos e políticos destes indivíduos, reunindo os pares com maior número de afinidades (FACHINNI, 2009).

Estas lutas têm mobilizado setores importantes da sociedade, no sentido de ecoar a reivindicação pela diminuição das desigualdades e ampliação de direitos. As experiências políticas relacionadas às lutas feministas multiplicam-se, trazendo à tona discursos marcados pela urgência de políticas e práticas sociais com foco na garantia de uma cidadania sem exceções. Desta forma, entram para o espaço e para o debate público questões ligadas ao poder e à subordinação nas relações de gênero, como o preconceito, a discriminação e a violência sofrida por mulheres, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Tais elementos são trazidos à tona por esses movimentos sociais, que em seus percursos e processos de organização coletiva demarcam suas pautas na arena social (SILVA et al., 2018, p. 97).

Ao mesmo tempo que os movimentos se diversificam, suas bandeiras crescem e se expandem. Observa-se a organização e atuação de inúmeros coletivos feministas, negros e gays, que se articulam em redes e se apropriam da internet promovendo, eventualmente, grandes ações coletivas e campanhas – como a Marcha das Vadias, o #EleNão, a Marcha da Consciência Negra, a performance “O estuprador é você”, a Parada Gay, o ato em protesto contra o assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL), entre outros.

#### 2.1.5 Mudança da esfera de mediação das identidades coletivas

O avanço tecnológico e a forma como as tecnologias de comunicação digital passaram a mediar as relações sociais são elementos-chave para a compreensão da reconfiguração das identidades coletivas na contemporaneidade. Eles perpassam todas as teses aqui expostas.

Nesse sentido, parece consenso na literatura que o ciberativismo tenha atingido seu ápice. Não é possível mais falar em grandes mobilizações sem tratar da internet.

Bennett e Sergerberg (2012) apresentam uma das teses mais propagadas a este respeito. Esses autores afirmam que o *locus* da formação identitária não foi somente ampliado, mas que ele vem mudando seu centro, deixando as organizações de movimentos sociais e migrando para a rede de comunicação digital. A “lógica tradicional da ação coletiva”, que está associada a altos níveis de organização de recursos e formação de identidades coletivas, estaria sendo substituída pelo que denominam como a “lógica de ação conectiva”, que se baseia em compartilhamento de conteúdo personalizado pelas mídias sociais na política contenciosa.

Os processos de individualização e fragmentação estrutural, iminentes às sociedades pós-industriais, levam as pessoas a priorizar e exteriorizar seus enquadramentos pessoais, o que lhes permite um trânsito maior entre os enquadramentos coletivos. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) têm sido essenciais para esse comportamento. Ao conferirem autonomia sobre a produção de conteúdo para os indivíduos e lhes proporcionarem visibilidade, as TICs maximizam essa tendência.

No âmbito político, esta apropriação da tecnologia vem modificando o sentido trivial do processo de identificação (organização/estrutura → sujeito) e torna-se cada vez menos necessário que o indivíduo se vincule formalmente a uma organização para se sentir parte ou se solidarizar com uma causa, campanha ou movimento. Uma expressão dessas orientações pessoalizadas são os “memes”, pacotes simbólicos pelos quais os manifestantes expressam suas queixas e esperanças, publicizando e validando seus quadros de ação pessoal.

O compartilhamento de conteúdo político na forma de ideias personalizadas, como o “We are 99%” do *Occupy*, é inclusivo e viraliza com facilidade, pois “(...) exige pouco em termos de persuasão, razão ou reformulação para unir as diferenças do que os outros podem sentir sobre um problema comum” (BENNETT; SEGERBERG, 2012, p. 744 – *tradução nossa*). Além disso, como as mídias sociais comumente se estruturam a partir de redes sociais *offline*, a conferência de credibilidade às informações que ali circulam, a solidariedade e adesão às causas tendem a ser maiores, pois envolvem sujeitos que compartilham outros compromissos ou afinidades sociais, conforme já observado por outras teorias da ação coletiva.

A preponderância da troca de mensagens pelas redes e sua rápida e pouco custosa capacidade de mobilização fez com que elas se tornassem, atualmente, o principal recurso comunicativo dos ativistas, realizando a mediação entre esses e o público externo – que até

então era realizada pelas organizações – e frequentemente pautando a cobertura da mídia tradicional sobre os protestos (BACHINI, 2013).

Bennett e Segerberg chamam a atenção para o fato de que muitas organizações de movimentos sociais tradicionais também se instrumentalizam das mídias sociais para atingir seus objetivos e o fazem por meio da centralização comunicacional, a despeito do protagonismo e espontaneidade proveniente das ações individuais.

Tendo em vista a concomitância dessas lógicas por trás do ativismo na contemporaneidade, os autores propõem uma tipologia da ação coletiva na qual o primeiro tipo consiste na ação coletiva tradicional, caracterizado pela coordenação forte e centralizada pelas organizações de movimentos sociais, que se utilizam da internet para gerenciar a participação e os quadros de ação coletiva; no outro extremo, o terceiro tipo é a ação conectiva, totalmente auto-organizada pela rede, com pouca ou nenhuma coordenação, e conteúdos moldados por quadros de ação pessoais inclusivos. Nesse caso, embora algumas organizações formais possam participar dos protestos, elas tendem a permanecer na periferia ou podem existir tanto no ambiente *online*, quanto no *offline*. Esse tipo de coordenação frouxa é exemplificado pelo *15M*. O segundo tipo, intermediário, configura-se como um híbrido dos dois anteriores. As organizações que compõem esse tipo se caracterizam por declinarem a projeção de agendas fortes e identidades coletivas em favor de uma comunicação customizada, deixando o papel de organizadoras propriamente para o de facilitadoras. Os autores lembram ainda que a principal propriedade dos tipos ideais é sua inexistência pura, de modo que no mundo real pode ocorrer a convergência dos três tipos de ação em um mesmo espaço.

Bennett e Segerberg (2012) observam que a capacidade política de uma ação de rede digital depende, fundamentalmente, de (para o tipo 1) “(...) a rede ter um núcleo estável de organizações compartilhando ligações e implantando grandes volumes de mecanismos de engajamento pessoal” ou de (para o tipo 3) “(...) as redes digitais serem redundantes e densas com caminhos para que as redes individuais converjam, permitindo a transmissão viral de quadros de ação pessoalmente atraentes” (p. 760-761, *tradução nossa*).

2.1.6 O declínio das organizações de movimento social: até que ponto? Mobilizações espontâneas e protestos calibrados pelos algoritmos da rede.

A lógica comunicacional da internet, assim como sua popularização, foram fundamentais para a viabilização de dinâmicas organizativas horizontalizadas, para o descentramento das identidades e para a transnacionalização de agendas e solidariedades, de modo que o texto de Bennett e Sergerberg (2012) traz grandes contribuições ao debate sobre as reconfigurações do ativismo. Entretanto, o ponto mais problemático desse trabalho (e que divide os pesquisadores da área) consiste no argumento de que os protestos contemporâneos não podem ser denominados como movimentos sociais e tampouco exigem a conformação de identidades coletivas. Segundo os autores:

Esforços para impulsionar esses tipos de organização em categorias de movimentos sociais reconhecíveis diminuem nossa capacidade de compreender um dos desenvolvimentos mais interessantes do nosso tempo: como as populações fragmentadas e individualizadas, que são difíceis de alcançar e ainda mais difíceis de induzir a compartilhar pessoalmente identidades coletivas transformadoras, de alguma forma encontram maneiras de mobilizar redes de protesto de Wall Street até Madrid e o Cairo. Na verdade, quando as pessoas são individualizadas em suas orientações sociais e, portanto, estruturalmente ou psicologicamente indisponíveis para as modernas formas de organização do movimento político, a mobilização de recursos torna-se cada vez mais onerosa e tem rendimentos decrescentes. (BENNETT e SEGERBERG, 2012, p. 751-2, *tradução nossa*)

Dando sequência ao argumento, os autores retomam a Teoria do Ator-Rede (TAR), de Bruno Latour (2005) e as reflexões de Mario Diani (2011) sobre o tema, observando que as redes não são apenas um lugar em que se constrói a ação coletiva, mas são “actantes”, “estruturas organizacionais em si mesmas que podem transcender as unidades elementares de organizações e indivíduos”. As redes não somente facilitam a coordenação de eventos e o compartilhamento de informações, mas também “(...) calibram interações ao estabelecerem níveis de transparência, privacidade, segurança e confiança interpessoal”. (BENNETT; SEGERBERG, 2012, p. 753, *tradução nossa*).

A arquitetura das mídias sociais impõe aos usuários estratégias e mecanismos que alteram diretamente a materialidade e o sentido da ação coletiva, embora não tenham sido pensadas para esse propósito. Os princípios orientadores das plataformas de mídias sociais – a transparência, a quantificação e os controles –, são voltados inicialmente ao consumo, divergindo da lógica que os ativistas lhe empregam.

Tanto a linguagem (instantânea e da constante publicidade) e os recursos simbólicos disponibilizados pelas mídias (fotos, vídeos e *emoticons*), quanto os filtros interacionais nelas existentes (os algoritmos que subvertem a ordem temporal das publicações e as direcionam segundo as preferências indicadas pelo comportamento do próprio usuário na rede, medido constantemente por recursos como o “like”), criam “regimes específicos de produção e circulação de sentido”, medem e manipulam os usuários (MILAN, 2015, p. 901 – *tradução nossa*). Segundo Milan (2015), “nesta ‘co-presença semiótica-material’, o conteúdo e a infraestrutura estão intimamente ligados: este último dá forma ao primeiro, que não pode ocorrer da mesma forma fora do quadro específico das plataformas de mídia social” (MILAN, 2015, op. cit.).

Tais observações são absolutamente pertinentes. Contudo, Bennett e Sergerberg não consideram em sua análise que existe sempre alguém(ns) por trás da rede, a coordenar ou coreografar todas as ações mencionadas (GERBAUDO, 2015). Além das próprias definições de transparência, privacidade, segurança e confiança, ficarem a critério de empresas e governos geridos por pessoas, há fortes evidências de que as redes são instrumentalizadas politicamente por grupos e organizações de modo a aparentar espontaneidade na formação dos enquadramentos coletivos. Sob essas perspectivas, vários estudos apresentam resultados que refutam a possibilidade de realização da ação conectiva totalmente auto-organizada.

Coretti e Pica (2015), em sua análise sobre os padrões de interação do *Popolo Viola*<sup>23</sup>, revelam que os protocolos de comunicação das mídias sociais podem levar à centralização organizacional e à fragmentação dos movimentos sociais. Esse processo ocorre em dois níveis diferentes: o micro, pois os protocolos, ao influenciarem “os padrões de interação entre os usuários, afetam as definições cognitivas do movimento, o potencial de interação dialógica<sup>24</sup> e a criação de laços fortes entre os participantes”; e o nível macro, quando “os protocolos de comunicação distorcem as relações de poder entre os constituintes do movimento, estimulando a centralização dos processos de tomada de decisão e exacerbando os conflitos internos de identidade” (CORETTI e PICA, 2015, p. 957 – *tradução nossa*).

---

23 O *Popolo Viola* é um grupo de protesto político italiano baseado no *Facebook* que mobilizou a opinião pública contra as políticas do governo de Berlusconi entre 2009 e 2011.

24 Coretti e Pica (2015) definem como dialógica a comunicação entre os ativistas do *Facebook* e a diferenciam da comunicação dialógica, que configura a comunicação ente os administradores da página e os ativistas. Essa é a primeira vez que me deparo com esse termo. Nos trabalhos que tive contato da Sociologia e da Comunicação, ambos os processos eram abarcados pela categoria “dialógica”, definida por uma suposta horizontalidade dos fluxos de informação na rede, referindo-se à possibilidade de todos os usuários os produzirem e os receberem. Ver Bakhtin (2000).

Ao analisar os comentários da página do grupo por dois anos, os autores averiguaram o predomínio de formas fáticas<sup>25</sup> de comunicação, baixa qualidade das informações postadas e pouca interação entre os usuários, de modo que a construção de laços fortes era improvável. Considerando todos os seus limites metodológicos<sup>26</sup>, e na contramão de boa parte das pesquisas ciberotimistas a respeito do potencial deliberativo das redes, os autores concluíram que as páginas do *Facebook* se tornaram cada vez mais caracterizadas por fluxos de comunicação verticais (*topdown*) e controle de conteúdo por seus proprietários. O enquadramento do movimento foi centralizado pelos administradores da página, fato esse favorecido pelos protocolos de comunicação. Assim, a única ligação entre os participantes nas discussões era a conexão comum com a causa do movimento. Em curto prazo, isso garantiu a coerência na agenda do movimento. A longo prazo, desfez os laços de solidariedade e prejudicou sua identidade coletiva, pois não fora negociada, mas forjada (CORETTI e PICA, 2015).

Além disso, Coretti e Pica revelam que a resistência por parte dos administradores da página a qualquer tentativa de abrir a gestão aos novos membros e a posterior institucionalização e burocratização do movimento fez com que ele declinasse, e levantaram suspeitas de que os partidos políticos estavam manipulando os protestos e as lideranças sendo cooptadas.

Nesse ponto, o caso do *Occupy* é semelhante. Segundo Kavada (2015), embora as ferramentas digitais tenham colaborado para que mais pessoas pudessem ter acesso ao movimento, compromissar-se e solidarizar-se com ele efemeramente ao baixo custo de um *click*, os entrevistados contam que as principais decisões sobre o futuro do movimento foram muitas vezes tomadas por poucas pessoas que se encontravam nas praças e que a administração das mídias sociais não era compartilhada. A pesquisadora observa que o real espaço de mediação e de conformação da identidade do movimento se embasou, sobretudo, em suas práticas, de modo semelhante aos movimentos prefigurativos. Observamos aqui uma diferença no que concerne à conformação do movimento. Existe uma organização por trás dele, assim como no caso descrito por Coretti e Pica, porém essa não assume a forma hierárquica comum entre os atores tradicionais.

---

25 Baseados em Malinowski (1923), os autores entendem que a comunicação fática é caracterizada pela ausência de propósito e visa estabelecer uma presença social em vez de transmitir informações significativas por meio de postagens curtas e sem reflexividade.

26 Os autores se referem aqui, sobretudo, à especificidade do ambiente sociopolítico italiano e dos protocolos de comunicação do *Facebook*.

Os entrevistados revelaram também à Kavada que o objetivo do uso das redes era fazer com que as pessoas fossem para a ocupação física, e que elas foram importantes no apoio e na solidariedade prestados aos acampamentos nas situações difíceis. Nesse sentido, utilizaram-se das métricas do *Facebook* para avaliar a ressonância do movimento e “elaborar diretrizes para outros criadores de conteúdo garantirem que as informações que eles postavam eram envolventes” (KAVADA, 2015, p. 881). Contudo, essa tática levantou polêmicas. Primeiro, gerou desconforto a contradição do movimento ser contra porta-vozes, mas ter administradores que “falassem por eles” nas mídias sociais. Além disso, a proposta de basear as táticas do movimento na interatividade gerada nas redes foi considerada por alguns como “trabalhar de graça para o Facebook”.

Outro ponto relevante a ser considerado é que na dinâmica informacional das redes, alguns nós são mais relevantes que outros, de modo que as mensagens publicadas por alguns perfis possuem maior alcance do que de outros. A condição de nó mais importante pode ser resultado de duas ações distintas, que caracterizam respectivamente dois tipos diferentes de liderança: o caso do líder formado pelas redes sociais offline, que leva sua influência e capilaridade para a rede, de modo que essa só potencializa sua liderança verticalizada; e o ator que domina a lógica conversacional das redes e se utiliza dela para constituir-se enquanto liderança. Ambas as atuações se mostram fundamentais para a organização e difusão dos enquadramentos e identidades coletivas no ativismo hodierno e mostram como o alcance das mensagens na rede depende, em alguma medida, de centralização – até mesmo em casos de suposto espontaneísmo.

Ao analisar os efeitos da internet no ativismo contemporâneo, Milan (2015) sintetiza parte dos argumentos em disputa nesse tópico. Nem tanto ao céu, nem tanto ao mar, define o atual *locus* da formação das identidades coletivas como nuvem de protesto. Pressupondo que a ação comunicativa se encontra no centro da ação coletiva contemporânea, a autora observa que a “materialidade das mídias sociais afeta profundamente a construção da identidade” (p. 887). Entende que isso ocorre de duas maneiras nas nuvens de protesto: pela amplificação dos elementos “interativos e compartilhados” da identidade coletiva (MELUCCI, 1996) e pelo desencadeamento de uma “política de visibilidade” no meio digital.

Ao permitir que os indivíduos escolham os recursos necessários para a mobilização, o uso da nuvem pode levar a dois desdobramentos: a queda dos custos associados à tomada de decisão e a personalização das narrativas em nível individual. A possibilidade de os participantes se apropriarem dos elementos de identidade que melhor correspondem às suas inclinações faz, por um lado, com que as organizações percam gradualmente seu papel

regulador na definição de membros e narrativas; e de outro, facilita o alinhamento das identidades pessoais e coletivas. Dessa maneira, a autora entende que “a identidade coletiva pode então ser entendida como o conjunto de significados compartilhados que passaram pelo filtro do compartilhamento (no sentido de “juntar”) das experiências individuais privadas”, de modo que a ação coletiva se torna um meio e não um fim em si mesma (MILAN, 2015, p. 10).

### 2.1.7 A emergência de identidades de resistência cultural

Como vimos, a identidade política construída a partir do Estado vem sendo substituída por identidades culturais diversas, portadoras de sentido para além da macropolítica. A disjunção sistêmica entre o global e o local, e a aceleração do tempo decorrente dos fluxos informacionais inviabilizam o planejamento reflexivo e a construção identitária a partir das instituições legitimadoras da sociedade civil, “pois não há mais continuidade entre a lógica de criação de poder na rede global e a lógica de associação e representação em sociedades e culturas específicas”. Desse modo, a busca pelo significado da existência na contemporaneidade ocorre, também, de forma reativa a esse processo, por meio “da reconstrução de identidades defensivas em torno de princípios comunais” (CASTELLS, 1999, p. 27).

Castells (1999) elenca em *O Poder da Identidade* diferentes formas de resistência cultural: fundamentalismos religiosos, nacionalismos, identidades étnicas e identidades urbanas. Tais fenômenos expressam a resistência por parte desses grupos ao descentramento do poder, à dilatação do *locus* identitário, ao individualismo radical e aos intensos fluxos migratórios da sociedade global. Com o objetivo de restaurar a antiga ordem das coisas pelas quais se estava habituado a organizar a subjetividade, estes grupos organizam-se em “paraísos comunais”.

Os paraísos comunais são uma tentativa de preservação das identidades culturais e, sobretudo, da autoridade e domínio de alguns grupos sociais e territórios perante a globalização das relações de toda ordem, que é encarada como uma ameaça. A narrativa que sustenta essas experiências se fundamenta, em geral, em instituições básicas da memória coletiva: a família, a comunidade, o passado, a religião e a nação.

Os fundamentalistas religiosos comumente emergem em sociedades onde alguns grupos foram frustrados com a modernização da economia pelo Estado e sentem que estão

perdendo sua autoridade intelectual e moral em meio à miscelânea de valores. Assim, esses movimentos têm como objetivo reestabelecer a antiga ordem na qual detinham algum tipo de privilégio e controle da comunidade a partir da defesa de uma história, de um projeto e de um conjunto estrito de valores, comportamentos e tradições, apresentando “uma cultura pela qual as pessoas devem lutar”.

Já o nacionalismo se manifesta atualmente em diversos formatos. Há movimentos que se fortaleceram com a reconfiguração geopolítica ao final da década de 1990, tais como os movimentos separatistas das nações que compunham a União Soviética, que tornaram-se Estado independentes; os patrióticos ou nativistas, como reação aos fluxos migratórios e a crise econômica global mais recente, que fomentam a xenofobia e o fascismo; e os das nações sem Estado, como é o caso da Catalunha e da Palestina, que em meio às reconfigurações políticas e econômicas, procuram afirmar suas identidades e se estruturar na forma de Estados independentes.

O discurso dos paraísos comunais adquire significativa adesão porque as pessoas, em meio à fragmentação cultural, à pulverização de referências e à liquidez das relações, frequentemente anseiam por uma diretriz sólida e estável que lhes possibilite estruturar sua identidade.

Quando o mundo se torna grande demais para ser controlado, os atores sociais passam a ter como objetivo fazê-lo retornar ao tamanho compatível com o que podem conceber. Quando as redes dissolvem o tempo e o espaço, as pessoas se agarram a espaços físicos, recorrendo a sua memória histórica. Quando o sustentáculo patriarcal da personalidade desmorona, as pessoas passam a reafirmar o valor transcendental da família e da comunidade como sendo vontade de Deus. (CASTELLS, 1999, p. 85)

Para Hall (2006), o reforço das identidades locais e nacionais como resistência à globalização, assim como o surgimento de identidades híbridas, é efeito do desdobramento de um elemento fundamental à conformação da identidade: a percepção do tempo. “Não vivemos mais o tempo local” (VIRILIO, 1993). Desta forma, como as identidades eram costumeiramente localizadas em um contexto espaço-temporal, a compressão do espaço-tempo nessa era de fluxos intensos de informações, pessoas e culturas conduz comumente ou ao repúdio das referências simbólicas originais, ou à fragmentação dos códigos culturais e à ênfase no efêmero, no flutuante e no pluralismo.

Entre os efeitos da migração, Hall observa ainda que esta favorece a mistura étnica e leva a outra possibilidade de formulação identitária: a da tradução. Ao retomar a etimologia do termo e localizando-o como próprio da modernidade tardia, Hall o define como:

As formações de identidade que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram dispersadas para sempre de sua terra natal. São pessoas que possuem fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades (HALL, 2006, p. 88).

O processo de tradução conecta várias culturas e histórias no mesmo indivíduo, fazendo com que ele pertença a, pelo menos, dois mundos ao mesmo tempo, e que sua existência seja uma constante negociação entre eles.

Como tentativa de frear este processo de hibridização, alguns grupos se fecham e polarizam buscando reforçar suas identidades, manter seus códigos culturais, domínios e, em alguns casos, privilégios. Este reforço pressupõe o estabelecimento da fronteira entre nós e eles, e tem como contrapartida o estabelecimento da unidade não pela partilha de algo positivo, mas negativo: a oposição a um inimigo comum (LACLAU, 2001 apud HALL, 2006).

Além dos grupos fundamentalistas, esse comportamento pode ser observado também entre grupos de extrema direita e nacionalistas, que se reorganizam desde o último ciclo de protestos e vem elegendo líderes, como o Rassemblement National (França), o Movimento Social-patriota (Chile), o Patria Segura (Peru), o Cambiemos (Argentina), o Movimento Nacionalista Mexicano do Trabalho (México), a Liga (Itália), o Partido Popular Dinamarquês, o Fidesz (Hungria), o Partido Lei e Justiça (Polônia), o ÖVP (Áustria), o Partido Popular Suíço, o Partido do Progresso (Noruega), o Brexit (Reino Unido), AfD (Alemanha), o Trumpismo (Estados Unidos) e o Bolsonaroísmo (Brasil).

Apesar de suas diferentes localizações no globo, esses movimentos e partidos possuem várias características em comum: i) o nativismo – um tipo de nacionalismo xenófobo – ou seja, “a ideia de que os interesses dos habitantes nativos de um determinado país devem se sobrepor aos interesses de imigrantes, que são vistos como uma ameaça não apenas econômica, mas também cultural” (POGGIO, 2017); ii) o autoritarismo, a defesa de uma intervenção violenta do Estado como solução para os problemas sociais, sobretudo da violência, que muitas vezes vem na forma de legislações punitivistas e governos militares; iii) o moralismo, que se manifesta como uma defesa da família tradicional através da participação cada vez maior das religiões no Estado e da perseguição e destituição de direitos das minorias (negros, mulheres e homossexuais); e iv) o antiesquerdismo, visto que os governos de esquerda, ao proporem distribuição de renda, estatização dos serviços e a universalização de direitos, são responsabilizados pela corrupção política que supostamente teria desencadeado a

crise econômica e “moral” observada nos dias atuais. Dessa maneira, a esquerda, os imigrantes e as minorias, são apontados por esses movimentos como inimigos a serem combatidos, não somente nas urnas e na esfera legal, mas, muitas vezes, pelo uso da violência.

O isolamento, o anonimato e a intolerância gerados pelas tecnologias digitais favorecem esse tipo de reação identitária. Zigmund Bauman (2005) faz pertinentes ressalvas quanto à dimensão psicossociológica dos processos contemporâneos de identificação. O autor os vê como altamente patológicos, posto que a precarização do trabalho combinada à retração das políticas sociais por parte dos Estados não favorece a identificação e a solidariedade de classe, e geram níveis de insegurança e ansiedade nos indivíduos que facilitam sua cooptação por ideologias racistas e xenófobas.

Nesse sentido, quando discute a contribuição da internet à reconfiguração das identidades coletivas, assim como Habermas, o autor a vê com bastante ceticismo. Mesmo julgando positivas a ampliação do acesso à informação e a produção autônoma propiciada pela rede, para Bauman a lógica da comunicação em rede resulta na maioria das vezes em isolamento e intolerância. Isso ocorre porque, ao tecerem suas redes online, as pessoas tendem a se aproximar daqueles que compartilham sua visão de mundo e a evitar contato com aqueles que dela divergem. Desta forma, constroem zonas de conforto e não exercitam a contraposição de argumentos e a civilidade próprias da vida democrática. A dinâmica comunicacional dos algoritmos favorece particularmente esse isolamento nas bolhas de afinidades. Nessas condições, sem ter contato com outras cosmovisões e pensamentos, o indivíduo tende a se tornar cada vez mais inflexível e menos empático com outro, abstraindo-lhe a humanidade, comportamento típico das vertentes totalitárias.

Algumas das teses apresentadas até aqui foram mobilizadas por parte da literatura, em maior ou menor extensão, argumentando que as identidades coletivas estão desaparecendo em detrimento de uma outra forma de ação coletiva abalizada pela apropriação política das tecnologias digitais e conformada por atores cada vez mais heterogêneos e individualizados. Este trabalho não compartilha dessa perspectiva.

A confluência dos processos elencados conduziu à reconfiguração das identidades, redinamizando-as e descentrando-as, não à sua inutilidade. As mais diferentes expressões de organizações, solidariedades e resistências observadas no último decênio, reivindicando e vocalizando, cada uma a sua maneira, um “nós”, seja ele transnacional, progressista ou reacionário, em suas variadas nuances, em oposição aos diversos eles (capital financeiro, governos, globalização, imigrantes, grupos étnico-culturais, etc), são a maior evidência disso.

Na próxima seção, procurarei refutar tais argumentos, elucidando e concluindo o meu.

## 2.2 Seria o fim das identidades coletivas?

A fragmentação das paisagens culturais onde os indivíduos encontravam sólidas localizações provocou um duplo descentramento no indivíduo: do seu lugar no mundo social e de si mesmo. Recorrendo à teoria do deslocamento de Ernest Laclau (1990), Hall destaca que nesse processo de descentramento, próprio da modernidade, “não há mais uma identidade mestra”. O indivíduo passa a organizar-se a partir de várias posições/identidades, muitas vezes contraditórias ou não-resolvidas, que resultam de mudanças estruturais e institucionais:

À medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada um das quais podemos nos identificar - ao menos temporariamente (HALL, 2006, p. 13).

De acordo com essa perspectiva, as sociedades modernas seriam compostas por diferentes elementos e identidades que se articulam parcial e circunstancialmente, de modo que antigas referências identitárias, como a classe, não seriam mais predominantemente mobilizadoras, e a estrutura da identidade permanece sempre aberta. Ao observar esse fenômeno, alguns autores interpretam a adesão espontânea e direta aos protestos do ciclo de solidariedade indignada, a negação destes grupos em estabelecer uma referência identitária e o seu caráter heterogêneo como o fim das identidades coletivas.

Em seu artigo seminal, Bennett e Sergerberg (2012) afirmam que nem o *15M* e nem o *Occupy* tinham identidade coletiva, mas apresentavam altos níveis de WUNC. WUNC é um acrônimo sugerido por Charles Tilly para designar as representações públicas de dignidade, unidade, números e compromisso (em inglês *worthiness, unity, numbers and commitment*) por parte de si mesmos e/ou seus constituintes.

Mendonça (2018) faz um raciocínio semelhante ao analisar as manifestações de 2013. A partir de entrevistas com manifestantes da cidade de Belo Horizonte (MG), o autor realiza um interessante debate entre as teorias da identidade coletiva, do reconhecimento e de Hannah Arendt, apontando que o autocentramento vem se sobrepondo e, muitas vezes, até mesmo desconsiderando a organização coletiva. Utilizando-se do conceito de multidão de Hardt e Negri argumenta que é possível observar nos protestos “a interação contínua entre as singularidades que não são harmonizadas” (p. 139), produzindo-se o comum, não identidades

coletivas. É nessa “partilha da singularidade” que os pilares fundamentais da ação coletiva vêm sendo alterados e novas formas de ação vêm se estruturando. O autor ainda toma de empréstimo o conceito de “comunidade”, da vertente pragmatista, e afirma que os protestos recentes se configuram como “manifestações multitudinárias que estabelecem um tipo de comunalidade polifônica e ambivalente, profundamente marcada pela expressão comunicativa de si e pela experiência coletiva dessa expressão” (p. 141). Para ilustrar essa hipótese, o autor utiliza-se da metáfora da mesa de Hannah Arendt:

A mesa é aquilo que, simultaneamente, separa e liga aqueles que nela se dispõem. Em um contexto totalitário, que solapa individualidades em nome do atomismo massificado, nossos parâmetros comuns de julgamento sobre bem e mal, certo e errado, verdade e mentira perdem força. O comum deixa de existir, assim como as singularidades que eram sua condição de possibilidade e sua consequência permanente. Sem a partilha de singularidades, o comum (que viabilizaria essas mesmas singularidades) fenece. (MENDONÇA, 2018, p. 140).

A pertinente metáfora da mesa empregada pelo autor explicita bem nosso ponto de divergência. A partir dela é possível observar como a ação coletiva conectiva (para usar o conceito proposto por Bennett e Sergerberg) parece se opor a um tipo de movimento social anterior constituído por “sujeitos idênticos”. No início dos anos 2000, Melucci (2001) já refutava esse argumento ao considerar que a identidade coletiva é construída socialmente e, por vezes, contingencialmente, de modo que a heterogeneidade lhe é algo imanente. Segundo Melucci:

[...] tende-se muitas vezes a representar os movimentos como personagens, como uma estrutura definida e homogênea, enquanto, na grande parte dos casos, trata-se de fenômenos heterogêneos e fragmentados, que devem destinar muitos dos seus recursos para gerir a complexidade e a diferenciação que os constitui (MELUCCI, 2001 apud SILVA, 2014, p. 10).

Posiciona-se também nesse sentido Bakardjieva (2015), que realiza um mapeamento teórico das reflexões sobre o último ciclo de protestos no dossiê *Social medias and protest identities*. Ao recuperar Melucci e o cerne filosófico por trás da identidade coletiva, a autora critica a visão reducionista do conceito que vem sendo adotada por trabalhos alinhados à perspectiva da ação conectiva, que equivocadamente associam identidade a organizações burocráticas e rígidas, e não preveem sua compatibilidade com a autonomia individual e a personalização da expressão.

Embora não use a categoria “actantes” para caracterizar a contribuição das mídias no ativismo contemporâneo, a autora concorda que essas vêm desempenhando um papel importante na promoção do encontro de afinidades, do empoderamento e do senso de agência

despertado em pessoas sem experiência com a militância. Contudo, os estudos reunidos por Bakardjeva, no que ela denomina como “estruturalismo midiático”, pecam ao desconsiderar a natureza do político e da ação como atividades que preveem, conforme argumentado respectivamente por Chantal Mouffe (2005) e Hannah Arendt (1958), “a formação de um *nós* em oposição a um *eles*” (p. 986), e uma orientação pública. Na visão da autora, sendo essas as pré-condições para a ação coletiva, esta corrente teórica, ao negligenciar a conformação de identidades coletivas nos protestos, embarca numa incoerência argumentativa que reduz as mobilizações oriundas das mídias sociais ao simples hábito:

A identidade coletiva não significa necessariamente um consenso ideológico estável e uma unidade entre múltiplos indivíduos, mas a capacidade autorreflexiva de um sujeito coletivo. Num sentido filosófico, a identidade coletiva marca o nascimento de um agente autoconsciente, um coletivo “para si”. Esse sujeito autorreflexivo é necessário para que um conjunto de desenvolvimentos seja considerado ação em um sentido próprio. A ação implica a capacidade de monitorar conscientemente o ambiente, tomar decisões e exercer a escolha, seja no nível individual ou coletivo. Se esses atributos estão faltando, os eventos que observamos constituem mero comportamento. (BAKARDJEVA, 2015, p. 984, *tradução nossa*)

Somado a isso, parece que existe um problema ou uma seletividade na interpretação do texto de Bennett e Segerberg. Conforme exposto, os autores argumentam que as duas lógicas de ação – coletiva e a conectiva – coexistem nos protestos contemporâneos; mas que a segunda tende a prevalecer sobre a primeira. Porém, em alguns trabalhos, sugere-se que a primeira simplesmente não existe mais, tendo sido totalmente substituída pela segunda, assim como as identidades coletivas.

Esse é o caso do trabalho de McDonald (2015). Em sua pesquisa sobre o *Anonymous* e o *I am the 99%*, o autor parte do pressuposto que a emergência da sociedade da informação e a difusão dos usos das mídias digitais tiram a centralidade da identidade na conformação da ação coletiva, cujo lugar é ocupado pela singularidade e práticas de colaboração menos estáveis. Defende que o *Anonymous* representa uma nova forma de engajamento político e resistência.

De fato, as práticas que ele comenta, como *lulz*<sup>27</sup>, *trolling*<sup>28</sup>, a produção de *memes*<sup>29</sup>, a visibilidade, o mascaramento, a opacidade, a contingência, o anonimato e a efemeridade

27 Segundo Mc Donald, “(...) lulz é semelhante ao argot, uma ‘terminologia especializada e esotérica usada por um grupo subcultural’ (2014, p. 31), enquanto também é uma forma de crueldade, ‘riso à custa da desgraça dos outros’” (MCDONALD, 2015, p. 972).

28 O *troll* ou *trolling* é o ato de provocar, zombar ou enfurecer alguém na *Internet*.

29 Os *memes* foram bem definidos por McDonald como “(...) uma forma de memória que permite o reconhecimento. Ele evoca, mas, ao mesmo tempo, transforma o que se passou antes”. O autor observa que eles também podem significar uma reação ou uma encarnação da contingência. (KNUTTILA, 2011 apud MCDONALD, 2015, p. 973).

caracterizam esse novo formato. Em sua visão, essas práticas da cultura digital são cada vez mais fundamentais para se entender “o prazer e o risco de se fazer as coisas juntos” (MCDONALD, 2015, p. 980). McDonald atenta ainda para a combinação dos dois últimos elementos, que no seu entendimento são excitadores do excesso e do extremo. Realmente constata-se isso na alta polarização política e as discussões acirradas observadas na rede.

Porém, seu argumento possui uma contradição. O autor observa os casos do *blog OWS* no *Tumblr*, em que cada mensagem conta uma experiência pessoal e termina com a afirmação “I am the 99%”, em vez da reivindicação “We are 99%”. Assim, o foco do movimento seria o particular e não o coletivo, e o caso do *Anonymous* representaria uma negação da identidade. Esse argumento é reforçado por uma série de postagens no *blog*.

No entanto, quando reproduz as mensagens dos ativistas, surpreende como uma série de verbos são flexionados na 1ª pessoa do plural: “Fizemos isso por que *nos* irritaram”; “A identidade é uma coisa inútil para pessoas como *nós*”; “*Somos* um coletivo autônomo, cada uma insignificante parte de um todo”; “Você não pode *nos* assimilar, nós não *mudamos*”; e “Marchando em anonimato *juntos* como um”. Tal comportamento, ironicamente, reflete o contrário: a configuração de uma identidade coletiva cuja rejeição de identidades é o agente identificador.

Dessa forma, as evidências empíricas parecem não sustentar seu argumento. Em primeiro lugar, há convergência entre os manifestantes nesse e em outros casos a respeito do exercício horizontalizado da liderança (ou ao menos da sua idealização) e na crítica às instituições políticas. Esses elementos indicam o compartilhamento de valores e práticas, e a existência de um inimigo em comum que os fazem se identificar uns com os outros. E que, conseqüentemente, também diferenciam de outros grupos. Ou seja, há enquadramentos coletivos entre os participantes dos protestos que os fazem, usando a metáfora de Mendonça, sentar na mesma mesa. Além disso, como mencionado, a participação das organizações e o acúmulo por elas gerado seguem sendo muito importantes nos protestos contemporâneos.

Silva (2014) observa esse tipo de equívoco em um dos artigos em que defende que o ciclo de protestos de 2013 expressa um novo padrão de mobilização contestatória. O autor inicia sua discussão alertando para “os riscos do visível”, título que ele confere à hipótese da espontaneidade da organização dos protestos pelas mídias sociais. De acordo com Silva,

Quando se sai do “palco” dos eventos de protesto de junho de 2013 para os “bastidores”, identifica-se claramente a intervenção ativa de organizações, redes e indivíduos das mais diversas posições políticas que atuam – há vários anos, em alguns casos – como estruturas de mobilização. Se isto parece evidente para os

setores de esquerda, que tradicionalmente recorrem aos repertórios de ação coletiva de contestação, o mesmo pode ser dito para setores de direita. (SILVA, 2014, p. 4)

Silva observa que em Porto Alegre e São Paulo os protestos foram articulados por uma rede diversificada de organizações sociais e políticas que eram, em grande medida, vinculadas à luta pelo transporte público (especialmente ao Bloco de Lutas pelo Transporte, em Porto Alegre, e ao Movimento Passe Livre, no caso de São Paulo). Nessas condições, o autor entende que os protestos massivos de junho foram compostos pela copresença de movimentos sociais, organizações tradicionais e pessoas que encontravam sua estrutura de mobilização nas mídias sociais, e que esses últimos se caracterizavam por segmentos da população brasileira que não possuem histórico de militância ou vínculo com organizações.

Em sua análise das reconfigurações relacionais nos processos de mobilização impulsionadas e impulsionantes da difusão das TICs, Silva distingue ainda dois níveis de relações: as redes de sociabilidade cotidiana, conhecidas também por informais, e as redes de movimentos sociais (ou multiorganizacionais). Silva adverte também que nem toda a mobilização convocada pela internet se realizou no Brasil, relatando o caso do que denomina com o “não evento” da Greve Geral de 1º de julho de 2013, que teve mais de 1 milhão de confirmações nas mídias sociais, mas não ocorreu. Silva sugere que esse tipo de repertório “apresenta certas demandas organizativas que as redes sociais não fornecem” (p. 18). Nessa linha, o autor observa que os convocados por mídias sociais tendem a não permanecer mobilizados, visto o quase total refluxo desses manifestantes nas atividades de protestos posteriores a Junho – que foram continuadas, fundamentalmente, pelos atores vinculados a organizações sociais e políticas.

Sendo assim, as organizações de movimentos sociais continuam sendo muito importantes para a mobilização e engajamento político, se apropriando e coexistindo com essas as novas expressões do ativismo e formas-movimento. Esta coexistência, por vezes tensa e pouca harmoniosa, implica no descentramento e na expansão da ação coletiva para além das organizações de movimentos sociais, mas não parece resultar no seu fim e, muito menos, no desaparecimento das identidades coletivas. O que se observa é a reconfiguração dessas últimas, condicionada pelas relações estruturais e conjunturais decorrentes do processo de globalização e pelos elementos característicos da comunicação digital, que permeiam e modificam as relações sociais em geral.

Contudo, é inegável que as mídias sociais alteram significativamente a dimensão simbólica dos protestos e da ação coletiva na contemporaneidade: a incrementam aumentando seu tamanho, tanto em relação à visibilidade de suas pautas e causas, quanto maximizando a

quantidade de envolvidos. Por essa razão, são merecedoras de especial atenção, de forma que suas principais contribuições e efeitos para este rearranjo serão discutidos a seguir.

### 2.2.1 Solidariedades de carnaval, novas agências e identidades ciber-orientadas

Identificar-se é uma forma de objetivar suas intenções subjetivas perante o outro. Em um contexto em que as interações no ciberespaço vêm se sobrepondo às interações face a face, a linguagem cibernética muda a forma como isso se dá.

A mediação das relações sociais por imagens (DEBORD, 1997) foi intensificada, e a interação entre as pessoas, acelerada e virtualizada pela internet. A facilitação da produção de fotos e vídeos fez com que o seu compartilhamento entre as pessoas atingisse índices jamais vistos. Entre outros efeitos, a constante exposição dos indivíduos faz com que estes se preocupem cada vez mais com a imagem que constroem de si mesmos na rede. Reforçam esse comportamento os recursos de interação disponibilizados pelas plataformas como a curtida, que presumem avaliação e aprovação do conteúdo publicado.

O infinito aumento de informações decorrente destas interações sobrecarrega a memória humana e efemera os contatos. Se, por um lado, o indivíduo maximiza suas possibilidades de interação para além dos limites físicos de maneira extraordinária (seja quanto ao número de pessoas ou à frequência de contato), por outro, o volume de interações aumenta de tal maneira que a facilidade de se comunicar com qualquer pessoa é diretamente proporcional a sua efemeridade e à probabilidade do esquecimento ou irrelevância deste episódio. Estudos mostram que a possibilidade de armazenamento externo e o constante registro dos acontecimentos na rede compromete a elaboração das memórias (SOARES e STORM, 2018).

Marcam também este cenário interacional a brevidade dos textos que circulam nas redes e mídias sociais, assim como o abreviamento de palavras e adoção de emoticons, stickers<sup>30</sup> e memes, que reconfiguram a linguagem informal, predominante nesses espaços, arquitetados inicialmente para fins mercadológicos.

Todos estes recursos são cada vez mais incorporados pelos ativistas e se fazem presentes no debate político na rede em geral. Fotos, vídeos e memes têm ampla adesão dos

---

<sup>30</sup> Emoticons são figurinhas disponibilizadas pelos aplicativos digitais que expressam, como o próprio termo sugere: emoções, alegria, tristeza, raiva, etc. Já os stickers são recursos de imagem criados pelos próprios usuários, que comumente são apropriados humoristicamente nas conversas.

movimentos na construção de suas narrativas e enquadramentos. Estes são usados para registrar a ação coletiva, divulgar as causas, informar, expor posicionamentos, gerar empatia e denunciar opositores.

O vasto alcance dessas imagens vem maximizando a solidarização com os movimentos. Contudo, a narrativa que essas imagens conformam se assemelha mais a um mosaico, do que a uma argumentação lógica e cadenciada. Além disso, a qualidade argumentativa dos debates na rede, em geral, é baixa. Isso dificulta um entendimento aprofundado da conjuntura e dos argumentos levantados, sua fixação na memória e a vinculação sólida dos indivíduos aos movimentos.

Ao mesmo tempo que a rede possibilita que um determinado movimento, causa ou campanha alcancem e sensibilizem um maior número de pessoas, essa sensibilização, que frequentemente se torna apoio, ocorre de maneira pontual e descompromissada, em formato de curta e compartilhamento. É verdade que o *slacktivism* (MOROZOV, 2009), ou ativismo de sofá, levou milhares às ruas no último ciclo de protestos, sendo a iniciação de uma série de diversos jovens na militância. Porém, significativa parte dessa massa não deu continuidade à atividade política por meios coletivos e a adesão aos protestos foi motivada muito mais por questões pessoais do que por aspirações coletivas. Bauman (2016) denomina este fenômeno como “solidariedades de carnaval”: solidariedades frouxas, que podem até ajudar na mobilização de protestos, mas que se encerram neles próprios, não promovendo mudança compartilhada e prolongada.

Nesse sentido, Alcântara e Bringel (2020) argumentam que essa solidariedade efêmera é resultante não apenas da instrumentalização da tecnologia, mas da forma como as redes de solidariedade se compõem e se estruturam a partir dela. Diferentemente do que ocorreu na “era zapatista”, quando as redes foram instrumentalizadas e contribuíram para o estabelecimento de solidariedades transnacionais baseadas em uma relacionalidade territorial, os autores observam que na solidariedade observada no que denominam como “ciclo de indignação”, isso não acontece porque não há uma relação direta com os territórios, nem adversários definidos e tampouco um horizonte propositivo compartilhado.

A solidariedade é tecida a partir de eventos e acontecimentos, mobilizando tematicamente ou pontualmente os indivíduos e coletividades. Na ausência de um ator e de um espaço de agregação central, não se constroem laços mais fortes, de modo que a solidariedade tem por base mais a visibilidade decorrente das mídias pelas quais as causas são compartilhadas, do que uma proposta concreta.

Dessa forma, se por um lado essa lógica de apropriação da rede abre as fronteiras da militância para além das relações pessoais e territoriais, por outro, as ações e solidariedades promovidas pelas redes sociais corporativas acabam adentrando a lógica viral e acelerada dos seus algoritmos de entrega e hashtags: se estendem por mais lugares, mas por menos tempo.

A produção de escalas está menos vinculada a uma “escala de ação” voltada para onde se atua e quem/como atua, mas, sobretudo, a uma “escala de significação” que tenta conectar, muitas vezes simbolicamente, as pessoas com outras realidades, a partir da produção de sentido sobre os processos de imbricação de escalas, lugares e realidades. (ALCÂNTARA E BRINGEL, 2020, p. 12)

Em contrapartida, se as plataformas de mídia social modelam comportamentos a partir de suas definições *a priori*, diminuindo a qualidade comunicativa em geral e prejudicando o estabelecimento de relações mais sólidas, observa-se também que os ativistas vêm subvertendo essa lógica, usando-as de uma forma para a qual elas não foram originalmente pensadas.

Essa hipótese encontra concretude no caso do movimento mexicano *#YoSoy132*. Segundo a etnografia multimodal de Treré (2015), os manifestantes apropriaram-se das mídias sociais para se opor à identificação negativa fabricada pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI); recuperar sua agência e seu papel de herdeiros da tradição de lutas no México; gerar processos de identificação coletiva; encontrar “zonas de conforto”; diminuir os custos do ativismo; e estabelecer redes de solidariedade e confiança. Com relação a esse último ponto, sua pesquisa mostra como as chamadas “práticas de ativismo lúdico” deram origem a uma nova gramática de resistência comunicativa.

Para além de um recurso instrumental, o autor observa como a internet foi essencial para a construção dos quadros interpretativos e para o intercâmbio de significados entre os ativistas. Treré inova ao analisar as duas dimensões comunicativas do movimento, a externa e a interna, mas enfoca a segunda para ilustrar o processo de conformação da identidade coletiva nas mídias sociais.

Segundo sua pesquisa, a construção de fronteiras no movimento iniciou-se no *Youtube*, quando os universitários passaram a criar vídeos afirmando “Yo soy 132” em resposta à falsa acusação recebida pelo então candidato à presidência Enrique Peña Nieto (PRI) e pela imprensa no episódio dos protestos da Universidad Iberoamericana, segundo os quais, eram organizados por estudantes ilegítimos que estariam praticando boicote político. Treré ressalta que esses vídeos borraram as fronteiras entre o público e o privado, pois o

estudante inicialmente se identificava pelo nome, depois como membro da faculdade, e, por fim, do movimento.

Em seguida, o intercâmbio de imagens e “memes” de figuras revolucionárias, como Emiliano Zapata e Subcomandante Marcos, complementadas com textos de incitação, ligavam a situação atual às injustiças do passado e reivindicavam sua herança na tradição de luta do México. Segundo o autor, no âmbito da comunicação externa, essas práticas auxiliaram na marcação de posição do movimento perante a opinião pública. Do ponto de vista interno, realizaram um importante trabalho emocional, reforçando os laços de solidariedade e compromisso entre os ativistas.

O autor relata ainda que nos grupos de bate-papo das mídias sociais, especialmente o *Whatsapp*, os ativistas reafirmavam no cotidiano a “sensação de estar juntos, de ser YoSoy132, e do que significava essa pertença” (2015; p. 911). Eles e elas sentiam-se à vontade nesses grupos para desabafar, falar de diferenças com outros companheiros e até mesmo compartilhavam problemas privados. Uma expressão dessa união é o lema poético que adotaram: “Se não queimarmos juntos, quem iluminará esta escuridão?” Outro código comum gerador de cumplicidade e pertencimento entre os ativistas foi a troca de mensagens de humor e a autozombaria. Treré (2015) afirma que essa prática “serviu para aliviar a tensão e o conflito interno do movimento, ao mesmo tempo em que fortaleceu sua solidariedade interna” (p. 10-11).

O trabalho de Gerbaudo (2015) sobre a adoção de avatares nos protestos do Egito, da Espanha e dos Estados Unidos contribui com mais evidências sobre como os ativistas subvertem a lógica das plataformas de mídia e geram novas formas de identidade coletiva. Em sua pesquisa, o autor mostra como a escolha da foto de perfil, expressão maior da personalidade, transformou-se em um recurso de manifestação de solidariedade e pertencimento ao longo do último ciclo de protestos. Embora a prática já existisse, denotada pela adesão de fitas como um *Twibbon* ou *PicBadge*<sup>31</sup> no apoio de campanhas, a viralização da prática impressionou. Entre 2010 e 2011, milhares de pessoas rapidamente substituíram seus avatares pela foto do mártir Khaled Said, pela máscara do quadrinho V de Vingança, pela “#15M”, pelo lenço preto dos “black blocks”, entre outros.

Segundo Gerbaudo (2015), “a mudança de imagem de perfil aproxima-se assim do uso de uma máscara digital através da qual o indivíduo perde, pelo menos em parte e temporariamente, a sua individualidade e torna-se fundido num sujeito coletivo” (p. 922). O

---

31 O *Twibbon* e o *PicBadge* são recursos vinculados ao *Facebook* que permitem inserir mensagens curtas nas fotos de perfil.

autor define os avatares dos protestos como “significantes meméticos”, “referências simbólicas que, por seu conteúdo simples, inclusivo e pós-ideológico, e seu caráter memético, ou seja, sua capacidade de se espalhar com extrema rapidez, gera identificação” (p. 918).

Na mesma linha de Bauman, Gerbaudo observa que os significantes meméticos têm a desvantagem da volatilidade, pois com a mesma facilidade que podem ser adotados, podem também ser abandonados. Essa desvantagem, conforme aponta o próprio autor, já havia sido sinalizada pelos tecno-pessimistas, que entendiam não haver compromisso político ou ideológico no ativismo facilitado pelas redes, visto que as pessoas as usam apenas para impressionar os amigos<sup>32</sup>. Dessa maneira, o abandono de uma causa possui um custo bem mais baixo atualmente se comparado ao passado, no qual tal conduta para os militantes de organizações tradicionais significaria mudanças drásticas em outros setores da vida (WELLMAN, 2002 apud GERBAUDO, 2015). Todavia, a difusão dessa prática indica a existência de uma divisão na sociedade e a necessidade de os indivíduos distinguirem-se dos demais apoiando essa ou aquela causa. Portanto, a adoção dos avatares de protesto sinaliza a conformação de uma fronteira entre nós e eles. Recuperando Burke, Gerbaudo argumenta:

A identificação é afirmada com seriedade precisamente porque há divisão. A identificação é compensatória à divisão. Se os homens não estivessem separados uns dos outros, não haveria necessidade de o retórico proclamar sua unidade” (Burke, 1969, p.22). Em outras palavras, é justamente por causa do alto nível de individualização de nossa sociedade, refletido na natureza personalizada da comunicação social de mídia, que a construção de identidade coletiva se torna tão importante e urgente (GERBAUDO, 2015, p. 921 – *tradução nossa*).

De acordo com os dados levantados por Gerbaudo, a mudança da imagem do perfil para muitos jovens foi uma espécie de iniciação política. Contudo, suas entrevistas revelam que esse não é um ativismo de tão baixo custo, ou *slackativism*, como a maioria dos pesquisadores assinala. Vários ativistas comentaram que a mudança de avatar provocou desentendimentos com os colegas da rede que não compartilhavam os mesmos pontos de vista, ocorrendo no caso do Egito, por exemplo, disputas entre os avatares de Khaled Said e de Hosni Mubarak. Algumas pessoas afirmaram ainda que “após o fim do movimento se sentiram obrigadas a abandonar suas fotos de perfil para não afastar os potenciais

---

32 Na década de 1960, Guy Debord, em *A Sociedade do espetáculo*, já havia indicado que as sociedades pós-industriais, após terem passado pelos mundos do “ser” e do “ter”, seguiam agora a lógica do “parecer”. Não importa mais quem o sujeito é ou o que ele tem, para que tenha valor e reconhecimento perante a sociedade, ele necessita parecer que tem ou que é, e para isso, a exposição e a visibilidade se tornam elementos fundamentais. Essa tendência também é diagnosticada e atualizada por Paula Sibilia (2008) em *O show do eu*, obra na qual a autora sugere que as relações sociais contemporâneas são permeadas pela cultura da *extimidade*. Essa cultura consiste na constante exposição da intimidade nas mídias sociais. Cf. Bachini (2013).

empregadores” (GERBAUDO, 2015, p. 926 – *tradução nossa*).

Em suma, ao mesmo tempo que a apropriação política da internet possibilita a conformação de novos movimentos, redes e solidariedades com maior rapidez e para além dos territórios físicos, agregando apoiadores, expandido as ações e criando novas espacialidades políticas, a forma como seus recursos comunicativos e simbólicos são mobilizados para tramar identidades coletivas variam de acordo com a conjuntura em que se estabelecem, os atores envolvidos, as causas a que se dedicam e os adversários que miram. Assim, as identidades ciber-orientadas (organizadas a partir ou com a contribuição das redes digitais) podem ser tanto aprofundadas e contínuas, convergindo com as práticas mais horizontalizadas e orgânicas propostas pelos atores coletivos que marcam o período; quanto voláteis e efêmeras, corroborando teses espontaneístas.

No entanto, o “transbordamento do ativismo” para além das fronteiras da militância (BRINGEL, 2013; BRINGEL e PLEYERS, 2015), decorrente da mediatização e digitalização da ação coletiva, teve desdobramentos não previstos e indesejados, sobretudo para o campo progressista. Como alguns autores previam e alertavam há algum tempo (GALLOWAY, 2010; GOMES, 2016; MAIA, 2011), a internet foi apropriada também com muita inteligência por atores extremistas e autoritários que souberam se aproveitar da suposta espontaneidade política da rede para transformar, gradualmente, o enquadramento anti-institucional de viés libertário desses movimentos em um enquadramento antidemocrático.

### 2.2.2 Fortalecimento e ressurgimento da extrema direita

O avanço da direita no mundo vem sendo analisado por diversos autores, sendo provavelmente um dos fenômenos mais discutidos pela Sociologia Política nos últimos anos. Dois outros fenômenos abordados nos tópicos anteriores são costumeiramente associados à propagação e adesão a este discurso: o desencanto democrático e a intensa apropriação das tecnologias de informação. Se por um lado estes foram fundamentais à mobilização política no ciclo de protestos ocorridos entre 2008 e 2013, que inicialmente reivindicavam direitos sociais e mais participação (ou participação direta) – demandas históricas da(s) esquerda(s) –, muitos avaliam que esta indignação generalizada teve como efeito não-intencional o fortalecimento do outro lado do espectro político.

Na sociedade global, ao não se sentirem representados por seus Estados, os cidadãos viabilizam suas existências por conta própria, tendendo a perder o seu senso de comunidade.

Neste tipo de contexto, estes “desamparados” são praticamente forçados ao empreendedorismo, e quando obtêm sucesso em suas iniciativas particulares, não conseguem compreendê-lo como parte de um processo maior e tampouco entendem a necessidade de contribuir para o desenvolvimento da sociedade para que sua história não se repita – o que lhes torna mais propensos ao discurso liberal-meritocrático. Esses valores e comportamentos são reforçados pela imersão nas tecnologias digitais que, ao isolar os usuários e possibilitar-lhes certo autodidatismo e anonimato, favorecem a radicalização do individualismo, a incivilidade e a intolerância, pois seus antônimos são aprendidos apenas a partir da convivência, onde um ser reconhece a humanidade do outro e exercita tais práticas.

Além disso, a crise econômica mundial de 2008 teve início quando boa parte dos países democráticos possuíam governos de centro-esquerda ou mais próximos a este campo. A insatisfação com a resposta austera destes governos à crise, combinada a recorrentes escândalos de corrupção, resultaram no predomínio de uma narrativa que colocava a crise econômica como efeito da crise política criada por estes governos de esquerda que priorizaram os interesses do grande capital e o fisiologismo político em detrimento das políticas de distribuição de renda, da garantia dos direitos sociais e serviços públicos.

Inicialmente esta crítica foi realizada por movimentos situados à esquerda dos partidos governantes. Porém, não demorou para que esta fosse apropriada, reelaborada e deturpada por novos grupos da direita, tanto de ideologia liberal quanto conservadora. Para Levitsky e Ziblatt (2018) isto ocorreu devido ao fracasso dos partidos tradicionais da direita em assumir essa oposição de modo mais eficiente, o que possibilitou a ascensão de demagogos.

Sob o mote do combate à corrupção e da demonização da política tradicional, estes grupos se fortaleceram como uma alternativa antissistêmica (PINHEIRO-MACHADO e SCALCO, 2018) e conquistaram adesão das camadas médias da sociedade, tipicamente avessas a propostas revolucionárias, através das mídias sociais. Por meio delas, construíram uma narrativa na qual a conjuntura de crise era consequência dos governos de esquerda, eminentemente corruptos e facilitadores da prática criminosa, declarando tais governos e todas as nuances da esquerda (social-democrata, identitária, socialista, comunista e anarquista) como inimigos da sociedade.

Como observam Levitsky e Ziblatt (2018), esta prática não é uma novidade dos nossos tempos. Hitler, Mussolini e Fujimori, por exemplo, se utilizaram de táticas semelhantes para alcançar o poder. Outros tantos demagogos ao longo da história – conforme elencam, na Bélgica, Grã-Bretanha, Costa Rica, Finlândia e nos Estados Unidos – também se utilizaram

dessa estratégia. Mas não foram bem-sucedidos porque os partidos tradicionais cumpriram seu dever de guardiões da democracia e conseguiram contê-los.

Populistas tendem a negar a legitimidade dos partidos estabelecidos, atacando-os como antidemocráticos e mesmo antipatrióticos. Eles dizem aos eleitores que o sistema não é uma democracia de verdade, mas algo que foi sequestrado, corrompido e fraudulentamente manipulado pela elite. E prometem sepultar essa elite e devolver o poder “ao povo”. Esse discurso deve ser levado a sério. Quando populistas ganham eleições, é frequente investirem contra as instituições democráticas (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018, p. 32).

Em resposta às crises política e econômica, os autodenominados defensores da pátria, propuseram a renovação dos quadros políticos a partir de candidaturas de novas lideranças e partidos, que defendiam a família tradicional por meio do moralismo cristão, o liberalismo econômico e o punitivismo estatal.

Agendar a questão da segurança pública foi de suma importância para a difusão do discurso da direita e seu sucesso eleitoral, posto que este é um problema patente em contextos de crise e a esquerda nunca ofereceu-lhe uma resposta a curto prazo, em grande medida, por entender que o problema da segurança deriva da desigualdade social que estrutura e é intrínseca ao sistema capitalista. Ao ter dificuldade de entender e aceitar este argumento, as camadas médias e baixas, mais expostas à questão, acabaram aderindo com facilidade a propostas imediatistas para a solução do problema da violência, costumeiramente direcionadas ao encarceramento em massa e à perseguição às minorias e imigrantes.

Somado a isso, a globalização fragiliza todos os alicerces da segurança da sociedade industrial: a estabilidade de emprego, a identidade local, a proteção do Estado e a solidez das relações sociais. Deste modo, mobilizar esta pauta responde aos anseios de muitos indivíduos perdidos no mundo dos fluxos e das efemeridades.

O tempo da globalização incita a buscar refúgio na nação. O medo do terrorismo predispõe a invocar a proteção do Estado. O multiculturalismo e a imigração, dimensões essenciais da globalização, induzem o chamamento à comunidade identitária. Nesse contexto, a desconfiança nos partidos e nas instituições, construídos em torno dos valores e interesses de outra época, deriva em uma busca por novos atores políticos nos quais seja possível crer. Em todas as sociedades, os setores sociais mais vulneráveis são os que reagem, movidos pelo medo, a mais poderosa das emoções, e se mobilizam em torno daqueles que dizem aquilo que o discurso das elites não permite dizer. Daqueles que, sem rodeios, articulam um discurso xenófobo e racista. Daqueles que apelam para a força do Estado como forma de resolver as ameaças. Daqueles que simplificam os problemas mediante a oposição entre o em cima e o embaixo. E daqueles que denunciam a corrupção imperante em todo canto, embora em muitos casos eles e elas façam parte da mesma corrupção (CASTELLS, 2018; p.37).

A difusão das mídias sociais foi essencial para a formação desta onda conservadora, visto que a circulação de ideias deste tipo certamente seria bloqueada pelas mídias tradicionais (POGGIO, 2017). Solano (2018) acrescenta que a construção deste discurso de ódio direcionado à esquerda, às minorias e aos imigrantes não ocorre de forma dura, mas de maneira juvenil nas redes, sobretudo a partir dos memes, o que facilita sua adesão e proliferação, pois o caráter lúdico deste recurso relativiza sua perversidade.

Além disso, a maioria destes memes apresenta desinformação, subinformação ou fake news. A desinformação consiste na deturpação de um fato, com o objetivo de depreciar uma instituição, pensamento ou pessoa. A subinformação é semelhante, mas em vez de deturpar um fato, revela parcialmente a forma como ele ocorreu e reduz as informações necessárias para sua compreensão total. Já as *fake news*, como sugere o próprio termo, são mentiras elaboradas e divulgadas de forma deliberada, inventando, fatos e histórias para atacar e enfraquecer adversários políticos perante a opinião pública.

Comumente, as desinformações e subinformações são abarcadas pelo conceito de *fake news*. Este tipo de conteúdo tem como característica elementar promover a intolerância e o personalismo. São a expressão mais clara de uma sociedade em que os cidadãos se informam a partir de imagens, onde premiam-se excentricidades, ataques, agressividade e extremismo intelectual (SARTORI, 1995).

*Fake news* alcançam larga circulação e interferem na formação da opinião pública por algumas razões. Em primeiro lugar, elas viralizam com facilidade porque comumente são narrativas carregadas de emoção e dispensam a responsabilização no debate público. Em segundo lugar, elas costumam alcançar as pessoas por meio de sua rede de afinidades, o que sugere maior credibilidade das informações que estão repassadas. Em terceiro lugar, ao serem recebidas e repassadas sucessivamente, tendem a provocar o questionamento e contrabalançar suas opiniões anteriores. Trata-se daquela velha máxima de Goebbels, segundo a qual “uma mentira dita mil vezes se torna verdade”.

A comunicação de massa se modela mediante a autocomunicação de massa através da internet e das plataformas wi-fi onipresentes em nossa prática. A dinâmica de construção de uma mensagem simples e facilmente debatível em um universo multiforme conduz à personalização da política. É em torno da liderança possível de alguém que se constrói a confiança na bondade de um projeto. Assim, a forma de luta política mais eficaz é a destruição dessa confiança através da destruição moral e da imagem de quem se postula como líder. As mensagens negativas são cinco vezes mais eficazes em sua influência do que as positivas (CASTELLS, 2018; p. 27).

Ao consumir esse tipo de conteúdo, o cidadão comum, inserido nas mídias sociais, cai

no círculo vicioso dos algoritmos cuja programação deve expô-lo cada vez mais a publicações de caráter semelhante, formando bolhas de afinidades nas quais os posicionamentos políticos dos usuários convergem de forma a se retroalimentarem. Essas “bolhas” são formadas pelos rastros captados por algoritmos dos sites pelos quais o usuário costuma navegar e interagir no seu dia a dia. Aprendidos seus hábitos, o internauta tende a ficar “preso” em uma bolha que é resultado do seu próprio consumo digital e, por consequência, de sua visão de mundo. Assim, os algoritmos fazem parecer que o mundo gira ao nosso redor. Pariser (2011), sintetiza bem esse processo: “Neste universo da informação sob medida e direcionada, você não decide o que entra, e pior, não vê o que fica de fora”.

Enquanto seletores ou filtros de conteúdo, os algoritmos são a mais nova forma de enquadramento. O usuário tem acesso a determinada versão dos fatos de acordo com suas preferências manifestas na rede e de seus contatos. Ou seja, esta narrativa é parcial. Dificilmente esse usuário lidará com versões e pensamentos divergentes aos seus, impedindo o exercício da alteridade e limitando suas capacidades de conviver, debater, ponderar e avaliar. Esse processo tende a intensificar comportamentos extremistas, a cultura da imagem e a romper “o delicado equilíbrio entre paixão e racionalidade” (SARTORI, 1995).

Estas mudanças no consumo de informação política, decorrentes da comunicação mediada pelos algoritmos, estão relacionadas à mudança do paradigma de comunicação política – da grande mídia para as redes sociais. Nesse sentido, observa-se que a extrema-direita compreendeu mais rapidamente esse processo, aproveitando-se de suas características para alcançar o sucesso eleitoral.

A internet e as mídias sociais aprofundaram o processo de personalização da política iniciado pelos meios de comunicação de massa, visto que os políticos se comunicam cada vez mais com os eleitores a partir delas, fazendo com que os partidos, embora ainda fundamentais à disputa institucional, deixem de ser as unidades centrais de identificação (MANIN, 2013).

Verifica-se ainda outra inovação na comunicação entre político e eleitor associada aos algoritmos de entrega, os *chatterbots* ou simplesmente *bots* – robôs programados para conversar com pessoas. Com o avanço da Inteligência Artificial (AI), os *bots* criados inicialmente para o serviço de atendimento via chat, foram adquirindo características cada vez mais humanas.

Um *socialbot* (também *socbot*) é um tipo particular de *chatterbot* que é empregado em redes sociais para gerar mensagens automaticamente (por exemplo, *tweets*), em geral, no intuito de defender certas ideias, campanhas publicitárias e de relações-públicas, agindo como um “seguidor”, “amigo” ou apenas simulando ser um usuário comum dessas redes. São contas falsas, robotizadas, que reúnem os próprios

seguidores. [...] *Twitterbots* já são exemplos bem conhecidos, mas também foram observados agentes autônomos correspondentes no *Facebook* e em outros lugares. Hoje em dia, os *socialbots* podem simular pessoas reais extremamente convincentes, as quais, são bem capazes de influenciar pessoas reais em seu comportamento, inclusive, eleitoral (LOBO, 2018, p. 71-2).

Outros estudos mostram que diversas campanhas políticas e eleitorais recentes foram alicerçadas em um esquema de comunicação digital que, a partir da obtenção ilegal de dados privados dos usuários, elaborou perfis psicométricos e direcionou-lhes, por meio de algoritmos e robôs, conteúdo político de acordo com suas preferências e inclinações pessoais (ALPERIN et al., 2018; PÃUNA e TUREAC, 2018). O formato dessas campanhas vem sendo a base do fortalecimento da extrema-direita no mundo. Em geral, esta estratégia tem início com novos movimentos sociais e campanhas que se afirmam como partidários ou antipolíticos e que convocam a população às ruas através da rede. Com a proximidade do processo eleitoral, membros desses grupos fundam partidos ou vinculam-se a legendas já existentes, assumindo suas bandeiras à direita e se apresentando como uma oportunidade de inovação política. Dado o descrédito das instituições políticas tradicionais contemporâneas e o contexto de crise econômica, esse discurso foi largamente assimilado em diversas sociedades, levando à vitória *outsiders* políticos que se reivindicavam *antiestablishment* e tiveram talento para capturar a atenção pública, a exemplo de Donald Trump, Maurício Macri e Jair Bolsonaro.

Ao borrar cada vez mais o limite entre o real e a representação, a internet favorece o lado da disputa política que não apresenta preocupações éticas, tampouco com o aprofundamento do debate político e da democracia. Assim, a extrema direita não teve/tem pudor em basear sua estratégia política na violação de dados, na atuação de robôs e na difusão de desinformações, manipulando as massas conectadas a seu favor e construindo uma identidade cujo fim é a supressão do outro.

Em suma, as lacunas sociais deixadas pelo processo de globalização e pela representação política vêm sendo preenchidas por antagonísticos projetos anti-sistêmicos, que se instrumentalizam da internet reinventando suas práticas, ampliando o debate e ressignificando a ação coletiva. Colocando-se enquanto alternativas a esse contexto e prometendo inovação, são realizadas diferentes apropriações dos recursos simbólicos da rede e suas características estruturantes, como os memes, a produção de imagens, a comunicação em tempo real e a capacidade de viralização. Os resultados dessas variam desde o fomento à ação direta até a disseminação de discursos de ódio.

As duas formas de movimento e identidade, mais ou menos hierárquicas e centradas,

coexistem na disputa política atual. E ambas se apropriam da internet, visto que esta é incontornável, pois media e atravessa quase todas as relações sociais contemporâneas e vem se firmando como a principal fonte de informação das pessoas. Deste modo, o alcance e a visibilidade das causas, assim como a força da pressão que podem exercer sobre às instituições, estão amplamente associadas a sua inserção na rede.

A despeito das teses espontaneístas e do transbordamento dos protestos observados no último ciclo, essas identidades ciber-orientadas que se conformam são tecidas por atores coletivos que, independente da forma que assumem, são organizados, têm pautas e estratégias. Além disso, as mais diferentes expressões de organizações, solidariedades e resistências observadas no último decênio mostram como esses atores, em meio à sua heterogeneidade, conseguiram, a partir dos enquadramentos da realidade que propunham, desenhar as fronteiras da disputa política, propondo “um nós” em oposição a um “eles”.

Contudo, a nova dinâmica do confronto político conferida pela larga apropriação da internet teve desdobramentos não previstos e negativos para as democracias em geral, posto que a rede e seus recursos simbólicos foram instrumentalizados com muita propriedade também por atores que criticam a globalização e seus efeitos a partir de ideais extremistas, propiciando a emergência de uma onda conservadora de direita cujas ações vêm se mostrando perigosas para a política contemporânea.

O próximo capítulo articula a reflexão teórica e a hipótese apresentada nesse capítulo com uma análise histórico-sociológica, mostrando como as diferentes formas e expressões de identidades coletivas discutidas encontraram concretude na política brasileira nas últimas décadas. A partir da análise das organizações e movimentos sociais que a dinamizaram dos anos 1970 aos dias atuais, busca-se observar em termos mais empiricamente orientados o processo progressivo de descentramento das identidades coletivas no Brasil contemporâneo.

### **3- IDENTIDADES COLETIVAS E MOVIMENTOS SOCIAIS NA NOVA REPÚBLICA**

Neste terceiro capítulo analisa-se, de forma longitudinal, a reconfiguração das identidades coletivas nos movimentos sociais do Brasil, com ênfase nas lutas urbanas. É observado o período em que se iniciou o ciclo de redemocratização no país, com a emergência e o protagonismo dos movimentos populares na década de 1970, até 2010, ano no qual este chega a um importante ponto de inflexão, com a eleição de Dilma Rousseff (PT), começando uma paulatina mudança de curso por motivos internos e externos, como veremos. O intervalo compreendido entre 2010 e 2018, quando se verifica a confluência entre a difusão do enquadramento anti-institucional e da ação conectiva que (re)organiza as identidades coletivas anunciadoras e condutoras do fim da hegemonia petista, tendo Junho de 2013 como evento crítico fundamental, é objeto central desse trabalho e será discutido no próximo capítulo.

Partindo da premissa que os agentes sociais se estabelecem e moldam mutuamente no curso de suas interações sociais (DOMINGUES, 2018), analisar a conjuntura em que eles eclodem é fundamental para compreender a formação de suas identidades, assim como a maneira dialética pela qual estas se objetivam politicamente. Os movimentos sociais, em particular, ao emergirem em momentos de incerteza, catalisam os anseios da sociedade, pautam a disputa política a partir da proposição de identidades coletivas e pressionam por mudanças. Além disso, não se pode perder de vista que ciclos de protestos se inserem e se constituem em ciclos e processos políticos mais amplos (BRINGEL e DOMINGUES, 2018), de modo que não é possível entendê-los em sua complexidade sem recuperar a trajetória dos movimentos que os protagonizam e sem contextualizá-los historicamente.

No caso do Brasil, o exercício de análise sócio-histórica evidencia como os movimentos sociais cumprem importante papel na definição dos ciclos políticos do país e de suas relações com os ciclos econômicos e internacionais, tal como sugerem também Breno Bringel e José Maurício Domingues no livro “Brasil – Cambio de era” (2018). O ciclo político da redemocratização aqui estudado é uma expressão elucidativa desse fenômeno. Iniciou-se a partir da reinvenção da sociedade civil mediante o sufocamento do governo militar. Por meio de embates indiretos, os movimentos populares foram gradualmente fragilizando o governo e pressionando pela reabertura política, na trilha dos giros modernizadores-democratizantes observados na América Latina naquele período (DOMINGUES, 2009).

Após aproximadamente uma década de intensa mobilização social e trabalho nos bairros e comunidades, os movimentos populares no Brasil lograram seu objetivo com a Constituinte e a conquista das eleições diretas, o que fez com que, posteriormente, houvesse uma maior inclinação a disputar e a ocupar espaços institucionais, principalmente no nível local. Este processo antecedeu a indignação que estava por vir com os escândalos envolvendo o presidente Fernando Collor (então PRN), e, ao mesmo tempo, corroborava um novo perfil de protestos e manifestações que levaram milhares às ruas e foi determinante para sua destituição. Com isso parecia abrir-se, a partir dos anos 1990, um novo formato de engajamento político-militante no Brasil, muito orientado pela lógica de construção de redes de movimentos e pelo discurso da “participação política”.

Nos anos seguintes, na esteira do ciclo progressista que se instaurava na América Latina em resposta à globalização neoliberal (SVAMPA, 2017) e dos protestos globais que se expandiam no Brasil e no mundo, Luiz Inácio Lula da Silva, importante liderança popular dos movimentos da década de 1980, chega à presidência da República. Enquanto a centro-esquerda ocupava o governo com uma política de conciliação de classes, uma série de movimentos desiludidos e jovens militantes orientados por outras gramáticas, em consonância ao ativismo internacional, passaram a demandar formas mais horizontais de fazer política. Houve um processo de multiplicação das identidades, acompanhado de uma reconfiguração das formas de organização política e sociabilidade militante. Trata-se de um ativismo menos estado-centrado e anti-hegemonista, que passou a buscar alternativas de defesa dos territórios e da vida.

Nesta linha, o esgotamento do ciclo progressista e a coincidência entre uma crítica à esquerda do governo (com temas-chaves como o neoextrativismo, centralidade de direitos, democratização, etc.) e a insatisfação de um amplo arco de forças de direita insufladas pelos escândalos de corrupção envolvendo o governo do PT, acabou redundando, na década seguinte, na difusão de um enquadramento anti-institucional que conformou movimentos paradoxais entre si: as Jornadas de Junho e o *Pró-impeachment*. Sob óticas distintas, esses protestos e movimentos anunciavam a crise da Nova República e o fim do ciclo democratizador a partir do escancaramento da desvirtuação de suas instituições, do esfacelamento de sua agenda e da deposição de seus atores.

Na tentativa de observar as aproximações e peculiaridades das dinâmicas da ação coletiva no Brasil, vis-à-vis as tendências do ativismo internacional, argumenta-se nesse capítulo que o processo de descentramento das identidades coletivas no caso brasileiro passou por quatro momentos principais desde as lutas contra a ditadura militar até a atualidade: i) a

*pluralização das identidades coletivas*, que ocorre no início do ciclo democratizador na década de 1970 com movimentos diversos que rompem com a identidade mais centrada nos sujeitos “operário” ou “camponês”, vinculadas mormente ao sindicalismo e ao populismo prévio; ii) a *emergência e consolidação das identidades cívico-participacionistas*, que começam a ser geradas no processo da Constituinte, se expandem com o “Fora Collor” em 1992 e, desde então, se capilarizam com a construção de uma série de redes, campanhas, processos de incidência e uma narrativa identitária que enfatiza a dimensão ético-cívica e a participação social via mobilização por direitos; iii) a *multiplicação de identidades coletivas e sua multi-referencialidade*, associada, na mudança de século, a um deslocamento de atores e imaginários prévios devido à crescente transnacionalização das lutas sociais e à conformação de um campo alter-ativista; e, finalmente, iv) a *formação de identidades ciber-orientadas e a difusão do enquadramento anti-institucional*, como próprias de uma tendência de reconfiguração atual das identidades coletivas em um momento de forte digitalização da sociedade e de crítica profunda às dinâmicas representativas, institucionais e de mediação da vida social e política.

Os três primeiros pontos serão tratados nesse capítulo, ao passo que o quarto será analisado, junto aos dados empíricos mobilizados na tese, de forma mais detalhada, nos capítulos seguintes. Este esforço foi realizado a partir da revisão de importantes (e, muitas vezes, pioneiros) trabalhos do campo sobre o ativismo brasileiro e da consulta a fontes secundárias oficiais, como o IBGE e o IPEA, no que se refere ao desempenho socioeconômico do país ao longo do período recortado. Dada a concentração de pesquisadores da ação coletiva inicialmente no Sudeste, e pelo fato de suas análises terem por base os movimentos observados nessa região, sobretudo em São Paulo, reconhece-se que estes dados se sobrepõem, eventualmente, aos das demais regiões do país. Tentou-se minimizar esse viés e essa discrepância com a incorporação de pesquisas de (e sobre) outras regiões na medida que elas foram surgindo e se colocando no debate do campo, assim como de análises conjunturais e de levantamentos de dados de abrangência nacional, como o realizado pelo DIEESE. Além disso, a própria nacionalização e, depois, a internacionalização dos atores coletivos ao longo do tempo corroborou a esse dimensionamento. Por fim, uma ressalva: embora o foco principal da tese sejam os movimentos urbanos, os movimentos rurais também são abordados no capítulo, mesmo que de forma mais lateral, devido a sua relevância e protagonismo em determinados momentos históricos, sendo incontornáveis à análise da reconfiguração das identidades coletivas no país.

### 3.1 As lutas contra a ditadura e a pluralização das identidades coletivas

A década de 1970 inicia-se no Brasil sob a presidência do general Emílio Médici. A ditadura militar, instituída a golpe em 1964, atingia o seu ápice após a instauração do Ato Institucional número 5 (AI-5) em dezembro de 1968. Com as eleições aos cargos executivos realizadas indiretamente, e sob a vigência do bipartidarismo, a Arena, partido do governo, obteve ampla maioria nas eleições de 1972 e 1974<sup>33</sup>.

O golpe militar canalizara diferentes identidades de direita por meio do discurso conservador e anticomunista, aglutinando os interesses dos grandes proprietários rurais, da burguesia industrial paulista, de grande parte das classes médias urbanas – que representavam 35% da população do país (SADER, 1988) – e do setor conservador da Igreja Católica. As elites, em geral, vinham se organizando desde 1959 em instituições suprapartidárias e associações empresariais, tais como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), o Movimento Estudantil Democrático, o Movimento Sindical Democrático, a União Cívica Radical, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Cristãos, e a Ação Democrática Parlamentar (ADEP). A aglutinação dessas forças culminou, entre outras coisas, nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade em 1964, predecessoras do golpe. Muitas destas organizações, como o IPES e o IBAD, eram financiadas pelo capital estrangeiro e realizavam serviço de inteligência com o intuito de desestabilizar o governo de João Goulart (PTB), de modo que a maioria delas foi dissolvida ou desapareceu após o cumprimento de seu objetivo.

Do outro lado, aos partidos e organizações de esquerda cujos militantes ainda se encontravam no Brasil após o AI-1<sup>34</sup>, restou atuarem na clandestinidade. Nesse contexto, emergiram movimentos de orientação socialista de diversas vertentes (leninista, trotskista, stalinista, maoísta), como a Organização Revolucionária Marxista de Política Operária (POLOP), o Comando de Libertação Nacional (Colina), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (Var-Palmares). Estes movimentos tinham em comum o objetivo de derrubar o governo militar e restaurar a democracia; contudo, no âmbito econômico, suas propostas variavam da socialdemocracia à

<sup>33</sup> Com exceção das eleições ao Senado.

<sup>34</sup> O Ato Institucional n.1 foi assinado em 9 de abril de 1964 pela junta militar que assumiu o governo do país. Determinou a suspensão dos direitos políticos dos opositores por dez anos e a realização de eleições indiretas para os cargos de presidente e vice-presidente da República.

planificação. De forte cunho ideológico, com identidades coletivas homogêneas e organização hierárquica, disputavam as instituições com o intuito de revolucioná-las. Entretanto, essas organizações não estavam dispostas a construir alianças com outros setores que se opunham à ditadura, de modo que sua estratégia se baseava, fundamentalmente, no enfrentamento armado (DOMINGUES, 2018).

Nesse período, os chamados movimentos culturais e/ou identitários, como o negro, o feminista e o LGBT (então denominado Movimento Homossexual) também se opunham à ditadura. Todavia, quando comparadas à pauta de substituição do regime político, considerado inimigo maior entre os atores desse campo, suas lutas eram vistas como secundárias e, na contramão da relevância que ganhavam nas sociedades democráticas pós-industriais, ficaram submersas (RIOS, 2014). Assim, esses movimentos enfrentavam opressões dos dois lados da disputa. Os militares, de um lado, consideravam a homossexualidade uma patologia e adotavam a LGBTfobia como política de Estado (GREEN e QUINALHA, 2014); acusavam os militantes do movimento negro “de criar um problema que supostamente não existia, o racismo” (DOMINGUES, 2007), sustentando o mito da democracia racial; e eram radicalmente contrários à emancipação da mulher, defendendo sua subserviência à família, instituição base do capitalismo-patriarcal, em oposição ao projeto comunista (TELLES, 2014). Do outro lado, as organizações de esquerda não identificavam essas lutas como “essenciais à libertação do povo”, preterindo-as em relação ao enfrentamento do autoritarismo. No caso das feministas, estas muitas vezes foram acusadas de trazer questões pequeno-burguesas para o debate político (ALVAREZ, 2014 apud FACCHINI et al, 2020), o que resultou em uma forte discussão à época sobre se as mulheres deveriam atuar na luta geral contra a ditadura ou na luta específica pelos direitos das mulheres. Embora se colocasse ao lado dos oprimidos, em certa medida a esquerda reproduzia a cultura machista e homofóbica característica da maioria da população brasileira.

Apesar das condições pouco favoráveis, há registros de centenas de mulheres, negros e LBGTs – principalmente universitários oriundos de famílias que ascenderam socialmente com o “milagre econômico”–, envolvidos nessas organizações de esquerda, inclusive pautando questões de raça e de gênero dentro delas. As pesquisas mostram que esses grupos se utilizaram de três estratégias concomitantes nesse momento: usar a rede social e as táticas da esquerda para construir sua própria ação coletiva; demarcar seu espaço político a partir da criação de coletivos e pequenas organizações; e centralizar as lutas, sobretudo a partir das categorias negro e mulher, optando por inicialmente abrir mão das discussões interseccionais para consolidarem-se enquanto movimento (FACHINNI et al, 2020).

Segundo as Memórias da Ditadura (2014), essas lutas posteriormente transbordaram para a esfera cultural, colocando-se (e muitas vezes, antecipando-se) ao público por meio do samba, da *soul music*, dos espetáculos andróginos dos Secos & Molhados, e levantando debates referentes à autonomia feminina mediante sua inserção no mercado de trabalho, à liberdade sexual e ao direito sobre o próprio corpo. (MEMÓRIAS DA DITADURA, 2014). A estética foi particularmente importante para a conformação da identidade coletiva do movimento negro, embalada pelas roupas coloridas e pelo penteado *black power*, em sintonia com os movimentos internacionais de contracultura (RIOS, 2014).

Com o objetivo de conter qualquer ameaça ao governo, Médici aprofundou a censura à cultura, à imprensa e acirrou a perseguição política, utilizando-se deliberadamente do aparelho repressivo estatal. Com a criação do DOI (Destacamento de Operações de Informação) e do CODI (Centro de Operações de Defesa Interna) em setembro de 1970, intensificou o combate aos grupos de esquerda, que aos poucos foram sendo destruídos, avolumando prisões, torturas e assassinatos<sup>35</sup>.

A repressão às mulheres, consideradas duplamente transgressoras pelos militares – por afrontarem o regime e o papel de submissão imposto-lhes pela sociedade patriarcal –, era ainda mais dura. Quando capturadas, sofriam violência psicológica, física e sexual. Muitas foram torturadas e estupradas na frente de seus próprios filhos. A repressão na periferia, sobretudo contra a população negra, também era mais intensa. Embora não se incluam no rol de movimentos de que são objeto desse trabalho, cabe destacar também a perseguição sofrida pelos movimentos rurais e indígenas. As populações indígenas, além de terem sido removidas de suas terras e expostas a doenças dizimadoras, quando se opunham à política integracionista da Funai eram presas e torturadas no Reformatório Agrícola Indígena Krenak, em Resplendor-MG. Estima-se que 8 mil indígenas tenham sido assassinados no período (VALENTE, 2017). Há relatos também de que lideranças camponesas foram arrastadas por cidades da zona rural, de modo a intimidar a luta pela reforma agrária (MDA, 2011). Não por exagero, este período ficou conhecido como os “anos de chumbo”.

Com a repressão violenta, estas organizações de esquerda aos poucos se esvaeceram e, com elas, suas matrizes discursivas. As ações de enfrentamento da vanguarda não foram prelúdio de uma guerra revolucionária, visto que as massas populares não tiveram

---

<sup>35</sup> A Comissão Nacional da Verdade estima que 50 mil pessoas foram presas somente nos primeiros meses da ditadura militar, e que cerca de 20 mil brasileiros passaram por sessões de tortura. Além disso, muitas prisões políticas não foram registradas. Ainda conforme levantamento feito pela Comissão, 191 brasileiros que resistiram à ditadura foram mortos, e 210 estão até hoje desaparecidos (MEMÓRIAS DA DITADURA, 2014).

participação efetiva nessa passagem da história. Ao contrário, a classe trabalhadora temia a repressão do governo decorrente de qualquer aproximação com esses grupos clandestinos (SCHERER-WARREN, 2008). Dessa maneira, os militantes que conseguiram escapar à ditadura procuraram se manter na luta a partir da atuação discreta nas fábricas e bairros periféricos, sob a égide da Igreja Católica.

Ao mesmo tempo, o país vivia o chamado “milagre econômico”. A indústria se expandia e surgiam novos postos de trabalho. Os níveis de crescimento variavam de sete a treze por cento ao ano, e os militares colhiam os frutos da manutenção do projeto nacional-desenvolvimentista iniciado nos anos 1930. O desempenho econômico do país e a ausência de notícias negativas pela imprensa vigiada fez com que o governo militar alcançasse sua maior popularidade nesse período, a despeito de seu autoritarismo político (SKIDMORE, 1988).

Entretanto, o otimismo econômico não se refletia em melhores condições de vida para os trabalhadores. Aproveitando-se do medo instaurado pelo Estado e de sua proximidade com as autoridades, os patrões impunham condições de trabalho e salários indignos à população, posto que qualquer questionamento às políticas vigentes (inclusive as de ordem trabalhista) poderia ser enquadrado e delatado como subversão. Assim, a associação perversa entre as oligarquias e o Estado garantia o controle populacional.

A maior parte do povo sobrevivia com muitas dificuldades. O salário mínimo recuou 25% entre 1959 e 1973, e o salário do operário médio ficou praticamente estagnado durante esse período. Contudo, as despesas com o transporte, por exemplo, aumentaram em até 70% (SOUZA, 1980 apud SADER, 1988).

Embora as condições estruturais fossem propícias ao protagonismo do sujeito histórico revolucionário, o proletariado, “cuja posição favorecia captar o sentido de toda a sociedade e de toda a história”, não realizou o seu potencial. No entanto, a experiência e as interações sociais propiciaram uma elaboração subjetiva da conjuntura, levando à formação de outros sujeitos coletivos. Conforme bem pontua Sader, a organização da classe enquanto sujeito não é decorrente apenas da divisão do trabalho ou renda, é preciso que haja a formação de uma comunidade de interesses:

A constituição dos movimentos sociais implica uma forma particular de elaboração dessas condições (elaboração mental enquanto forma de percebê-la, mas também elaboração prática enquanto transformação dessa existência). Nesse sentido, movimentos sociais operam cortes e combinações de classe, configurações e cruzamentos que não estavam dados previamente (SADER, 1988, p. 48).

Diante da conjuntura de fechamento das vias institucionais de participação e das

precárias condições de vida, a ação coletiva foi sendo reconfigurada no Brasil a partir da politização do cotidiano popular, que trouxe novos atores à cena política (SADER, 1988). Dois tipos de movimentos emergiram nesse período, inicialmente na esfera da reprodução e, tempos depois, na esfera da produção. Surgidos no solo da condição proletária, suas identidades e projetos foram sendo elaborados ao longo dos acontecimentos, de modo que os seus contornos classistas se diluíram (SCHERER-WARREN, 1993). Não se restringiam à identidade operária. A identidade, fundada na experiência cotidiana do trabalhador injustiçado (CARDOSO, 1983 apud DOIMO, 1995), pluralizava-se, passava por novas formas de representação coletiva, formuladas com autonomia e resultantes do encontro de várias estratégias.

Sader (1988) aponta como características distintivas dos movimentos dos anos 1970 a fragmentação, a heterogeneidade e a autonomia. Segundo o autor, embora também houvesse diversas formas de manifestação social entre os anos de 1945 e 1964 – entre os quais cita operários industriais, posseiros, assalariados agrícolas, consumidores contra a carestia e nacionalistas –, eles acabavam sendo sintetizados ou a partir do discurso estatal getulista, ou dos partidos comunistas. Porém, a pluralidade de movimentos nos anos 1970 não significa que havia vários segmentos sociais se organizando. Tratava-se das classes trabalhadoras se expressando de diferentes formas. Nesse sentido, era comum que um mesmo sujeito participasse de vários movimentos. Ademais, era frequente a presença da Igreja Católica em quase todos eles, o que relativiza seu caráter propriamente autônomo (SADER, 1988; DOIMO, 1995). Outra diferença assinalada por Sader é que esses movimentos, com exceção do novo sindicalismo, não eram reconhecidos pelo Estado. A maioria dos “movimentos *teve que construir suas identidades enquanto sujeitos políticos* precisamente porque elas eram ignoradas nos cenários públicos instituídos. Por isso mesmo o tema da autonomia esteve tão presente em seus discursos” (SADER, 1988, p. 198, grifos nossos).

Em um primeiro momento, com o incentivo de segmentos da Igreja Católica que se reformulavam a partir das diretrizes do Concílio Vaticano II, a população passou a se organizar em Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e clubes de mães, compartilhando nestes espaços questões inicialmente não políticas, relacionadas à esfera privada. Esses atores não se guiavam pela individualidade burguesa e tampouco se encontravam centralizados em uma organização que definia previamente suas causas e ações. Eram atores descentrados, que se constituíam no desenrolar da ação coletiva e reivindicavam direitos a partir da consciência de interesses e vontades próprias. Rechaçavam a mediação pelas organizações tradicionais e as viam com desconfiança. A base surgia a partir de si mesma, dos “lugares onde a política

institucional ainda não havia lançado seus tentáculos” (SADER, 1988, p. 16), rompendo com a tradição sociopolítica da tutela e da cooptação, criando novas formas de fazer política.

Apresentando essas características, compreendo, em sintonia com o proposto por Eder Sader, que estes novos sujeitos coletivos alargaram o espaço da política e pluralizaram as identidades antes centradas nas organizações tradicionais (partidos e sindicatos) cujas críticas eram direcionadas à estrutura. Seu inimigo não era explicitamente o sistema ou o governo, embora efetivamente o fosse. Argumentavam sobre a precariedade de sua existência sem oporem-se frontalmente ao governo. Sua luta era por uma vida digna, por bens e serviços que satisfizessem suas necessidades de reprodução. Reivindicavam hospitais, transporte público, saneamento básico e salários que lhes garantissem moradia e comida à mesa.

Do ponto de vista teórico e histórico, a emergência destas organizações no Brasil acompanha a eclosão dos chamados movimentos culturais ou novos movimentos sociais das sociedades pós-industriais. Embora a conjuntura local brasileira fosse de uma sociedade que vivia tardiamente os efeitos da industrialização sob uma ditadura militar, a ação coletiva aqui também deixou a proposta revolucionária em segundo plano e foi se reconfigurando no âmbito da (re)conquista de direitos. No entanto, a natureza dos direitos reivindicados é distinta. Enquanto nas sociedades pós-industriais europeias, compostas por largas classes médias, a luta se dava pela igualdade de raça e gênero, encabeçadas pelos movimentos feminista, negro e LGBT, no Brasil, devido à ampla disparidade social, a luta se pautava pelas necessidades materiais básicas. Dessa forma, embora ambos prescindam inicialmente do sistema de representação política e se posicionem moralmente no espaço público, é pertinente diferenciar os novos movimentos sociais europeus, que respondiam à crise do *welfare state*, dos movimentos populares latino-americanos, que emergiram em contextos autoritários e de extrema desigualdade.

Sader explica o processo de pluralização das identidades como uma consequência própria do capitalismo, que extrapola a produção e invade outras esferas da vida, fragmentando-a em várias identidades constitutivas:

Simplificando muito: à medida que as modalidades da produção capitalística invadem todos os poros da sociedade, provocam também uma inédita politização no social e, com isso, um descentramento do político. E. Laclau também estuda os novos movimentos sociais a partir de uma crítica a noção clássica de sujeito. Considera que as transformações do capitalismo no século XX debilitaram o vínculo entre as experiências dos trabalhadores no local da produção e as vividas em outras esferas, que se multiplicaram e ganharam mais importância. Em decorrência, o agente social não possui mais unidade e homogeneidade, sendo dependente de várias “posições de sujeito”, através das quais ele é constituído em diversas instâncias. Procurando captar a peculiaridade dos novos movimentos sociais, diz que sua

característica central "é que um conjunto de posições de sujeito (em nível de local de residência, aparatos, institucionais, várias formas de subordinação cultural, racial e sexual) tornaram-se pontos de conflito e mobilização ao político. A proliferação destas novas formas de luta resulta de uma crescente autonomização das esferas sociais nas sociedades contemporâneas, autonomização essa sobre a qual somente se pode obter uma noção teórica de todas as suas implicações, se partimos a noção de sujeito como um agente descentralizado, destotalizado (SADER, 1988, p. 60).

Embora Laclau tenha elaborado esse argumento para explicar a eclosão dos movimentos culturais e compreender sua lógica, o referencial também permite analisar a mobilização do político a partir do cotidiano no Brasil, sobretudo esse deslocamento inicial da luta, da esfera da produção para a esfera da reprodução, que fez emergir os movimentos populares. O contexto ditatorial, ao mesmo tempo que inviabilizou atores tradicionais, aprofundou a opressão social, dando às citadas transformações do capitalismo maior nitidez e tornado-as um possível ponto de partida para a ação coletiva. Assim as bandeiras e, por consequência, o centro das identidades distinguiram-se dos movimentos anteriores, mas a classe defendida e os seus interesses (melhores condições de vida, sempre!) eram os mesmos. Contudo, se no período anterior observa-se um movimento de vanguarda conformado por estudantes, intelectuais e proletários de classes médias, na década de 1970 as classes trabalhadoras assumiram o protagonismo de sua própria causa. Para compreender melhor esse processo de politização do cotidiano em meio à opressão político-econômica, vale recuperar a dinâmica relacional na cidade de São Paulo, que serviu a Sader como base para a compreensão da dinâmica da ação coletiva no Brasil daquele período.

Retrato do "milagre econômico" do país, a capital paulista era marcada pelo pleno crescimento e intensa migração. Com as indústrias se instalando ao redor da cidade desde 1950, seus espaços se reconfiguraram e receberam muitos trabalhadores de outras regiões. Em 1970, 70% da população economicamente ativa da Grande São Paulo era composta por migrantes, sendo a maioria oriunda da região Nordeste do país (SADER, 1988). Ao longo dessas décadas foram realizadas diversas obras para facilitar o transporte dos operários, assim como foram construídos novos bairros para que fixassem sua moradia próximo às fábricas. Acompanhava o movimento dos operários os trabalhadores que ingressavam na construção civil (setor considerado atrativo para muitos desses migrantes, pois oferecia moradia nos canteiros das obras, poupando-lhes do deslocamento entre a moradia e o trabalho), e os que desempenhavam atividades voltadas para a vizinhança, como bares, açougues, cabeleireiros etc. Dados da Emplasa (1977) mostram que 87% dos imigrantes chegavam à cidade para

trabalhar na informalidade, sendo que 56% eram empregadas domésticas<sup>36</sup>. Nesse processo, formou-se a periferia da cidade.

Com os referenciais políticos em crise – partidos e sindicatos silenciados ou rendidos, e um Estado cerceador de direitos –, em momentos de dificuldades essas pessoas recorriam primeiro à família e depois aos amigos e colegas de trabalho, ou seja, à sociedade civil em um estado embrionário de relações. Nesse contexto de desamparo e inicialmente com caráter apolítico, emergiram movimentos que foram resgatando o debate e a organização política a partir das bases populares, que retomavam gradualmente o protagonismo de sua história recolocando-a no cenário público.

Sobretudo as mulheres e os migrantes trouxeram novos contornos à ação coletiva no Brasil a partir de questões da esfera privada. As mulheres pautavam os desafios da sobrecarga com as demandas domésticas e as preocupações com o desenvolvimento da família diante da precariedade dos serviços sociais (assistência sanitária, educação básica etc). Os migrantes viviam, junto à inserção no mercado de trabalho, um processo de ressocialização. Se estabeleciam em um lugar que lhes era estranho, mas tinham o coração em outro. Vinham, na maioria das vezes, da zona rural, em busca de melhores condições de vida. Dessa maneira, a rede de relações pessoais tinha um papel fundamental para a conformação e estabelecimento deste grupo na cidade. Ao se depararem com problemas e desafios como obter emprego ou conhecer itinerários, a família e os conterrâneos eram acionados em sua adaptação à metrópole.

Contraposta às tendências individualizadoras dominantes na vida urbana, a família é a sede de uma experiência coletiva. Contraposta ao anonimato das relações de troca e da burocratização, dominantes na vida urbana, a família é sede de relações que valorizam cada pessoa. Embora submetida aos movimentos dominantes da reprodução capitalista, a família é sede de outros valores e princípios de funcionamento que não lhe são redutíveis (SADER, 1988, p. 103).

A valorização da família na formação desta sociedade se expressava também no consumo. Os principais bens almejados e adquiridos pelos trabalhadores nesse período eram de uso coletivo: a casa própria, eletrodomésticos, automóvel etc. Por um lado, esse tipo de consumo expressava o desejo de ascensão à classe média e a absorção dos padrões dominantes; por outro, uma reivindicação de participação no consumo dos bens produzidos com a industrialização. Temos aqui indícios de um processo de reconfiguração identitária e

---

<sup>36</sup> Embora respondessem pela parcela majoritária dos migrantes, as empregadas domésticas não constituíram um coletivo. As condições do trabalho doméstico, realizado de maneira isolada nas residências dos patrões, e reproduzidor da lógica de submissão das mulheres ao lar não favoreciam sua organização.

uma reflexão política que se iniciou na esfera privada e foi gradualmente tornando-se uma experiência coletiva a partir de atuações micropolíticas.

A remodelação da cidade em torno da produção industrial e a busca pela moradia própria provocaram o aumento do preço dos lotes urbanos e do transporte, bem como a favelização das periferias, marginalizando muitas famílias que não conseguiam pagar por estas casas nas regiões que desfrutavam das benfeitorias urbanas. Nesse processo, desapareceram também muitos espaços públicos – como praças, campos de futebol e parques –, de modo que os espaços privados – terreiros, fliperamas, cabeleireiros, botequins e igrejas – preencheram essa lacuna e se constituíram como espaços de mediação entre a casa e o mundo. Ali, as pessoas conversavam sobre suas vidas particulares e trocavam informações sobre as condições de vida na metrópole, tais como emprego, educação, saúde etc. Vários autores observam que nessas conversas sobre a coisa pública a retórica dominante “condenava a política como manifestação de interesses escusos”, colocando sob suspeita todos os políticos. Neste cenário, de rejeição às instituições e de retomada do debate político a partir de espaços de convivência privada, foram gestados os movimentos sociais a partir da metade da década de 1970.

Em meio às transformações na capital paulista, se difundia e consolidava também a identidade do “trabalhador honesto e responsável”, que gozava de alta estima social. Somente este sujeito era considerado capaz de garantir o sustento da família e visto como útil à sociedade. O status e a necessidade do emprego entre as classes mais baixas eram tamanhos que a maioria das pessoas se submetia a qualquer condição para obtê-lo. O desempregado era desmoralizado pela comunidade e sentia-se culpado por sua condição.

Neste contexto, os patrões se aproveitavam do terrorismo estatal para superexplorar os empregados e, em contrapartida, as empresas vigiavam os operários na tentativa de impedi-los de se organizar contra os patrões e contra o governo:

[...] em uma das fábricas, o DOPS instalou-se numa sala da própria empresa para efetuar interrogatórios que permitissem descobrir os autores de boletins e panfletos que lá circulavam. Em outra, ele conta que agentes do II Exército foram chamados para buscar um ativista sindical, que foi preso e torturado. Numa terceira, militantes presentes numa assembleia sindical foram delatados por um dedo-duro e todos dispensados da fábrica (SADER, 1988, p. 65).

Diante desse pacto repressor, a ação coletiva era desmotivada e os sindicatos se tornaram associações assistencialistas reféns dos interesses patronais e estatais. Contudo, essas fábricas modernas constituíam importante lugar de experiências coletivas dos

trabalhadores. Apesar de todos os sistemas de controle, eram difundidos ali processos de resistência informal a partir dos inevitáveis contatos pessoais, da troca de informações e da solidificação de confianças coletivas.

A experiência no trabalho era a principal inserção do indivíduo adulto na rede social e tendia a exercer forte influência na conformação de sua identidade. Dessa forma, essas e outras mudanças econômicas ao longo da década colaboraram para a reorganização gradual dos trabalhadores e de suas identidades coletivas. Contribuíram para esse processo: a escolarização formal das profissões não manuais, decorrente das exigências das empresas; o assalariamento crescente de antigas profissões liberais, sobretudo engenheiros e médicos; e um deslocamento de seus lugares de trabalho. Esses profissionais cada vez mais deixavam seus escritórios e consultórios particulares para trabalhar em espaços coletivos, como repartições públicas, postos de saúde e hospitais. No mesmo período, observou-se também a informatização do setor bancário, levando à proletarização de muitos funcionários do setor.

A despeito do mercado altamente competitivo estimulado pelas empresas e da valorização do trabalho combinada ao *ethos* individualista, os empregados, especialmente os qualificados, foram descobrindo, ao longo desse processo, a força da organização coletiva e mobilizando as solidariedades decorrentes das relações pessoais contra as ordenações despóticas dos patrões.

A aproximação entre profissionais liberais, intelectuais e operários manuais levou a um crescente processo de sindicalização dos trabalhadores. Dados da época revelam que no setor de “profissionais liberais”, a sindicalização aumentou em 363% entre 1960 e 1978; no de “comunicações e publicidade”, 399%; e em “educação e cultura”, 489%. Além disso, foi crescente a inserção das mulheres na população economicamente ativa da grande São Paulo, passando de 25,4% em 1950 para 28,2% em 1970, e 32,8% em 1980 (SADER, 1988)

Os novos atores coletivos que se conformaram ao longo dos anos 1970 elaboravam suas interpretações dos acontecimentos e de si mesmos a partir de três matrizes discursivas de instituições em crise: a da Igreja Católica, que perdia fiéis para o pentecostalismo e para a umbanda, e se reformulava a partir da teologia da libertação; a da esquerda partidária, que desarticulada após a derrota política, buscava novas formas de integração com os trabalhadores; e da estrutura sindical, que esvaziada por falta de função, incitava o surgimento de um “novo sindicalismo”.

A reformulação da Igreja a partir da teologia da libertação se concretizava com as comunidades eclesiais de base (CEBs). Essa vertente apresentava um discurso que articulava ação e paciência, e convocava ao engajamento inspirado em Cristo, visando a libertação

coletiva em contraposição ao catolicismo centrado na salvação individual e no conformismo político. Dessa forma, os padres e demais lideranças católicas incentivaram a auto-organização popular, principalmente na periferia. No mesmo período, também nos bairros mais pobres, formavam-se grupos de educação popular para promover a alfabetização a partir do método Paulo Freire, que associa o aprendizado da leitura e da escrita ao seu emprego prático e estimula a reflexão crítica sobre a sociedade.

A educação popular foi uma das estratégias adotadas pelos militantes desgarrados da esquerda que buscavam novas formas de se reconectar com o povo. Dessa maneira, autores clássicos como Lenin e Gramsci, foram colocados em segundo plano por estes novos educadores que buscavam, muitas vezes a contragosto, orientações metodológicas para a docência nos livros de Paulo Freire. Por essas razões, o método logo foi proibido pela ditadura. Entretanto, dada a baixa escolaridade da população<sup>37</sup>, a procura por estes cursos era enorme.

Em pouco tempo, grupos de jovens, de noivos ou de casais, clubes de mães e grupos de educação popular se multiplicaram por toda parte, deslocando a discussão política para locais improváveis. Engrossaram esse caldo organizativo também os centros comunitários criados pela Igreja em 1973, nos quais as pessoas podiam tirar documentos e fazer cursos profissionalizantes. Em 1981, calculava-se a existência de cerca de 80 mil CEBs em todo o país.

As CEBs defendiam a participação igualitária nos grupos. Porém, havia pelo menos quatro tipos de participação distintos: desde lideranças reconhecidas a participantes pontualmente interessados ou eventualmente atingidos pelas ações. As reuniões buscavam refletir sobre trechos da Bíblia a partir dos problemas vividos no cotidiano por seus membros e discutiam aspectos práticos de alguma iniciativa da comunidade. Eram mediadas por um coordenador que tinha como função a promoção do debate, garantir a circulação da palavra e sistematizar as decisões. Tendo como objetivo a horizontalidade das relações, defendiam a rotatividade da coordenação, embora nem sempre isso ocorresse, ficando a cargo do padre ou de outro agente pastoral. O debate dos temas nas reuniões costumava pautar-se pelo método “ver – julgar – agir”, de modo a promover uma reflexão crítica da realidade voltada para a possibilidade de transformá-la por meio da ação prática. O intuito era fazer com que as pessoas deixassem de ver as privações como fatalidades e buscassem engajar-se pessoalmente

---

37 Segundo dados do IBGE, na década de 1970, 33% da população brasileira era analfabeta. Ver: <https://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=4&op=0&vcodigo=CD101&t=taxa-analfabetismo-pessoas-15-anos-mais>. Acessado em 12 de setembro de 2020.

no processo de revertê-las.

Há um questionamento bastante plausível acerca da real autonomia das CEBs, visto que todas as suas atividades eram estimuladas e promovidas pela Igreja. Contudo, a legitimação teológica oferecida pela Igreja às aspirações de seus membros foi fundamental para o enfrentamento daquele momento político.

Na medida em que a Igreja é reconhecida como instituição de Deus na Terra e na medida em que assumia os reclamos populares enquanto exigência evangélica, ela abriu um espaço de legitimidade por onde os protestos sufocados vieram à tona. Nas ambiguidades da cultura popular, entre o conformismo e o protesto, o conformismo costuma ser resultado de uma experiência que diz que “as coisas são assim porque sempre foram, e as tentativas de mudar só trazem mais malefícios”. Quando uma instituição como a Igreja sacramentou os sentimentos populares, a vontade de mudança encontrou um lugar e um modo de ser proclamada. Daí a importância que os próprios membros das CEBs atribuíram à presença dos agentes da Igreja (SADER, 1988, p. 160).

Dentre as iniciativas coletivas das CEBs, havia mutirões, abaixo-assinados, organização de creches comunitárias e mobilizações de todo o tipo: para reclamar da falta de ônibus, reivindicar a coleta do lixo, serviços de saúde e educação para os bairros, e, até mesmo, a organização de um movimento para defesa dos direitos dos moradores em loteamentos clandestino. Como observou Leonardo Boff (apud SADER, 1988), deflagrou-se uma passagem da cultura da caridade para a cultura da libertação: libertação do egoísmo, da alienação, da miséria e das injustiças. Essas pessoas não estavam mais pedindo um favor às autoridades. Politizadas, estavam reivindicando seus direitos.

Os registros sobre os Clubes de Mães evidenciam bem essa passagem da passividade para a atividade e o anseio por autonomia das mulheres das classes baixas. Havia organizações de mulheres desde a década de 1950, muitas vezes incentivadas pela prefeitura, pela própria Igreja Católica e por clubes benevolentes, como o Lions. Entretanto, esses grupos anteriores eram liderados pelas mulheres das classes altas, que faziam uma espécie de trabalho assistencialista com as classes populares, instruindo-lhes sobre higiene, capacitando-lhes em trabalhos manuais e distribuindo doações, mas sem promover reflexões críticas sobre as origens da desigualdade e com clara separação entre os grupos. A partir da mudança de diretrizes da Igreja, os padres passaram a estimular a auto-organização das mulheres da periferia, destacando a luta contra a injustiça social no lugar do assistencialismo caritativo.

Inicialmente motivados por demandas privadas, como a fuga da solidão e a necessidade de dividir problemas familiares, os Clubes de Mães se tornaram espaços de empoderamento feminino em um contexto no qual o feminismo era atacado pelo governo

militar e preterido pela esquerda. Nestes espaços, as mulheres saíam da solidão do ambiente doméstico para aprender ofícios, discutir questões públicas e atuar coletivamente. No encontro entre as duas esferas, a privada e a pública, eram tecidas as identidades comunitárias:

As festas, quermesses e passeios juntos, também programados pela coordenação, por um clube ou por vários, cumpriam uma função menos explícita, mas de efeitos profundos. Ao realizarem juntas essas atividades de lazer, onde levavam filhos e maridos, constituíam entre si um espaço de identificação vinculado a esses momentos de diversão que normalmente congregavam as famílias. Aí teciam-se profundas identidades comunitárias (SADER, 1988, p. 211).

Os Clubes de Mães tinham como objetivo incorporar todas as mulheres das comunidades, despertando-as para a luta. Nesse sentido, havia uma preocupação com o revezamento da liderança desses grupos para que todas se capacitassem nessa função e constituíssem uma identidade comum. Dessa forma, o movimento do Custo de Vida foi um desdobramento natural.

Em 1975, uma pesquisa realizada pelas próprias mulheres comparou os preços nos supermercados com os salários, no sentido de avaliar a defasagem salarial em relação à quantidade mínima de alimentos que um trabalhador deve ingerir para repor suas energias<sup>38</sup>. Com esses dados, as mães formularam uma carta abaixo-assinada dirigindo-se respeitosamente às autoridades, afirmando estarem desesperadas e pedindo o controle do custo de vida, aumento dos salários, mais escolas e creches públicas. Este documento teve ampla repercussão na mídia, mas nenhum político dignou-se a respondê-lo. Contudo, por apresentar demandas tão básicas e não implicar a mudança das diretrizes políticas, sua recusa provocou gradual constrangimento e desgaste do governo, fazendo com que a causa ganhasse cada vez mais adeptos.

Em 1978, uma assembleia convocada pelo movimento do Custo de Vida realizada no Colégio Arquidiocesano reuniu 5 mil pessoas, mobilizando, além dos Clubes de Mães, comunidades de base, associações de bairros, oposições sindicais, estudantes, parlamentares, militantes do MDB e de grupos de esquerda, criando uma intensa agitação sobre o tema. Como ser contra ou indiferente à oferta de serviços tão essenciais como água, luz, creche e transporte público? A política local, mesmo que não denominada dessa forma em decorrência da aversão generalizada às instituições, conquistou a opinião pública por sua concretude, e foi usada para pressionar o governo militar.

Outra experiência que ilustra a organização das classes populares é o movimento de

---

<sup>38</sup>Determinada pelo Decreto-lei nº 399, de 30 de abril de 1938.

saúde da periferia leste de São Paulo. A inexistência de hospitais e postos de saúde na região passou a ser percebida pela população como a negação de um direito, incitando a luta para conquistá-lo. O compartilhamento dessa percepção teve grande influência, mais uma vez, da Igreja Católica, que forneceu as primeiras noções de direitos para a população, e dos médicos sanitaristas<sup>39</sup> – modalidade recém-criada pela Secretaria da Saúde –, que ensinaram à população como pressionar as autoridades públicas. Tudo começou em encontros promovidos pelas paróquias, que traziam médicos para falar sobre as principais doenças que assolavam os trabalhadores e as formas de preveni-las. Esse processo despertou o senso crítico necessário para que passassem a exigir equipamentos básicos de saúde para o bairro. Essa demanda foi reforçada pela própria conjuntura de um sistema de saúde que se encontrava em colapso. A despeito do milagre econômico, a mortalidade infantil aumentava, assim como os casos de meningite, que se tornou epidêmica.

As mulheres, que já estavam organizadas nos Clubes, por culturalmente serem incumbidas dos cuidados da saúde da família e dos filhos, predominavam também nesse movimento. Contudo, nem sempre a convivência entre esses grupos foi pacífica, havendo conflitos internos no movimento do Custo de Vida e pressões tanto por sua evangelização, quanto por sua independência religiosa.

A mudança tática da esquerda partidária foi concomitante a esse processo de empoderamento e auto-organização das classes populares. Com a derrota desarticuladora do projeto vanguardista revolucionário, militantes de organizações como a AP, a Polop e o PC do B embarcaram na experiência de proletarização, que tinha como objetivo a aproximação e a conscientização das classes trabalhadoras. Os militantes não deixaram de acreditar na necessidade de um partido de vanguarda, mas ao considerar que o momento não era propício para o enfrentamento direto e para a organização partidária, deixaram a identidade teórica marxista-leninista em segundo plano e foram à práxis do trabalho com as massas. Dessa maneira, os militantes foram morar em bairros populares e trabalhar nas fábricas, lavouras e hospitais e com educação popular, integrando-se ao proletariado e atuando junto a suas lideranças.

C. tinha sido militante do PCB, com o qual rompera seguindo os passos de Marighella. Preso em 1969 e solto em 1971, procurou retomar a luta. Sua organização – a ALN – estava quase desarticulada. Junto com os companheiros que

---

39 O médico sanitarista é responsável pelo atendimento imediato à população, tendo como local de trabalho o próprio bairro. Distingue a formação dos médicos sanitaristas sua atenção aos problemas socioeconômicos da população e à relação entre “condições de vida” e determinadas doenças. Preocupam-se, assim, não apenas com a saúde do paciente em particular, mas com a de toda uma comunidade.

conseguiu estabelecer contato, avalia que “tenha sido correto ter pego em armas”, embora tivessem “cometido muitos erros”, principalmente ao terem “subestimado o trabalho de massa”. Ele lembra-se da influência que tinha no bairro e que havia sido desprezada. Agora, enquanto esperava pela rearticulação da ALN, ele engajara-se nas atividades de base: na fábrica (pois era operário), na oposição sindical, no bairro, onde se integra num trabalho de educação popular. Se a sua “autocrítica” havia sido superficial, o fato é que o seu engajamento prático leva-o bem longe das referências anteriores. Tanto assim que, quando soube que a ALN tinha se extinguido, alguns anos depois, isso já “não foi motivo de nenhuma preocupação”. Ele era um elemento ativo na oposição sindical metalúrgica de São Paulo (SADER, 1988, p. 173).

Outra instituição de tradicional atuação das esquerdas que esteve em crise do golpe até a metade da década de 1970 foram os sindicatos. Ao assumirem o governo, os militares decretaram intervenção nos sindicatos, perseguindo cerca de 1800 delegados sindicais. Estes foram sumariamente demitidos, presos e torturados. Após essa ação, os militares impuseram em 1965 a Lei 4.725, que estipulava o dissídio anual em uma média do salário real dos 24 meses anteriores acrescido de uma taxa correspondente ao aumento da produtividade nacional, fazendo os sindicatos perderem sua principal função. Assim, suas atividades foram resumidas ao assistencialismo, e a estrutura sindical ficou submissa ao Estado. Neste mesmo ano, iniciou-se o “reinado” de Joaquim dos Santos Andrade no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, candidato único à presidência naquele pleito e que ajudara os militares na intervenção.

Para entender como a diretoria de Joaquim dos Santos Andrade se firma justamente no momento em que se dessolidariza de qualquer ação coletiva dos trabalhadores nas empresas é preciso que retomemos o clima daquela época, que não comportava apenas a repressão e o medo e a resistência, mas também as fantasias de ascensão social. Em 1970, o Sindicato criou uma cooperativa habitacional, que se somava a outras realizações materiais efetuadas graças a arrecadação do imposto sindical.

[...]

Em 1972 ele dispunha de: um departamento médico com 33 médicos e outros 23 funcionários, além dos profissionais credenciados em seus próprios consultórios; um departamento jurídico com 19 advogados e 18 funcionários; um departamento odontológico; outro de educação e cultura; e uma colônia de férias com 60 apartamentos na Praia Grande (SADER, 1988, p. 233).

Ao longo desse período, um grupo minoritário de sindicalistas começou a manifestar sua insatisfação mediante o esvaziamento e a perda de representatividade de suas entidades. Mas esta não era uma (o)posição fácil de sustentar, posto que viviam no limiar entre a insatisfação das bases e o respeito à legalidade. Além disso, enfrentavam também a fragmentação da própria categoria, decorrente desse processo. Esse esforço influenciou as novas diretorias do sindicato, cujos membros tinham passado, de alguma forma, pela oposição. Um acontecimento que se tornou referência para a oposição sindical e para a maior parte da esquerda no período foi a greve da Cobrasma, em Osasco, no ano de 1968:

movimento autônomo, organizado na própria fábrica. Contudo, muitos temiam a repressão, visto que as chefias se aproveitavam da conjuntura repressiva para denunciar qualquer movimentação dos operários à polícia, isso quando não havia agentes infiltrados nas empresas.

Nessas circunstâncias, a saída encontrada pelos membros da oposição sindical foi realizar reuniões semiclandestinas, utilizando o anonimato para se proteger. Nestes encontros, buscavam estabelecer acordos entre representantes dos diferentes “grupos de influência” (católicos, dissidentes comunistas, grupos de esquerda, independentes etc.) e indicar tarefas. Inicialmente os grupos de esquerda que compunham a oposição (Ação Popular, Polop, OC 1 de Maio, e dissidentes do PCB e do PC do B) pensavam a mobilização operária como parte de uma estratégia revolucionária, de modo que se formasse uma base social na luta contra o regime. Porém, durante o processo, essa concepção foi deixada em segundo plano, dado as consecutivas derrotas dessa vanguarda. Não havia nenhum partido capaz de propor um consenso no qual pudessem ancorar a disputa macropolítica. Assim, as micropolíticas foram sendo valorizadas como afirmação da dignidade desses grupos, compondo um novo sujeito político heterogêneo que renunciava e exigia a transformação daquela sociedade.

Considerando a possibilidade de repressão violenta, a oposição, e posteriormente o próprio sindicato, mudou o seu posicionamento e decidiu adotar como estratégia o enfrentamento indireto ao governo, direcionando sua luta para o âmbito dos direitos. Reforçaram seus departamentos jurídicos na tentativa de proteger os sindicalistas e os trabalhadores nos conflitos diários surgidos nas fábricas, e passaram a explorar brechas legais para garantir a legitimidade de suas práticas e pautas. Exigiam a revogação da política salarial, a negociação direta com os patrões, contratos coletivos e plena liberdade sindical. Denunciavam também a precariedade das condições de trabalho, já que muitas fábricas não pagavam horas extras e tampouco respeitavam turnos, folgas, férias e normas de segurança. A partir desses valores, foi conformando-se uma nova identidade sindical.

Outro acontecimento importante para a renovação sindical foi a greve na Metalúrgica Villares, em 1973, quando os operários cruzaram os braços diante das máquinas durante 20 minutos em dias e horários alternados. Várias seções pararam, atingindo a empresa, mas sem que houvesse declaração de greve. Este fato inspirou trabalhadores de diversas empresas, que começaram a formar outras comissões de fábrica. Estas comissões exigiam desde papel higiênico nos banheiros até o pagamento de salários atrasados, e foram experiências potentes para muitos trabalhadores. Os primeiros resultados de táticas como abaixo-assinados, operações tartaruga e boicote aos restaurantes das empresas foram consideradas por eles

grandes conquistas.

A rearticulação sindical tem como marco o I Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo, ocorrido em 1974, mesmo ano em que o MDB obteve votação majoritária para o Senado. Este é um ano chave do processo de reconfiguração do ativismo no Brasil. Ambos os acontecimentos visibilizavam o descontentamento da sociedade, até então silenciado pelo governo militar.

Diante dessa mudança de ventos, o general Ernesto Geisel assumiu a presidência, também em 1974, propondo uma abertura “lenta, gradual e segura”. Na realidade, ao se comprometerem com a distensão política, os militares tentavam melhorar sua imagem perante a opinião pública, bastante prejudicada após a truculência dos anos de chumbo. Assumindo essa tarefa para si, conseguiram adiar sua concretização ao máximo: mantiveram-se no poder, asseguraram as bases autoritárias do Estado e anularam qualquer possibilidade de transformação real da estrutura social. Uma prova disso é que no mesmo ano de 1974 foi registrado o maior número de assassinatos e desaparecimentos de opositores ao regime (SADER, 1988; MAUÉS e WENDEL, 2006 apud DOMINGUES, 2018).

No ano seguinte, Luís Inácio da Silva, membro da diretoria executiva do sindicato dos metalúrgicos desde 1972, substituiu Paulo Vidal em sua presidência, enfatizando a necessidade do trabalho de base e marcando reestruturação do movimento sindical. Antes de aderir à chapa de Vidal, Lula participou de algumas reuniões da oposição, conhecendo suas demandas, e buscou mediá-las em sua gestão a partir da incorporação dos trabalhadores à luta, gerando um processo de empoderamento, reconhecimento e solidarização entre os metalúrgicos.

Também em 1975, quando o jornalista Wladimir Herzog foi morto sob torturas na prisão, celebrou-se um culto ecumênico na Catedral da Sé que se transformou em uma grande manifestação contra a ditadura. Ainda nesse ano, muitos exilados voltaram ao Brasil, lançaram-se vários movimentos feministas no país e foi criada a Comissão Pastoral da Terra.

Observa-se que a confluência destes eventos não é casual, mas evidência de que o ativismo no Brasil pressionava e prenunciava uma reconfiguração societária. As ações dos novos movimentos colhiam seus primeiros resultados perante a opinião pública. Embora este não fosse seu objetivo principal (ou melhor, oficial), mobilizavam-se e articulavam-se pressionando para a redemocratização do país. O discurso de posse de Lula ilustra bem a estratégia dos movimentos populares e do novo sindicalismo nesse sentido. Diante do malogro do enfrentamento direto, procurava-se interpretar a conjuntura a partir de um discurso alternativo, supostamente nem marxista, nem de direita, dotado de tom conciliatório,

cujo foco principal eram os interesses dos trabalhadores, não a tomada do poder.

De um lado, vemos o homem esmagado pelo Estado, escravizado pela ideologia marxista, tolhido nos seus mais comezinhos ideais de liberdade [...] E no reverso da situação, encontramos o homem escravizado pelo poder econômico, explorado por outros homens, privados da dignidade que o trabalho proporciona, tangidos pela febre do lucro, unidos ao ritmo louco da produção, condicionados por leis bonitas mas inaplicáveis, equiparados às máquinas e ferramentas. [...] E nesta hora, quando é fácil e lucrativo tecer louvores à situação estabelecida cientes de nossas limitações e da pouca ressonância da nossa voz, queremos proclamar em alto e bom som que as estruturas devem estar a serviço do homem. Que os donos do poder em todo mundo estão querendo provar o acerto de suas teorias com o sacrifício e miséria, a submissão e a escravidão de milhões de criaturas humanas que constroem riquezas e não participam delas, que erguem palácios e moram em casebres, que constroem máquinas e motores sofisticados e andam a pé, que possibilitaram o progresso da ciência e o avanço tecnológico e morrem nas filas do INPS, que ergueram metrópoles e vivem em favelas (LULA apud SADER, 1988, p. 180).

O novo sindicalismo estruturava seu discurso articulando identidade e dignidade a partir de três pilares: o orgulho corporativo, a contrapartida do governo mediante sua contribuição à pátria<sup>40</sup> e a defesa dos direitos dos trabalhadores. O operário era apresentado como um cidadão sério, responsável, que colaborava para o desenvolvimento da nação e que, portanto, merecia o reconhecimento moral e material: ser tratado com dignidade, ter sua liberdade de organização garantida, receber um salário justo e ter seus direitos trabalhistas respeitados. Dessa forma, gradualmente, a bandeira salarial começou a obter um significado maior, sensibilizando vários setores da sociedade.

A primeira vitória dessa corrente ocorreu em 1977, quando houve o reconhecimento público por parte de institutos econômicos sobre a manipulação dos índices de inflação, corroborando a legitimidade da campanha de reposição salarial, haja vista a situação social desesperadora dos trabalhadores devido à defasagem dos seus salários. Apesar disso, não houve mudança na política salarial por parte do governo. A partir de então, os sindicatos passaram a considerar a greve como uma forma de pressionar os patrões, mesmo cientes que isso poderia significar uma intervenção ministerial nos sindicatos. Procuravam deixar claro em seus discursos que a greve não era contra o governo, nem possuía motivação ideológica, mas por salários, e reiteravam seu caráter pacífico e democrático.

Tal posicionamento discursivo foi importante para agregar o apoio da opinião pública à causa operária, visto que tudo relacionado ao político era malvisto pela maioria da população. Todavia, se, por um lado, a política estava relacionada no imaginário social a

---

40 Os sindicalistas manifestavam sua colaboração com o governo a partir do seu próprio trabalho, que contribuía para o desempenho econômico do país e do apoio a alguns de seus projetos, como a construção da Transamazônica, a decretação da soberania sobre 200 milhas da costa e o projeto Pro-Terra.

interesses escusos e era tida como campo das elites, por outro, ao se mobilizarem para a greve, os operários mostravam que o povo era capaz de se organizar e lutar pelos seus direitos a despeito da impressão de apatia e despreparo compartilhada pelo senso comum.

Em concomitância à efervescência sindical e ao processo de abertura, alguns movimentos se reorganizavam após um longo intervalo de latência. Nesse período surgiram alguns movimentos com sólida estrutura hierárquica – como o Conselho Indigenista Missionário (1972) e o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (1978) –, e outros de estrutura mais descentralizada, que emergiram inicialmente em forma de campanhas ou a partir de debates e gradualmente se verticalizaram – como o Movimento Homossexual Brasileiro (1970) e o Movimento Feminista pela Anistia (1975).

O movimento negro ressurgiu no bojo do movimento estudantil, altamente politizado e influenciado por ideologias marxistas, estando também em consonância com as lutas de libertação dos países africanos e com as lutas por direitos civis (RIOS, 2014). No final da década de 1970, a questão racial havia conquistado espaço dentro dos partidos de esquerda, como o PCB e o PC do B. O Movimento Negro Unificado (MNU) foi fundado num ato público que reuniu 2 mil pessoas nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, em 7 de julho de 1978. Este primeiro protesto do movimento foi motivado pela discriminação sofrida por quatro jovens atletas negros em um clube de São Paulo e pela violência policial contra a população negra, sobretudo na periferia. Em sua eclosão, o MNU pautava fundamentalmente a desmistificação da mestiçagem, a crítica à ideia de que haveria uma democracia racial brasileira, o combate aos estereótipos raciais, a demanda pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares e a ressignificação do termo “negro” para autoclassificação da cor no Brasil, propondo, a partir dele, a afirmação da identidade negra (FIGUEIREDO, 2008 apud FACCHINI, 2020). No processo de reorganização da mobilização antirracista e sob o impulso dos debates no movimento feminista, o MNU encampou também a luta das mulheres negras, duplamente discriminadas pela sociedade patriarcal racista.

A retomada do feminismo no Brasil teve como marco o ano de 1975, definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Mulher, que estimulou o debate sobre políticas voltadas para mulheres no mundo todo, inclusive no Brasil. Questões como a igualdade salarial, a liberdade sexual, o fim da violência sexual e doméstica, o direito ao uso de contraceptivos e ao aborto legal e seguro traziam as mulheres brasileiras ao debate público depois de tantos anos invisibilizadas. A inserção em massa das mulheres no mercado de trabalho foi um fator decisivo nesse processo. Para se ter uma ideia, o número de mulheres sindicalizadas aumentou em expressivos 176% ao longo da década. A partir de então, vários

grupos se organizaram, tais como a Sociedade Brasil Mulher, a Associação Nós Mulheres, o SOS Mulheres, a União Brasileira de Mulheres, o Grupo de Mulheres Lésbico Feministas, entre outros. Surge nesse período ainda a imprensa feminista, representada por veículos como o Brasil Mulher (1975), Maria Quitéria (1977) e Chana com Chana (1981).

Com inspiração nas experiências internacionais, a população LGBT se organizou inicialmente em coletivos defendendo seu reconhecimento como detentores de direitos e pautando a homossexualidade como uma opção sexual legítima, e não como uma patologia. Dentre os coletivos, destacam-se o grupo Somos e a revista Lampião da Esquina. No entanto, suas bandeiras foram as que enfrentaram maiores dificuldades para se colocarem no debate público, dado a grande homofobia difundida na sociedade brasileira. Prova disso é que, dentre as minorias, suas pautas foram as menos contempladas pela CF de 1988. A discriminação e a distinção de gênero, por exemplo, foram sumariamente ignoradas no texto constitucional.

Todo este caldo movimentalista transbordou nas greves de 1978 protagonizadas pelos metalúrgicos, que canalizavam uma insatisfação contida durante anos e mostravam um movimento de massas capaz de “incidir concretamente nas relações de poder tanto nas empresas quanto no sindicato”. Os caminhos da oposição sindical e da diretoria do sindicato, presidida por Lula, que havia sido reeleito naquele ano, rumavam à confluência. Mesmo sob desconfiança, a estrutura sindical assimilava e estimulava múltiplas formas de resistência. Isso ocorreu, em grande medida, devido às vitórias no campo jurídico, que fizeram com que o sindicato se tornasse uma referência para as lutas por direitos. Mesmo com as greves ainda sendo consideradas ilegais, o sindicato assegurava a existência de um espaço para a manutenção da pressão operária para obrigar o patronato a negociar.

A partir de 1979, o sindicato passou a assumir a organização das greves sem temer os limites da legislação vigente. Naquele ano, o general João Figueiredo assumiu a presidência do país. O último militar a ocupar o cargo, e aquele que concretizaria a transição democrática, se defrontou com mais de 100 de greves. Ainda em 1979, foi sancionada a lei da Anistia.

As greves pela revisão salarial foram ganhando uma “aura de uma causa sagrada”, em que os trabalhadores eram motivados a ir até o fim. Lula teve importante participação na atribuição desse significado ao movimento, visto sua liderança carismática, articulação política e capacidade de captar os sentimentos dos trabalhadores nas assembleias.

Em 1980, o movimento grevista alcançou seu ponto alto. As greves inspiravam outros setores da sociedade, trazendo a questão social para o foco das atenções e extravasando o contexto sindical. O renovado movimento operário sugeria que a política poderia ser ampliada e reinventada para além das instituições e dos moldes tradicionais (PAOLI, 1995). Diversos

setores sociais, como a Ordem dos Advogados, entidades estudantis, outros sindicatos, movimentos de direitos humanos, de mulheres, negros e artistas, e até mesmo o então arcebispo de São Paulo, dom Claudio Humes, passaram a apoiá-lo – inclusive se solidarizando financeiramente com os grevistas. Assim, o movimento que não era inicialmente contra o regime, ganhou uma incontestável conotação política. Sobre o 1º de maio de 1980, Sader comenta que:

[...] aquele Dia do Trabalhador ocorria quando uma greve dos metalúrgicos da região alcançava um mês de duração e levava o chefe do Service Nacional de Informações a prometer que “dobraria” a “república de São Bernardo”. O que poderia ter permanecido um dissídio salarial tornara-se um enfrentamento político que polarizava a sociedade. Movidos pela solidariedade à greve formaram-se comitês de apoio em fábricas e bairros da Grande São Paulo. Pastoris da Igreja, parlamentares da oposição, Ordem dos Advogados, sindicatos, artistas, estudantes, jornalistas, professores assumiram a greve do ABC como expressão da luta democrática em curso.

[...]

Nessa representação, a luta social aparece sob a forma de pequenos movimentos que, num dado momento, convergem fazendo emergir um sujeito coletivo com visibilidade pública. O que acontecera na manhã do 1º de maio de 1980 parecia condensar a história de todo o movimento social que naquele dia mostrava a cara ao sol (SADER, 1988, p. 29).

Nota-se que a valorização do trabalho e o apelo a uma vida digna para os trabalhadores e suas famílias, com o atendimento de suas necessidades básicas, eram elementos presentes em todos os movimentos do período e organizavam suas identidades, configurando um enquadramento compartilhado. A opressão ditatorial e o cerceamento do debate político fizeram com que essas demandas se fragmentassem de início, gerando diferentes tipos de identidade coletiva, conformadas localmente, em ambientes privados. Porém, com as sucessivas e crescentes mobilizações, ao lado das recorrentes denúncias da violência estatal, realizadas sobretudo pelos perseguidos políticos e seus familiares, essas diferentes identidades se encontraram e se articularam, retornando ao espaço público e convergindo no movimento grevista e posteriormente em um movimento instituinte, que as sintetizou e lhes conferiu uma visibilidade irreversível (BRINGEL, 2018b).

### **3.2 A busca pela redemocratização social e a identidade cívico-participacionista**

O alto engajamento observado no final da década de 1970 ganhou um novo combustível na década de 1980. Se nos anos 1970 a macroeconomia apresentou elevado desempenho, configurando o suposto “milagre”, nos anos 1980 praticamente toda a América

Latina viveu uma grave crise econômica – talvez a pior de sua história –, fazendo com que o período seja denominado por muitos autores como “a década perdida”.

Em 1980, o Brasil encerrava o ciclo nacional-desenvolvimentista iniciado em 1930, no qual o Estado, ao mesmo tempo em que financiou a industrialização e a urbanização do país, manteve a estrutura latifundiária concentrada. Os militares deram continuidade à industrialização encabeçada por Vargas mediante empréstimos internacionais e importação de petróleo.

Com o fim do dólar-fixado (1971), a crise do petróleo (1973) e o aumento da taxa de juros, a dívida externa brasileira cresceu vertiginosamente, e o Fundo Monetário Internacional forçou a implementação de medidas de austeridade, a abertura dos mercados e a desregulamentação econômica. Assim, o país do milagre econômico dos anos 1970 entrou em profunda recessão nos anos 1980, que foram marcados pela estagnação do crescimento do PIB (média de 1,7% ao ano), pela inflação descontrolada (mais de 100% ao ano), pela instabilidade monetária, pelo alto índice de desemprego e pela contração da renda (MARANGONI, 2012).

A crise econômica caiu como uma centelha sobre as mobilizações populares. O país foi tomado de norte a sul por maciços atos de protesto exigindo eleições “Diretas Já”. No Rio de Janeiro e em São Paulo, mais de um milhão de pessoas se fizeram presentes. “Estas mobilizações consistiram no resultado mais visível de um amplo ciclo de organização e mobilização social que levou ao esgotamento do regime militar e ao fortalecimento da sociedade civil” (BRINGEL, 2018b, p. 90).

Embora a crise tenha contribuído para a perda de popularidade do governo militar, nem ela nem o grande acúmulo ativista da década anterior tiveram força suficiente para realizar uma revolução de fato democrática. A transição política no Brasil teve um caráter conservador. Aconteceu gradualmente, através de um pacto entre as elites, de modo que os mecanismos da ordem fossem preservados (SHARE e MAINWARING, 1986; SANTOS, 2000).

O processo de abertura foi conduzido pelo general João Figueiredo, o último militar no poder. Em 28 de agosto de 1979, foi sancionada a lei 6.683, que concedeu anistia aos opositores do regime militar e aos membros do governo acusados de tortura. Ainda em 1979, foi aprovada a reforma política, que restabeleceu o pluripartidarismo. Conquanto tenham sido conquistas importantes para a democracia, ambas as medidas foram vistas por parte dos movimentos como uma manobra do governo para desarticular e dividir a oposição (SADER, 1988).

Apesar do compromisso de Figueiredo com a abertura política, os militares da chamada linha dura resistiam à devolução do poder ao povo, tornando esse processo mais lento. Essa ala foi autora de diversos atentados envolvendo bombas em ambientes progressistas, como no comício do PMDB realizado na Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro, em 1980, e no show em homenagem ao Dia do Trabalhador no Rio Centro, em 1981.

Além das táticas violentas, a linha dura agia nos bastidores da política. A perduração da sua influência foi evidenciada, entre outros momentos, na votação da Proposta de Emenda Constitucional do Deputado Dante de Oliveira em 1984, que previa eleições diretas. Apesar de diversos setores da sociedade estarem mobilizados na campanha das Diretas Já, faltaram 22 votos para a emenda ser aprovada. Dessa forma, acabou sendo aprovada posteriormente a emenda Leitão, alterada pelo próprio Figueiredo, que mantinha as eleições pelo colégio eleitoral em 1984 e adiava as eleições diretas para 1988.

Após um acordo entre os representantes do PMDB (antigo MDB) e da Frente Liberal do PDS (antiga Arena), acertou-se a chapa Aliança Democrática, que tinha Tancredo Neves como candidato a presidente e José Sarney a vice. Houve ampla mobilização em torno dessa chapa. Há relatos de que o próprio Figueiredo lhe preferia ante a candidatura de Paulo Maluf pelo PDS, que era o partido do governo. A chapa Neves-Sarney foi eleita pelo colégio eleitoral com 480 votos em 15 de janeiro de 1985. Entretanto, Tancredo adoeceu e faleceu antes de assumir a presidência, que foi ocupada automaticamente por Sarney.

No âmbito do ativismo, a bem-sucedida experiência da luta operária pela via sindical, atrelada à importante rede de organizações construída em apoio às greves, foram essenciais para as vitórias do movimento e apontavam para uma questão fundamental convergente ao processo de redemocratização: a institucionalização política. Se os movimentos populares emergiram como uma forma de resistência possível num contexto autoritário, na medida que conquistavam visibilidade e adquiriam relevância política, o sistema político se reabria à participação civil e tornava-se mais permeável às suas demandas. Assim, a cidadania se configurava como um elemento-chave de reencaixe identitário (DOMINGUES, 2006), e a institucionalização parecia um caminho “natural”.

As energias sociais e os recursos de poder gerados pelo campo ético-político<sup>41</sup> dos movimentos populares urbanos (DOIMO, 1995) desencadearam ao longo da década de 1980 uma tendência ao associativismo, verificada pela formalização das Organizações Não-

---

41 Para Doimo (1994), quando os movimentos sociais passam a marcar presença no espaço público, viram campos ético-políticos, influenciando padrões culturais e formas de convivência política.

Governamentais (ONGs), pela criação de associações de movimentos, pelo estabelecimento de redes e pela formação de diversos partidos políticos.

Para muitos autores (CARDOSO, 1983; BOSCHI, 1983), ao ter uma base social dispersa, fragmentada e volátil, estes movimentos não poderiam ter outro desdobramento. Embora emergissem das contradições urbanas e se reivindicassem autônomos, não possuíam caráter revolucionário. A despeito da hostilidade apresentada em relação ao Estado e a reafirmada vontade de subordinar as instituições à vontade do povo (o que levou muitos pesquisadores a interpretar esses movimentos como anti-estatistas), na realidade os movimentos populares não demandavam *menos* Estado, mas *mais* Estado.

Evidente que esses movimentos não reivindicavam a presença do Estado e a participação nos moldes racionais-competitivos convencionais que visam a eficácia decisória e regras universalistas de procedimento, mas pretendiam lhe empregar sua lógica solidarística-consensual e seus critérios *ad hoc* para dinamizar a participação (DOIMO, 1995). Dessa maneira, a autonomia era reivindicada como uma forma distinta de se relacionar com os partidos e o Estado. Diferenciava-se tanto da política autoritária da ditadura quanto do projeto marxista-leninista da esquerda tradicional, e funcionava como estratégia para evitar que os movimentos fossem cooptados por essas instituições. Propunham, portanto, bases mais democráticas e horizontais para a vida em sociedade, e configuravam-se como uma reação dos movimentos às formas centralizadoras de poder (SCHERER-WARREN, 1987).

Tal posicionamento colocava os movimentos em um vácuo regimental. Inicialmente, a supressão desses vácuos regimentais era mediada pelas ONGs que os assessoravam. Surgidas ainda durante a ditadura militar e na esfera das relações privadas, as ONGs se constituíram por meio da interação entre diferentes grupos e organizações, tais como a Igreja Católica, o ecumenismo secular, a academia, os grupos de esquerda, os partidos e os sindicatos (ROSSIAUD e SCHERER-WARREN, 2000). No entanto, diferentemente dos movimentos, logo foram atraídas por essas instituições maiores e pelo próprio Estado, assumindo o papel de redes sociais e “congregando pessoas dispostas à participação continuada”. Com esse atributo, multiplicaram-se rapidamente. Em 1988, havia 1.208 ONGs espalhadas por todo o território nacional. Na década seguinte, já passavam de 5.000 (DOIMO, 1995)<sup>42</sup>.

Doimo (1995) caracteriza as redes movimentalistas representadas pelas ONGs neste período em três tipos: territoriais, temáticas e de influência. As primeiras se originaram das relações interpessoais nas CEBs e se organizavam a partir de demandas locais que se

---

42 Atualmente há mais de 290 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (Fasfil) no Brasil (ABONG, 2020).

interconectavam a outras carências típicas da vida nas periferias. Estas ONGs cumpriam principalmente o papel de mediadoras das relações entre a comunidade e as fontes de recursos para realização dos seus projetos, que, na maioria das vezes, eram europeias e ligadas a instituições religiosas, como a Caritas. As agências confessionais financiaram 70% dos projetos das ONGs brasileiras durante as décadas de 1970 e 1980 (FERNANDES E CARNEIRO, 1991 apud DOIMO,1995). Na mediação entre as comunidades e essas organizações, destacou-se a atuação do Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS) e da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) em meio à extensa rede de pequenos organismos que constituíam (como o CEDI, o CECA, o CESEP, o INTER, o CONIC, a FASE e tantos outros). Além de assessorar os movimentos em projetos voltados à educação popular, à luta operária, à defesa dos povos indígenas e ao campesinato, essas organizações também produziram e acumularam muito conhecimento sobre estes temas, tornando-se ao longo dos anos sofisticados centros de documentação e, posteriormente, ofertando cursos de formação na área.

Embora a mediação dos projetos pelas ONGs e posterior incorporação de suas demandas pelo Estado tenham sido fundamentais para a ampliação da cidadania e para a universalização de direitos, significativa parcela dos militantes dos movimentos populares não concordava com esse direcionamento, entendendo-o como corrompedor de sua proposta inicial. Essas siglas eram acusadas de minar o protagonismo popular e a autonomia dos movimentos, mudando sua lógica constitutiva da participação baseada em identidades para um modelo de relações mais verticalizado e racionalista, que combinava os pressupostos da burocracia estatal aos da tutela centralizadora-religiosa. A democracia de base, a solidariedade e o apelo anti-institucional foram se desmantelando em meio à atuação da ONGs, à cooptação de lideranças, às negociações com o Estado e à aproximação dos partidos políticos.

A perda ou esvaziamento das identidades coletivas em meio ao processo de institucionalização dos movimentos (ou de suas causas) foram sintomas da reconfiguração dessas identidades. Os movimentos de fato deixaram de ter como eixo organizador a ação direta e passaram a adquirir um caráter mais sistemático em torno das causas propriamente para adentrar a arena política. Nesses termos, se por um lado faz sentido pensar em refluxo ou em uma ação centrífuga (BRINGEL, 2018b) dos movimentos, por outro, é equivocado falar no seu fim.

Uma das inovações observadas nesse processo de consolidação das ONGs no campo político foi a emergência de um novo tipo de liderança: o liberado, um militante que era remunerado com parte da verba do projeto para dedicar-se parcial ou integralmente ao

trabalho de base e à da coordenação do movimento. Em 1993, no I Congresso Nacional dos Movimentos Populares, 43% dos participantes se declararam em tal condição (DOIMO, 1995).

Além das redes de intermediação territoriais, havia também as redes temáticas, que produziam os conhecimentos e os recursos comunicacionais para os movimentos, fomentavam sua memória e lhe prestavam solidariedade à distância. Nestas redes atuavam especialmente os intelectuais, que com a intervenção autoritária nas universidades, punham suas competências a serviço dos movimentos populares por meio de ONGs e Fundações, como o CEDEC e o IBASE. Dentre essas iniciativas, destacou-se também o SIN, Serviço de Intercâmbio Nacional, uma rede que mobilizava organizações em todo o Brasil, pressionava o governo sempre que algum movimento estivesse sendo reprimido ou passando dificuldades, e lhes dava suporte jurídico por meio de associações como a Assessoria Jurídica Popular (AJUP). Em 1987, o SIN registrava 462 organismos (CESE, 1987 apud DOIMO 1995).

As ONGs, em suas diferentes faces, foram formando uma espécie de rede de amparo aos movimentos, fomentando-os com recursos de diversos tipos: financeiros, técnicos (especialmente intelectuais e jurídicos) e comunicacionais. Essa atuação fazia, inevitavelmente, com que os movimentos aos poucos perdessem o protagonismo de sua própria luta; mesmo que as ONGs tivessem real preocupação em valorizar as relações cotidianas e interpessoais, favorecer esses movimentos de ação direta, e fazer os indivíduos sentirem-se sujeitos de suas próprias ações.

É importante observar também as diferenças regionais de institucionalização dos movimentos pelo território nacional. Segundo Doimo (1995), em geral esse processo foi mais rápido entre os movimentos vinculados a arquidioceses de orientação mais conservadora (como as do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul), ou onde havia forte influência dos partidos comunistas, em que se observou a agregação desses atores em associações de moradores já existentes. A estratégia era se aproveitar da estrutura que essas organizações já possuíam e modificá-las por dentro, visto que comumente eram ligadas às classes médias e possuíam demandas distintas dos movimentos populares. Nesse âmbito, merece destaque a atuação de lideranças como Benedita da Silva, oriunda do mundo pentecostal e representante dos favelados da Zona Sul do Rio Janeiro. Benedita quase foi eleita prefeita em 1992, foi governadora do Rio entre 2003 e 2006 e atualmente é deputada federal.

Já em São Paulo, como as CEBs organizaram sua identidade em oposição às “sociedades de amigos do bairro” e contavam com apoio dos aparatos eclesiais, os movimentos mantiveram-se na informalidade. A exemplo da Assembleia Popular dos

Moradores do Itaim Paulista, da Assembleia do Papelão e da Associação dos Moradores do Grajaú, passaram a organizar-se de maneira setorizada e a partir de dinâmicas assembleístas.

Outra questão que se colocava era a divergência de enquadramento entre os movimentos, as ONGs e as associações. Sem dúvida havia afinidade ideológica suficiente entre os grupos para que se colocassem numa relação de assessores e assessorados. Entretanto, não era incomum que esses atores apresentassem posicionamentos políticos e estratégicos distintos.

É inegável que diante da “multicentragem” dos movimentos populares, as ONGs congregavam uma rede de reflexão comum. Este papel ficou claro principalmente em dois momentos nos quais estas serviram de canalização das demandas populares a despeito da recusa institucional dos movimentos: na reorganização partidária em 1980 e no processo Constituinte iniciado em 1985. No primeiro momento, o posicionamento dos movimentos foi mais personalizado, sendo vocalizado por lideranças como os irmãos Boff e Frei Betto. No segundo, os setores populares se reuniram para documentar suas reivindicações em torno de temas como saúde, educação, moradia, reforma agrária, direitos humanos, entre outros, como veremos adiante.

A formação do PT é, muito provavelmente, o maior exemplo da multicentragem das redes de movimentos populares e das diferenças procedimentais dos atores que as compunham. Ao reunir ex-guerrilheiros, lideranças dos movimentos populares, sindicalistas, católicos, intelectuais e artistas, o PT simbolizou o encontro e institucionalização das diferentes identidades coletivas dos anos 1970. Uma das primeiras vozes públicas a defender a constituição de um projeto político dos trabalhadores foi Lula, que logo obteve apoio de intelectuais, como Francisco Weffort e José Álvaro Moisés. Contudo, a ala progressista da Igreja Católica, que protegeu os comunistas da repressão, era grande mobilizadora do movimento do Custo de Vida, apoiadora das greves e defensora do paralelismo sindical, foi inicialmente contrária à institucionalização dos movimentos populares. Tal postura gerou um impasse, até que, após muitas mediações teóricas e costuras práticas, realizadas especialmente por Frei Betto, a aliança entre o popular e o sindical se cristalizou (muito embora certas contradições nunca tenham sido equacionadas). Frei Betto defendia a criação de um conduto político que pudesse expressar as aspirações populares e, ao mesmo tempo, garantir a autonomia dos seus movimentos e organizações. Essa proposta ganhou as lideranças dos movimentos, como Ivo Lesbaupin e Luiz Souza Lima, e contagiou as bases. Os resultados dessa articulação não demoraram a aparecer. Em 1981, 66% dos participantes das CEBs atuavam no PT. Dois anos depois, a Pastoral Operária lançou 902 candidatos entre vereadores

e governadores, sendo 67% deles pelo PT.

Doimo (1995) credita a aversão desses movimentos à institucionalização ao fato de eles possuírem suas raízes na Igreja Católica, instituição, segundo ela, “nada afeita à racionalidade do mundo da política”. A ambiguidade entre autonomia e institucionalização, que passou a caracterizar os movimentos a partir de 1980, foi denominada pela autora como “duas faces inter-relacionadas – a expressivo-disruptiva e a integrativo-corporativa”. Exatamente por não terem como fundamento a política institucional e basearem-se numa lógica consensual-solidarística, estes movimentos permitiram a emergência de múltiplas identidades que competiam entre si. No entanto, o terreno político-decisório requer certa unidade para incorporar demandas, levando inevitavelmente à sobreposição de uma identidade sobre as demais, ou ao fracasso da institucionalização.

Esperava-se que com a abertura política os movimentos se emancipassem da Igreja progressista, mas isso só veio a acontecer, de fato, dez anos depois. Entre as razões da manutenção deste paralelismo havia, por um lado, o interesse da própria Igreja em manter seu reduto de fiéis próximo e, por outro, o dos militantes de esquerda em apostar na face expressivo-disruptiva dos movimentos. Dessa forma, a institucionalização dos movimentos populares ocorreu a partir de pautas de direitos humanos sob o guarda-chuva da Igreja, que desde 1970 denunciava casos de perseguição, assassinatos, prisões e torturas de pessoas envolvidas com os movimentos sociais. Essa mobilização, iniciada com as Comissões de Justiça e Paz e de Direitos Humanos em parceria com organizações como a OAB, a ABI e a IAB, cresceu até estabelecer-se em 1982 no Movimento Nacional de Direitos Humanos.

A identidade destes movimentos foi se conformando ao longo do tempo contra a violência e a injustiça, inicialmente advindas da ditadura e, posteriormente, dos patrões, latifundiários, da polícia e da própria estrutura social. O entendimento sobre o que seriam os direitos humanos foi se tornando cada vez mais abrangente, assim como a documentação produzida sobre esse movimento. Direitos humanos abarcavam questões como a cidadania política, a luta pela terra, a desigualdade social, o antirracismo, a violência de gênero (sobretudo contra as mulheres e LGBTs), a discriminação por orientação sexual, o combate à epidemia do HIV/Aids, a pobreza, a marginalização, a violência nas favelas e a democracia.

Assim, a sindicalização, o associativismo e a formação de partidos políticos desaguaram na Constituinte, concluída em 1988. Sindicatos, ONGs, associações, organizações religiosas e movimentos reuniram-se tendo em vista assegurar mecanismos diretos de participação na Carta Constitucional, assim como a inclusão de suas demandas específicas.

Nesse momento eclodiram várias iniciativas pelo país oriundas dessa articulação: o Movimento Nacional pela Constituinte (RJ), o Plenário Pró-participação Popular na Constituinte (SP), o Movimento Gaúcho Pró-Constituinte (RS), o Movimento Unificado Constituinte Popular (PE), o Plenário Popular Pró-Constituinte (AP), entre outros. Em 1986, essas organizações se unificaram, formando a Frente Nacional de Entidades Democráticas, Sindicais e Populares.

Em 1987, o regime interno da Constituinte abriu a possibilidade de apresentação de emendas de iniciativa popular. Exigia-se que as emendas fossem elaboradas por ao menos três entidades legalmente constituídas e fossem subscritas por no mínimo 30 mil eleitores. Foi nesse momento que as instituições e suas redes mostraram sua força. A rede dos sindicatos e associações profissionais colheu mais de 6 milhões de assinaturas; a rede dos direitos humanos reuniu outras 4,8 milhões; e a rede da Igreja Católica mais 4,5 milhões. Porém, a maioria das assinaturas para pautas de direitos humanos – como a reforma agrária, os direitos trabalhistas, as creches, os direitos da mulher, dos índios e a previdência social – também foram coletadas pela Igreja.

A hegemonia da Igreja sobre os movimentos populares e a importância da sua atuação política levaram-na a organizar seu próprio lobby durante o processo constituinte, visando garantir a incorporação regimental das emendas populares. Conhecido como “lobby da CNBB” (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), o grupo da Igreja acompanhava diuturnamente os trabalhos em Brasília no ano de 1988 (DELLA CAVA, 1981 apud DOIMO, 1995). Este lobby foi exitoso em muitas disputas. As possibilidades de participação direta hoje existentes na Constituição – plebiscito, referendo e iniciativa popular de lei, por exemplo – são provenientes de uma emenda (021) impulsionada fundamentalmente por signatários conquistados pela Igreja.

Destacou-se também na Constituinte a articulação dos movimentos culturais, que atuaram nesse processo adotando como estratégia o centramento de suas lutas. Os militantes negros, que vinham em intensa mobilização e discussão de suas reivindicações desde 1984, elegeram quatro deputados-constituintes que formaram uma aliança suprapartidária na defesa dos direitos dos afro-brasileiros: Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), Benedita da Silva (PT-RJ), Paulo Paim (PT-RS) e Edimilton Valentim (PC do B-RJ). Em consonância com os movimentos sociais (sobretudo com os movimentos negros e feministas, cujas identidades encontravam-se altamente vinculadas à negação do centenário da abolição e do mito da democracia racial), a bancada parlamentar negra atuou ativamente no processo constituinte. Obteve vitórias como a criminalização do racismo, a concessão de direitos territoriais e

culturais aos quilombolas, e a criação da Fundação Palmares em 1988 – primeiro órgão federal voltado para questões raciais (RIOS, 2014; FACCHINI, 2020).

A articulação e a ação política das mulheres na Assembleia Constituinte ficou conhecida como “lobby do batom” – termo pejorativo dado pela imprensa, mas que depois foi incorporado pelo movimento. Essa articulação foi determinante para a conquista do direito à igualdade entre os sexos assegurada no texto constitucional e expressa na proibição da diferença de salários, do exercício de funções e do critério de admissão por motivo de sexo; pela conferência de título de domínio e a concessão do uso da terra a mulheres, tanto na área urbana quanto rural, independente do estado civil; pelo fim do poder pátrio; pelo direito à licença maternidade; e pelo reconhecimento da dupla jornada de trabalho. A demanda pela não discriminação por orientação sexual, também foi levada à Constituinte, mas sem o mesmo sucesso. Apesar do apoio que conseguiu entre os partidos de esquerda, a proposta foi rejeitada pela maioria dos parlamentares após sofrer ataques virulentos de um novo grupo de ativistas: os evangélicos (PIERUCCI, 1996 apud CAULFIELD, 2017).

A partir desses dados, observamos que a organização dos movimentos, ao mesmo tempo que em que constrói a conjuntura, também muda de acordo com ela, revelando um paradoxo estrutural, porém compreensível dentro da dinâmica de construção identitária, que tende a variar na decorrência da história. Inicialmente orientam-se pela ação direta e pela negação da institucionalidade, mas à medida que se abrem espaços estatais para a incorporação de suas demandas, os movimentos se formalizam e passam a disputar a política por dentro das instituições, seguindo as habituais regras do processo decisório. Assim, sob o *ethos* da recusa à institucionalidade, formaram-se partidos, reivindicou-se a proteção do Estado, conquistou-se a cidadania e canais diretos de participação (DOIMO, 1995; p. 198).

Após a redemocratização política do país, boa parte da literatura do campo compartilhava o entendimento de que os movimentos populares haviam entrado em crise, e não faltam razões para isso. Com o fim da ditadura e a (re)conquista dos direitos civis e políticos, muitos atores envolvidos nas redes movimentistas reformularam seus objetivos, mudando seu foco de atuação. Em primeiro lugar, a Igreja, com os canais de participação abertos à escuta das demandas populares, repensou suas diretrizes e recuou, passando a dedicar-se oficialmente às campanhas assistencialistas e ao programa carismático visando conter a perda de fiéis para as igrejas evangélicas. Por consequência, as CEBs foram perdendo suporte para suas ações e caíram na berlinda da autocrítica. Os militantes orgânicos, de seu lado, encontravam-se exaustos após terem atuado em muitas frentes ao longo desse processo. Os grupos de esquerda, por sua vez, decidiram ocupar os espaços institucionais, filiando-se

aos partidos políticos. Já os intelectuais, observando os limites da sociedade civil e sobretudo da ação direta, apostaram na reengenharia institucional e no fortalecimento da democracia representativa. Nessa esteira, as ONGs mudaram de estratégia, deixando a assessoria dos movimentos para atuar no campo da proposição de políticas públicas.

Essas mudanças de posicionamento e ação no jogo político tiveram efeitos desestruturadores nos movimentos populares, com impactos nas formas de estruturação das identidades coletivas. A luta deslocava-se para outro campo. Embora parte deles ainda desempenhasse relevante capacidade de agregação e representação de interesses (GURZA LAVALLE et al. 2004), sua identidade baseada na ação direta foi sendo gradualmente canalizada por iniciativas cidadãs que batalhavam para que as demandas dos movimentos fossem convertidas em políticas públicas. Assim, o Brasil adentrava a tendência mundial de fortalecimento da sociedade civil e da participação cidadã.

Além da reconfiguração das ONGs e da formação dos partidos, esse processo contou com a importante tessitura da Igreja e, em menor medida, das organizações ecumênicas, mas, desta vez, nos bastidores. Ao contar com uma extensa rede de militantes por todo o território nacional, a Igreja popular circulava informações, discutia plataformas políticas e articulava candidaturas, conectando todos os atores do campo movimentalista. Através dessa rede criou-se a Central de Movimentos Populares, em 1993. Contudo, mais uma vez, o alcance de um consenso teórico e político que propiciasse a associação dos movimentos foi difícil, sobretudo pelo dilema metodológico entre ação direta e representação.

De seu lado, as ONGs ecumênicas defendiam a separação entre o sagrado e o secular, propondo uma institucionalização mais efetiva dos movimentos. Assim, a partir dos anos 1990, mudaram seu perfil de atuação; deixaram a assessoria dos movimentos nas empreitadas da educação popular e dos direitos humanos para pleitear a transformação de suas demandas em políticas públicas, estabelecendo um novo tipo de ativismo para o setor, com base em planos de ação, transparência e concretude. Cientes da importância das articulações e intercâmbios, e na tentativa de assumir uma face pública e influenciar o processo decisório, as ONGs passaram a se articular entre si através de fóruns regionais, nacionais e associações, como a Associação Brasileira de ONGs (ABONG), fundada em 1991.

As ONGs mudaram também os temas que pautavam suas ações. Da educação popular e dos direitos humanos, partiram para o campo da cidadania, da ecologia e da diversidade. Adotavam-se “parâmetros menos dogmáticos e mais definidos pelo pluralismo político e institucionalidade democrática” (DOIMO, 1995, p. 211). Essas transformações foram pressionadas também pelas organizações internacionais financiadoras dos projetos, que

passaram a exigir propostas construtivas, factíveis e autossustentáveis, como as bolsas de estudo oferecidas pela Fundação Ford e pelo Banco Mundial. Um exemplo paradigmático dessa nova cidadania foi a Campanha Contra a Fome e pela Vida, que alcançou diversas camadas da sociedade para além das relações do campo popular, e conseguiu, junto ao Governo Federal, criar o Conselho de Segurança Alimentar. Dessa maneira, as ONGs foram configurando o chamado terceiro setor, passando de assessoras dos movimentos populares para mediadoras da relação entre o Estado e a sociedade.

As mudanças conjunturais e o rearranjo das forças políticas trouxeram à tona o amplo pluralismo e a fragmentação dos atores que se reuniam em torno da autoidentificação “movimento popular”. Entretanto, a linguagem dos direitos que se sobrepôs por meio da reconfiguração das ONGs foi, sem dúvida, fruto do trabalho dos movimentos. Além disso, tanto os conselhos como o orçamento participativo são iniciativas orientadas pela lógica ativo-propositiva, herdeira da ação direta, que buscava “romper o corporativismo pontual das demandas locais” (DOIMO, 1995). Muitas políticas, como a Reforma Urbana, o Sistema Único de Saúde e, posteriormente, o Estatuto da Criança e do Adolescente, também foram resultantes da luta dos movimentos populares nas últimas décadas e sua articulação durante a Constituinte.

Dessa maneira, observou-se ao longo dos anos 1980 uma conversão das identidades dos movimentos populares, baseadas na ação direta, em identidades centradas na reivindicação de direitos, decorrente da institucionalização de suas demandas, seja via associativismo, pela conformação do Terceiro Setor, ou pela ocupação de espaços políticos, como os conselhos. Nesse sentido, verifica-se também a ampliação e nacionalização do debate político. A crise diagnosticada nos movimentos dos anos 1970, portanto, passa pela substituição do povo pela sociedade civil no horizonte ativista. A desmobilização popular, por sua vez, é fruto tanto da profissionalização (e conseqüente elitização) do ativismo, quanto do agravamento da crise econômica e de certa desilusão com a ação coletiva, dado o alcance limitado da constituição para a grande massa de excluídos, que embora tivesse garantido seus direitos em teoria, experienciava sua inexistência na prática (CARVALHO, 2004 apud SCHERER WARREN, 2008).

Esta frustração está relacionada ao fato de que o processo de democratização da sociedade em concomitância à transnacionalização do capitalismo teve dois desdobramentos paradoxais entre si: a garantia da proteção social a partir da Constituição de 1988 e a superação do Estado desenvolvimentista (SALLUM JR, 1999).

Para entender melhor a conformação desse paradoxo e sobretudo desse último ponto,

cabe recuperar alguns acontecimentos histórico-políticos. O governo de José Sarney (1985-1990) foi assinalado por uma profunda recessão econômica. De 1986 a 1989 foram adotados no Brasil quatro planos econômicos distintos para tentar conter a hiperinflação, que chegou a 15% ao mês. O primeiro deles foi o Cruzado, que congelou preços e salários a partir de fevereiro de 1986. Com ele, o problema da inflação foi momentaneamente solucionado, mas com o aumento do poder de consumo e a sonegação de produtos por parte dos setores empresariais, o país entrou em uma crise de abastecimento, principalmente de produtos alimentícios. Posteriormente, foram implementados os planos Cruzado II, Bresser e Verão, todos sem sucesso. Desse modo, o país encerrou a década de 1980 com aceleração de preços batendo a casa dos 80% ao mês, alta concentração de renda (75% da população ganhava menos do que 2 salários-mínimos, sendo que 1/3 encontrava-se em estado de pobreza) e larga desigualdade social (MARANGONI, 2012).

A crise econômica decorrente do aumento desmesurado da dívida terminou de fraturar as articulações entre o Estado, o capital privado e o mercado internacional, colocando em xeque a capacidade do governo de mediar essas relações. Diante desse contexto, o empresariado, que se constituiu ao longo da vigência do nacional-desenvolvimentismo e sob grande influência do discurso liberalizante estadunidense, entendeu que a retomada do crescimento econômico não poderia mais depender do Estado. Ao contrário disso, apenas seria possível a partir da associação da alta burguesia local com o capital estrangeiro, da desregulamentação da economia e da realização de privatizações.

Dessa maneira, as eleições de 1989, as primeiras diretas após 25 anos do golpe militar, foram caracterizadas por uma disputa de projetos para o país: o social-democrata, defendido pelos trabalhadores e suas redes movimentistas, e o liberal, difundido pelo empresariado entre a imprensa e as classes médias.

Sem dúvida, esse pleito representa um marco na história política do Brasil, simbolizando a síntese do período anterior e o início de uma nova fase. A forma pela qual a disputa se desenhou refletiu o acúmulo ativista e a pluralidade de movimentos e organizações que estiveram fora das instituições durante todos esses anos, assim como a força da direita e do conservadorismo na sociedade brasileira.

A eleição presidencial teve vinte e dois candidatos. Dezesseis deles pertenciam a partidos de direita. Pela esquerda competiram Lula (PT), Leonel Brizola (PDT), Roberto Freire (PCB), e Fernando Gabeira (PV); pelo centro, mais próximos da esquerda naquele momento, Ulysses Guimarães (PMDB) e Mario Covas (PSDB).

As eleições presidenciais de 1989 radicalizaram as polarizações político-ideológicas entre Estado/mercado, internacional/nacional e adicionaram a estes pares opostos a contraposição de modalidades distintas de democracia, a democracia política numa versão delegativa e outra numa versão mais participativa, ao estilo social-democrata. Apesar da vitória de Fernando Collor – porta-voz do antiestatismo, do ingresso do país no Primeiro Mundo (pela modernização tecnoeconômica) e de uma visão shumpeteriana de democracia – a enorme votação de Luiz Inácio da Silva mostrou como tinha força popular seu projeto de desenvolvimentismo democratizado e distributivista e, ao revés, como penetrara pouco na sociedade o projeto liberal-internacionalizante do empresariado (SALLUM JR, 1999; p. 27).

Durante o processo Constituinte o empresariado não conseguiu, em um primeiro momento, converter o seu discurso sociopolítico em força político-institucional e nem personalizá-lo em torno de uma liderança que o representasse. Dessa forma, a tão esperada “festa da democracia” acabou sendo definida pelos efeitos da ação de uma convidada surpreendente – a televisão –, e pela orientação ideológica de um grupo costumeiramente desprezado pelas análises conjunturais – os eleitores de baixíssima renda.

Dentre uma miríade de candidatos da direita, que iam de Paulo Maluf (PDS) a Eneas Carneiro (PRONA), foi o até então desconhecido governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo, o candidato que chegou ao segundo turno contra Lula – que naquele momento era a principal liderança da esquerda. Em meio a uma direita fragmentada e de lideranças pouco expressivas, Collor se consagrou como “o caçador de marajás” após uma reportagem da Rede Globo no Jornal Nacional e se elegeu presidente. Esse resultado levou os cientistas políticos e profissionais da comunicação a se atentarem ao “desempenho performático do candidato vitorioso, à influência dos programas eleitorais na formação da intenção de voto e à interferência da mídia no processo eleitoral” (PORTO, 1994 apud FIGUEIREDO et al., 2002, p. 149).

Somado a isso, como reconheceu Lula na época, o PT foi derrotado além dos meios de comunicação, “pelos setores mais desfavorecidos da sociedade”, e isso se deveu ao que Singer (2009) denomina como “autolocalização intuitiva à direita no espectro ideológico”. Segundo o autor, os eleitores de baixíssima renda possuíam um caráter conservador por serem os mais vulneráveis às instabilidades políticas, o que os fazia rejeitar qualquer projeto de esquerda, sobretudo o representado por Lula. Por essa mesma razão, apresentavam muita dificuldade de organização, demandando a proteção de uma autoridade já instituída.

Em sintonia com outros governos latino-americanos, como os de Menem na Argentina, Salinas no México, e Andrés na Venezuela, o governo Collor foi o primeiro a reorientar a sociedade brasileira em um sentido antiestatal e internacionalizante. Na tentativa de combater a inflação (que em 1990 chegou a 1.972%), o presidente Collor implementou o

Plano Brasil Novo: um projeto liberal que recuperou o cruzeiro como moeda, enxugou a máquina administrativa do Estado, demitiu funcionários públicos e desregulamentou as atividades econômicas, reduzindo gradativamente o papel do Estado no impulsionamento da economia. Collor ainda suspendeu as barreiras não-tarifárias às compras do exterior e implementou um programa de redução progressiva dos impostos de importação.

Com isso, desistia-se de construir no país uma estrutura industrial completa e integrada, em que o Estado cumpria o papel de redoma protetora em relação à competição externa e de alavanca do desenvolvimento industrial e da empresa privada nacional. De um ponto de vista positivo, definiu-se com as medidas tomadas uma estratégia de integração competitiva da economia doméstica ao sistema econômico mundial. Esperava-se preservar apenas aqueles ramos industriais que conseguissem, depois de um período de adaptação, mostrar suficiente vitalidade para competir abertamente numa economia internacionalizada. Dessa forma, o parque industrial doméstico tendia a converter-se em parte especializada de um sistema industrial transnacional (SALLUM JR, 1999, p. 28).

Contudo, o plano Collor fracassou e o presidente logo se isolou no cenário político. A esquerda o repudiava pela redução da máquina pública, projetos de privatização e demissões em massa. A direita sentiu-se ameaçada com a fragilização da propriedade privada, decorrente do sequestro e redução dos haveres financeiros da classe média e do empresariado, e com o novo congelamento dos preços. Além disso, Collor se indispunha constantemente com as organizações patronais e procurava exercer o poder de modo autoritário, dissociado da classe e das instituições políticas. Estes fatos, combinados às graves denúncias de corrupção envolvendo o alto escalão do governo e sua família, desgastaram rapidamente o governo junto à opinião pública, e culminaram na aceitação do pedido de *impeachment* do presidente por parte da Câmara dos Deputados, em setembro de 1992. Collor renunciou antes de ser condenado, já no final de dezembro de 1992, e o seu vice, Itamar Franco, assumiu a presidência definitivamente no mesmo ano.

Os escândalos de corrupção indignaram a população brasileira, levando as massas juvenis às ruas com suas caras pintadas de verde, amarelo e preto. O ressurgimento da ação coletiva juvenil reacendeu o debate sobre o movimento estudantil. Mische (1997) observa que a identidade dos jovens caras-pintadas difere daquela do movimento estudantil dos anos 1960, que tinha por base o ambiente universitário de classe média e significava a ascensão, o reconhecimento e a resistência desse grupo social, cujo principal alvo era a ditadura. A rearticulação da juventude nos anos 1990 se deu a partir de uma identidade cidadã, que foi fruto e síntese de, ao menos, três processos sociopolíticos: o fim da ditadura, a crise das esquerdas e a pluralização dos espaços de participação via movimentos de periferia, ONGs e

associações civis.

A convergência desses três fatores fez com que o movimento estudantil perdesse o monopólio sobre a mobilização juvenil que outrora deteve. A experiência da juventude se ampliou para além do ambiente universitário, de modo que ser jovem não significava mais necessariamente ser estudante. Os jovens dos anos 1990 se formaram em redes mais dispersas e em outros espaços de sociabilidade, como as escolas, o ambiente de trabalho, os clubes, os shoppings e os bairros, estendendo a identidade jovem para uma parcela maior da sociedade. Ressalta-se nesse contexto o rejuvenescimento do mercado de trabalho, a proliferação de universidades particulares (e conseqüente descentralização do ensino superior), a expansão do consumo e da cultura de massa e o aumento de estudantes com jornada dupla, que trabalhavam e estudavam (MADEIRA, 1986; CARDOSO e SAMPAIO, 1994 apud MISCHÉ, 1997).

O jovem engajado politicamente também dispunha de outras possibilidades de militância nos 1990, como partidos políticos, organizações não governamentais, associações profissionais e movimentos populares, sindicais e antidiscriminatórios. Assim, a pluralização das redes interativas e dos espaços formativos dos jovens, ao mesmo tempo em que os expunham a influências e pressões diversas, também dificultavam sua organização política em torno de uma identidade fixa e restritiva. A fragmentação da identidade social do jovem redundou no descentramento de sua identidade coletiva.

Além disso, como praticamente todo movimento contra a corrupção, o movimento dos caras pintadas adotava posições apartidárias e anti-institucionais. Entretanto, estas eram motivadas por razões e tinham objetivos distintos dos movimentos populares. Os jovens dos anos 1990 vivenciaram um processo de desencantamento com a política, posto que logo após o processo constituinte e a transição democrática, que traziam consigo muitas esperanças, vieram à tona escândalos envolvendo o alto escalão do primeiro governo eleito por voto direto. Somado a isso, a recessão econômica sufocou as aspirações sociais de muitos jovens. Esses fatores confluíram para a difusão de um forte niilismo sobre a política e mudanças pela via institucional.

Atentos a todas essas questões, diversos setores perceberam a necessidade de estender o diálogo para além de seus próprios grupos, incluindo outros setores da sociedade. Para que esta comunicação fosse eficiente no propósito de canalizar a indignação generalizada em protestos, era preciso propor uma identidade coletiva que comportasse a heterogeneidade e a complexidade do campo político-juvenil dos anos 1990. Dada a conjuntura, o discurso cívico e a defesa da ética na política se mostravam pontos de consenso importantes e capazes de

reunir grupos diferentes em prol de uma mesma causa. Com base nesses pressupostos, foi se conformando o Movimento pela Ética na Política (SCHERER-WARREN, 2008).

Em seu estudo sobre o ativismo juvenil na década de 1990, Mische (1997) mostra como a liderança de Lindberg Farias na presidência UNE apresentou esse espírito, tendo sido fundamental para articular diversos atores coletivos nas manifestações pró-*impeachment* – inclusive setores para além da esquerda. A autora observa também como outros atores, como a grande imprensa, os políticos da direita e até antigos membros do governo militar, “concorreram para oferecer seus elogios aos jovens manifestantes, embora enfatizassem a visão espontaneísta e puramente ética da cidadania” (p. 146).

O movimento dos caras-pintadas foi um importante aglutinador de forças sociais que corroborou o *impeachment* de Collor. Apresentava múltiplas demandas e se manifestava contra a falta de ética, a impunidade, o arrocho, o desemprego, a recessão e a fome. Entretanto, a identidade cívica, forjada em torno da questão ética e suas implicações socioeconômicas, teve caráter temporário e perdeu força no fim do processo. Foi capaz de mobilizar para os protestos, mas não de organizar um movimento propriamente. Embora o número de entidades estudantis tenha claramente aumentado, observou-se também larga dispersão da maioria dos jovens após o *impeachment*, que voltaram para seus espaços de relações que não eram aprioristicamente políticos, tampouco organizados. Contudo, seu viés moralista foi perpetuado por movimentos assistencialistas que emergiram no período, como a Ação da Cidadania contra a Fome.

Com a renúncia de Collor, Itamar Franco assumiu a presidência. Itamar manteve a estratégia liberal, a despeito das objeções de parcela significativa da população e dele próprio a este projeto. Isso ocorreu por algumas razões. Em primeiro lugar, pelo fato das reformas propostas por Collor terem criado uma espécie de trauma institucional no que se refere ao controle estatal da economia. Em segundo lugar, porque a reforma liberal tinha se tornado a bandeira de sua base aliada em contraposição ao retorno ao nacional-desenvolvimentismo defendido pela oposição. Havia, portanto, uma necessidade de delimitar os territórios entre os grupos políticos a partir da adesão ou não a esses projetos.

Itamar Franco administrou o país quando a inflação alcançou o maior índice da história, 2.708%. Tentando combatê-la, Itamar conferiu a Fernando Henrique Cardoso (PSDB) a pasta da Fazenda, que junto a outros economistas propôs o Plano Real.

O Plano visava combater a hiperinflação por meio do controle da variação do poder aquisitivo da moeda (URV), do estabelecimento de regras de conversão e uso de valores monetários, da desindexação da economia e, por fim, do lançamento de uma nova moeda, que

leva o seu nome. Com o Real, finalmente conseguiu-se estabilizar a moeda e a economia do país. Seu sucesso deveu-se, em boa medida, às reconfigurações conjunturais decorrentes da volta das aplicações do capital estrangeiro ao país, que garantiram sustentabilidade à moeda, e à astúcia política de FHC, que soube costurar acordos entre as organizações de centro e direita de modo a reorganizar e recuperar o poder do Estado a partir de diretrizes essencialmente liberais, tornando-se o homem mais forte do governo.

Na esteira do processo de globalização e com o discurso de que a liberalização da economia era a única forma de conter a inflação e recuperar as finanças do país, Itamar terminou seu mandato com 41% de aprovação popular, e “o pai do Plano Real” – expressão pela qual FHC ficou conhecido –, foi eleito presidente em 1994 e reeleito em 1998.

O governo FHC radicalizou a agenda liberal adotada por Collor a partir de 1990. A manutenção da estabilidade econômica foi garantida ao custo de juros elevados, câmbio sobrevalorizado, abertura comercial às empresas de capital estrangeiro, privatização de estatais, concessão de serviços públicos à iniciativa privada (telefonia, eletricidade, rodovias, ferrovias) e redução dos protecionismos às empresas nacionais e categorias de funcionários.

Este conjunto de iniciativas parece ter materializado o código comum do novo bloco hegemônico – grande maioria dos parlamentares, burocratas e dirigentes do Executivo, empresariado de todos os segmentos, mídia, etc. – com larga penetração na classe média e em parte do sindicalismo urbano e na massa da população. Com efeito, as medidas legislativas foram aprovadas com facilidade pelo Congresso Nacional, apesar da oposição da minoria de esquerda posicionada atrás das bandeiras da defesa do “patrimônio público” e da “economia nacional”. E as privatizações e vendas de concessões foram realizadas com grande sucesso e apoio popular, a despeito das escaramuças jurídicas promovidas pelas organizações de esquerda e seus simpatizantes (SALLUM JR, 1999; p. 32).

Estas ações de cunho neoliberal, sobretudo as privatizações das empresas estatais (como a Vale do Rio Doce), provocaram diversos protestos convocados pelos sindicatos e movimentos sociais tributários de uma identidade estatista. Contudo, diferentemente do que aconteceu no período anterior, estes não tiveram apoio das massas e foram duramente criminalizados e reprimidos (BRINGEL, 2018b).

Com os resultados inicialmente positivos do plano econômico para a população – que recuperou seu poder de consumo e obteve a sensação de estabilidade monetária depois de anos de incertezas e oscilações –, o discurso neoliberal que já predominava entre o empresariado e a grande imprensa adquiriu concretude na liderança de Fernando Henrique Cardoso, conquistando as classes médias e populares. Desfrutando de alto prestígio na opinião pública, superando o cerne da luta distributiva, a alta inflação e tirando o poder de negociação

dos sindicatos a partir manobras legalistas, FHC conseguiu distanciar os movimentos sociais do campo institucional, ou, pelo menos, do governo. A principal greve observada durante o seu governo, a dos petroleiros, que durou 32 dias e enfrentou a presença do exército nas refinarias, por exemplo, tornou-se muito impopular após ser estigmatizada pelo governo como “exagerada” e “perigosa para o Plano Real”. Assim, o governo FHC blindou-se da sociedade civil, caracterizando-se pelo formato democrático representativo estrito ou delegativo, cujas decisões tinham como base as articulações políticas no Congresso, tratativas com lobistas e think tanks, e o apoio popular.

Em função da mudança na conjuntura e da nova correlação de forças, os movimentos sociais e populares alteraram suas práticas e dinâmicas para formas mais institucionalizadas e de maior abrangência, como os fóruns, as conferências e a ocupação de espaço nos conselhos, sedimentando a tendência participacionista iniciada com a redemocratização.

Os fóruns consistem em encontros de movimentos defensores de uma mesma luta, nos quais são elaborados grandes diagnósticos sociopolíticos e definidas metas e estratégias de enfrentamento aos problemas em larga escala. Neste rol, destacou-se a formação dos Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana e de Participação Popular. Outra criação fundamental para esse processo de nacionalização dos movimentos foi a criação da Central dos Movimentos Populares, em 1993, que passou a articular diferentes tipos de movimentos sociais, populares e não populares (GOHN, 2013).

Dentre essas experiências, a luta pela moradia, que acumulava uma trajetória de vinte anos, foi a que produziu “o maior acervo, em termos de experiências concretas e conhecimento, dentre todas as áreas-problema demandadas pela população”, assim como foi uma das poucas que logrou vitórias institucionais no período (GOHN, 2002, p. 27). Com a criação da União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e do Fórum Nacional da Reforma Urbana, esta causa alcançou outro patamar de importância pública, logrando a elaboração de instrumentos jurídicos como o Estatuto da Cidade, o Fundo Nacional de Moradia Popular e o Conselho Nacional de Moradia Popular. Dessa maneira, sua luta expandiu para além da reivindicação da moradia popular e dos mutirões, incluindo o direito à cidade e à participação na gestão dos recursos públicos.

Os fóruns também foram impulsionados no Brasil, em boa medida, pela transnacionalização do ativismo e pelos eventos internacionais contra os impactos da globalização neoliberal. Na tentativa de articular o global e o local, e de pressionar por mudanças locais substantivas, ambientalistas, feministas, indígenas e trabalhadores rurais passaram a compor redes transnacionais de militância e solidariedade, cujos eventos

frequentemente adotavam esses formatos (SCHERER-WARREN, 2008). Nesse âmbito, o principal evento observado no período foi o Fórum Global, organizando por ONGs e movimentos ecologistas em paralelo à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a ECO-92, realizada no Rio de Janeiro.

O movimento ecologista no Brasil se constituiu a partir da crítica aos impactos ambientais, ao modelo econômico industrial e às organizações políticas que os conduzem, propondo uma nova forma de produção, alimentação e cuidado com a saúde. Em oposição ao capitalismo e ao socialismo, propunha uma “sociedade alternativa”, que tinha por base princípios anarquistas como a descentralização, respeito às identidades regionais, autonomia e democracia de base (GOHN, 2013).

A despeito do discurso anti-institucionalista das organizações surgidas em prol dessa causa, como o Greenpeace Brasil (1992), a preocupação global com a causa ambiental lhe conferiu muita visibilidade e relevância política, transformando-se em uma pauta importante para o governo. O país tornou-se então signatário do Protocolo de Kyoto (2002), lançou a Agenda 21 brasileira, ativou o Sistema de Vigilância da Amazônia, criou a Política Nacional da Biodiversidade e regulamentou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

As mulheres, os negros, os indígenas, os quilombolas e os/as LGBTs também criaram redes para a conscientização de seus direitos e frentes de lutas contra as discriminações a partir da articulação com atores latino-americanos e internacionais. Entre esses atores, observou-se o surgimento de dois tipos de organização: aquelas voltadas à reflexão existencial, com objetivo de transformar as relações pessoais e cotidianas, e aquelas que entendem as opressões a esses grupos como parte basilar do sistema capitalista, propondo um novo sistema social. Nessa esteira surgiram diversas ONGs favorecidas por incentivos políticos e econômicos internacionais, cursinhos pré-vestibulares voltados para pessoas negras e pobres (FACCHINI et al, 2020), a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (1990), o Grupo Cultural Afro-Reggae (1993) e a Marcha Zumbi dos Palmares (1995) em Brasília, que definiu o 20 de novembro, dia do assassinato de Zumbi, como data comemorativa da Consciência Negra.

A sociedade civil também interagiu com o poder público e o pressionava ao ocupar espaços institucionais, participando dos conselhos, de experiências como o Orçamento Participativo, e da formulação de projetos como o Bolsa-Escola e o Renda Mínima. Política municipalista, o orçamento participativo se insere no rol das experiências de participação popular na gestão urbana. Dentre elas, destacou-se o programa de Porto Alegre, que serviu de exemplo para o resto do país. Outra experiência participativa notória durante essa década foi a

reforma educacional. A partir de 1995, o governo federal elaborou diretrizes e programas que provocaram mudanças profundas na educação brasileira, conferindo às escolas “atributos que ultrapassam sua dimensão de ensino/aprendizagem, transformando-as em espaços de socialização e de prestação de serviços públicos municipais” (GOHN, 2001, p. 99).

Embora os conselhos de Educação tenham sido fundamentais nesse processo, por mediar o repasse dos recursos da União para os estados e municípios, eles ainda não haviam sido apropriados pela população, de modo que a reforma foi resultado mais de uma iniciativa de participação outorgada, do que um processo de cidadania ativa. Além disso, os sindicatos e movimentos ligados à Educação viam os conselhos e outros canais institucionais com desconfiança. Estas organizações os entendiam “como parte das políticas que buscam desonerar o Estado de sua obrigação com as áreas sociais e privatizar a Educação por meio da transferência de suas responsabilidades” (GOHN, 2000, p. 196).

Toda essa reorganização ativista fez ainda com que muitos militantes migrassem das assessorias dos movimentos para as cadeiras universitárias, iniciando linhas de pesquisa sobre a ação coletiva, movimentos sociais e terceiro setor nos programas de pós-graduação por todo o país – a maioria deles também recém-inaugurados.

Observa-se nesse momento, portanto, um redirecionamento da militância em prol da criação e ocupação de espaços de participação política e promoção de um debate político qualificado. Isso se deu a partir de uma identidade cidadã de dupla entrada, que comporta tanto a institucionalização dos movimentos populares e culturais, que passaram a ser protagonizados por especialistas que adentram essa esfera (identidade participacionista), quanto os protestos *pró-impeachment*, que exigiam o compromisso ético na política (identidade cívica), e a conformação de uma militância acadêmica, que troca as ruas pelas bibliotecas e salas de aulas. Tais processos configuram a segunda fase de institucionalização do ativismo no Brasil e tiveram como consequência a profissionalização dos movimentos e o refluxo de protestos massivos.

Os conflitos sociais envolvendo lutas diretas, que organizaram inicialmente as identidades desses atores, deslocaram-se da cidade para o campo e passaram a ser protagonizados pelos movimentos rurais, que lutavam pelo direito à terra e pela reforma agrária.

Se as empresas urbanas, sobretudo as públicas, tiveram seu financiamento reduzido pelo governo federal, a agricultura empresarial, em contrapartida, foi amplamente beneficiada pelo governo, que viu no setor alta competitividade exportadora. A relevância das atividades agrícolas para o equilíbrio da balança comercial voltou a atenção política para o campo e para

questão agrária.

Diante dessa conjuntura, os movimentos rurais, reivindicando a identidade e os interesses camponeses, mantiveram-se na ofensiva durante todo o governo FHC por meio de acampamentos, ocupações de prédios públicos e passeatas por todo o Brasil. Destacam-se entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais e Sem-Terra (MST), o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Este enfrentamento constante teve desdobramentos violentos, como os Massacre de Curumbiara e de Eldorado dos Carajás. O dia 17 de abril, data do massacre de Eldorado, ocorreu em 1996, tornou-se posteriormente o Dia Mundial da Luta Camponesa.

Com essa postura, o MST se tornou referência para lutas de outras categorias sociais, inseriu-se na rede ativista transnacional da Via Campesina e conseguiu que o governo aprovasse um programa de reforma agrária que incluía desapropriações, assentamentos, taxaço sobre terras improdutivas e introdução do rito sumário nas desapropriações de terras. Entretanto, essas medidas não tiveram o resultado prático esperado. Não houve aumento substantivo da arrecadação de impostos sobre propriedades rurais e os assentamentos limitaram-se às terras de ocupação recente, mantendo a velha estrutura agrária e o poder de seus representantes.

Do MST também se desdobrou o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto em 1997, organização urbana que luta pelo direito à moradia e pela reforma urbana a partir da ocupação de imóveis que não atendem à sua função social.

Conquanto a estratégia neoliberal tenha sido inicialmente bem-sucedida no reaquecimento da economia e no aumento do poder aquisitivo das classes mais pobres, ao longo da década de 1990 as oscilações no mercado internacional mostraram sua fragilidade, evidenciada principalmente na crise mexicana de 1994, na crise asiática de 1997 e na declaração de moratória da Rússia em agosto de 1998. O Brasil tornou-se muito dependente dos aportes de capitais estrangeiros para equilibrar seu balanço de pagamentos e as empresas estrangeiras foram claramente favorecidas em relação às nacionais, que se descapitalizaram.

As sucessivas crises internacionais e a percepção da vulnerabilidade da economia nacional, assim como a polêmica e suspeita votação da emenda da reeleição, não foram suficientes para impedir que FHC fosse reeleito em 1998. A população continuava acreditando que somente Cardoso era capaz de manter a inflação controlada. Todavia, no segundo mandato, esses acontecimentos levaram o governo a adotar medidas compensatórias para as empresas nacionais de caráter liberal-desenvolvimentista – aumento do volume de

empréstimos do BNDES, programas de estímulo à exportação, renegociação de dívidas agrícolas, empréstimos a micro e pequenas empresas, juros mais baixos para não desestimular a produção e o investimento –, e à adoção do tripé macroeconômico, caracterizado pelo câmbio flutuante, superávit primário e cumprimento das metas inflacionárias.

Mesmo com esse redirecionamento, o predomínio neoliberal na política macroeconômica teve desdobramentos muito negativos para o país. Embora a inflação tenha sido controlada, chegando aos 12,53% ao final do segundo mandato, e o PIB tenha crescido em média 2,4% ao ano (IBGE), as contas públicas continuaram desequilibradas e o endividamento interno cresceu aceleradamente, isso sem falar do atrofimento da indústria nacional, resultante da competição com empresas estrangeiras, que aumentou nossa dependência da econômica internacional, provocando alto desemprego e aumentando a concentração de renda<sup>43</sup>.

No campo do ativismo, a vitória do projeto liberal limitou a atuação dos movimentos sociais, uma vez que sua lógica se baseava, em larga medida, na contrapartida do Estado. Este, por sua vez, reduzido, oferecia soluções para as demandas populares (ética, emprego, satisfação das necessidades nutricionais) a partir de medidas legislativas e políticas públicas, restringindo a influência dos movimentos sobre esses processos a despeito da existência dos espaços de participação recém-conquistados.

Embora as conquistas constitucionais tenham permitido a alavancagem de grupos organizados e a nacionalização dos movimentos, a transição de uma identidade forjada a partir da ação direta para a identidade participacionista comprometeu, algumas vezes, a unidade e a sensação de pertencimento da militância, que não se sentia de fato representada pelos indivíduos incumbidos pelas organizações (GOHN, 2013). A baixa capacidade de influência sobre o Estado, combinada a este conflito identitário interno nos movimentos, levou ao gradual esvaziamento e à despopularização da ação coletiva nos grandes centros urbanos.

Por outro lado, a transnacionalização das resistências à globalização neoliberal, decorrente principalmente da articulação entre os movimentos indígenas, camponeses e ecologistas, foi de suma importância para a formação da geração de militantes que viabilizou o ciclo progressista na América Latina na década seguinte. Contribuiu particularmente para esse processo no Brasil o MST, um dos movimentos mais combativos durante o período, que não apenas logrou vitórias sobre o governo e os latifundiários, como também teceu importantes articulações internacionais e propiciou a emergência daquele que logo se tornaria

---

43Segundo Marangoni (2012), as elites registravam renda 30 vezes maior que da população pobre em 2001.

o maior movimento urbano do país, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

### **3.3 Multiplicação e multi-referencialidade das identidades coletivas**

As políticas liberais implementadas em diversos países ao longo da década de 1990, em decorrência do processo de globalização e das pressões do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), resultaram no aumento da pobreza e da desigualdade – sobretudo nos países subdesenvolvidos. Na América Latina o número de indigentes alcançou a marca dos 78 milhões. Este cenário alarmante incitou protestos em várias cidades onde eram realizadas as conferências das grandes organizações transnacionais e elites econômicas. Reivindicava-se justiça global e defendia-se a valorização da vida humana em detrimento do lucro. Assim ocorreu em Seattle (Estados Unidos), em 1999, durante a Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio; em Davos (Suíça), no decorrer do Encontro Anual do Fórum Econômico Mundial; em Washington (Estados Unidos), na reunião da primavera de 1999 do FMI/BIRD; em Bancoc, durante a reunião da Unctad; e posteriormente no Japão, Austrália e República Tcheca, em setembro de 2000, quando os protestos ganharam uma sigla: Ipeng – Iniciativas Contra a Globalização Econômica (GOHN, 2013).

O movimento antiglobalização ou altermundialista conquistou visibilidade midiática, pressionou essas organizações e obteve algumas vitórias, como o perdão da dívida de 20 países pobres, denominados em 1999 como Países Pobres Altamente Endividados (HIPC), que gastavam US\$ 60 milhões por dia para o pagamento da dívida externa, dinheiro que poderia ser investido em políticas públicas e infraestrutura.

Considerado um dos primeiros atores coletivos globais deste milênio e um dos fundadores do midiativismo, por ter criado a Indymedia, o movimento altermundialista também inovou ao negar o centramento identitário e buscar construções mais rizomáticas, conquanto conectadas de diferentes maneiras entre si. Seus militantes se negavam a estabelecer identidades fixas, agir sob bandeiras e organizar-se a partir de relações hierárquicas; em vez disso, agregavam múltiplas referências culturais, sociais e escalares. A crítica às organizações clássicas da esquerda do “século XX”, ao verticalismo e às lideranças personalizadas, também estava fortemente presente.

No Brasil, essa nova expressão do ativismo se materializou principalmente no Fórum Social Mundial, que reuniu mais de 20 mil participantes em Porto Alegre, em 2001, e o

Plebiscito contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) em 2002, que respaldado pelo lema “soberania não se negocia”, contou com a participação de mais de 10 milhões de votantes.

Como espaço de convergência de resistências, debates e propostas contra a globalização neoliberal, a celebração da primeira edição do FSM significou a criação de um espaço para canalizar as sinergias entre as diferentes lutas antiglobalização que se desenrolavam nos anos anteriores (BRINGEL, 2018b, p. 40).

Embora se trate de convocatórias pluri-organizacionais (GOHN, 2013), essas experiências foram encabeçadas por atores que se sobressaíram no período por sua combatividade, como o MST e a Via Campesina, que iniciaram os anos 2000 envolvidos em mais de mil conflitos de terra, organizando cerca de 500 acampamentos (CPT, 2001) e realizaram um Congresso e uma Marcha (das Margaridas) com cerca de 15 mil participantes. Do Fórum Social Mundial também surgiu a Marcha Mundial das Mulheres, articulação internacional de grupos e organizações anticapitalistas que defendem os bens comuns/naturais, melhores condições de trabalho para as mulheres e lutam contra a violência de gênero.

Todas essas movimentações corroboraram o esgotamento do governo FHC. As crises mexicana, asiática e da moratória russa abalaram a situação cambial brasileira, levando o governo a elevar drasticamente as taxas de juros e a recorrer ao FMI e outras instituições financeiras internacionais em busca de empréstimos. A manutenção da política macroeconômica colocou o Brasil em progressiva vulnerabilidade externa, castigou diversos setores da indústria nacional, comprometeu o crescimento da economia e induziu o aumento do desemprego (SALLUM JR e GOULART, 2016).

A partir de 1999, a política de sobrevalorização do real tornou-se insustentável, fazendo o governo adotar uma política de câmbio flutuante para a moeda. Embora esta mudança tenha garantido a manutenção da estabilidade e o ajuste fiscal proposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, havia um sentimento generalizado de mudança. A população e o empresariado não acreditavam mais na capacidade política do governo de reverter as dificuldades econômicas, visto que foi exatamente o aprofundamento da liberalização, sua bandeira, que conduziu o país a essa situação.

O cenário sociopolítico demandava uma nova coalizão capaz de repaginar o desenvolvimentismo e priorizar os interesses nacionais, e a oposição, liderada pelo PT, soube se aproveitar dessa “janela de oportunidades”. Embora o partido historicamente estivesse

identificado com os setores populares, segmentos progressistas da classe média e parte do empresariado – que foram diretamente prejudicados pelas políticas de desregulamentação e abertura econômica – encontravam-se receptivos a uma proposta eleitoral com esse caráter. Assim, nas eleições de 2002, estes interesses desembocaram na candidatura de Lula, que mais moderado e deslocado para a centro-esquerda com a guinada à direita do PSDB (DOMINGUES, 2018), finalmente foi eleito Presidente da República.

A eleição de Lula teve inúmeros significados para a história política do país. Pela primeira vez, a cadeira da presidência era ocupada por alguém de origem popular, líder operário e sindical. Fundador do Partido dos Trabalhadores, sua eleição simbolizou a vitória institucional de um ciclo de mobilizações em prol da cidadania iniciado nos anos 1970. Era muito forte a ideia de que “o povo”, finalmente, chegava ao governo. Os movimentos de esquerda da América Latina interpretavam as vitórias de Lula no Brasil e de Chávez na Venezuela como marcos da inauguração de uma era pós-liberal na região (DRUCK, 2006). Contudo, o Lula e o PT que foram eleitos não tinham as mesmas convicções nem propostas de outrora.

Com o objetivo de emplacar sua candidatura e garantir governabilidade, já durante a campanha eleitoral Lula divulgou sua “Carta ao povo brasileiro”, mais endereçada ao mercado do que ao povo propriamente dito. Nesse documento, comprometia-se com a manutenção das políticas macroeconômicas do governo FHC (estabilidade da moeda, controle da inflação, câmbio flutuante, superávit primário, respeito aos contratos estabelecidos com o capital privado e autonomia do Banco Central). Com a publicação dessa carta, Lula selava um compromisso de conciliação de classes.

Eleito, Lula não apenas cumpriu essas promessas como também intensificou algumas delas – como o aumento da taxa de juros e do superávit primário –, e continuou os programas de reforma tributária e pensionista do período anterior. Concomitantemente, Lula reorganizou a máquina estatal para viabilizar uma série de políticas distributivas, interrompeu as privatizações e implementou as chamadas parcerias público-privadas. Dessa maneira, o governo petista procurava servir a dois senhores: o mercado e o povo. Garantia um Estado forte e que combatia a desigualdade, mas não ameaçava a ordem econômica estabelecida.

O pacto forjado em prol da sustentação do sistema político era observável na composição do próprio governo, que congregava setores com interesses que eram, a princípio, distintos e divergentes – a começar pelo seu vice, o empresário José Alencar (PL). A convivência na gestão do Estado entre representantes de associações sindicais, líderes de movimentos sociais, correntes liberais hegemônicas do empresariado e segmentos clientelistas

e conservadores da classe política “atenuou o potencial transformador do PT e de seus aliados de esquerda” (SALLUM JR e GOULART, 2016). Esta conformação teve como desdobramentos fundamentais a consolidação de um sistema de dominação social baseado na democracia e no liberalismo moderado.

A convergência entre estabilidade e distribuição em uma conjuntura global favorável conseguiu garantir não apenas o alinhamento improvável entre sindicalistas e empresários, mas também alcançar resultados econômicos e sociais significativos: crescimento de 4,5% do PIB (até 2008); aumento real da renda dos cidadãos, do salário-mínimo (105%) e do poder de consumo; controle dos preços; democratização do crédito, a partir dos empréstimos consignados; diminuição do desemprego (que chegou a 8,3% da PEA em 2005); fornecimento de energia elétrica para mais de 16 milhões em áreas rurais, por meio do programa Luz Para Todos; duplicação do número de vagas do ensino superior através do ProUni e do ReUni, e financiamento facilitado para que estudantes de baixa renda acessem o ensino superior, por meio do Fies; criação de ações afirmativas para negros e índios, dobrando o número de vagas ofertadas no ensino superior público e privado para esses grupos; universalização da proteção social, com 11,2 milhões de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família; ascensão social das classes baixas; desenvolvimento de regiões atrasadas; e, por fim, mas talvez o mais importante, a diminuição da pobreza em quase 20% (SINGER, 2009).

Embora seja inegável o desempenho econômico positivo observado no período, a expectativa de mudanças estruturais não se concretizou. A taxação das grandes fortunas e heranças, a reforma tributária em escala progressiva, e a universalização de direitos a partir do SUS e de um projeto de renda mínima não foram efetivados. A experiência em disputas eleitorais e, posteriormente, no governo levou a direção do PT a concluir que “a correlação de forças vigente na sociedade brasileira não permitia avançar mais profunda e aceleradamente” em prol da igualdade social (DOMINGUES, 2013; p. 61).

O governo de fato demonstrou seu compromisso com o combate à miséria por meio de políticas que, “ao mesmo tempo que subvertiam o neoliberalismo, a ele se aliavam ao recusar a definição de uma cidadania social universal” (DOMINGUES, 2013; p. 70). Assim, a despeito de algumas teses formuladas, não houve o surgimento de uma nova classe média (NERI, 2007). O que se observou foi a ascensão de um subproletariado<sup>44</sup> (SINGER, 2009).

---

44 Segundo Singer (1981 apud SINGER 2009), subproletários são aqueles que “oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais”. Estão nessa categoria “empregados domésticos, assalariados de pequenos produtores diretos e trabalhadores destituídos das condições mínimas de participação na luta de classes”. Para encontrar uma maneira de quantificá-los, Singer usou informações sobre ocupação e renda fornecidas pela PNAD de 1976.

Esse extrato foi beneficiado diretamente pelas políticas de distribuição de renda e pela formalização do emprego, que aumentaram seu poder de consumo e os tiraram da baixíssima renda. Mas isso não foi suficiente para garantir o acesso a bens duráveis e à estabilidade econômica que caracteriza a classe média. A massa salarial aumentou majoritariamente na faixa de dois salários-mínimos, insuficiente para conduzi-los a tal status.

O fato de o governo ter centrado sua agenda na redução da miséria e da pobreza, e não na redução da desigualdade social, fez com que os trabalhadores abandonassem seu programa de origem e realizassem o programa das classes dominantes (OLIVEIRA et al, 2010 apud SINGER, 2009). O modelo de desenvolvimento privatista, baseado no consumo individual, teria conduzido ao esfacelamento do imaginário social coletivo e à desmobilização, levando a uma ascensão de classe sem consciência (RICCI, 2011). Forjou-se, assim, um sistema dual de bem-estar, mercantilizado para os ricos e remediados, e residual para os pobres (DOMINGUES, 2013).

Todavia, se as políticas do governo Lula não levaram à igualdade social, elas reduziram significativamente as disparidades no âmbito cultural, resultado da inclusão das classes populares via consumo privado. Esta democratização gerou, entre outras coisas, indisfarçável incômodo nas classes médias consolidadas, cujo consumo de bens duráveis e acesso ao lazer privado marcava a distinção dos setores mais desfavorecidos e os aproximava, ao menos no campo simbólico, das elites. Expressa esse fenômeno, e o preconceito de classe nele inculcado, o jargão amplamente compartilhado pela classe média de que “o aeroporto virou rodoviária” durante os governos do PT.

Os mais pobres percebiam gradualmente a melhora em sua condição de vida. Os programas do governo Lula, sobretudo o Bolsa Família, apresentavam já a partir de 2005 seus primeiros impactos, provocando mudanças na autoestima e confiança dos eleitores das classes baixas. Com seu poder de consumo ampliado, tinham acesso tanto aos itens de primeira necessidade (alimentos e material de construção), como a artigos secundários (DVDs, celulares, viagens). Este resultado se mostrou essencial para conter os efeitos de um revés que, a longo prazo, mudaria para sempre a história do PT e do país: o escândalo do Mensalão.

Em setembro de 2004, a revista *Veja* publicou uma matéria sobre a existência de um acordo entre José Dirceu (então ministro da Casa Civil) e o deputado Roberto Jefferson

---

Concluiu que seria razoável considerar subproletários os que tinham renda de até um salário-mínimo per capita, e metade dos que tinham renda de até dois salários-mínimos per capita. De acordo com esse critério, 63% do proletariado era constituído por subproletários. Em números absolutos, significava dizer que dos 29,5 milhões de proletários existentes no Brasil, 18,6 milhões faziam parte da fração subproletária da classe. Dos outros participantes da População Economicamente Ativa (PEA), 8 milhões seriam pequeno-burgueses, e 1,3 milhão, burgueses. Em outras palavras, o subproletariado constituía 48% da PEA.

(presidente do PTB) no qual o PT se comprometia a transferir para aquele partido a quantia de R\$10 milhões de reais em troca de apoio às iniciativas do governo nas votações do Congresso Nacional. Posteriormente, Jefferson revelou ao jornal Folha de S.Paulo que o PT distribuía uma mesada de R\$30 mil a cada parlamentar que participasse do acordo. Foram acusados de participar do esquema também José Genuíno (então presidente do PT) e Delúbio Soares (tesoureiro do partido). Embora Dirceu e Genoíno negassem a existência de tal acordo, Jefferson e Soares confirmaram sua existência.

A denúncia resultou na saída de Dirceu da Casa Civil em 16 de junho de 2005 e na instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, por parte do Conselho de Ética da Câmara, que cassou o mandato do deputado em dezembro de 2005. Além disso, Dirceu, Genoíno e Soares foram indiciados em 2007 por corrupção ativa e formação de quadrilha. Junto a eles também foram indiciados ex-presidentes dos bancos Rural, BMG, Santos e do Brasil, três presidentes dos Correios entre 2000 e 2005, e outros integrantes da cúpula do PT. Em 2012, Dirceu, Genoíno e Soares foram condenados na ação penal 470 pelo STF por corrupção ativa e formação de quadrilha.

Estes acontecimentos, reunidos, alteraram substancialmente a base eleitoral do PT, que em 2002 era caracterizada por setores organizados da classe trabalhadora e pelas classes médias – especialmente as urbanas e escolarizadas dos estados do Sul e Sudeste. Enquanto parte das classes médias, perplexa com as denúncias de corrupção<sup>45</sup>, voltava aos braços do partido de sua maior identificação desde a constituinte, o PSDB, o deslocamento subterrâneo de eleitores de baixíssima renda, resultante das políticas do governo Lula, (SINGER, 2009) foi fundamental à recondução do petista ao Planalto em 2006.

Singer (2009) observa que esse deslocamento demorou a ser notado pelos atores políticos e pela imprensa de modo geral, cuja atenção voltava-se ao escândalo do Mensalão e seus efeitos nos eleitores de classe média. O subproletariado continuava invisível para estes setores, assim como sempre fora tratado pela sociedade. E foi exatamente por esta razão que Lula passou a ser visto como seu real representante. “Pela primeira vez na história desse país”, como ele mesmo sempre gostou de frisar, as políticas públicas eram voltadas para os estratos mais baixos – de onde o próprio Lula, ex-retirante pernambucano, provinha.

À medida que o pleito se aproximava, as pesquisas de opinião começavam a apontar a força dessa identificação. Uma pesquisa do Datafolha (2006 apud SINGER, 2009), mostrou

---

45 Segundo Singer (2009 apud FOLHA, 2005), a reprovação à Lula entre os brasileiros com ensino superior saltou de 16 a 40% após a deflagração do escândalo. Isso fez com que 65% dos mais ricos declarassem preferência por Geraldo Alckmin (PSDB).

que a intenção de voto em Lula pulava de 39% para 62% quando o entrevistado participava de algum programa federal. Os efeitos das políticas de distribuição de renda e da estabilidade econômica foram observados sobretudo na majoritária votação de Lula nos chamados grotões – tradicionais territórios do conservadorismo. As regiões Norte e Nordeste, reconhecidas por sua vulnerabilidade social, receberam maior volume de recursos governamentais e sentiram de maneira mais efetiva as benesses decorrentes de um Estado presente. O controle de preços, o aumento real do salário-mínimo, o crédito consignado, o empréstimo à agricultura familiar e os recursos dos programas de transferência de renda dinamizaram as economias locais e expandiram o mercado interno. Por essas razões, esse conjunto de medidas, capitaneado pelo Bolsa família, foi denominada por Neri (2008) como o “Real de Lula”.

A despeito da reconfiguração da base eleitoral do PT estar atrelada ao favorecimento de determinada classe pelas políticas implementadas pelo governo Lula, essa base não compartilhava dos elementos ideológicos do proletariado. Segundo Singer, isso aconteceu porque:

O governo se afastou de aspectos do programa de esquerda adotado pelo PT até o final de 2001, o qual criticava “a estabilidade de preços [...] alcançada com o sacrifício de outros objetivos relevantes, como o crescimento econômico”, a abolição das “restrições ao movimento de capitais” e a Lei de Responsabilidade Fiscal por tolher “elementos importantes de autonomia dos entes federados, engessando, em alguns casos, os investimentos em políticas sociais”, com a finalidade de impedir que uma reação do capital, voltada para criar dificuldades à mudança, provocasse instabilidade econômica e atingisse os excluídos das relações econômicas formais. Para trabalhadores com carteira assinada e organização sindical, a luta de classes em regime democrático oferece alternativas de autodefesa em momentos de instabilidade. Mas os que não podem lançar mão de instrumentos equivalentes, por não estarem organizados, seriam vulneráveis à propaganda oposicionista contra a “bagunça” (SINGER, 2009; p. 97).

A hipótese de Singer parece razoável para compreender o caráter conservador do subproletariado e sua adesão anterior a governos cujas políticas rumavam na contramão de seus supostos interesses de classe – particularmente os de Collor e FHC. Este estrato não podia almejar o mesmo programa da classe trabalhadora formalizada, pois não desfrutava de seus direitos; demandava, antes de mais nada, estabilidade. Assim, o “programa de combate à desigualdade dentro da ordem” caiu-lhe perfeitamente, pois garantia a proteção esperada do Estado (dada a dificuldade imanente dessa classe de organizar as próprias demandas) ao mesmo tempo em que não comprometia a segurança mínima para sua reprodução. Nesses termos, Singer entende o lulismo como uma nova via ideológica, que uniu “bandeiras que não pareciam combinar”. Apresenta como prova desse realinhamento dados que mostram que em 2006, diferentemente de em 2002, a intenção de voto em Lula aumentou nos dois extremos –

direita e esquerda – contra uma alternativa de formulação de centro própria das classes médias. O popular, há décadas em desuso, voltava a organizar identidades coletivas com nova roupagem menos plural e horizontal: agora, centralizada e personificada na liderança de Lula.

Devemos pensar esse processo sem perder de vista também que a organização das classes populares no Brasil foi desempenhada na história política recente, em larga medida, fora dos cânones tradicionais da esquerda laica. Foi realizada, na maioria das vezes, pelos movimentos religiosos, sobretudo pelas Igrejas (Católica entre 1960 e 1990, e deste em diante pelas Evangélicas), conforme muito bem observado por Domingues (2013). Embora a literatura da ação coletiva tenha se atentado a esse fato apenas recentemente, as análises sobre eleições vêm observando a relevância política desses atores há algum tempo.

Sem a formação necessária que levaria à consciência de classe, própria das organizações tradicionais de esquerda, a identidade popular foi constituída mais a partir da ideia de “povo” do que de “classe”, refutando as expectativas acerca de uma correspondência identitária essencialista, baseada nas relações de produção. Na ausência de um enquadramento coletivo, as variadas relações e referências identitárias (família, formação educacional, grupo de amigos, ambiente de trabalho, relacionamentos amorosos) tendem a influenciar mais o seu posicionamento ideológico. Isso permite compreender por que o povo no Brasil, muitas vezes, se alinhou à direita.

Não há por que supor que esse povo seria em princípio de esquerda. Sua trajetória sob relações de dominação muitas vezes pessoais, as ideologias do mando e do favor, tão fortes na sociedade brasileira, em especial no meio rural; a desvalorização, constatada na prática, da capacidade das pessoas comuns de dirigir o mundo público, especialmente o Estado (...) – compõem núcleos de ideias e valores que puseram com frequência o povo brasileiro no campo da direita. Mais uma vez, trata-se de uma, entre outras, construção social, possível no longo prazo, calcada em processos concretos. O essencialismo, mais uma vez, não ajuda a análise (DOMINGUES, 2013, p. 68).

Os setores populares sempre tiveram clareza sobre a desigualdade social a que estavam submetidos, mas foram historicamente desacreditados de sua capacidade de organização e, salvo exceções, não viam na luta de classes uma possibilidade para integração social. Suas esperanças foram depositadas, na grande maioria das vezes, no Estado, que julgavam ter o dever de realizá-la, conformando-se como um traço de nossa memória coletiva (SINGER, 2009; DOMINGUES, 2013).

Dessa maneira, Lula apostou na proposição de uma identidade popular, muito mais abrangente e versátil, para sedimentar a aliança necessária entre setores organizados e desorganizados do proletariado e das classes médias baixas para se reeleger em 2006. Porém,

nota-se que essa identidade teve aderência muito maior à candidatura de Lula do que ao PT propriamente dito. Essa não identificação do eleitorado com o partido é evidenciada pela diminuição da bancada federal petista naquelas eleições, que foi de 91 para 83 deputados. Isso sinaliza uma desconexão entre as bases do lulismo e as do petismo, e corrobora a tese de um traço populista na nova esquerda latino-americana (SVAMPA, 2017).

Com a reeleição de Lula em 2006 os programas sociais foram ampliados e as empresas nacionais foram fortalecidas e impulsionadas, aumentando o PIB e gerando empregos. O investimento público, sobretudo no campo da infraestrutura, adquiriu centralidade no governo através do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que viabilizou a realização de grandes empreendimentos, como portos e usinas energéticas, e obras de infraestrutura urbana. Além disso, o governo aumentou a capacidade de empréstimos do BNDES a empresas por juros baixos e longos prazos, e lançou uma série de iniciativas para recuperar as empresas estatais que não foram privatizadas, como a Eletrobras.

No que concerne especificamente à ação coletiva de setores organizados, como o sindical e os movimentos urbanos, são recorrentes trabalhos que diagnosticam sua expressiva desmobilização ao longo dos mandatos de Lula. As hipóteses sobre as causas desse fenômeno são várias. A mais compartilhada é a da cooptação e neutralização dos movimentos pelo governo, que ao incorporar muitas lideranças e militantes aos seus quadros, ao mesmo tempo em que implementou um programa de governo que incluía as classes mais baixas através do consumo privado, dissipou o horizonte coletivo (DOMINGUES, 2013). Essas variáveis são importantes para entender parcialmente a dinâmica do ativismo no Brasil, mas se mostram insuficientes para compreender a complexificação das relações entre a sociedade civil e o Estado nesse período.

A ascensão do PT ao poder certamente pode ser interpretada como o último fruto de um longo processo de mobilização iniciado nos anos 1970. O governo Lula concretizou uma terceira fase de institucionalização dos movimentos sociais, realizando várias de suas demandas via ministérios, por meio de políticas públicas, do fortalecimento e ampliação dos canais de participação criados pela CF 1988, e outros introduzidos pelo próprio governo, como as conferências nacionais (SINGER, 2012; DOMINGUES, 2013).

Durante o governo Lula foram realizadas 65 conferências nacionais, ao passo que nos governos FHC e Collor/Itamar foram respectivamente 20 e 8 conferências; já a respeito dos conselhos nacionais, Lula instituiu 15 novos conselhos, enquanto esses outros governos, juntos, criaram 11 (IPEA, 2013). Sob a gestão petista foram incorporados novos temas e bandeiras aos espaços institucionais, como cidades, pesca, esporte, cultura, juventude e

gênero. Além disso, foram criados 23 comitês e comissões atrelados aos ministérios para tratar questões como a erradicação do trabalho escravo, economia solidária, igualdade racial e direitos da mulher. Dessa forma, talvez faça mais sentido pensar que os movimentos não foram cooptados, mas que, ao terem suas lideranças compondo os ministérios, passaram a ter posturas mais cooperativas do que combativas, pois se sentiam parte do governo e por ele representados.

Em contrapartida, o neodesenvolvimentismo extrativista adotado pelo governo Lula motivou um racha na esquerda, decorrente de sua desatenção aos problemas ambientais, aos povos originários e tradicionais, e às demandas dos movimentos sociais à esquerda do governo. Percebendo que os jogos do poder nem sempre são favoráveis à cidadania, estes grupos focaram no reforço e ampliação das articulações entre movimentos de base, associações, pastorais, fóruns e ONGs em escala global.

A partir dessa ruptura, surgiram novos movimentos, guiados menos pela teoria marxista e mais por uma nova gramática “alter-ativista” (BRINGEL e PLEYERS, 2015). É o caso do Movimento Passe Livre (2005), do Fora do Eixo (2005) e de uma série de coletividades emergentes, em sua maioria jovens, que passam a ter outras formas de socialização política e uma entrada na militância que se dá menos via partido/sindicato/movimento tradicional e muito mais por redes de afinidades, diagnósticos de injustiça e uma urgência de engajamento em causas concretas (BRINGEL, 2018a). Propondo uma dinâmica organizacional mais horizontal, esses movimentos recuperaram, em geral, a proposição de identidade com base na ação direta. Com revezamento e distribuição de tarefas em grupos, caracterizam-se por não apresentarem uma liderança-referência e por incorporarem as tecnologias digitais em suas práticas.

Dentre essas organizações cabe destacar o Movimento Passe Livre (MPL), que se tornaria na década seguinte uma das principais expressões da esquerda libertária no país. Fundado numa atividade paralela ao Fórum Social Mundial de 2005 por militantes que já atuavam em defesa da tarifa zero em localidades do país, o MPL defende a concretização do direito à cidade a partir de uma perspectiva anticapitalista autonomista.

Durante o governo petista, os movimentos contra a globalização e o imperialismo repercutiram no Brasil também a partir de protestos contra os tratados de livre comércio e contra o modelo de dependência imposto pelo capital internacional. Em 2005, cerca de 8 mil militantes do MST, das pastorais da CNBB, e de movimentos rurais e urbanos, se reuniram em Brasília na marcha “Assembleia Popular: mutirão para um novo Brasil”. Posteriormente, a visita do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, ao Brasil em 2007 foi repudiada

por manifestações em 18 estados do país. Em São Paulo, a passeata em protesto contra o presidente estadunidense reuniu aproximadamente 20 mil pessoas.

A solidariedade internacionalista também gerou mobilizações. Em 2009, ocorreram diversos protestos promovidos por organizações de esquerda (MST, Via Campesina, PSTU, PSOL, CUT, Força Sindical, CONLUTAS, Intersindical, CTB) nas grandes capitais. Posicionavam-se contra a ocupação do Iraque pelos EUA; a invasão do Líbano por Israel; em defesa dos processos eleitorais da Venezuela e da Bolívia, ameaçados por golpes; e, especialmente, contra o golpe em Honduras (LEHER et al, 2010).

Os movimentos culturais, por sua vez, combinaram a atuação nas redes transnacionais de ativismo à ocupação dos espaços institucionais recém-criados por quadros militantes especializados (RIOS, 2014), como a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) e a Secretaria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Descentralizando sua agenda, conquistaram direitos como a Lei Maria da Penha; a alteração da tipificação penal do estupro; o direito a mudanças corporais para pessoas transexuais via SUS; o desenvolvimento de políticas de saúde para a população LGBT; as portarias que reconheceram o direito ao uso do nome social por travestis e transexuais; e, posteriormente, a Lei de Cotas e a da união homoafetiva.

No ápice do processo de cidadanização (FACCHINI, 2020), esses movimentos conseguiram abordar sua diversidade interna, reconhecendo suas múltiplas identidades e demandando políticas que as abarcassem. Uma das expressões desse processo é o engrossamento da sopa de letrinhas que passou a conformar o acrônimo do movimento LGBT– lésbicas, gays, bissexuais e travestis –, a partir do acréscimo das letras TQI+ para contemplar transexuais, transgêneros, queers e intersexuais.

Os trabalhos sobre as identidades interseccionais também se aprofundaram nesse contexto, sobretudo a partir dos coletivos, dada a rejeição geral desses atores às hierarquias à forma-movimento tradicionais. A emergência dessas identidades ocorre principalmente no ambiente universitário e entre múltiplas perspectivas do feminismo; com destaque para a organização das feministas negras, que se articulavam a partir da ressignificação de experiência e de um engajamento político pautado pelos afetos (FACCHINI et al, 2020).

Fortalecidos pela nova dinâmica ativista, estes movimentos se estenderam às ruas. No ano de 2007, a militância negra reuniu cerca de 50 mil pessoas em São Paulo no Dia da Consciência Negra. As Paradas LGBT reuniram anualmente milhões pessoas em prol do reconhecimento de seus direitos sociais e civis, e denunciando a violência de gênero. A maior da década foi a 12ª, realizada em maio de 2008, que sob o lema “A Homofobia Mata – por um

Estado Laico de Fato”, contou com 5 milhões de pessoas. As mulheres também marcharam em sua diversidade. Nesse período também foram frequentes as marchas das Mulheres, das Margaridas, das Vadias e das Negras.

No que concerne ao sindicalismo, quando nos debruçamos sobre o número de greves do governo Lula, realmente observa-se uma incidência muito aquém da verificada durante os anos 1980. Contudo, elas não sofreram um refluxo significativo, visto que vinham diminuindo desde o governo FHC. Apenas assumiram configurações distintas.

Primeiramente, a partir do levantamento da OSAL/DIEESE (2009), observa-se que a motivação das greves não era mais política ou antissistêmica, as pautas passaram a ser econômico-corporativas. Este parece ser um efeito da absorção das entidades cutistas pelo governo, que reduziram as lutas unificadas, e da sua estratégia de negociações por carreira, sobretudo para os servidores públicos – uma das categorias mais atuantes no período em decorrência da Reforma da Previdência. Segundo Leher et al:

Como os indicadores de greve de 2003 e 2004 demonstram, o início do governo Lula da Silva foi altamente conflituoso com os sindicatos do serviço público. Uma das principais demandas do capital portador de juros era o acesso aos recursos previdenciários dos servidores públicos, até então estatais. Esse intento foi apoiado pelo setor majoritário da CUT, interessado no fortalecimento e na ampliação dos bilionários fundos de pensão, até então restritos às empresas públicas. Para isso, Lula da Silva teria de avançar sobre um terreno que seu antecessor não conseguira conquistar, a (contra) reforma da previdência dos servidores públicos, determinando que: a aposentadoria dos novos servidores fosse mista, parte pelo regime de repartição, parte pelo regime de capitalização; as pensões seriam reduzidas, os aposentados seguiriam recolhendo a contribuição previdenciária, e que a idade mínima e o tempo para aposentadoria seriam aumentados. O novo governo optou por enfrentar os sindicatos dos servidores, até então filiados à CUT, que deflagraram relevante greve contra a reforma previdenciária em 2003 (LEHER, et al, 2010, p. 54).

Em reação às ofensivas do governo, os servidores inovaram nos repertórios apresentados, protestando em marchas que reuniram até 70 mil participantes, e realizando uma ampla greve que abrangeu cerca de 400 mil servidores – incluindo universidades, a Seguridade Social, a Receita Federal e Ministério Público, entre outros. O governo conseguiu aprovar a reforma no Congresso em 2003, sob cerco policial. Entretanto, este fato provocou uma crise no partido e a expulsão de quatro parlamentares petistas que votaram contra: a senadora Heloísa Helena (AL) e os deputados federais Babá (PA), Luciana Genro (RS) e João Fontes (SE). Estes políticos receberam apoio de intelectuais de esquerda na época e fundaram, em 2004, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Após a Reforma, houve significativa diminuição no número de greves, que só foram

retomadas a partir de 2008, em decorrência da crise econômica mundial, e protagonizadas pelos sindicatos do setor privado – especialmente aqueles de expressiva influência econômica, como os bancários, os metalúrgicos e os petroleiros. Estas, contudo, tinham um caráter defensivo e foram abertas a negociar a redução dos salários e das jornadas de trabalho em benefício da manutenção dos empregos.

A CUT perdeu o seu caráter combativo durante o governo Lula, reduzindo sua atuação à defesa do crescimento econômico como forma de ampliar os empregos e à contestação da política de juros elevados do Banco Central. Suas manifestações perderam volume e o tradicional 1º. de maio foi esvaziado politicamente. Tal postura, sobretudo em relação à Reforma da Previdência, fez com que alguns setores rompessem com a organização e formassem a Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS) em 2004 e a Intersindical em 2006. Essas centrais seguiram com enfrentamentos mais substantivos, como a luta pela redução da jornada semanal de trabalho de 44 para 40 horas semanais, contra o monopólio da exploração do petróleo pela Petrobrás, e pelo reajuste de salário para os servidores federais.

Estas organizações logo mostraram significativa capacidade agregadora. Em 2006, a Conlutas promoveu o Congresso Nacional de Trabalhadores (CONAT), do qual participaram 3.500 delegados e observadores ligados a movimentos sindicais, estudantis e populares. Em 2007, foi realizado o Encontro Nacional Contra as Reformas (da Previdência e Universitária), em São Paulo, com o propósito de unificar as lutas em defesa da aposentadoria e dos direitos sociais, sindicais e trabalhistas. Participaram 5 mil pessoas de 626 organizações sindicais, populares e estudantis ligadas à CONLUTAS, à Intersindical, ao Movimento Terra e Liberdade (MTL), ao MTST, às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), às Pastorais Sociais de São Paulo, e a mais de uma dezena de entidades representantes de trabalhadores e do movimento estudantil (LEHER et al, 2010). Setores descentralizados do movimento estudantil manifestavam seu descontentamento principalmente com o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Considerando sua elaboração antidemocrática e julgando-a dotada de um caráter mercantilista, os estudantes convocaram protestos nas universidades de todo o país entre 2007 e 2008. Chamou a atenção no período a dissidência desses grupos da UNE, que se encontrava alinhada ao governo, e sua organização horizontalizada, que dispensava lideranças, tomava decisões em assembleias e utilizava-se da internet para mobilizar.

Enquanto o sindicalismo se reconfigurava, ressurgiam os movimentos populares, sobretudo aqueles dedicados à causa da moradia. Destacaram-se entre 2007 e 2009 as passeatas, marchas e trancamentos de rodovias realizados pelo Movimento dos Trabalhadores

Sem Teto (MTST) de São Paulo. Embora o movimento de São Paulo tivesse maior visibilidade pelo número de manifestantes que conseguia reunir, sempre na casa dos 5 mil, ocorria uma articulação nacional dessa luta por meio do Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU), composto por entidades como a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), a Central de Movimentos Populares (CMP) e o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM).

As lutas do campo também tiveram suas pautas modificadas ao longo do governo Lula, em parte por influência deste, e em parte, devido a elementos conjunturais. Os dados da OSAL/DIEESE (2009) mostram que o número ocupações, acampamentos e pessoas envolvidas nas ações dos movimentos rurais duplicou entre 2002 e 2007. Além das desapropriações e do crédito agrícola, emergiram as pautas contra o agronegócio e seus recursos frequentes, como os transgênicos e agroquímicos, e a defesa da agroecologia, da soberania alimentar dos povos e de direitos sociais – sobretudo da educação básica e superior e da saúde nos povos indígenas. Seguindo tendências mundiais, houve ainda um esforço de unificar a luta com outras frações da classe trabalhadora a partir de uma perspectiva internacionalista, encabeçada pela Via Campesina. Essa unificação buscava articular trabalhadores do campo e da cidade, e observou-se o protagonismo das mulheres em vários atos de protesto. Este foi um período também de muitos assassinatos no campo, que tiveram como alvo principalmente lideranças do MST, como Keno e Elton Brum da Silva.

Dentre as ações no campo que marcaram o período, registrou-se a Marcha Nacional pela Reforma Agrária dos Trabalhadores Rurais e Sem-Terra, em 2005, organizada com militantes de 23 estados. Em 17 dias, os trabalhadores percorreram os 200 quilômetros que separam Goiânia e Brasília para pressionar o governo a colocar em prática o Plano Nacional de Reforma Agrária. Foi realizada também, nos anos de 2003 e 2007, a Marcha das Margaridas, em Brasília. Compostas por 50 mil mulheres que clamavam por maior agilidade na reforma agrária, políticas direcionadas às mulheres, garantia dos direitos adquiridos e mais crédito para as trabalhadoras do campo. Além disso, em 2004 e posteriormente em 2009, 3.500 famílias ligadas ao MST derrubaram quatro hectares da plantação de eucalipto da multinacional Veracel Celulose no Paraná; e em 2008, mulheres ligadas à Via Campesina ocuparam uma unidade de pesquisa biotecnológica da Monsanto no em Santa Cruz das Palmeiras (SP), destruindo um viveiro de mudas e um campo experimental de milho transgênico.

Observou-se também, ainda durante o governo Lula, um expressivo fortalecimento e articulação dos movimentos indígenas e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB),

que permaneceram sob constante ataque de corporações e latifundiários. O MAB questiona o modelo energético e os impactos do neodesenvolvimentismo na vida das comunidades. Os indígenas retomaram, após décadas, o encontro da Aliança dos Povos da Floresta, agregando à causa seringueiros, populações ribeirinhas, pescadores, quebradeiras de coco e representantes de organizações da sociedade civil. Em 2009, a Aliança aprovou o novo Estatuto dos Povos Indígenas, após a caminhada de mil índios e a audiência pública da Comissão de Direitos Humanos do Senado, em Brasília. O Estatuto lhes assegurou, entre outras coisas, o fim da tutela estatal e poder de veto sobre os projetos de exploração de recursos minerais em suas terras. Contudo, a vitória mais emblemática do período para o movimento foi a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, que foi confirmada pelo STF em 2009, apesar da forte pressão de fazendeiros pela reversão do processo.

Em suma, a despeito do frequente diagnóstico de desmobilização ao longo da década de 2000, sobretudo durante o governo Lula (2003-2010), essa pesquisa mostra o contrário. A crítica e a indignação com os efeitos do projeto neoliberal implementado na década anterior levaram ao surgimento de, pelo menos, dois projetos alternativos mais destacados: o altermundialista e o neodesenvolvimentista. A adesão ou recusa a essas propostas provocou a multiplicação de identidades coletivas e a adoção de novos repertórios. Surgiram movimentos que se recusavam a propor identidades, ações pluriorganizacionais e práticas mais horizontalizadas. Verifica-se também a conformação de uma solidariedade internacionalista mais forte entre os atores situados mais à esquerda do governo.

As identidades das organizações tradicionais da esquerda foram questionadas e arrefecidas a partir do momento que elas foram incorporadas ao governo e abdicaram de suas pautas antissistêmicas. Diante dessa atitude, principalmente a identidade sindical ficou fragmentada, dando origem a novas organizações que buscavam refundar a esquerda – como a CONLUTAS e a Intersindical. O movimento estudantil passou por um processo semelhante, com dissidências descentradas e auto-organização local mediante aos programas para a Educação do governo. Nessa esfera, emergiam também novas dinâmicas de mobilização e organização que tencionavam com a burocratização previa da “militância de carteirinha”.

Outras organizações, vivenciando os impasses da disputa política institucional, especialmente após a experiência nos conselhos, ampliaram suas redes e conexões objetivando ampliar a visibilidade de suas causas para além desses espaços. Por outro lado, o fato de o governo federal estar nas mãos de um partido de centro-esquerda propiciou conquistas importantes para alguns movimentos, como negros, mulheres e LGBTs, impulsionando o fortalecimento e descentramento de suas identidades. O ambiente

democrático também favoreceu a proposição de novas pautas por movimentos tradicionais, como o MST, e a rearticulação dos movimentos populares liderados pela bandeira da moradia.

A política neodesenvolvimentista do governo provocou ainda o ressurgimento da identidade popular com o favorecimento e ascensão do subproletariado, que se tornou a base do lulismo. Contudo, esse processo não foi politizado, de modo a caracterizar-se mais como uma identificação de caráter assistencialista do que como uma identidade coletiva de esquerda; não à toa, muitos dos indivíduos que compunham esse segmento se mostravam simpáticos aos valores da direita. Os limites de tudo isso levaram a um forte desencantamento com o PT e seus aliados por parte dos novos ativistas e setores de esquerda. A sociedade brasileira havia mudado também profundamente. A individualização, a digitalização, a crise de mediação e outros elementos passaram a impactar cada vez mais nos movimentos sociais e lutas emergentes, cujas identidades, mais multi-referenciais e flexíveis, permitem o engajamento em diferentes causas e espaços de forma simultânea.

\*\*\*

Verifica-se que as identidades coletivas tiveram diferentes sentidos ao longo do ciclo político da redemocratização, que coincide com o período da Nova República no Brasil. Isso se deu em consonância às variações conjunturais – sobretudo às aberturas e fechamentos do sistema político –, e às tendências de transformações societárias relacionadas a mudanças estruturais. Na impossibilidade de diálogo estatal perante o regime autoritário, e diante do fechamento dos sujeitos políticos prévios, as identidades pluralizaram-se a partir dos movimentos populares e do novo sindicalismo, cujas demandas, mesmo que inicialmente dispersas, confluíram e foram capazes de pressionar, por meio da ação direta, à abertura política. Reconquistada formalmente a democracia política, esses movimentos se formalizam, passam a ocupar espaços institucionais e a reivindicar a efetivação dos direitos recém-conquistados em uma busca pela democratização social. Disputando políticas públicas e ampliando os espaços de participação a diferentes redes e nichos da sociedade geram uma identidade coletiva cívico-participacionista que impera desde o final dos anos 1980 até o final dos anos 1990. Experimentados e diagnosticados os limites da participação institucional, da globalização neoliberal e do neodesenvolvimentismo, bem como a reconversão sistêmica de atores que se diziam progressistas, porém reproduziam a mesma ordem social e política, emergiu no novo século uma militância alter-ativista, favorecida em grande medida pela difusão das tecnologias digitais, que almejava “outros mundos possíveis”, “um mundo onde

coubessem muitos mundos” e “mandar obedecendo”. Retoma-se assim um novo perfil autonomista, diferente ao dos 1970 e 1980, mais afim à multi-escalaridade e à pluri-militância. A aceleração do tempo e a compressão do espaço parecem haver criado um novo sentido de urgência nesses ativismos diante das múltiplas e desastrosas consequências sociais e ambientais das políticas de décadas passadas.

No bojo dessas transformações, a crise de 2008, o ciberativismo, as novas dinâmicas de difusão dos protestos, o projeto de conciliação de classes do PT, o redirecionamento corporativista dos movimentos e atores tradicionais, o surgimento de novas organizações de esquerda, a inclusão do subproletariado via consumo privado sem um projeto de conscientização e o fortalecimento das identidades culturais são acontecimentos/variáveis de suma importância para compreender uma nova guinada nos ativismos e nas dinâmicas identitárias durante a última década, conforme veremos no próximo capítulo.

#### **4 – JORNADAS DE JUNHO: TRANSBORDAMENTO SOCIETÁRIO E IDENTIDADES CIBER-ORIENTADAS**

Dando sequência ao esforço realizado no capítulo anterior de observação das transformações da ação coletiva no país, o presente capítulo analisa um novo (e, por ora, último) momento de reconfiguração das identidades coletivas no Brasil que tem gerado o que definirei como “identidades ciber-orientadas”. Trata-se de um processo que se inicia no interior do momento anterior, de multiplicação de identidades multi-referenciais, porém aprofundando o foco na centralidade da digitalização política. Junho de 2013 é um evento crítico absolutamente relevante para captar esse processo, porém é importante contemplar também os antecedentes e a eclosão dos protestos, bem como os primeiros desdobramentos dos protestos de Junho de 2013.

Vários autores têm insistido que Junho de 2013 marca um antes e um depois na política brasileira e, inclusive, pode ser considerado como um elemento detonante da Nova República. Bringel e Domingues (2018) afirmam que se trata de um ciclo de protestos que coloca contra a parede o ciclo político prévio da democratização como um todo. Alinhada com esta proposta, sugiro também que o tipo de identidade coletiva que passa a se consolidar desde então também possui mudanças importantes se comparadas com o tipo de identidades políticas prévias.

Em 2010, o governo do PT alcançou talvez seu ponto máximo com o aprofundamento do projeto neodesenvolvimentista, o recorde de popularidade de Lula e a eleição de Dilma para o terceiro governo petista. A partir de então, sucessivas adversidades, contingências, pressões e erros fizeram o governo e seu campo político esmorecer até perder definitivamente sua hegemonia política, com a eleição de Bolsonaro em 2018. Além de Junho de 2013, é importante considerar outro evento crítico que contribui a esse processo e é chave para compreender a reconfiguração das identidades coletivas contemporâneas no Brasil: os protestos *pró-impeachment*.

O enfraquecimento do PT e de seu projeto político foi resultado de dinâmicas estruturais e conjunturais que mudaram a correlação de forças no país. Dentre elas, podemos citar: os efeitos, mesmo que tardios, da crise global de 2008 na economia nacional e a crise das *commodities*; a longa permanência do PT no governo federal, com quatro vitórias eleitorais seguidas; a consequente redução do espaço político e de receitas dos partidos de direita durante o período (sobretudo do PSDB, principal antagonista do governo); o caráter

reformista e as concessões decorrentes do projeto conciliatório do PT; a falta de sensibilidade do governo petista às demandas anti/pós-desenvolvimentistas de organizações mais à esquerda; a pressão das elites internacionais pela gestão das obras de infraestrutura no país, especialmente aquelas relacionadas aos grandes eventos internacionais; a redução da taxa de juros; as conquistas progressistas no campo do direito das minorias e dos mais pobres, contrariando os interesses dos grupos conservadores e das elites empresariais; os escândalos de corrupção envolvendo o governo; e a tendenciosa cobertura midiática desses acontecimentos que fortaleceu e propagou o antipetismo.

Em resposta a este cenário macropolítico surgiram novas formas de engajamento e de pertencimento coletivo em mobilizações e movimentos sociais no Brasil. Essa reconfiguração é marcada pelo descentramento dos atores coletivos e suas identidades e possui as seguintes características: um maior protagonismo dos indivíduos nas manifestações; uma aparente desorganização das fronteiras internas e externas da militância; e, o aspecto que parece mais central nesse processo, uma nova dinâmica de interação e mediação condicionada/condicionante pelos/dos usos e tipos de tecnologias da informação e comunicação.

Considerando todas essas variáveis, parte-se da hipótese de que as identidades coletivas no Brasil, ao longo da última década, se reconfiguram a partir de um descolamento entre as identidades coletivas e organizacional e da dilatação do seu *lócus*, de modo que os protestos transbordam, como sugere Bringel (2013), para a além dos atores que os convocam e lhes foge ao controle. Argumenta-se que, em consonância às tendências internacionais, a reconfiguração das identidades no Brasil nos últimos anos é marcada por dois processos organizadores: a ação ciber-orientada e a difusão do enquadramento anti-institucional.

Por um lado, esta reconfiguração é fomentada pela generalizada insatisfação com as instituições representativas tradicionais e suas hierarquias (entre as quais se incluem as organizações de movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos), e os projetos as quais elas servem, sobretudo o neoliberalismo e o neodesenvolvimentismo. Diante da incompatibilidade da ação dessas com os anseios e demandas da população, que variam desde demandas distributivas até o combate à corrupção, surgem novos atores que, procurando inverter essa lógica, se estruturam de forma horizontalizada e adotam como premissa a ação direta.

Por outro lado, a difusão e apropriação política da internet e das mídias sociais as tornam, progressivamente, mediadoras das relações sociais. Essas mídias favorecem a criação de novas práticas, de novas vias de elaboração de enquadramentos e, por consequência, de

novas identidades, que não passam necessariamente pelas organizações e ampliam geometricamente o alcance dessas ações, levando ao estabelecimento de novas articulações. Nesse contexto, cabe aos atores coletivos ou se adequarem à dinâmica política das redes, ou serem suprimidos por ela.

Os dados levantados mostram que esses processos tiveram como primeiro ponto de convergência no Brasil o mais expressivo ciclo de protestos observado ao longo dessa década: as Jornadas de Junho. Convocados inicialmente por pequenas organizações de esquerda, em sua maioria antissistêmicas, os protestos obtiveram inimaginável alcance a partir das mídias sociais, que foram instrumentalizadas por esses atores para dar-lhes visibilidade, denunciar a repressão e mobilizar as pessoas, fazendo com que se expandissem para além das fronteiras da militância organizada. Contudo, os protestos do período também favoreceram a difusão de um enquadramento anti-institucional que, *a posteriori*, foi oportunisticamente apropriado e convertido em antipolítico. Em simbiose com a repercussão da Operação Lava Jato, esse enquadramento anti-institucional viabilizou o surgimento de novos grupos de direita no país e conformou um segundo ciclo de semelhante proporção: os protestos *pró-impeachment*.

A análise apresentada a seguir foi realizada a partir da observação dos protestos no Rio de Janeiro e em São Paulo, e orientada empiricamente pela combinação das seguintes técnicas de pesquisa: a) análise conjuntural; b) análise do enquadramento das publicações da imprensa sobre política e economia; c) análise das redes e das organizações que convocaram os protestos no Rio de Janeiro e em São Paulo, assim como daquelas que surgiram após esse evento e destacaram-se no cenário político e nas inovações do ativismo; d) análise do discurso desses atores a partir dos documentos digitais produzidos por eles e por suas conexões; e e) entrevistas semiestruturadas realizadas com os militantes dessas organizações.

Na tentativa de melhor abordar a reconfiguração identidades coletivas, atentar às singularidades da elaboração de identidades em cada momento político e compreender os diferentes desdobramentos desses processos organizadores da ação coletiva no Brasil contemporâneo, a análise do ativismo neste período foi dividida em dois capítulos, este e o quinto. Dessa maneira, neste quarto capítulo tratarei: i) da crise de 2008, do ciclo de solidariedade indignada e seu legado; ii) da conjuntura brasileira antes de junho de 2013; iii) das Jornadas de Junho de 2013; e iv) dos saldos e desdobramentos de 2013.

#### 4.1. A crise de 2008, o ciclo de solidariedade indignada e seu legado

A liberalização das economias nacionais após o fim do Tratado de Bretton Woods<sup>46</sup>, no contexto de desenvolvimento desigual entre os países dos anos 1980, levou à criação da securitização de ativos, que logo se consolidou como nova tendência de negócios. A securitização consiste na transferência de fluxos de amortização e juros de contratos de dívida para títulos de crédito negociáveis no mercado de capitais (KREGEL, 2008). Dessa maneira, as dívidas de pessoas, instituições e Estados podem ser transferidas e vendidas para investidores na forma de títulos. Outro produto originado por esse sistema monetário instável foram os derivativos, contratos financeiros que permitem “a mercantilização e redistribuição dos riscos entre os diferentes investidores” (TORRES FILHO, 2014; p. 439). Ao apresentarem um custo bem menor de aquisição se comparado ao ativo original, atraem maior volume de investidores e ampliam a liquidez dos mercados.

Estes tipos de fundos de investimento foram pensados como estratégias para aumentar o capital das empresas e dos Estados, e de se obter lucro por meio do endividamento, configurando o que se denomina como alavancagem financeira. A difusão dessa prática fez o sistema financeiro global se ampliar concomitantemente ao dismantelamento relativo dos mecanismos tradicionais de liquidez e financiamento, comprometendo os níveis de solvência das instituições bancárias. Ou seja, a maior parte do seu capital ativo tornou-se especulativo, adquirindo caráter indeterminado e sem correspondente concreto. A combinação destes elementos ao longo do tempo culminou na crise dos *subprime* iniciada nos Estados Unidos em 2008, a principal crise econômica global do séc. XXI (ao menos, até a pandemia do novo coronavírus).

Os *subprime* são empréstimos hipotecários de alto risco que foram concedidos desenfreadamente aos cidadãos estadunidenses. Os bancos forneceram esses empréstimos para as famílias e indivíduos sem histórico de crédito ou com histórico ruim, os chamados “ninjas”. Tal prática vinha sendo adotada pelo governo estadunidense desde 2001, quando após a crise da bolha das empresas pontocom, o Fed (Federal Reserve System) reduziu os

---

46 O Acordo de Bretton Woods foi firmado na conferência de monetária e financeira das Nações Unidas em julho de 1944, com o objetivo de reorganizar o sistema capitalista após a segunda guerra mundial. No acordo, tecido pelos 44 países mais industrializados ali representados, os Estados Unidos assumiram o papel de Banco Central Mundial, posto que fixou o preço do ouro em dólar e tornou a moeda americana chave para as transações mundiais. Entretanto, ao longo do tempo, tal modelo trouxe dificuldades para que os Estados Unidos mantivessem a confiabilidade do dólar, o que levou o então presidente estadunidense Richard Nixon a romper unilateralmente o acordo em 1971.

juros, incentivando especialmente os mais pobres a investir em imóveis.

Sem dinheiro para quitar suas dívidas, esses indivíduos se utilizavam de um procedimento denominado “rolagem”: pagavam o primeiro empréstimo a partir da contratação de um segundo, que tinha como garantia o mesmo imóvel. Esse procedimento funcionou bem enquanto os imóveis estavam sendo valorizados. Porém, quando os juros dispararam e o preço dos imóveis recuou, a inadimplência em massa levou os bancos à insolvência.

Com tais níveis de alavancagem, perdas menores perante o ativo total dessas instituições podem ter efeitos catastróficos sobre sua solvência e, conseqüentemente, sobre a estabilidade do sistema financeiro global. Esse fato explica porque os prejuízos acumulados em uma parcela pequena do mercado imobiliário americano – o subprime – colocaram em xeque instituições consideradas tão robustas (TORRES FILHO, 2014 pp. 445-6).

Na tentativa de reverter esse prejuízo, os bancos arquitetaram uma estratégia conjunta de securitização desses créditos: criaram uma massa de derivativos cujo valor era cinco vezes maior que o das dívidas originais. Foi a negociação destes “créditos podres” no mercado financeiro que provocou o alastramento da crise. É importante destacar que a difusão destes títulos no mercado financeiro só teve sucesso porque agências internacionais de avaliação de risco até então incontestáveis, como AIG e a Standard & Poor's, lhes conferiram grau máximo de segurança de investimento (AAA). Dessa maneira, bancos, fundos de investimentos e investidores do mundo todo passaram a disputá-los, e estes se tornaram garantia para empréstimos bilionários.

Porém, a falácia desses créditos e a conseqüente falta de liquidez bancária não demorou a vir à tona, provocando uma crise de confiança geral no mercado financeiro. Preocupados com a quebra geral do sistema econômico, os Estados nacionais, a partir de seus Bancos Centrais, saíram em socorro das instituições bancárias de seus países.

O governo dos Estados Unidos, na época liderado por George W. Bush, dispendeu US\$ 850 bilhões para salvar os bancos. O centenário Lehman Brothers, um dos símbolos de Wall Street, abriu concordata. A corretora Merrill Lynch, uma das maiores do mundo, foi vendida ao Bank of America. No mesmo ano, Alemanha, França, Áustria, Holanda e Itália anunciaram pacotes que somavam 1,17 trilhão de euros em ajuda aos seus sistemas financeiros. Estas altas quantias, que saíram dos cofres públicos, deixaram lacunas importantes nos orçamentos das áreas sociais dos governos.

Além disso, como a economia estadunidense desempenha um papel medular na economia global, os efeitos de sua crise foram sentidos por todo o mundo e, em especial, pelos chamados países periféricos e semiperiféricos, dependentes das economias centrais.

Esses países recorreram principalmente ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e à União Europeia (UE) para superar seus desequilíbrios fiscais. Em contrapartida, essas organizações exigiram que os governos adotassem políticas de austeridade, sob o argumento de que contribuiriam para a diminuição do impacto da crise nas economias locais. Ao total, foram emprestados mais de US\$ 300 bilhões. Receberam empréstimos: Albânia, Belarús, Bósnia e Herzegovina, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Espanha, Estônia, Finlândia, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Letônia, Portugal, Romênia, Sérvia, Ucrânia, entre outros.

Os primeiros impactos da crise, seguidos dos primeiros protestos contra essas decisões e diretrizes, foram observados entre 2008 e 2010 e ocorreram em diversos países, com destaque para as manifestações ocorridas na Irlanda, na Inglaterra e na Islândia.

Estes protestos se organizaram em torno de uma identidade *antiestablishment* que se globalizou (BRINGEL, 2015; CASTELLS, 2013; CHOMSKI, 2012; GOHN, 2013). Governos liberais e progressistas eram vistos com igual desconfiança por sua condescendência e conformismo perante a desregulamentação financeira e a crise gerada pela irresponsabilidade dos bancos. Os manifestantes, em sua maioria jovens estudantes desempregados ou sem perspectiva de emprego, mostravam-se indignados com a decisão institucional em cadeia de salvar os bancos em detrimento do bem-estar da população e denunciavam a insuficiência da democracia representativa na condução dos processos políticos contemporâneos (CASTELLS, 2013).

De modo semelhante aos movimentos antiglobalização dos anos 2000, esses atores associavam a hierarquia das instituições políticas tradicionais aos sentidos de sua atuação e propunham inverter essa lógica de ação a partir da organização descentralizada. Esses movimentos oscilavam assim entre protesto e proposta, apresentando um caráter que era, ao mesmo tempo, destituínte e instituínte (BRINGEL, 2015).

Pesquisas observam que na organização interna de muitos deles havia proposição do exercício de uma liderança distribuída e alternada (TORET, 2012), onde todos tinham igual direito a voz e voto, e se revezavam nas funções coordenativas, de modo que nenhum militante se sobressaía a outro e que não se formassem porta-vozes dos movimentos. Todos os militantes participavam diretamente dos processos decisórios, que eram baseados na construção de consensos. Dessa forma, praticavam a multiliderança, a partir da qual ao mesmo tempo em que “ninguém é líder, todos o são” (SEGURADO et al, 2015).

Contribuiu particularmente para esse intuito o uso das mídias sociais, que permitiram a mobilização e articulação políticas em larga escala sem ou com pouca mediação organizacional. Ações como passeatas, ocupações de prédios institucionais, acampamentos,

panelaços e sentaços foram convocadas e organizadas fundamentalmente pelas redes. Entre as iniciativas, destacou-se a proposta de reelaboração da Constituição da Islândia, processo colaborativo do qual os cidadãos participaram enviando pelas mídias sociais suas contribuições aos constituintes, mas que não foi aprovado pelo parlamento.

No entanto, o episódio mais referenciado tanto pela literatura quanto pela mídia como marco desse novo ciclo mundial de protestos foi a autoimolação do vendedor de frutas, Mohamed Bouazizi, que teve suas mercadorias apreendidas pelo governo tunisiano em 17 dezembro de 2010. O desespero de Bouazizi se tornou símbolo da indignação dos inúmeros manifestantes em todo o mundo contra os seus governos (BOITEMPO, 2012). A partir dessa data, os protestos se massificaram e desencadeou-se o movimento conhecido por Primavera Árabe. O termo Primavera Árabe foi criado em alusão à Primavera dos Povos (1848) para denominar as múltiplas insurreições ocorridas em vinte e dois países localizados no Oriente Médio e no norte da África.

Na Líbia, na Tunísia, no Egito, no Iémen e na Síria, as insurgências também tiveram caráter antissistêmico, mas se dirigiram contra as longevas e corruptas ditaduras ali instauradas, objetivando uma revolução democrática e melhores condições de vida ao povo. Inicialmente, os protestos foram bem-sucedidos. No entanto, como se sabe, toda revolução é um processo que envolve ação, reação, luta armada e golpes próprios da disputa pelo poder pelos diferentes atores, de modo que muitos desses territórios ainda se encontram em guerra civil e voltaram a ser controlados por grupos de extrema direita. No caso da Síria, ainda existe o atenuante da guerra civil ter sido oportuna para que o Estado Islâmico proclamasse um califado na região, aprofundando o caos e provocando a fuga de milhares de sírios do país.

Os protestos europeus também foram marcados pela insatisfação com os representantes, mas o cenário político era distinto nesse continente. Primeiramente, todos os Estados europeus nos quais ocorreram confrontos políticos possuem regimes democráticos liberais. Assim, o cerne da indignação era voltado ao modo como os governos eleitos lidaram com os efeitos da crise em suas economias, privilegiando os interesses do mercado financeiro aos da população. Não se reivindicava, efetivamente, a mudança do regime político.

Ao transformarem as dívidas privadas dos bancos em dívida soberana, repassando seu custo à população na forma de corte de serviços e perda de direitos, governos de direita e de centro-esquerda haviam demonstrado defender os interesses do mercado acima de tudo. Progressistas ou conservadores, no frígido dos ovos eram todos neoliberais; como gritavam as ruas espanholas, *no nos representan* (NUNES, 2020).

A leitura dos manifestantes a respeito do pacote de medidas de austeridade era que ele

onerava principalmente a classe trabalhadora e isentava os bancos de sua responsabilidade sobre a crise. Dentre os protestos, destacou-se a “March for the Alternative”, organizada pelo Trades Union Congress, que reuniu 500 mil pessoas nas ruas de Londres. Um ator que surgiu nessa conjuntura foi o movimento UK Uncut, que organizou mais de 800 ações desde 2010 em todo o país (UK UNCUT, 2016).

Em março de 2011 eclodiu em Portugal uma sequência de protestos reivindicando melhores condições de trabalho, a Geração à Rasca, cujo nome faz referência a protestos semelhantes organizados principalmente por jovens estudantes desempregados anos 1990 e que originou, entre outros movimentos, o 12 de Março.

Poucos meses depois, inspirados pelas revoluções árabes e pelos protestos portugueses, os espanhóis também foram às ruas. No dia 15 de maio de 2011 (data que dá nome ao movimento 15M), dezenas de milhares de pessoas tomaram as ruas das cidades espanholas. Acamparam na Puerta del Sol, praça simbólica da cidade de Madri e discutiram o significado real da democracia. No dia seguinte, 24 manifestantes que decidiram continuar na praça foram presos, o que desencadeou uma onda de solidariedade que se espalhou por todo território espanhol em forma de novos acampamentos e fez com que o movimento ultrapassasse suas fronteiras, se tornando uma referência para os protestos em diversos países.

A repercussão desses acontecimentos nas mídias sociais foi determinante para que o locus da empatia, do reconhecimento e da identificação adquirisse dimensões globais. A tecnopolítica<sup>47</sup> desterritorializou a subjetividade social, fazendo “emergir um novo padrão de comportamento político coletivo nas nossas sociedades”, os movimentos em rede (MONTERDE e TORET, 2014)

No entanto, já havia um movimento latente na Espanha. Os primeiros efeitos dessa conjuntura levaram parte da população espanhola, que se encontrava em processo de execução hipotecária, a organizar em 2009 a Plataforma de Afectados por la Hipoteca (PAH). A PAH foi criada com o objetivo de oferecer ajuda mútua de caráter prático e emocional às pessoas nessa situação. Nos anos seguintes, com o agravamento da crise, surgiram outras iniciativas oriundas da insatisfação popular com as medidas de austeridade que foram implementadas pelo governo do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), como os grupos do Facebook “Plataforma de Coordinación de Grupos Pró-Mobilização Cidadã” e

---

47 Toret define tecnopolítica como “a articulação entre o uso estratégico das tecnologias de comunicação para a ação e organização coletiva” (2012, p. 1).

“Plataforma Democracia Real Ya” (DRY). Estudos apontam a PAH e o DRY como os principais mobilizadores do 15M (MONTERDE et al, 2015).

Ou seja, ao mesmo tempo que os protestos do 15M não foram convocados por organizações políticas tradicionais, eles também não foram espontâneos. O que ocorreu foi que a internet serviu como espaço de encontro e mediação de interesses entre atores individuais e coletivos, propiciando a gestação de movimentos a partir de identidades descentradas que, posteriormente, vieram a atuar nas ruas.

Verifica-se ainda que os protestos não foram um fim em si mesmo. Após o auge da indignação, o movimento encerrou as ocupações, mas seus manifestantes seguiram mobilizados em assembleias nos bairros, discutindo com os moradores e compartilhando problemas locais e gerais do país. Mantiveram um clima de debate e mobilização que teve como desdobramentos mais expressivos a organização do movimento Democracia Real Ya (DRY), ainda em 2011, e a fundação do partido Podemos em 2014.

A adesão e a repercussão do 15M foram tamanhas que, no dia 15 de outubro de 2011, foram realizados protestos pacíficos em todo o mundo, convocados pelo 15M e pelo Occupy especialmente por meio do Twitter. Esse evento foi denominado como 15O.

No mesmo período, ocorreram protestos muito semelhantes na Grécia. Em 2010, foi convocada greve um geral no país em decorrência das políticas de austeridades propostas pelo governo do Movimento Socialista Pan-helênico (PASOK) para o pagamento da dívida grega, camuflada durante anos pelas legislaturas do próprio PASOK e da Nova Democracia. Os protestos na Espanha influíram na reconfiguração do movimento, que a partir de 2011 adquiriu um caráter antipartidário, se autointitulou como Movimento dos Cidadãos Indignados (Κίνημα Αγανακτισμένων Πολιτών) e passou a reivindicar “Democracia Direta Agora!”.

Após sucessivas reviravoltas no campo político grego, assim como no caso espanhol, foi construído um novo partido oriundo das bases do movimento, o SYRIZA (Coligação da Esquerda Radical – Συνασπισμός Ριζοσπαστικής Αριστερά). A fundação desses partidos mostra que identidades também são forjadas ao longo da ação coletiva e que passam por reconfigurações após a concretização das formas-movimento.

Nos Estados Unidos, epicentro da crise mundial, os primeiros protestos ocorreram em 2009, na Universidade da Califórnia, devido aos cortes dos subsídios educacionais. No entanto, massificaram-se a partir de setembro de 2011, quando manifestantes ocuparam o Zuccotti Park, no distrito financeiro de Manhattan e realizaram o primeiro ato do movimento “Occupy Wall Street”. Sob o lema “We are the 99%” e inspirados na Primavera Árabe e nos

protestos europeus, os manifestantes denunciavam como as grandes corporações controlam a economia e a política mundiais favorecendo desproporcionalmente a minoria rica.

O movimento Occupy viralizou-se rapidamente. A maior expressão desse fenômeno ocorreu no dia 15 de outubro de 2011 (15O), quando em parceria com os Indignados da Espanha, convocou-se uma mobilização mundial. Nessa data foram registrados protestos em 92 países e 1051 cidades. Segundo os dados da pesquisa do Global Language Monitor (2011), *occupy* foi o termo inglês mais usado na internet e na imprensa naquele ano. Houve protestos com características semelhantes nos países latino-americanos, que se inspiravam em palavras de ordem e práticas adotadas pelos militantes estrangeiros, mas tinham outras motivações. Destacaram-se nesse âmbito os protestos no México, no Chile e no Brasil.

No México, estudantes universitários formaram o Yo Soy 132. O movimento iniciou-se em um debate público promovido pela Universidad Iberoamericana com o então candidato à Presidência da República Enrique Peña Nieto, do Partido Revolucionário Institucional (PRI), em 2012. Nesse debate, ocorreram protestos contra Peña Nieto que tiveram sua importância diminuída tanto pelo próprio candidato, quanto pela mídia e outros políticos, que acusavam os manifestantes de serem estudantes ilegítimos e estarem fazendo um boicote político. A resposta dos estudantes foi a elaboração e divulgação de um vídeo no YouTube no qual 131 estudantes com suas identificações universitárias contestavam essas declarações. Este vídeo foi amplamente compartilhado nas redes sociais a partir da #YoSoy132. O movimento também recebeu apoio internacional e foi denominado por alguns veículos como a “Primavera Mexicana”. Verifica-se nesse caso que a hipervisibilidade da internet foi instrumentalizada para contestar as informações da imprensa oficial, afirmar a identidade estudantil e conformar uma identidade coletiva, corroborando a tese sobre a tendência à performance identitária na rede (NUNES, 2020).

No Chile também eclodiram protestos de larga dimensão que foram convocados pela internet. Mas nesse caso a rede foi instrumentalizada pelas organizações formais, como a Confederación de Estudiantes de Chile (Confech) e a Federación de Estudiantes de la Universidad de Chile (FECh), contrariando a tese de Bennett e Sergerberg. A depender da conjuntura local, os movimentos tradicionais não somente continuam tendo grande relevância para organizar identidades, como também utilizam a rede como instrumentos para fazê-lo.

Pelas mídias sociais, os movimentos estudantis chilenos convocaram atos nacionais em maio de 2011 pela reforma do sistema educacional, que ainda seguia o modelo implementado por Pinochet e tinha uma ampla participação do setor privado (cerca de 75%). A proposta dos universitários consistia na democratização e na estatização do sistema

educacional. Logo os estudantes secundaristas se juntaram ao movimento. Posteriormente, foi a vez dos trabalhadores, que chamaram greve geral para os dias 24 e 25 de agosto de 2011. A opinião pública apoiou o movimento praticamente durante todo o tempo.

Diversas escolas, universidades (públicas e privadas) e partidos políticos foram ocupados sob uma lógica horizontal. As decisões nas ocupações eram tomadas em assembleias onde todos opinavam e decidiam. O movimento também organizou marchas nacionais que levaram 200 mil às ruas. Dentre os repertórios de ação do movimento, destacaram-se as ocupações, as marchas, os *flash mobs*, as encenações, os concertos musicais, os “cacerazos” e as greves de fome. A resposta do governo veio pela polícia, que reprimiu duramente os estudantes, feriu centenas de pessoas e resultou na morte do estudante Manuel Eliseo Gutiérrez Reinoso.

O chamado inverno estudantil chileno, também em alusão à Primavera Árabe, durou até dezembro de 2011. Entre outros desdobramentos, os ministros da Educação, Joaquín Lavín e Felipe Bulnes, e a porta voz do governo, Ena von Baer, foram substituídos. Michelle Bachelet foi eleita presidente, em grande medida, por prometer viabilizar a reforma proposta pelos estudantes.

No Brasil, a dinâmica e o sentido dos protestos, assim como as reivindicações por um aprofundamento da democracia, pela expansão de direitos e as práticas adotadas pelos manifestantes, se alinharam, em boa medida, ao que se observava no resto do mundo, mas seus antecedentes e seus desdobramentos foram peculiares. A próxima sessão analisa como as relações entre o ativismo e a política no Brasil ao longo da década de 2010 reconfiguraram a conjuntura interna e inseriram o país no ciclo mundial de protestos.

#### **4.2 A conjuntura brasileira antes de Junho de 2013<sup>48</sup>**

O decênio de 2010 foi marcado por uma série de reviravoltas. Iniciou-se com a manutenção do Partido dos Trabalhadores (PT) frente ao governo federal e contando com 87%<sup>1</sup> de aprovação popular durante o mandato de Lula – a maior já registrada. O país elegeu Dilma Rousseff (PT), a primeira presidente mulher do Brasil, corroborando as teses da Ciência Política a respeito da maior probabilidade de governos com avaliação positiva serem

---

<sup>48</sup> Essa seção é largamente influenciada pelo trabalho coletivo sobre a cronologia de Junho de 2013 desenvolvido pelo subgrupo dos movimentos sociais do Netsal que deve ser publicado ainda este ano. Na impossibilidade de referenciar o artigo aqui por estar em processo de publicação, agradeço diretamente aos colegas Mariane Reghim, Lara Sartório, Rafael Rezende e Raul Nunes pelas contribuições e pela parceria.

reeleitos ou conseguirem fazer sucessores. Diversos setores da população brasileira se encontravam satisfeitos com o desempenho do governo Lula e da economia, tanto que a crise internacional tardou a dar os seus primeiros sinais por aqui, mas não falhou.

Esse alto índice de aprovação é explicado, em parte, pelo fato de o governo Lula ter adotado durante seus oito anos de mandato uma política econômica que agradava a ricos e pobres. As políticas de redistribuição de renda e os investimentos do governo do PT não apenas propiciaram a ascensão das classes mais baixas, como também aqueceram o mercado interno e financiaram projetos de empresas nacionais de todos os níveis. O resultado disso foi que o Brasil passou pela crise econômica internacional de 2008 com certa tranquilidade. Parafrazeando o presidente, “nunca na história desse país” os pobres tiveram tanto poder de consumo, o agronegócio exportou e os banqueiros lucraram tanto.

A minha avaliação em 2008 era que o Brasil ia se favorecer muito com a crise econômica pelas reformas econômicas e políticas que estavam sendo feitas pelo governo do PT-PMDB, no sentido de buscar um crescimento, no sentido de promoção de infraestrutura no Brasil. [...] Eu vi um grande discurso sendo feito de Brasil potência, Brasil, como a oitava economia mundial (Z. – militante do Movimento Passe Livre do Rio de Janeiro).

O cenário internacional era ruim, havia os efeitos ainda da crise da grande recessão nos Estados Unidos e na Europa, desmobilização dos partidos políticos engessados, uma direita já aí vitoriosa na Inglaterra, que acho que é um polo importante sendo governada pelo Cameron. Era um cenário ruim, mas eu acho que a América Latina se diferenciava desse cenário, porque a América Latina se saiu bem da crise econômica. Continuou obviamente crescendo abaixo do que ela tava crescendo, mas continuou mantendo um crescimento econômico ainda que baixo e um processo de política pública de distribuição, ampliação da universidade. Eu acho que o Brasil estava bem, continuava sob o governo de esquerda (T.T. – militante do Partido dos Trabalhadores e da Marcha Mundial das Mulheres).

Acompanhando essa boa fase da economia, o Brasil venceu a disputa para sediar a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas, o que exigiu do Estado pesados investimentos em obras de infraestrutura voltadas à realização desses eventos e gerou um *boom* na área da construção civil.

No sentido mais local, eu via muito o Rio usar como ponta de lança a política de mercado imobiliário, de obras públicas, serviços urbanos, apresentando um crescimento em torno dos megaeventos, que estavam sendo anunciados naquela altura. Pós crise econômica em 2009 até 2010, o Rio tendo um crescimento imobiliário muito forte. E em paralelo a isso, não por coincidência, a repressão ao movimento sem-teto, a repressão às ocupações urbanas, muitas políticas de compra de moradias populares em valores irrisórios, e as pessoas vendendo aqueles imóveis sem contar com a valorização imobiliária que teve um ano depois, que triplicou o valor dos imóveis... Ou seja, as pessoas que venderam seus imóveis não conseguiram comprar outro imóvel com a mesma qualidade (Z. – militante do Movimento Passe Livre do Rio de Janeiro).

Esses empreendimentos provocaram a reação de setores populares organizados, que passaram a protestar contra a realização desses eventos nas cidades-sede. Revoltados com as desapropriações e com os altos investimentos realizados pelos três níveis de governo para viabilizá-los, os manifestantes exigiam que lhes fosse garantida a permanência em seus locais de moradia e que verbas proporcionais às daqueles orçamentos fossem destinadas aos serviços públicos.

Surgiam assim os Comitês Populares, que criticavam o “modelo excludente de política urbana implementado nas cidades motivado pela construção de imagem de cidade global para os chamados megaeventos esportivos”, assim como a violação de direitos dele decorrente (COMITÊ POPULAR COPA & OLIMPÍADAS RIO, 2016). Os Comitês reuniam movimentos sociais, lideranças populares, grupos de defesa de direitos, instituições acadêmicas, ONGs e atingidos/as pelas ações arbitrárias do estado. Foram formados comitês em Brasília, Curitiba, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Manaus, Fortaleza, Porto Alegre e Salvador. Um militante do Comitê Popular do Rio revela como essa rede e a sua organização horizontal foram articuladas:

Foi uma coisa de meses, de plenárias que no começo tinham pouca gente, depois foram crescendo. O que teve uma importância muito grande, foi a organização do Fórum Social Urbano, que foi um encontro que a gente construiu aqui no Rio em paralelo ao Fórum Urbano Mundial, que foi um encontro da ONU, que aconteceu entre os dias 22 e 26 de março de 2010. [...] Aproveitamos a presença de algumas pessoas de fora. Teve a presença do David Harvey, que abriu o evento, essa construção de eixo de trabalho ligando acadêmicos, Ongs e movimentos sociais em torno da pauta dos megaeventos, pautas que ainda estavam muito associadas ao projeto do Porto Maravilha. [...] Foi uma espécie de Fórum Social Mundial em menor proporção, com atividades autogestionárias, plenárias grandes... E foi a partir dali que o Comitê deslançou e ampliou bastante os interessados com a proximidade do ciclo de megaeventos (A.B. – militante do Comitê Popular Contra a Copa e as Olimpíadas do Rio de Janeiro).

No entanto, os argumentos do governo federal em prol da realização dos eventos se enquadravam na estratégia neodesenvolvimentista e tinham um apelo popular: as obras realizadas para os eventos promoviam a transformação urbana e geravam empregos. Desta forma, o movimento foi colocado frente ao dilema de se posicionar contra um governo que, em tese, se situava do seu lado do espectro político: a esquerda. As falas do militante do Comitê Popular refletem esse dilema e as estratégias do movimento para lidar com ele.

A gente tinha compreensão da necessidade de colocar, por exemplo, que a pergunta “você é a favor ou contra a Copa?” era uma pergunta errada. Era necessário politizar o debate: “Copa para que? Copa para quem? Olimpíada para que? Olimpíada para quem?” [...]

As plenárias eram muito debatidas, essas questões sobre como se posicionar, como colocar pressão ou demanda sobre um governo de esquerda em nível federal sem

cair em um discurso que fugia à própria composição das organizações de esquerda, dos movimentos populares que organizavam o Comitê. E no âmbito local era muito mais claro também, após Eduardo Paes ser reeleito, com um posicionamento mais crítico envolvendo a Vila Autódromo e as remoções (A.B. – militante do Comitê Popular Contra a Copa e as Olimpíadas do Rio de Janeiro).

Dessa forma, o movimento procurava politizar o debate para além da mera recusa aos eventos em si e pressionar o governo para que as possíveis benfeitorias decorrentes das obras se estendessem para além dos bairros nobres, contemplando também as periferias.

Durante as obras, uma das nossas preocupações, por exemplo, foi pressionar para que não somente a região da Barra, que concentrou a maior parte dos investimentos, fosse privilegiada dentro do projeto olímpico, mas também outras áreas. Isso acabou ressoando nas intervenções que foram prometidas no início, de habitação popular, na região central, na região portuária, mas que posteriormente acabaram se conduzindo muito mais para essa dimensão mais corporativa (A.B. – militante do Comitê Popular Contra a Copa e as Olimpíadas do Rio de Janeiro).

Dentre as organizações que compunham o Comitê destacou-se, no contexto do Rio de Janeiro, a Associação de Moradores da Vila Autódromo. A Vila Autódromo é um bairro da zona oeste do Rio de Janeiro, estabelecido às margens da Lagoa de Jacarepaguá e próximo de grandes instalações como o Rio Centro e o Autódromo de Jacarepaguá, sendo o último inspirador do seu nome. A comunidade, organizada desde a década de 1980 a partir da Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (AMPVA), resistiu a diversas tentativas de remoção, conquistando respaldo jurídico para permanecer no local de forma legal. No entanto, a pauta dos megaeventos esportivos vinha desde os jogos pan-americanos de 2007 alterando a política urbana do município e se transformou em uma nova ameaça à comunidade. A escolha do Rio de Janeiro como cidade-sede dos jogos Olímpicos em 2016 agravou esse processo. O plano da prefeitura de Eduardo Paes (DEM-RJ) para adequação da cidade à recepção dos jogos envolvia a remoção de 119 favelas, dentre elas, a Vila Autódromo.

Neste cenário, a comunidade da Vila Autódromo, com todo seu histórico e acúmulo de luta, demonstrou enorme capacidade de articulação e mobilização. Teceu redes com a academia, a Defensoria Pública e a imprensa – sobretudo a internacional e a alternativa –, e orientou outras comunidades que enfrentavam a mesma situação. Moradora da Vila, N.M. revelou como sua revolta foi transformada em resistência:

Eu e a minha família achamos muito injusto depois de anos morando aqui, há mais de 20 anos morando nesse lugar, construindo nossa casa com muita dificuldade. E tem também a relação afetiva, os vínculos afetivos que são estabelecidos a partir da convivência naquele espaço, naquele lugar. Por toda a nossa trajetória de vida, era muito injusto que por conta de jogos olímpicos que durariam 17 dias, eram menos

de 20 dias, uma comunidade inteira ser removida (N.M.– morador/a e militante da Associação de Moradores da Vila Autódromo).

Em 2011, quando Dilma Rousseff assumiu a presidência, esse cenário de bom desempenho econômico começou a se modificar. Os juros americanos aumentaram e o preço das *commodities* recuou. A demanda pelos nossos principais produtos de exportação (soja, minério de ferro e petróleo cru) diminuiu entre os nossos parceiros no mercado internacional, que sentiram a crise. Consequentemente, os repasses da exportação para os cofres públicos e para a dinamização da economia interna também diminuíram.

Neste mesmo ano, respondendo à indignação popular com o caso do Mensalão, Dilma decidiu realizar a chamada “faxina ministerial”. Ainda no primeiro ano de governo, a presidente trocou sete ministros, sendo que seis deles – Antonio Palocci (ex-PT), Alfredo Nascimento (PL), Wagner Rossi (MDB), Pedro Novais (MDB), Orlando Silva (PC do B) e Carlos Lupi (PDT) – por denúncias de envolvimento em casos de corrupção.

Sob este pano de fundo e inspirados em movimentos internacionais como o Occupy e 15M, em outubro de 2011 surgiram as primeiras acampadas no Brasil. Em São Paulo, cerca de 600 jovens ficaram acampados no Vale do Anhangabaú entre outubro e dezembro de 2011 (OLIVEIRA, 2014). No Rio de Janeiro, cerca de 200 estudantes, artistas e ativistas ocuparam a praça da Cinelândia. O “OcupaRio” realizou diversas discussões e atividades de cunho anticapitalista naquele local de grande circulação de pessoas. Em ambas as cidades, além dos debates, um esforço coletivo foi direcionado à autogestão dos espaços, corroborando a tendência de organização descentralizada e horizontal que vinha se firmando no ativismo mundial e brasileiro desde a década anterior (BRINGEL e PLEYERS, 2015).

Observou-se também em 2011 movimentações do outro lado do espectro político no campo estudantil. Chapas de direita voltaram a disputar centros acadêmicos nas principais universidades do país, reivindicando o liberalismo, o apartidarismo e dotadas de forte apelo moral. Na USP, a chapa “Reação”, e na Unirio, a chapa “Unirio Livre”, por exemplo, apresentaram candidaturas competitivas, ficando em segundo lugar na disputa eleitoral. Na UnB, a “Aliança pela Liberdade”, e na UFMG, “Estudantes que estudam”, ambas chapas de direita, foram vitoriosas.

Em novembro do mesmo ano o governo federal não conseguiu mais segurar o preço da gasolina pela Petrobras, provocando um aumento na inflação e na taxa de juros que foram sentidos tanto pela população quanto pelos setores produtivos. A inflação fechou o ano em 6,5% e a taxa de juros em 11,5%.

Em 2012, sob o comando do ministro da Fazenda Guido Mantega, o Banco Central

decidiu diminuir a taxa de juros do país para 8,5%, o menor índice registrado até então. Essa medida desagradou o setor bancário, cuja grande parte dos lucros variava de acordo com essa taxa. Somado a isso, em julho de 2012 foi julgado o processo do Mensalão, amplamente espetacularizado pela mídia e no qual lideranças importantes do PT foram condenadas. Tal fato intensificou o descontentamento da opinião pública com a política e com os políticos de modo geral, reforçando o sentimento *antiestablishment* observado historicamente na sociedade brasileira. Com esse clima instaurado, foram organizados em 2012 a Marcha Nacional Contra a Corrupção, que pedia o enquadramento da corrupção como crime hediondo, o fim do foro privilegiado, o fim do voto secreto no Congresso e o julgamento imediato do Mensalão; e o ato “Valeu, STF”, que reverenciava o ministro Joaquim Barbosa por seu firme posicionamento no caso do Mensalão, enquanto relator do processo.

A atmosfera de descontentamento se estendia também para a esfera ativista, embora o sentimento de revolta contra o governo do PT tivesse outras origens. Algumas delas serão tratadas adiante.

Durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável no Rio de Janeiro em 2012, a Rio+20, foi organizada também a Cúpula dos Povos, composta por mais de sessenta movimentos sociais, partidos, ONGs e coletivos. Em programação paralela ao evento, a Cúpula dos Povos realizou debates críticos sobre como as discussões tecidas entre políticos e empresas na conferência da ONU eram deslocadas da realidade do povo e organizou caravanas de visita às regiões do Rio mais afetadas pelo extrativismo e pela exploração econômica, como o “Rio+tóxico tour”, denunciando os efeitos da presença de empresas como a TKCSA e a Petrobrás na vida dos moradores. Participaram também do movimento estudantes de todo o Brasil, que acamparam no campus Praia Vermelha (UFRJ) e ali desenvolveram atividades relacionadas ao movimento.

Uma coisa aqui no Rio que mobilizou muita gente, deu muita visibilidade às pautas do Comitê e gerou algumas atividades de Rua, até na própria Vila Autódromo, foi a realização da Rio +20, em 2012. [...] No contexto da organização do Rio +20, teve a Cúpula dos Povos. As organizações do Rio jogaram um peso forte para que o ato dos movimentos sociais e o protesto que ia polarizar realmente com a Rio+20 não fosse no Aterro do Flamengo, que era muito longe do lugar da Conferência [dos presidentes], mas partiu de dentro da Vila Autódromo (A.B.– militante do Comitê Popular Contra a Copa e as Olimpíadas).

A mobilização em torno das pautas de direito à vida e à cidade não acabaram com a Rio+20. Foi sequenciada por atores que já se encontravam articulados contra a violência estatal em comunidades como a Vila Autódromo, a Favela Metrô-Mangueira, a Favela da Providência, o Cais do Valongo, a Favela Santa Marta e a Aldeia Marakanã – todas

ameaçadas de remoção pelos megaeventos. O caso da Aldeia Marakanã repercutiu internacionalmente depois da extraordinária truculência policial contra os indígenas para remover a comunidade dos arredores do estádio do Maracanã, que estava sendo ampliado em prol desses eventos, tornando-se emblemático enquanto ativador das denúncias de violações de direitos humanos na preparação da cidade para os megaeventos.

Em 2012 foi registrada também uma quantidade bastante expressiva de greves, contabilizadas em 873 – o maior número registrado pelo DIEESE desde 1997 – confirmando sua hipótese sobre a tendência do aumento de greves desde 2008 no Brasil. O início delas foi estimulado pela greve na Educação, que conseguiu agregar outras categorias à luta. Cinquenta e sete instituições federais paralisaram suas atividades durante quatro meses, tornando essa a mais longa greve da história do país. Outras cinquenta e seis categorias profissionais aderiram ao movimento sob a chamada “greve geral”, ainda que não tenha se configurado enquanto tal. O/a Militante da UNE durante o período, M.C. relata como foi esse processo e as narrativas que disputavam a greve:

Foi uma greve grande, né? Tinha uma disputa dentro do movimento estudantil, que é o bloco que eu fazia parte. A gente escutava que era uma greve por mais conquistas e por mais direitos dentro do ambiente estudantil, por mais programa de expansão universitária, por mais bolsa-permanência. Era uma briga não pra saber se a universidade ia conseguir pagar conta de luz ou não no final do mês, como eram as greves na década de 90, mas sim para se a gente ia continuar, se teria novos programas de expansão universitária, de consolidação daquele programa e que vinham de 2007, como o ReUni, o ProUni e o Fies. A gente vivia um momento de expansão, e a gente entrou naquela greve e defendemos naquela greve a continuação daquele projeto, porque a gente via que já se desenhava o início de uma crise econômica internacional. E a gente compreendia que tínhamos que disputar pra que ele, para que todo aquele movimento de expansão e de interiorização das universidades, de ampliação das universidades públicas, não parasse. E tinha uma outra parcela do movimento universitário, uma parcela dessas que compõem a UNE e uma parcela que não compõem a UNE, que é a galera PSTU, que defendia uma narrativa de que a greve era justamente por causa daqueles problemas, daquela expansão, que não era uma expansão responsável, que iria gerar um colapso na universidade. Então era uma greve contra o governo e contra as políticas de expansão, e por mais permanência estudantil. Havia essa disputa no final de 2012 (M.C – ex-militante da UNE).

A greve de 2012 teve desdobramentos controversos. Os grevistas não alinhados à UNE entendem que, embora tenha sido fundamental para articulações de movimentos, sindicatos e coletivos, a greve não logrou suas pautas. Ainda pior, houve perda de direitos, sobretudo para os professores. Já os estudantes da UNE interpretaram os anúncios de dois bilhões e meio para o programa nacional de assistência estudantil, o aumento no número de bolsas, o aumento do valor das bolsas de iniciação científica e de permanência, e a aprovação da lei das cotas pelo governo federal, como conquistas da greve.

Movimentos pela mobilidade urbana – como o Pula Catraca, no Rio de Janeiro, e o Movimento Passe Livre (MPL), em São Paulo –, também convocaram manifestações contra o aumento das passagens em algumas capitais. Estes movimentos, assim como os Comitês, apresentavam estrutura horizontalizada, na linha dos movimentos altermundialistas. Sobretudo o MPL tornou-se uma referência por ser precursor desse formato de organização no Brasil: exercita a liderança compartilhada, a decisão consensual, é autossuficiente do ponto de vista financeiro, não destaca lideranças ou porta-vozes e propõe a tarifa zero como um meio para a transformação da sociedade capitalista. O posicionamento autonomista e anticapitalista do MPL o insere no rol dos movimentos do ciclo global de protestos que questionam os formatos tradicionais de organização, o sistema econômico e as ideologias prévias (BRINGEL e PLEYERS, 2015).

Nossa posição é ter autonomia política em relação a partidos, parlamentares, instâncias jurídicas e burocráticas, [é] a gente não ter rabo preso a roteiros [...] pelo contrário, acho que a gente traz uma inovação tática né!? E nisso, muitas vezes, a gente coloca o próprio Movimento Passe Livre em xeque, a própria organização. A gente tem que estar constantemente se renovando. Aí a gente [...] também se fechar não só para interesses eleitorais, partidários e parlamentares, mas também para as filiações ideológicas. Nesse sentido de se filiar ao anarquismo ou ao marxismo, a gente busca uma compreensão ampla da classe trabalhadora pela necessidade do transporte público, entende que é a própria necessidade de classe que promove esses avanços. E daí a necessidade não se prender a essas amarras (Z. – militante do Movimento Passe Livre do Rio de Janeiro).

No mesmo ano pôde ser observada uma rearticulação dos movimentos populares que denunciavam a violência policial. Foi o caso das desapropriações em Pinheirinho, São José dos Campos–SP, da intervenção policial na Cracolândia, em São Paulo, e nas favelas pacificadas do Rio, sobretudo após os casos de violações de direitos humanos decorrentes da militarização ocorrida nos Complexos do Alemão e do Borel.

Ainda em 2012, foram às ruas: as feministas do grupo Femen Brazil, em sincronia com os Femens de outros países, após a proibição de partos em casa; as pessoas LGBT, que por meio dos “beijaços” se manifestaram contra a lgbtfobia; os ambientalistas, contra o novo texto do Código Florestal; e os sem-terra, que promoveram o Brasil Vermelho, em protesto à demora na concretização da reforma agrária.

Entretanto, analisando a rede de relações dos movimentos no Facebook exatamente um ano antes (em 17 de junho de 2012), observamos que, embora tenham ocorrido diversas manifestações em 2012, as páginas cujos posts receberam maior número de curtidas (MPL-SP, UNE, Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas, Vila Autódromo e Justiça Global) não interagem entre si, sinalizando pouca articulação entre esses movimentos.

Figura 3 – Relações entre os atores no Facebook em 17 de junho de 2012



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Por fim, na esfera econômica, o país sentia os primeiros impactos da crise. A inflação oficial de 2012 fechou em 5,84%, sendo que em setores como o de alimentação e bebidas, por meio dos quais as famílias mais percebem a inflação, o aumento de preços foi de 9,86%. Já as tarifas de ônibus tiveram aumento de 5,26%, apesar do preço dos combustíveis ter recuado 0,72% em relação ao ano anterior (IPCA – IBGE, 2013).

#### 4.3 As Jornadas de Junho de 2013

No início de 2013, a maioria das prefeituras do país decretou aumento das passagens de ônibus. Essa medida provocou a reação dos seus usuários, especialmente dos jovens, que tiveram diminuído o seu poder de consumo e consideraram o aumento abusivo. O Movimento Passe Livre (MPL) e suas ramificações em diversas cidades, que há mais de uma década reivindicavam a tarifa zero, mobilizou protestos contra a medida. Os primeiros atos ocorreram em Porto Alegre, Goiânia e Natal. Posteriormente, chegaram ao sudeste, eclodindo em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Essa questão e essa ordem de acontecimentos são esclarecidas por M., militante do MPL-SP:

Todo ano praticamente aumenta a tarifa. Faz parte da própria lógica econômica do sistema de transporte do Brasil. Então, em janeiro, a gente espera que ela aumente.

O que teve de novidade é que dessa vez o aumento não foi feito no começo do ano por causa de um pedido do governo federal à São Paulo, (...) por mexer com a inflação do país. Então a gente já se preparava por isso, por uma questão histórica (M. – militante do Movimento Passe Livre de São Paulo).

Ao mesmo tempo, os Comitês Populares davam continuidade as suas atividades contra os megaeventos. Nas cidades onde havia a presença desses dois grupos, muitas vezes um participava dos atos do outro.

O que acabou unificando foram os atos de rua. Tanto das outras organizações perceberem que a questão da moradia, a questão das remoções era algo importante, os movimentos autonomistas, os movimentos estudantis, colavam nos atos do Comitê, e assim o Comitê também passou a compor os atos relacionados a pauta do transporte e propriamente do MPL enquanto organização. Eram os atos que davam esse elo, esse elã de mais unidade, de mais participação (A.B. – militante do Comitê Popular Contra a Copa e as Olimpíadas do Rio de Janeiro).

As ações coletivas eram, em geral, promovidas por pessoas pertencentes a um mesmo espectro de organizações, mais à esquerda que o PT, e por atores independentes. Além dos movimentos defensores do transporte público (MPL, Fórum de Lutas Contra o Aumento das Passagens, entre outros) e dos Comitês, participaram dos primeiros protestos partidos de esquerda, como o PSOL, o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unidos), o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e o PCR (Partido Comunista Revolucionário); os movimentos de luta pela moradia, como MNLM (Movimento Nacional de Luta pela Moradia), o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) e a FIST (Frente Internacionalista dos Sem Teto); organizações anarquistas, como a OATL (Organização Anarquista pela Terra e Liberdade), a FARJ (Federação Anarquista do Rio de Janeiro) e a ADEP (Ação Direta em Educação Popular); os chamados “movimentos identitários”, como o movimento LGBT e organizações do movimento feminista; e os movimentos midialivristas (Fora do Eixo e a Mídia Ninja).

Essas manifestações, assim como aquelas contra os megaeventos, a princípio não contaram com a adesão popular e foram alvo constante de críticas da imprensa. Contudo, os ativistas, sobretudo de São Paulo, se inspiravam nas vitórias obtidas nos outros estados e persistiam. O/A militante do MPL–SP comenta a empolgação decorrente dos desdobramentos dos protestos em outras localidades:

Uma coisa que ajudou muito a dar mais moral pra gente, na verdade, foram as lutas de Porto Alegre e Goiânia, que conseguiram reduzir o aumento naquele mesmo ano, no mesmo semestre que terminou com junho. Então, em maio de 2013, acho que foi reduzida a passagem em Goiânia, e em abril tinha sido reduzida em Porto Alegre, apesar de ter tido em outras cidades do Brasil. Mas na luta em São Paulo a gente veio muito na disciplina de construir aquilo e de acreditar que aquilo daria certo. (M. – militante do Movimento Passe Livre de São Paulo)

Ou seja, a despeito do que foi naturalizado por boa parte da literatura, os protestos não começaram em São Paulo, tampouco no Sudeste (TAVARES, RORIZ e OLIVEIRA, 2016). Conforme nos relata o/a ex-militante da UNE, essa percepção foi reforçada, em certa medida, pela invisibilização dos protestos em outros estados pela própria imprensa:

A (manifestação) de Goiânia foi exatamente a uma semana do congresso da UNE de 2013, que ia ser em Goiânia, e teve uma repressão fortíssima, só que a mídia não transmite muito isso. Saiu em poucos jornais. [...] Essa primeira de Goiânia teve cavalaria, uma coisa assim muito grande, mas aí tem o poder da mídia e a repercussão de você fazer um protesto em São Paulo e outro em Goiânia, então infelizmente a mídia trata diferente (M.C. – ex-militante da UNE).

Novamente, várias organizações envolvidas nos protestos se viam desafiadas a fazer frente a um governo de esquerda nos diversos níveis (municipal, estadual e federal), especialmente porque não havia uma resistência ao diálogo por parte dessas gestões – muito embora as demandas não parecessem, a princípio, negociáveis. A descrença no Estado, na democracia representativa (BACHINI e CHICARINO, 2014; SEGURADO *et al*, 2014) e o posicionamento autonomista, apontavam para um único caminho: a ação direta.

A gente sabia que lidava com uma novidade, da prefeitura ser do PT, seria diferente, então a gente de alguma maneira se preparou para enfrentar o PT. O PT ia fazer uma política de exclusão social, de restrição da mobilidade das pessoas. Eu pensava que isso tinha problemas bem particulares. Primeiro, o PT vem de uma tradição de movimento social, entende muito bem a lógica de como as pessoas dos movimentos se relacionam, interação [...] e **eles iam apelar muito para um discurso de democracia, um discurso de diálogo, de uma prefeitura mais aberta aos movimentos sociais**, e que isso seria usado para não atender as reivindicações do movimento [...]. **O Estado não é um lugar de discussão, para você negociar nada.** A negociação se faz entre pessoas que têm poder, que têm alguma coisa para negociar, e o movimento não tem nada a oferecer, ele apenas tem uma reivindicação, uma demonstração de força coletiva. [...] Então a gente já começou fazendo atos todos os dias, e já foi para parar, para bloquear as ruas mais importantes da cidade, até algumas avenidas que nunca tinham sido paradas, como a Marginal Pinheiros, por exemplo, já no segundo dia da luta contra o aumento. [...] **A leitura era mais ou menos essa: a gente não podia se deixar cooptar pelo governo, tinha que mostrar bastante força e bastante agilidade na resposta** (M. – Movimento Passe Livre de São Paulo, grifos nossos).

Inicialmente as elites políticas se uniram em prol da repressão aos protestos. Foram escandalosas, na época, a ação conjunta do prefeito Fernando Haddad (PT) e do governador Geraldo Alckmin (PSDB) contra as manifestações, e a repressão aos manifestantes no primeiro dia da Copa das Confederações no Rio de Janeiro, que foram encurralados pela polícia militar carioca na Quinta da Boa Vista.

Figura 4 – Capas do jornal Folha de São Paulo em 12 e 14 de junho de 2013



Fonte: Folha de São Paulo, 2020.

Diante do costumeiro alinhamento implícito entre Estado e imprensa para criminalizar e invisibilizar os movimentos sociais, os protestos ganharam visibilidade nacional somente após o ato de 13 de junho em São Paulo, que foi duramente reprimido pela polícia e feriu, inclusive, profissionais dos grandes veículos de comunicação. Após esse ato, a mídia e a opinião pública, até então críticos ao movimento, mudaram de posição e passaram a apoiá-lo, o que contribuiu para a massificação dos protestos em 17 de junho. Tal fato levou, no caso específico de São Paulo, o prefeito Fernando Haddad (PT) a convocar os representantes do MPL para uma reunião extraordinária do Conselho da Cidade no dia 14 de junho de 2013. O convite, como exposto pelo/a militante do MPL–SP, era esperado pelo movimento, que conhecia muito bem a história e as estratégias do seu adversário político naquele momento.

Figura 5 – Registro de agressão policial à câmera em ato do dia 13 de junho de 2013 no centro de São Paulo e foto da repórter da Folha de São Paulo, atingida no olho pela Polícia ao cobrir os protestos de 13 de junho de 2013



Figura 6 – Foto da repressão policial aos manifestantes em 13 de junho na Avenida Paulista



Fontes: Páginas do Facebook Movimento Passe Livre São Paulo e de Leonardo Sakamoto. Acessado em: 19 de set. de 2020.

Na visão do/a militante do MPL–RJ, “a repressão da polícia de forma descabida, desmensurada, levou a um certo favorecimento da luta, porque aquela repressão policial sem medidas levou a uma inovação tática. Aquela indignação com a violência policial gerou mais luta e mais protestos”. Contudo, o/a militante do MPL–SP traz uma leitura distinta desta e de grande parte das análises sobre Junho, mas muito pertinente, acerca desse processo de massificação do movimento:

Não sei por que motivo vem sendo difundida a tese de que a repressão que realizou a explosão da mobilização das pessoas. A repressão sempre existiu, ela é sempre brutal [...], então é totalmente absurdo você achar que a repressão produziu um

aumento da mobilização. **Acho que na verdade o que a gente tem que pensar como é que, apesar da repressão brutal, a movimentação conseguiu crescer**, e aí tem um ponto em que ela escapa, porque a repressão não consegue mais controlar. A polícia abriu mão de reprimir, de alguma maneira aquilo não podia mais ser feito, não tinha mais legitimidade para massacrar as pessoas na rua como tava sendo feito. Pessoas perderam o olho, chegou até morrer pessoas em outras cidades do Brasil por causa de repressão policial, idosos por causa de bomba de gás, bala de borracha, cassetete. (M. – militante do Movimento Passe Livre de São Paulo).

No caso específico do Rio de Janeiro, o uso da tática black bloc por parte dos manifestantes contribuiu para a inovação das práticas e para a adesão de mais pessoas ao movimento:

Teve um dia que os manifestantes romperam um bloqueio das organizações mais legalizadas (o PSOL, os partidos que estavam dirigindo a manifestação com o carro de som) e conseguiram ocupar a ALERJ [...], eles jogaram um coquetel molotov. Eu achei que aquilo seria um desastre, mas não, as manifestações massificaram. Claro, sempre tem crítica, enfim, mas aquilo surpreendeu. Surpreendeu e foi até o que motivou de eu continuar aparecendo, fazia tempo que não via isso acontecer, eu não vi só um setor tendo aquele comportamento. Eu vi trocas de posições. A galera que tinha posição mais cívica, mudou de posição na hora ali (Z. – militante do Movimento Passe Livre do Rio de Janeiro).

A tática black bloc e da ação direta já se expressava em atos de 2010, 2011 e 2012, e em determinados momentos, parecia inclusive que era uma tática mais acertada de visibilidade. [...] Mas nos acontecimentos de maio e junho de 2013 chamou nossa atenção como esses grupos, ligados à questão do transporte, estavam tomando o protagonismo de organização de atos sem carro de som, sem informar trajeto, sem liderança. E isso foi até visto como algo negativo, em partes, por algumas organizações mais tradicionais, que viam essa possibilidade como algo que fortaleceria a repressão, a infiltração nos atos (A.B. – militante do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro).

Após esses episódios de repressão violenta, foi vertiginoso o crescimento e a proliferação dos atos por todo o país; muitos deles, a despeito da dinâmica dos protestos locais, em solidariedade aos manifestantes de São Paulo (LOSEKANN, 2014). Rapidamente, o que eram passeatas conduzidas por jovens ativistas que reivindicavam pautas ligadas ao tema da mobilidade urbana, logo se transformaram em uma série heterogênea de ações políticas que mobilizaram os mais diversos repertórios, ultrapassando os atores inicialmente engajados e produzindo um transbordamento societário (BRINGEL, 2015). O que mobilizava os manifestantes era uma identidade forjada a partir do repúdio à repressão policial a um movimento legítimo, que trouxe à tona inúmeras insatisfações sociais que não encontravam respaldo e tampouco respostas no sistema político. Uma identidade que combinava os quadros de injustiça, anti-institucional e que incitava à agência. Não era uma identidade atrelada somente ao MPL, proveniente de um ator e/ou pauta coletiva específica (SILVA, 2015).

Militantes de diferentes organizações fazem leituras muito semelhantes a respeito disso:

Como a indignação das pessoas não é algo controlável, obviamente, espalhou-se muito rápido. **Não eram os 20 centavos** (valor do aumento da tarifa em São Paulo), mas toda a miséria e escravidão que a maior parte da população vive. **É votar e nunca ser representado. É ver sempre um discurso de formação quadrilha na grande mídia**, sempre quem faz aliança com quem, os acordos e negociatas nunca tem a ver com as necessidades da população (Rede de Informações Anarquistas – grifos nossos).

A indignação das pessoas ali foi muito grande. [...] Elas começaram a se entender como agente político, que poderia mudar, poderia provocar a mudança e fazer a diferença dentro daquele contexto. [...] Todo mundo foi vendo que estavam se adensando as manifestações, e que, ao mesmo tempo estava sem grana para pagar a passagem, e que isso se reverberava na escola do seu filho e nas horas na fila do posto de saúde, e foram se juntando naquele grande bolo de reivindicações (R. – Mídia Ninja).

Teve gente que falou: “**isso tudinho por causa de 20 centavos?** Teve coisas muito piores que ninguém foi pra rua”. **Mas não era só por conta desses vinte centavos, era por conta de toda a roubalheira que sempre teve, toda a corrupção.** Mas foi uma sucessão de acontecimentos né!? Começou... acho que o que impulsionou essa movimentação foi isso, foi um mote inicial, de “vamos acordar, vamos pra rua”. E aí as pessoas foram tomando consciência que não era só por isso. **À medida que a coisa foi crescendo, as pessoas passaram a ir não só por conta daquela mobilização da tarifa, do aumento da passagem, mas por conta de tantos outros problemas, da saúde, da educação, do problema da moradia.** [...] A gente via tanta coisa errada, principalmente na saúde, na educação, gente morrendo nos hospitais, sem atendimento, sem ter o básico do básico, numa situação muito deficiente... teve um período de faltar gaze no hospital, caraca, uma parada elementar dentro de um hospital, então na verdade foi uma sucessão de revoltas, foi gerando indignação tantas coisas erradas (N.M. – militante e moradora da Vila Autódromo).

Em consonância com outros protestos que eclodiam pelo mundo, esta grande mobilização política foi realizada fundamentalmente pelas mídias sociais, que dilataram o locus identitário dos movimentos e difundiram a(s) indignação(ões) pelo país. Em certa medida, o ciberativismo corroborou o funcionamento da dinâmica horizontal de parte das organizações que compunham os protestos e os seus anseios por um novo fazer político (BRINGEL, 2013; CHOMSKI, 2012; GOHN, 2013; JUDENSNAIDER *et al*, 2013). Isso acabou conferindo aos atos um caráter multitudinário (MONTERDE *et al*, 2015), que dificultou tanto o controle sobre eles, quanto a identificação de suas lideranças.

Nos eventos convocatórios da plataforma, a participação nos primeiros atos foi confirmada por cerca de 6 mil pessoas. Contudo, a cada nova chamada, esse número dobrava e multiplicavam-se convites para os protestos, até que no evento de 17 de junho, mais de 220 mil pessoas confirmaram participação. Tal número era um fato inédito para qualquer evento de protesto convocado pela plataforma no país.

Figura 7 – Evento e post de convocação para o ato de 17 de junho de 2013 pelo MPL



Fonte: Evento do MPSLSP e Página do MPL–SP. Data de acesso: 17 e 14 de junho de 2013.

O volume de pessoas nas ruas e a proliferação de atos pelo país surpreendeu a todos/as: militantes, analistas das mais diversas vertentes, políticos e muito outros, inclusive quem redige essa tese. Parece haver certo consenso de que a internet foi determinante para esse efeito (BRINGEL, 2013; BRINGEL e PLEYERS, 2015; CASTELLS, 2013; JUDENSNAIDER *et al*, 2013; SEGURADO *et al*, 2014; SILVA, 2015) e que as Jornadas de Junho representam a primeira grande ação coletiva organizada a partir de uma identidade ciber-orientada, oriunda de um amplo enquadramento anti-institucional, que reuniu atores coletivos e atores individuais.

A quantidade de pessoas nas ruas, a capacidade de mobilizar, foi o que mais chamou a atenção [...] porque foi o boom que deu das redes sociais [...]. A gente observa que antigamente, para se organizar um ato, demorava muito mais tempo para mobilizar as pessoas. E com esse advento da internet, das redes sociais, caramba, você mobiliza um grupo muito grande de pessoas em pouquíssimo tempo (N. M. – militante da Vila Autódromo).

A atuação dos movimentos nesse híbrido, formado pela cibernética e pelo espaço urbano, denominado por Castells (2013) como espaço da autonomia, propiciou que as pessoas não apenas se informassem sobre as causas, mas também que se identificassem com os movimentos ao longo do processo de ação coletiva e compartilhassem a emoção de protestar (SANTOS, 2013). Nesse sentido, a participação tecnopolítica em Junho favoreceu a emergência de uma “juventude indignada” e criou, entre outras coisas, um novo imaginário sobre os espaços da cidadania (MONTERDE *et al*, 2015), que a estendia para a internet e para as ruas.

A mobilização digital foi, nesse momento, predominantemente orgânica. Contudo, alguns atores envolvidos admitiram instrumentalizá-la como forma de contrapor o enquadramento da mídia sobre os protestos e trazer a narrativa dos movimentos a público. Essa estratégia corroborava a proposta autonomista das principais organizações que compunham as Jornadas de Junho, incitando os cidadãos comuns a sair da passividade midiática e se tornarem produtores de informação. Dentre as organizações que participam dos protestos, destaca-se a Mídia Ninja, que contribuiu significativamente para as inovações do ativismo observadas em Junho, chegando a ser considerada por muitos, equivocadamente, fruto das Jornadas. A militante da Mídia Ninja conta um pouco essa história e revela essa nova proposta de engajamento:

A gente tinha acabado de mudar para São Paulo e acabou tendo uma relação mais próxima com os movimentos. A gente (do Fora do Eixo), que já cobria festival, que já cobria eventos, shows, começa a cobrir também a Marcha da Maconha, a Marcha das Vadias, as atividades do MST, enfim, os movimentos sociais, e vê que a comunicação era um grande déficit da esquerda. Que muitas vezes você fazia uma marcha com milhares de pessoas e no fim você tinha uma fotinho mais ou menos. Além de não ter uma comunicação expressiva daquelas atividades, a imprensa também não dava a visibilidade devida porque não era do seu interesse, né!? Então a gente viu ali uma oportunidade muito grande de criar um novo canal, criar um novo veículo. Um novo espaço que fosse produzir conteúdo e fosse dar voz a esses grupos e iniciativas que não tinham espaço nesses grandes veículos, e produzir comunicação de forma livre, com profissionais que poderiam ter liberdade de assumir o seu lado, a sua parcialidade, que teriam a possibilidade de pensar novas linguagens, novas formas de fazer a comunicação e o jornalismo. [...] A gente começa com 4 ou 5 mil likes em março (de 2013) na página do Facebook. Aí vem junho de 2013 e a gente bomba, ganha visibilidade e bate a 300 mil likes. Por isso que tem muita gente que acha que a gente surgiu em junho. Mas na verdade já tinha todo esse acúmulo, toda essa base da rede Fora de Eixo. [...]

Em junho a gente começa a convocar pelo ‘todos somos ninjas’, mostrando que todos podem se engajar também, que todo mundo pode pegar o seu celular, ligá-lo ao vivo, denunciar aquela ação, filmar, fotografar e se entender como um cidadão multimídia (R. – Mídia Ninja).

O engajamento autônomo favorecido pela apropriação da internet, aparece, mais uma vez, com um forte elemento motivador da participação nas jornadas, sendo inspirador tanto da ação dos atores individuais quanto dos atores coletivos de orientação libertária. Nesse sentido, uma organização midialivrista que realmente surgiu em Junho é a Rede de Informações Anarquistas (RIA):

Na prática, a RIA surge após 4 indivíduos se conhecerem no cerne das Revoltas de Junho de 2013. Esses “fundadores” do primeiro rascunho do que seria a RIA inicialmente atuaram de forma deslocada da organização em si, passando as comunicações necessárias na época a outros coletivos que já existiam e desempenhavam a função. Entretanto, após observarmos um crescente oportunismo de outras coletividades quanto à narrativa dos fatos, optamos por focar na criação definitiva de um coletivo que fizesse esse trabalho sob a ótica dos pensamentos

libertários. Com o anseio por uma mídia que fizesse a leitura libertária e ainda conseguisse manter-se o mais próximo possível das visões populares sobre as revoltas que eclodiram, sobretudo no Rio de Janeiro (sem nos tornarmos mais uma organização anarquista descolada da população e com uma produção textual elitista/acadêmica), a RIA acaba por surgir enquanto resposta a tais demandas. Somos uma ferramenta de amplificação da voz do oprimido, descentralização da informação e construção de um midiativismo/midialivismo não personalista” (Rede de Informações Anarquistas).

A internet e as mídias sociais não foram usadas apenas para convocar os protestos, mas também para a troca de informações sobre os eventos, que muitas vezes eram produzidas pelos próprios manifestantes. Estas variavam desde denúncias sobre o comportamento da polícia, instruções sobre como se manter seguro nos atos, até a informações em tempo real sobre o andamento dos protestos a partir de depoimentos dos participantes. Além disso, observou-se o emprego do humor em diversas mensagens para chamar atenção para a causa.

Figura 8 – Informações em tempo real sobre o protesto no Rio do dia 16 de junho de 2013



Fonte: Facebook. Acessado em: 13 de junho de 2013.

Figura 9 – Uso do humor na mobilização política das Jornadas de Junho

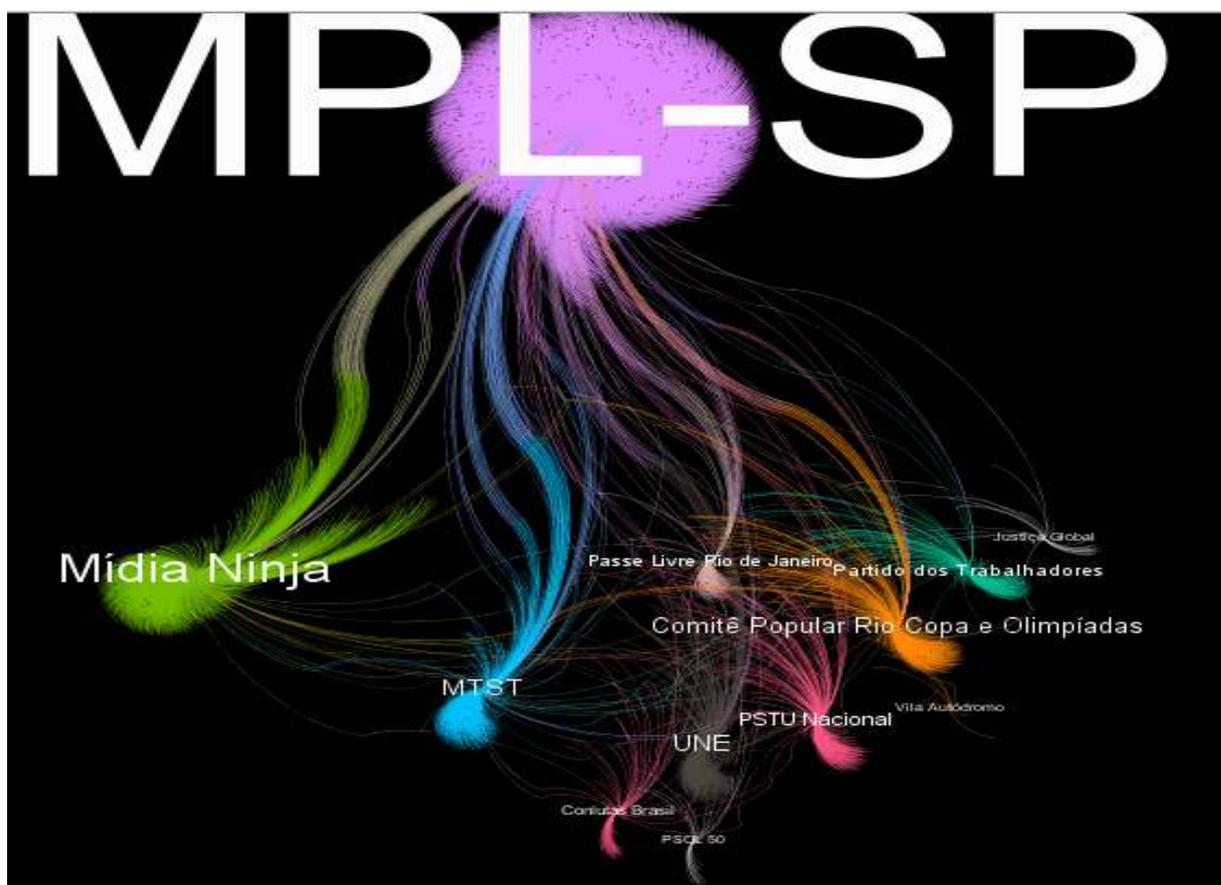


Fonte: Página do Facebook Sensacionalista e Humor Inteligente. Acessados em: 13 e 14 de junho de 2013.

Os dados extraídos do Facebook em 17 de junho de 2013 revelam a dinâmica da comunicação na rede entre os principais atores envolvidos nas Jornadas de Junho, mostrando que apesar da descentralização comunicacional (MALINI, 2013) e da amplificação do movimento pela rede (PIMENTEL e SILVEIRA, 2013), os movimentos sociais foram o fermento dos protestos massivos (GONDIM, 2016; LACERDA e PERES, 2014), inclusive na própria internet.

Nota-se o protagonismo do MPL-SP no processo informacional digital, seguido em menor expressão pela Mídia Ninja, pelo MTST e pelo Comitê Popular da Copa. Ainda se destacam outros atores, tais como a UNE, o Comitê Popular da Copa, a Conlutas Brasil, o PT, o PSTU Nacional, a Vila Autódromo, o MPL-RJ, o PSOL e a Justiça Global.

Figura 10 – Rede das páginas das organizações no Facebook no dia 17 de junho de 2013.



Fonte: Elaboração própria, 2020.

A partir de 17 de junho de 2013 milhões de brasileiras e brasileiros foram às ruas, em 350 municípios, apoiando o movimento e apresentando outras demandas para além do basta aos abusos policiais e da redução do preço das tarifas de ônibus. Mostravam-se perplexos com os altos gastos do governo com os megaeventos esportivos, questionavam a má qualidade dos serviços públicos, posicionavam-se contra a corrupção política, pleiteavam a derrubada da PEC-37<sup>49</sup> assim como do projeto da Cura Gay, entre outros.

Organizações como a UNE e, curiosamente, correntes da juventude do próprio PT, aderiram aos protestos após o dia 17. As velhas e novas formas de ação coletiva passaram então a coexistir nas ruas, mas não sem estranhamento, conforme verificado também na pesquisa de Silva (2014) sobre os protestos em Porto Alegre-RS. Os militantes vinculados a estas instituições revelaram que além do alinhamento com a pauta da tarifa zero, da

49 Visava incluir a apuração de investigações criminais como atividade privativa da polícia judiciária, retirando poder investigativo do Ministério Público.

legitimidade das outras demandas apresentadas e da solidarização com os reprimidos, havia um entendimento interno de que era necessário estar nas ruas e disputar as manifestações.

Num primeiro momento dentro da UNE a gente tinha um consenso de que a gente não sabia o que era aquilo; e tinha avaliações de diretores, de grupos até dentro do campo majoritário, e fora do campo majoritário também, de que aquilo ali poderia se transformar em algo negativo. A gente não entendia o que era aquilo, mas tinha uma unidade de todos os movimentos, podemos dizer assim, que nós tínhamos que participar pra disputar aquilo porque você tinha um sentimento de parceira daquela população que estava nas ruas, de que ela queria direito, a defesa por direito, por mais educação e por mais saúde (M.C.– ex-militante da UNE).

(Foi) algo muito dissociado da forma como os movimentos sociais de verdade, movimento social organizado com capilaridade etc, estavam fazendo política até então nesse momento no Brasil, tanto que quando irrompe junho, os movimentos sociais não estavam a par, eles entraram depois, a reboque assim, MST, MTST, a Marcha (Mundial das Mulheres), a CUT, o MAB, na esperança de que isso ia acontecer.

[...]

O que me motivou? Eu sou de movimento social, eu sempre fui militante, eu sempre tive nas ruas, desde muito nova, aos 15 anos comecei a militar, então assim eu tenho que estar na rua sabe, isso é a minha motivação. Aí depois a nossa motivação foi “a gente precisa disputar isso, precisa disputar o que está acontecendo, porque está acontecendo alguma coisa aí, que tá no ar, à margem da nossa atuação” (T.T. – militante do PT e da Marcha Mundial das Mulheres).

A despeito da mobilização nacional em torno da pauta do transporte público e da solidariedade prestada aos manifestantes reprimidos em São Paulo, a proliferação dos protestos mostra as peculiaridades que Junho teve em cada cidade do país, evidenciando um componente local muito forte (LOSEKANN, 2015; TAVARES, RORIZ e OLIVEIRA, 2016; MENDONÇA, 2018). Ainda assim, surpreende o relato do ex vice-presidente da UNE sobre sua experiência nos atos de Junho em cidades do Nordeste e a incredulidade dos manifestantes ao saberem que não era o PT que liderava os protestos no Sudeste.

Em São Paulo você tinha aquela coisa mais horizontalizada né, cada movimento vai pra rua com o seu bloco. [...] No Rio de Janeiro, você tem o contrário. Os movimentos mais plurais possíveis se unificam e fazem um comitê de ato unificado. [...] Em Brasília, os atos eram mais no plano piloto, de chegar no Congresso e ficar ali cantando durante horas e horas, parado na porta do Congresso. [...] No Rio Grande do Sul eu vi algo mais coordenado entre os movimentos, [...] mas também muita gente da direita, muita gente organizada conservadora, e tinha um conflito mais bem marcado. [...] Em Mossoró-RN, quem convocou todos os atos, quem puxou todos os atos na maior parte do movimento, e isso talvez é uma das coisas mais emocionantes que eu tenho para relatar, é que quando eu cheguei em Mossoró para participar dos atos, as pessoas não entendiam como o PT não liderava as manifestações aqui no Sudeste. As pessoas em Mossoró diziam o seguinte: aqui quem puxou os primeiros atos foram as juventudes do PT, do PC do B, dos partidos de esquerda, a Marcha Mundial das Mulheres. Quem fez tudo aqui, tudo, fomos nós. [...] Como que vocês não conseguem dirigir? (M.C. – ex-militante da UNE).

As Jornadas se conformaram a partir da conjunção entre a organização e a

espontaneidade (MENDONÇA, 2015), constituindo um “nós” heterogêneo. Para muitos manifestantes, as Jornadas de Junho foram o debute no ativismo político, e tal experiência foi propiciada, como dito, pelas mídias sociais, onde os cidadãos compartilharam sua indignação e a emoção de protestar e participar. Em decorrência disso, no mesmo espaço coexistiam sujeitos diversos, que saíram às ruas por motivações distintas e, não raras vezes, divergentes. Tal fato chamou a atenção e surpreendeu os entrevistados:

Porque houve pessoas que eu nunca imaginei que iriam para as ruas e foram, colegas, conhecidos... (N.M. – militante da Vila Autódromo).

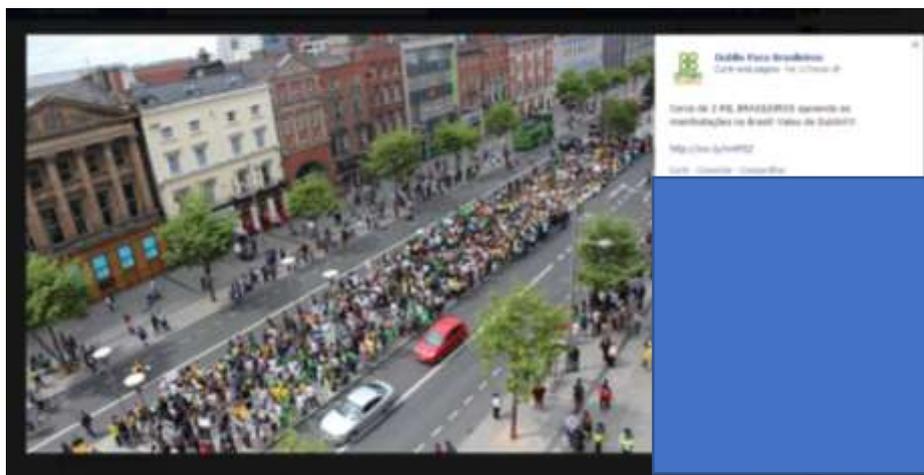
O que mais me chamou a atenção foi ver tantas pessoas aleatórias: amigo de colégio ir para as ruas, pessoas muito aleatórias, que sei que nunca tinham ido, isso me chamava muita atenção. De outras pessoas eu pensava “essa pessoa faz noitada”, “é burocrata de empresa e tá aqui” (T.T. – militante do PT e da Marcha Mundial das Mulheres).

Já a militante da Mídia Ninja avalia a expansão dos protestos e a participação dos desorganizados como reflexo de um levante popular, observando que as pessoas estavam nos protestos não devido ao seu vínculo com uma organização específica. A internet descentrava não apenas a comunicação, mas também o processo de identificação, tornando o ativismo acessível para quem não tinha cultura militante. Rompia-se a dicotomia entre ativistas e público. Na rede, “todos eram, ao mesmo tempo, público interessado nas ações e potenciais agentes” (FALCAO, 2017 apud FACCHINI, 2020).

Eu acho que o MPL teve um papel fundamental ali no início dos atos que eles já faziam, e sempre fizeram, todos os anos, e foram se adensando com mais gente. Mas, na verdade, teve um grande levante popular que independia do MPL, de pessoas e agentes autônomos, e muitas vezes não ligados a movimentos sociais [...], não ligados a outras bases ou movimentos articulados, que se indignaram e foram para a rua. Então os grandes atores daquele momento foram os desorganizados, ou seja, aqueles que não estavam ligados oficialmente a alguma organização política ou movimento social diretamente (R. – Mídia Ninja).

A internet também se mostrou fundamental para a repercussão internacional dos protestos, que contaram com manifestações de solidariedade em, pelo menos, 55 cidades do mundo, que criaram páginas de apoio ao movimento no Facebook e incluindo-os no ciclo de solidariedade indignada (ALCANTARA e BRINGEL, 2020).

Figura 11 – Manifestação de apoio aos brasileiros em Dublin, na Irlanda



Fonte: Página do Facebook Dublin para brasileiros. Data de acesso: 16/6/2013.

No dia 20 de junho de 2013 ocorreram novas passeatas. Mais de 1 milhão de pessoas foram às ruas. “A percepção era de que agora explodiu” (A.B. – militante do Comitê Popular Contra a Copa e as Olimpíadas do Rio de Janeiro.)

A heterogeneidade das demandas e dos sujeitos presentes ficou ainda mais evidente. Os resultados da pesquisa de Alonso e Mische (2015) constataram a combinação de três tipos de repertórios nos protestos: o socialista, o autonomista e o patriota. Essa heterogeneidade verificada pelas autoras corrobora a tese de Silva (2015) a respeito de que uma das principais novidades dos protestos de Junho teria sido a sua identificação com uma causa, não com um ator político, assim como reforça a hipótese desta tese acerca do descentramento das identidades coletivas. Nesse sentido, Silva (2015) converge com Bringel e Players (2015) ao ressaltar que os participantes dos protestos no Brasil, em geral, não possuem uma trajetória de militância política tradicional, sendo oriundos do que o autor denomina como a geração pós-PT.

Figura 12 – Cartazes de Junho/2013





Fonte: Grafias de Junho, 2020. Disponível em: <https://www.grafiasdejunho.org/>.  
Data de acesso: 28 de julho de 2020.

A princípio, o movimento saiu vitorioso e muitas cidades comemoraram a revogação do aumento da passagem. Contudo, os protestos massivos, que foram inicialmente pacíficos, acabaram tendo desdobramentos violentos, algumas vezes motivados pelos próprios manifestantes, expondo as rachaduras e fragilidades da democracia brasileira. O MPL, definitivamente, tinha perdido o controle dos protestos que convocou.

Por um lado, como dissemos, a violência tinha sido instrumentalizada por alguns grupos adeptos da tática black bloc como forma de combater o sistema, atingir o capital e oprimir o opressor. Ao atacar os símbolos do sistema, a tática assume um caráter performático e expressa a teatralidade do conflito. “A violência era resposta a um sistema violento”, sobretudo com os mais pobres (BARREIRA, 2014. p. 155).

Segundo A.B., militante do Comitê Popular contra a Copa e as Olimpíadas do Rio de Janeiro, essa instrumentalização desestabilizou momentaneamente os poderes instituídos: “a tática black bloc e da ação direta se mostrou um componente eficiente para colocar ao poder público, para a prefeitura e para a polícia, que reprimir tinha um custo”. A tática black bloc

revelava não somente a insatisfação com o monopólio da violência pelo Estado, mas invertia momentaneamente as relações de poder (OLIVA, 2017). Em sintonia com o militante do MPL–RJ, A.B. também observa como essa tática trouxe empoderamento para a população marginalizada que é alvo constante da violência policial:

(Chamou a atenção) a coragem de grupos de jovens, muito jovens, terem coragem de enfrentar a polícia com pau, pedra... uma luta muito desigual, algo que até então não acontecia nos atos aqui no Rio. A própria tática de quebrar os bancos, mas principalmente, esse enfrentamento com a polícia, até de enfrentar os caveirões na Presidente Vargas (A.B. – militante do Comitê Popular contra a Copa e as Olimpíadas do Rio de Janeiro).

Em algumas favelas, eu ouvi as pessoas dizerem: “olha, chegou o dia da favela descer e a gente fazer protesto junto com o pessoal de junho”. [...] Quem estava na frente, na linha de frente, eu acho que era essa juventude, eu via crianças de black bloc, assim pessoas com seus 14 e 15 anos. [...] Eu vi uma molecada, a maioria negra, uma molecada de favela, participando das tretas, dos conflitos mesmo. [...] Eu lembro do pessoal quebrar a banca de revista. É uma coisa reprovável de se fazer isso, mas o revide contra a violência policial, eu vi que tinha um tom de mobilização fortíssima. Eu vi que muito moleque mais novo tava indo lá por causa disso que era oferecido, dessa possibilidade de dar o troco (Z. – Movimento Passe Livre do Rio de Janeiro).

Revelações como essas ressaltam a importância de metodologias qualitativas, especialmente da entrevista em profundidade, para a compreensão dos conflitos políticos, visto que esses dados refutam as pesquisas de opinião realizadas à época. A reivindicação da tarifa zero pelo MPL enquanto condição de efetivação do direito à cidade e a participação da periferia nos protestos, observadas tanto entre as organizações entrevistadas quanto nos relatos dos manifestantes a respeito do uso da tática black bloc, mostram que Junho não foi fruto de demandas pós-materialistas. Tampouco, foi um movimento da classe média tradicional inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional, ou do “novo proletariado” que ascendeu socialmente a partir das políticas de distribuição de renda dos governos do PT (SINGER, 2013). Foi um momento de erupção da luta de classes.

Por outro lado, pela primeira vez nas Jornadas de Junho, os militantes de partidos políticos de esquerda e centro-esquerda (PSOL, PT, PCR e PCO) foram hostilizados por outros manifestantes em São Paulo. Sob o grito de “sem partido”, os agredidos respondiam “sem fascismo”. Camisetas vermelhas foram censuradas e bandeiras do PT foram queimadas. Era o início da deturpação da proposta do MPL, de apartidarismo, em antipartidarismo.

O fato é que, após o próprio MPL entender que já não havia mais como controlar o tipo de massificação dos protestos que aconteciam quase diariamente em todo o país, toda sorte de tentativas e arquiteturas do jogo político-partidário aconteceu. Mas também houve resistência legítima e um novo significado dado à ideia de

embate/confronto, algo que era combatido (de forma unânime) tanto por liberais/conservadores da direita quanto pelos clássicos partidos da esquerda brasileira (Rede de Informações Anarquistas).

Em Brasília, os manifestantes tentaram entrar no Congresso e no Palácio do Planalto, e depredaram o Palácio do Itamaraty. Além disso, a polícia militar voltou a atacar no Rio de Janeiro. A passeata da Av. Presidente Vargas terminou sob dura repressão da PMERJ. Centenas de jovens, encurralados pelas forças policiais, se abrigaram nos prédios do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) e da Faculdade Nacional de Direito (FND), ambos pertencentes à UFRJ.

Nesse dia a gente passa pelo comando do Exército [...], depois a gente é surpreendido por uma galera de caráter popular, uma galera sem camisa, forte na sua maioria, você via que era galera de briga de rua, marombado, que quebrou essa coluna nossa. [...] Eles conseguiram entrar no meio da coluna e na frente do carro do som com uma bandeira de torcida de futebol da Vila Isabel, e começaram a bater na nossa galera (M.C. – ex-militante da UNE).

Eu estava nessa manifestação [...], quando a gente viu estava todo mundo correndo nossa direção. Eu estava com uma camisa da CUT e o pessoal falou: “vamos embora, vamos embora porque o fulano acabou de apanhar. [...] O que aconteceu é que todas as pessoas de partidos, do PT e do PC do B principalmente [...] quando começou a confusão, começaram a dar porrada na gente, e a gente se refugiou dentro da Faculdade Nacional de Direito (FND), que é ali no campo de Santana, o direito da UFRJ. [...] Fez-se um cerco de policial em torno da FND e eles ficavam jogando bombas de gás lacrimogêneo lá dentro pra gente ficar aterrorizados, sabe? [...] O que a gente conseguiu fazer foi chamar a imprensa e contatar o Lindberg, [...] e aí a gente conseguiu que a OAB fosse lá retirar a gente. Então pessoas que moravam longe tiveram que dormir na FND e as pessoas que moravam na zona sul foram escoltadas pela OAB (T.T. – militante do PT e da Marcha Mundial das Mulheres).

Aqui no Rio esse dia foi o pior. A presidente Vargas virou uma praça de guerra. Dispersou a mobilização, aí entra o grupo de mascarados e não mascarados em confronto com a polícia, foi acionada a cavalaria. Nós, dos movimentos sociais, fomos para a FND e o IFCS e tentamos acolher as todas as pessoas que quiseram entrar, a única objeção era para não entrar mascarado. Fizemos o controle de quem entra e sai, e nós dormimos na FND[...] e ficamos sendo rondados pelo caminhão do exército toda a noite. [...] Aquele dia, particularmente, foi o que eu tive mais medo (M.C. – ex-militante da UNE).

Com base na observação participante dos protestos em São Paulo e nas entrevistas com os militantes, verifica-se que a rejeição aos partidos políticos nos atos, tinha, ao menos, duas motivações. A primeira delas consiste no caráter autonomista e apartidário do MPL, que convocou os protestos. A segunda provém da insatisfação perante a tentativa de alguns partidos e organizações de disputar oportunisticamente os protestos e se apropriar do seu saldo.

Eram manifestações, quando começou, eram bem apartidárias, e a galera preferia que não tivesse bandeira de partido. Só que chegou uma hora que não teve jeito, teve muita bandeira de partido, eu lembro que isso gerou muita discussão na época. [...] Quando surgiram as bandeiras dos partidos, teve gente que desanimou (N. M. – militante da Vila Autódromo).

Houve pessoas que tavam ali individualmente, adeptos da ação direta, que se opuseram aos partidos, como o PSTU, por exemplo, que **não participavam da constituição dos atos, chegavam nos atos, colocavam as bandeiras e tomavam os atos como se fossem atos deles**. Então eu acho que uma indignação genuína com esse tipo de comportamento, que acabou se traduzindo depois de uma forma negativa no discurso que aparece em 2013 “sem partido, fora partido” (A.B. – militante do Comitê Popular Contra a Copa e as Olimpíadas do Rio de Janeiro – grifos nossos).

**Essa é uma luta inclusive do Movimento Passe Livre contra outras organizações, que a gente entende que tem uma postura oportunista nessa luta**, de tentar colocar outros interesse na frente da questão que é o que mobiliza as pessoas que é o aumento da passagem. [...] Sempre tem isso, na verdade... (tentativa de apropriação indevida dos protestos). **A luta do movimento social, metade é contra a política, metade é contra aquelas pessoas tentando se aproveitar do que você está fazendo, principalmente os partidos de matriz leninista**, coisas assim. Não que todos necessariamente tenham que ser assim, mas, de fato, a gente sabe que é assim que acontece. [...] Eles sempre querem promover as próprias organizações nos protestos, então eles levam várias bandeiras, não têm nenhum compromisso com reflexões sobre o sucesso ou o fracasso da luta em si. Eles só estão preocupados se vão cooptar mais pessoas para a própria organização ou não (M. – Movimento Passe Livre de São Paulo – grifos nossos).

A despeito dessa indisposição com os partidos, a violência contra eles não parece ter sido cometida pelas organizações que participavam dos protestos pela redução da tarifa desde o seu início, mas pelos indivíduos que aderiram ao movimento após a sua massificação e que possuíam posicionamento político mais à direita. A partir da confluência com a cobertura largamente negativa da Operação Lava Jato, o apartidarismo do MPL acabou se convertendo, em pouco tempo, em antipardarismo, em um enquadramento antipolítico com contornos fascistas.

Nesse sentido, outra tentativa de captura dos protestos foi observada pela própria imprensa, que contribuiu largamente para a posterior apropriação dos protestos pela direita:

**A segunda tentativa de cooptação da luta vem da direita principalmente por meio da mídia**. É muito interessante, bem curioso isso, né?! Porque de um modo geral a estratégia da mídia é simplesmente abafar os movimentos sociais, então não vai negociar, não vai falar nada. Acaba tentando matar por falta de visibilidade. Mas no caso de 2013, a gente conseguiu criar um cenário tão forte de revolta, de indignação das pessoas, que **a mídia foi obrigada de uma maneira a tratar do problema**. [...] E aí muda então a estratégia para você controlar a coisa. A partir de então, não havia mais aqui numa postura de asfixiar pela não visibilidade, mas começa-se a tentar deturpar o sentido da coisa, né!? Então você tem uma notícia muito, muito louca da Folha que diz: “Milhões vão às ruas contra tudo”. Uma coisa totalmente sem nenhum tipo de conteúdo político-social (a respeito) do que quer aquele processo, e isso acontece em todos os meios. Eles começaram a falar que era contra a corrupção, por mais direitos de forma totalmente abstrata, né!? Por mais

educação, por mais não sei o que lá... e a partir daí começaram alimentar outros tipos de organização política, mais à direita (M. – militante do MPL–SP – grifos nossos).

Favoreceu particularmente a deturpação dos protestos pela imprensa sobre os desdobramentos de Junho um acontecimento trágico no início de 2014, em novo ato contra o aumento da tarifa no Rio de Janeiro. Durante a manifestação, um rojão atingiu o cinegrafista da TV Bandeirantes Santiago Andrade, que veio a falecer. Numa tentativa de criminalizar o movimento, o Ministério Público do Rio responsabilizou vinte e três pessoas ligadas a organizações anarquistas por essa tragédia, “o que acabou desmobilizando essas organizações de uma forma irreversível” (MPL–RJ). A partir de então, as organizações de esquerda voltaram a ser atacadas pela imprensa e seus protestos ficaram deslegitimados perante a opinião pública.

Além disso, a polícia, que em um primeiro momento demonstrou incapacidade de lidar com os protestos, com o passar do tempo mudou sua tática, especializando-se na repressão inteligente. Os militantes do MPL comentam essas inovações:

As mais diversas lutas cresceram nesse período, apesar do resultado final acho ter sido mais negativo para as pessoas do que positivo. O Estado foi mais radical do que as pessoas na luta política. A polícia vem batendo muito. Bateu no metrô, bateu nos secundaristas. [...] A polícia tem apresentado várias inovações também. Formaram uma tropa do braço, para lidar com protestos de rua. [...] Você tem uso mais intensivo de câmeras, a tecnologia de monitoramento das redes sociais. [...] Reabriu o observatório de movimentos sociais do exército. [...] E todos os partidos políticos, PT, PSDB, defenderam o projeto de integração das inteligências em 2014. (M. – militante do Movimento Passe Livre de São Paulo)

Se eu falei antes do despreparo da polícia em reprimir as manifestações, que a polícia fez uma repressão totalmente descabida, que levou a um descontrole da manifestação, uma ampliação da localidade, aquilo veio do popular e tudo mais. Nessa manifestação de 6 fevereiro, que culminou com a morte do Santiago Andrade, eu vi a efetivação do que eu já ouvi dizer que era tática da atenção. Ouvi dizer que isso foi usado contra a autonomia operária na Itália, foi usado contra alguns movimentos nos anos 60, que exatamente não se reprimia logo de vez um movimento social, porque se sabe que muitas vezes o movimento social usa a própria repressão do estado para levar a novas táticas, como foi o próprio 2013. [...] Você leva o movimento social a fazer táticas puramente ilegais, no sentido de não promover inovações táticas, de que o movimento social fica encurralado a promover táticas criminosas que não geram uma ampliação da mobilização popular. E naquela gangorra que eu te falei, é rompido o equilíbrio. Então o movimento social não consegue ter o equilíbrio da mobilização e fica só na tática da antecipação. O movimento social é empurrado pra ações criminosas e isso gera para o Estado, na opinião pública, dentro do discurso da democracia, enfim, toda uma legitimação pra construir um estado de exceção contra aqueles movimentos sociais, não necessariamente um estado de exceção para toda a sociedade né!? Você não vai criar uma ditadura, você vai criar uma exceção de repressão contra o movimento que *a priori* é legitimado dentro da luta de classes, dentro do universo de conceitos democráticos que existem, do dentro de uma República. Você cria uma toda uma rede de argumentações, de legitimações para a repressão acontecer contra esse movimento (Z. – militante do Movimento Passe Livre do Rio de Janeiro).

Durante as remoções efetuadas na Vila Autódromo, N.M. observou essa mudança da tática da repressão bem de perto:

Quando chegou esse momento tétrico, a gente começou a passar aqui por muitas coisas difíceis, como, por exemplo, a opressão da força policial. Em todas as ações vinha muita força policial, tropa de choque, da guarda municipal e você via como é desleal. A gente coabitando aqui com um cenário de guerra. [...] Tem um episódio que eles vieram desligar a luz das nossas casas, chegou a esse ponto de crueldade. Em período de remoção eles fazem de tudo pra que você saia do seu lugar, pra que você se sinta um invasor e saia, quando na verdade tem gente vindo para invadir aquele espaço que você já habitava anos. E aquelas pessoas acham que você é o invasor, quando na realidade não, é você que preserva aquele lugar. (N. M. – militante da Vila Autódromo)

Mais uma vez observa-se a relação conflitiva entre os atores envolvidos nas Jornadas de Junho, a globalização neoliberal e a subserviência do Estado a esse neoliberalismo, expressada especialmente nas mudanças no espaço urbano em prol da preparação dos megaeventos internacionais e no processo de gentrificação dele decorrente. Embora as motivações iniciais dos protestos no Brasil não sejam exatamente as mesmas dos protestos observados nos Estados Unidos e na Europa (o salvamento dos bancos e as medidas de austeridade), a indignação que levou os manifestantes às ruas decorria de enquadramento anti-institucional semelhante, oriundo do repúdio às mesmas relações promíscuas entre Estado e capital.

#### **4.4 Saldos e desdobramentos iniciais de 2013**

Como vimos, a primeira resposta institucional aos protestos veio pela polícia. A segunda, das prefeituras. A terceira veio da presidenta Dilma Rousseff, que mediante às inúmeras críticas apresentadas ao campo político e aos representantes, propôs “cinco pactos”<sup>50</sup> e um plebiscito para a constituinte da reforma política. Entretanto, a maioria das organizações envolvidas nos protestos, sobretudo as de inclinação autonomista e anarquista, não consideravam que a solução para os problemas colocados viria das instituições políticas. E parece que eles estavam certos. Além de não atender às reivindicações das ruas, a Reforma foi arquivada pelo Congresso Nacional após o refluxo do movimento.

[...] A ideia de reforma política é absurda. A gente não acha que esses partidos que

---

50 Proposta de Dilma Rousseff: <<https://www.youtube.com/watch?v=qtGPYTvHoMw>>. Acessado em 18 de set. de 2020

estão aí vão mudar a própria forma como eles lidam, a solução só pode vir de fora, só pode vir das pessoas que são objeto dessa discriminação, né!?' (M. – Movimento Passe Livre de São Paulo)

No entanto, a maioria dos participantes dos protestos faz uma avaliação positiva do seu saldo. Em suas falas, destacam a expansão da cultura de mobilização, a conscientização acerca da importância da luta política e da força da ação coletiva, e o crescimento do número de greves e de lutas em geral. Verifica-se ainda que nenhum dos entrevistados fala sobre o crescimento de sua própria organização após os protestos, sinalizando tanto a ausência dessa pretensão quanto o predomínio de uma identidade descentralizada, forjada em prol das causas e da luta em si, e não dos atores coletivos.

Eu vejo que o importante de todo esse movimento é a mobilização das pessoas, é mobilizar-se, é a consciência política que você passa a ter quando você entra numa luta. Você realmente amplia os seus horizontes, você passa a ver não só aquele seu mundinho, mas você passa a ver outros mundos, outras lutas, outras situações. Passa a pensar diferente a respeito daquelas situações, daquelas lutas. Eu acho que a consciência política é um grande legado dessas lutas, desses movimentos. (N. M. – militante da Vila Autódromo).

O balanço de greves do Dieese registrou 2050 greves em 2013, e 2093 em 2016<sup>51</sup>. Dentre as ações ocorridas nesse intervalo, foram mencionadas pelos militantes: a greve dos metroviários, que durou sete dias em São Paulo (2014); a greve dos motoristas de ônibus (2014); a greve dos garis no Rio de Janeiro (2014); o movimento dos secundaristas (2015); e a greve dos professores (2013 e 2014). Foram destacados também os novos atos contra o aumento da passagem; o aumento das ocupações dos movimentos de moradia; as lutas por saúde; os movimentos das mães (2016); a marcha contra o genocídio do povo negro (2014); diversos atos do movimento feminista contra o avanço de pautas conservadoras no Congresso, sobretudo contra o aborto; os protestos por Amarildo, morador da Rocinha desaparecido pela PMERJ; atos contra a Rede Globo; e o movimento contra o então governador Sergio Cabral (MDB), denunciado por participação em organização criminosa, corrupção passiva, evasão de dívidas e lavagem de dinheiro (2013 e 2014).

Acho que o mais impressionante foi desmistificar a ideia absoluta de ordem, por exemplo, de dominação social e tal. Ficou muito, muito claro para qualquer pessoa que tivesse passando ali, que as questões estão em jogo, se tiver uma força coletiva suficientemente coesa, se pode fazer as coisas que parecem mais impossíveis se tornarem na realidade. [...] De alguma maneira, as Jornadas de Junho de 2013 reacendem a esperança de uma luta de classes mesmo, numa luta política mais de ruptura, e não apenas de você tentar se acomodar aos parâmetros que estão colocados, à ordem neoliberal, a gente quer uma outra coisa, precisa mudar

51 Não foram encontrados dados sobre 2014 e 2015, quando ocorreram muitas demissões no departamento.

realmente tudo (M. – militante do Movimento Passe Livre de São Paulo).

No âmbito da expansão e da inovação da ação coletiva no país após 2013, observou-se ainda a proliferação de coletivos: pequenas organizações de caráter descentralizado, de atuação local, orgânica e com enfoque em temas como cultura, gênero, meio ambiente, direitos humanos etc. Diferentemente de outras formas de associativismo local, esses coletivos são caracterizados pela informalidade e pela pouca ou nenhuma institucionalidade.

Decorrentes da abertura societária produzida por Junho (BRINGEL e PLAYERS, 2016), essas organizações se inspiram fortemente nas propostas e práticas dos participantes das Jornadas. Em geral alinhados à esquerda (embora também existam coletivos de direita), questionam os atores tradicionais e suas práticas, consideradas insuficientemente democráticas pelos novos atores. Independente do posicionamento político, rejeitam as formas tradicionais de organização, apresentando gestão horizontalizada, deliberação por consenso e engajamento afetivo, combinados a um estilo de vida alternativo (anti-hierarquia de gênero, compartilhamento de espaços e objetos, etc.).

Pesquisas de campo observam uma recusa, por parte da maioria desses atores, em serem enquadrados como movimentos sociais, preferindo se apresentarem como atores em movimento (LIMA, 2016; CARMO, 2018b; GOMES, 2018 apud FACCHINI, 2020), e adotar a denominação de ativistas à de militantes. Apontam também como a proliferação dos coletivos no Brasil está relacionada a outros fenômenos, tais como a difusão da internet, recurso de fundamental importância para a maioria deles; a cultura do imediatismo; a tendência ao engajamento pontual; e o enegrecimento do Ensino Superior – visto que eles se organizam frequentemente nos espaços universitários por jovens pertencentes a minorias culturais (comumente são feministas, LGBT, negros), sendo também expressão do seu empoderamento. (ZANOLI, 2015; FALCÃO, 2017; LIMA, 2016 apud FACCHINI, 2020)

Em contrapartida, os coletivos são bastante heterogêneos no que diz respeito a outros aspectos de sua composição, como o número de integrantes e os objetivos perseguidos. Há neste amplo universo desde coletivos compostos por duplas, até aqueles formados por grandes grupos; coletivos com objetivos apenas político-sociais, comumente autossuficientes, e outros de caráter profissional, voltados para gerar renda aos seus integrantes. Nesse sentido, muitos deles são sustentados por editais de fomento, sejam eles públicos ou privados.

Por fim, os atores de Junho observam também vitórias pontuais, como a redução da tarifa em mais de cem cidades; a compreensão do transporte enquanto um direito fundamental; a reversão parcial da proposta de privatização do Maracanã; a aprovação do

plano nacional, das leis dos *royaltes* do pré-sal e do fundo social para Educação; a denúncia sobre os megaeventos e seus efeitos nocivos às economias em desenvolvimento; a não remoção de algumas comunidades e o justo ressarcimento de outras removidas; a propagação da solidariedade; o empoderamento das classes baixas, sobretudo das mulheres; e o crescimento de partidos como o PSOL, que nas eleições seguintes foi para o segundo turno na disputa da prefeitura do Rio e elegeu cinco vereadores na cidade.

O objetivo que o movimento tinha para junho de 2013, que era mais de um objetivo, alcançou todos. Agora o objetivo estratégico do movimento, que é a tarifa zero, não, né!? Mas, por exemplo, reduziu-se a tarifa em mais de cem cidades no Brasil. O volume de dinheiro que isso custou é equivalente a um bolsa família, alguma coisa assim, uma coisa monstruosa. Em São Paulo, por exemplo, o prefeito teve que deixar de fazer uma operação urbana gigante para poder pagar o subsídio da tarifa. Se eu não me engano, alguma das operações urbanas do Arco Tietê foi cancelada porque não tinha mais o dinheiro. Você teve, por exemplo, um aumento de faixas exclusivas de ônibus muito acelerado, uma coisa que geralmente não se vê, uma política acontecendo rápido a favor das pessoas mais pobres. Foram acho que 300, 400 km de faixas de ônibus. Embora isso seja completamente barato, muda a lógica de apropriação da cidade. Você tira espaço dos carros, o tempo de vida das classes proprietárias, e você dá mais tempo de vida para os usuários ônibus. Tem o passe escolar que foi feito, apesar de não ter sido feito como a gente gostaria, é uma forma de subsídio, e o transporte foi inserido na constituição como o direito universal, mas a gente não conseguiu a tarifa zero ainda, nem o controle do sistema fora da iniciativa privada, não aconteceu (M. – militante do Movimento Passe Livre de São Paulo).

Teve algo, naquele momento, que já foi considerado uma vitória. Além de privatizar o Maracanã, queriam tirar o parque e a escola para fazer um estacionamento. [...] Essa proposta foi parcialmente revertida. A escola permaneceu, e acho que isso se deu, em parte, à resistência dos movimentos de rua, que foi uma vitória muito importante, que é uma escola que está entre as 10 melhores do município. [...] Com relação às remoções, acho que esse ciclo geral impediu que as remoções fossem feitas como a prefeitura queria, como o Estado queria. Mesmo no caso da Vila Autódromo, que resistiu até o final, boa parte da população foi removida, se vendeu muito caro essa saída. Outros lugares que não houve essa mobilização, essa visibilidade, acabaram não negociando essa saída ou não impediram a saída da mesma forma que a V. Autódromo e outros grupos, como o pico do Morro D. Marta, vários outros (A.B. – militante do Comitê Popular Contra a Copa e as Olimpíadas do Rio de Janeiro).

Embora a gente não atingiu o objetivo principal que é segurança de não ter essa mais ameaça de remoção, a gente tem também alguns ganhos. [...] Essa própria comunidade que estou relatando, a comunidade mesmo que conseguiu, pelo menos até agora, tá cada um na sua casa, nem precisou sair de lá, como aqui por exemplo. Então foi o ganho, valeu à pena ir pra rua, valeu à pena mobilizar, valeu à pena fazer reunião. [...] Nos dois anos do Museu das Remoções a gente comemorou e teve uma mesa formada só por mulheres – donas de casa e mulheres que trabalham, solteiras – , e teve uma fala, uma mulher, que ela falou assim: “Gente, eu sou dona de casa, sou mãe de família, nunca pensei que eu faria o que estou fazendo agora, que estaria à frente de uma luta por moradia na minha comunidade. Eu, uma simples dona de casa, dona do lar, nunca imaginei essa situação”. Então você vê que pessoas que nunca tiveram esse tipo de envolvimento, passam a ter. Passam a ter uma consciência da responsabilidade que é gerada, e passa a gerar isso em outras pessoas... isso não tem preço (N.M. – militante da Vila Autódromo).

As leis que eu falei pra você foram aprovadas em 2014. A gente aprova o plano nacional para a Educação com os 10% do PIB para a Educação. A gente aprova a lei dos royalties do pré-sal, 75% do petróleo da camada do pré-sal pra Educação e 25% para a Saúde, e aprova a lei principal que é 50% do fundo social do pré-sal para a Educação [...] então se você for pegar assim as pautas das ruas e quem sai vitorioso, se for colocar no plano cartesiano, nós ganhamos, porque a Dilma aprova todas as leis em 2014. Mas do ponto de vista político, do ponto de vista social, quem é que ganha aquelas Jornadas? Eu acho que não dá para falar que nós ganhamos, entende? (M.C. – ex-militante da UNE)

Como sugere o último comentário de M.C., apesar desse sentimento inicial de vitória, alguns acontecimentos posteriores levaram a uma interpretação generalizada de que as Jornadas de Junho seriam as responsáveis pela direita ter “saído do armário”, algo que teve consequências absolutamente negativas para o país e, em particular, para a esquerda. À medida que as manifestações se repetiam, o movimento incorporava outras bandeiras e atores, e a partir de então, os discursos nacionalista e contra a corrupção se sobressaíram. Isso permitiu que mais tarde as direitas (liberal e conservadora) e a mídia pudessem elaborar uma narrativa se apropriando do fenômeno, colocando-se em oposição ao governo, e associando não apenas o PT, mas toda a esquerda, aos escândalos de corrupção.

A direita conseguiu capturar melhor aquele sentimento de indignação não muito organizado que tava colocado e a esquerda não soube muito bem como lidar. [...] A mobilização de rua, ir para a rua, fazer ato, se tornou uma coisa mais interessante. As pessoas começaram a ver isso como fundamental para defender aquilo que acreditavam, e com isso todo mundo saiu ganhando. Mas o sentimento geral de indignação, de mobilização, que cresceu ali, foi muito capturado pela mídia, com seu discurso. Uma narrativa 24 h por dia sendo construída, foi moldando o discurso para onde queriam que fosse, o que depois culminou nesses movimentos como o MBL, o Vem Pra Rua, *pró-impeachment*, que vieram em 2015 com mais força (R. – Mídia Ninja).

Nesse sentido, alguns dos atores protagonistas de junho entendem aquele momento como o estopim da tensão do modelo petista de conciliação de classes, trazendo à tona as suas deficiências e fragilidades.

As manifestações de junho de 2013 foram estopim dessa tensão do modelo petista de tentar conciliar, entre muitas aspas, ganhos para todas as frações da população, que não eram satisfatórias para as pessoas que não têm propriedade. E aí, de alguma maneira, se sentiram animadas pelo discurso, pela forma que o petismo governou, por um governo que era supostamente de esquerda. Mas teve uma hora que isso chegou no limite, porque o PT começou a reprimir e a cooptar, de forma a tentar desfazer mesmo as lutas. E acho que ali estourou, não deu mais. Acho que a conciliação acaba nesse momento (M. – militante do Movimento Passe Livre de São Paulo).

Junho de 2003 ficou muito exposto. Não conseguiram segurar com esse discurso. E ficou também ficou à vista todas as deficiências do projeto do PT, diante dos problemas de corrupção, esses problemas nos serviços públicos, no transporte, né!?

Tudo isso, e os problemas de relação do trabalho permaneciam, e a violência policial mostrou o tom do diálogo do Estado (Z. – militante do Movimento Passe Livre do Rio de Janeiro).

Na tentativa de compreender esses desdobramentos, no próximo capítulo serão discutidos os principais episódios políticos dos anos seguintes e as narrativas que passaram a disputá-los, implicando mudanças decisivas na correlação de forças no país.

## 5. IDENTIDADES CIBER-ORIENTADAS E ENQUADRAMENTO ANTI-INSTITUCIONAL: A DISPUTA POLÍTICA PÓS-JUNHO

A heterogeneidade dos protestos de 2013 foi gradualmente sendo decantada nos principais acontecimentos políticos subsequentes. O discurso anti-institucionalista das organizações da esquerda libertária e dos movimentos populares que protagonizaram as Jornadas de Junho, se opondo ao aumento da tarifa e às relações promíscuas entre o Estado e o capital, abriu espaço para uma crítica ao projeto neodesenvolvimentista e à política institucional de outro caráter: neoliberal e antipolítica.

Esta crítica, embora já observada entre alguns manifestantes em junho, foi adquirindo forma e robustez a partir das eleições de 2014. Com uma conjuntura particularmente favorável, diante dos primeiros sinais do desaquecimento da exportação dos *commodities* e do prelúdio da Operação Lava Jato<sup>52</sup>, a oposição propôs um enquadramento de forte anseio antipetista que ressoou tanto na imprensa quanto nas mídias sociais. Diante dessa estratégia de polarização pela atração do campo da moral pela direita (NUNES, 2020), o PT inicialmente seguiu organizando sua candidatura a partir do prisma econômico, colocando-se como partido defensor dos desfavorecidos, das minorias e da continuidade dos programas voltados para esses grupos.

Neste capítulo serão analisadas as interações e reconfigurações entre as principais identidades coletivas no país após as Jornadas de Junho, mais precisamente entre os anos de 2014 e 2018, com o objetivo de concluir a observação do processo de descentramento identitário na última década e mostrar como este acompanha o encerramento do ciclo democrático-popular, iniciado nos anos 1970.

Se as Jornadas de Junho entraram para a história como o primeiro ciclo de protestos no qual se verificou a conformação e a potência das identidades ciber-orientadas no Brasil, nos anos seguintes, estas foram decisivas para o sucesso de empreendimentos políticos que alteraram substancialmente os rumos institucionais e a sociabilidade política no país: o *impeachment* e a eleição de Bolsonaro.

Tendo em vista elucidar as principais variáveis, com destaque para os enquadramentos e as identidades, que conduziram esse processo político e avançar na compreensão deste

---

52 Operação conjunta da Polícia Federal e do Ministério Público Federal que a princípio investigava a utilização de redes de postos de combustíveis e lava jato para movimentação de dinheiro de forma ilícita, mas resultou na descoberta de esquemas de corrupção na Petrobras que envolviam políticos e empreiteiros.

fenômeno, propõe-se analisá-lo em três subseções: i) as eleições 2014 e o *impeachment*; ii) o papel da imprensa nesse processo; e iii) as eleições de 2018.

A natureza do material empírico neste capítulo difere um pouco daquela apresentada no capítulo anterior, havendo uma sobreposição de dados extraídos do Facebook e da grande imprensa. Isso ocorre por, ao menos, três razões. A primeira é que, após a exitosa mobilização pelas redes observada em Junho de 2013, os atores políticos mergulharam de cabeça na internet, intensificando seu uso e, por consequência, produzindo mais dados. A segunda é que, atentos a essa tendência, tanto os pesquisadores do campo quanto as próprias plataformas de redes sociais passaram a investir mais na coleta e armazenamento desses dados, criando aplicativos que facilitam o monitoramento de páginas e perfis. A terceira razão consiste no fato que houve um alinhamento discursivo entre a grande imprensa e as identidades ciberorientadas elaboradas pela direita que foi crucial para a conversão da opinião pública, de modo que sua análise é incontornável ao entendimento do *processo político*.

### **5.1 As eleições 2014 e o *impeachment***

As eleições de 2014 ocorreram em um cenário caracterizado, entre outras coisas, pelo desgaste do governo PT, à frente do governo federal há 12 anos; pelo esgotamento do modelo econômico adotado; e pelo início da crise econômica, desencadeada principalmente pelo aumento da gasolina. Esse desgaste foi marcado pela difusão da cultura de protestos e pela da apropriação política das redes e do espaço público por parte de vários setores sociais.

Além de Dilma (PT), que tentava a reeleição, outras duas candidaturas se mostravam competitivas: a de Aécio Neves (PSDB), representante máximo da oposição, e de Eduardo Campos (PSB), uma alternativa ao bipartidarismo observado na disputa pelo Planalto nos últimos 20 anos. Entretanto, um acidente aéreo durante a campanha levou Campos à morte e, sua vice, Marina Silva (REDE), assumiu a candidatura.

O acidente comoveu a população e fez a intenção de voto em Marina subir expressivamente, mas isso não foi suficiente para conduzir a candidata ao segundo turno, que acabou sendo disputado entre Dilma e Aécio. A partir desse momento, aprofundou-se a polarização política no país, fomentada pela larga mobilização das mídias sociais na realização de campanha negativa pelos dois lados da disputa.

A oposição propunha uma identidade liberal-moralista, a partir de uma estratégia discursiva que focava no envolvimento do PT com escândalos de corrupção e acusava Dilma

de convivência e de falta de habilidade administrativa, haja visto os primeiros sinais da crise econômica no Brasil. Dado o crescimento e as conquistas jurídicas dos movimentos feminista e LGBT (historicamente alinhados à esquerda) em concomitância à expansão do eleitorado conservador cristão, Aécio também procurou se colocar como defensor dos valores da família tradicional brasileira. Casou-se, declarou-se católico e posicionou-se abertamente contra o aborto. Recuperando Cooper, Nunes (2020) explica como a defesa da liberdade econômica com os valores tradicionais não é casual, tampouco arbitrária:

Como Melinda Cooper mostrou brilhantemente, a família interessa ao neoliberalismo como rede de segurança capaz de assumir funções que anteriormente cabiam ao Estado (educação, saúde, bem-estar), como contrapeso às tendências desagregadoras do capitalismo desregulado, como instituição de disciplinamento e internalização da autoridade, e como elemento de um mecanismo argumentativo de privatização da responsabilidade (o fracasso individual é culpa do indivíduo ou da família, nunca de estruturas sociais desiguais).

Dilma, por sua vez, construiu sua candidatura forjando uma identidade de classe de contornos populistas (SVAMPA, 2017). Desviava-se daquelas acusações destacando os resultados positivos dos programas sociais e da política econômica do PT para os mais pobres. Tentava capitalizar eleitoralmente esses resultados tratando-os como méritos da sua própria gestão e do governo do ex-presidente Lula, em detrimento do projeto partidário, e alegava que o seu adversário, se eleito, acabaria com essas políticas sociais (PENTEADO et al, 2016).

Figura 13– Campanhas de Aécio e Dilma nas redes sociais



Fonte: Páginas de Dilma e Aécio no Facebook, 2014.

Contudo, a campanha extraoficial teve um tom mais ofensivo, confirmando as teses sobre a propensão à intolerância nas interações digitais (BAUMAN, 2005; MAIA, 2011).

Enquanto Aécio era ridicularizado pelos boatos de sua fraqueza por festas e drogas, as insinuações contra Dilma foram mais violentas. A partir de perfis anônimos, circularam nas mídias sociais inúmeras mensagens de conteúdo sexista e misógino que desqualificavam, invisibilizavam, ridicularizavam e sexualizavam Dilma. Trago abaixo alguns exemplos, como o da foto de um adesivo colocado nos tanques dos automóveis por conta do aumento do preço da gasolina, numa alusão à cultura do estupro (CARNIEL et al, 2018).

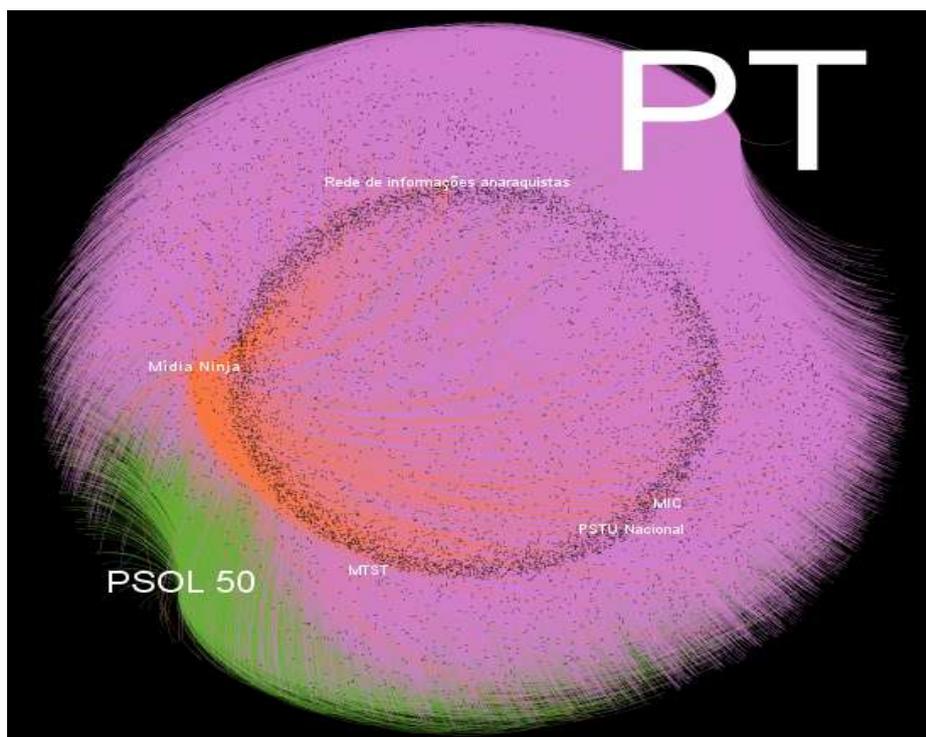
Figura 14 – Campanhas extraoficiais de Dilma e Aécio nas redes sociais



Fonte: CARNIEL et al, 2018.

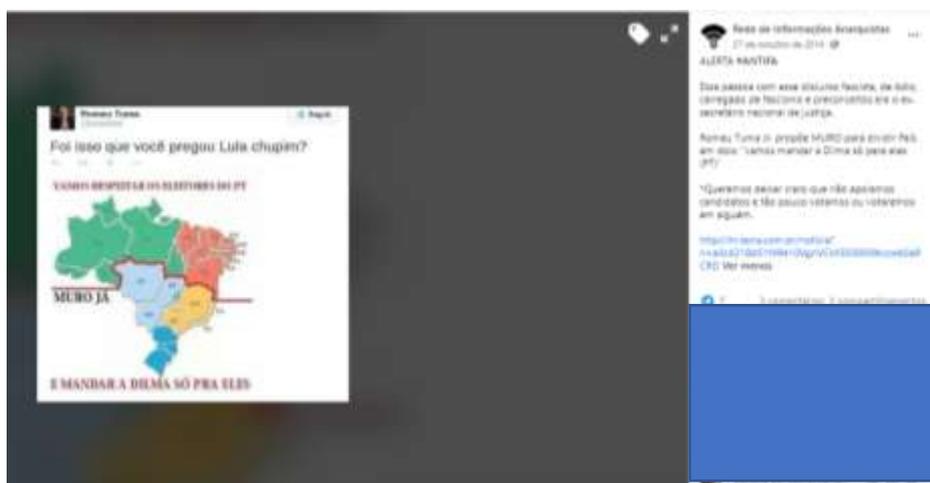
Nesse embate de valores apresentado pelas candidaturas – e especialmente da ameaça aos programas sociais e direitos recém-conquistados representada por Aécio –, vários atores participantes de Junho, embora críticos à gestão petista, apoiaram Dilma no segundo turno. Quando observamos a configuração da rede dos movimentos em outubro de 2014, esta dinâmica de alinhamento na esquerda fica mais clara. É possível observar que o PT retomou o papel de principal articulador deste campo político também na internet, sendo Dilma a personagem que motivou esse processo. Em 2014, a candidatura da presidente reuniu a esquerda partidária (PSOL e PCdoB), expressivos movimentos sociais (MST e MTST), alguns coletivos de mídia independente (MIC e Mídia Ninja), e até mesmo organizações que defenderam o voto nulo, como o PSTU e a Rede de Informações Anarquistas. Esta última, embora não tenha apoiado nenhum candidato, alertou para o discurso xenófobo e fascista que vinha sendo elaborado pelos grupos apoiadores de Aécio Neves.

Figura 15 – Relações entre os atores no Facebook no dia 27 de outubro de 2014.



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Figura 16 – Alerta antifascista da Rede de Informações Anarquistas



Fonte: Página do Facebook da Rede de Informações Anarquistas, 2014.

Data de acesso: 17/09/2020.

A despeito do cenário nada favorável a presidente, com a ampliação da oposição e do conservadorismo – o que pode ser observado pelo preenchimento das cadeiras do Congresso,

que teve a ocupação mais reacionária desde 1964<sup>53</sup> –, os feitos do governo petista e a força da liderança de Lula garantiram a reeleição de Dilma. A estratégia do PSDB é avaliada por T.T. da seguinte forma:

O PSDB, a partir de 2010, entrou com tanto peso na agenda de valores conservadora, de aborto, de uma sexualidade, tudo isso, porque aí ele consegue disputar a sociedade brasileira, aí tem campo. Porque na agenda de política pública, política econômica, ele não consegue disputar, e eu acho que isso que faz com que o PT consiga ainda ser um partido – não só isso, é óbvio, estou falando assim o fator macro –, de tanto respaldo (T.T. – militante do PT e da Marcha Mundial das Mulheres).

Nesta difícil disputa, Dilma Rousseff foi reeleita por uma diferença de apenas 3% dos votos válidos<sup>54</sup>. Aécio Neves, inconformado com a derrota nas urnas, passou a questionar a idoneidade das eleições e a acusar fraude na contagem de votos. Respalhado pelas elites econômicas interessadas nos seus planos de austeridade e ainda exercendo seu mandato de Senador, Aécio movimentou-se no Congresso Nacional pelo impedimento de Dilma. Protocolou um de pedido de cassação da chapa Dilma-Temer no TSE<sup>55</sup> baseado no financiamento de suas campanhas e, posteriormente, registrou um segundo pedido de *impeachment*, dessa vez com base em denúncia apresentada por juristas tucanos que acusavam a presidenta de “pedaladas fiscais”<sup>56</sup>. M.C., ex-militante da UNE, observa uma conexão entre a campanha vexatória realizada contra Dilma, os questionamentos sobre a legitimidade de seu governo e os interesses do capital internacional sobre o Brasil.

No fim de 2014, o Aécio pedindo recontagem de votos, a ofensiva da campanha baixa do jeito que foi em relação à Dilma enquanto mulher, bem machista, nessa coisa toda a gente via que tinha um elemento internacional de querer tomar o nosso petróleo, de tomar nossa soberania, de golpe mesmo. [...] Tinha um embrião de não querer legitimar o resultado das urnas, porque tinha uma crise internacional no seio do capitalismo, e o Brasil tinha consolidado uma independência no cenário internacional. E tinha consolidado uma independência do ponto de vista do petróleo, e aquilo incomodava muito as grandes economias mundiais, e os Estados Unidos não ía deixar isso barato [...] Uma semana antes de acabar minha gestão, em 2015 (ou talvez antes, porque ela tava muito alegre), a gente consegue uma reunião com a Dilma e ela tava muito otimista, muito feliz. [...] Ela tinha acabado de se reunir com o governo chinês e anunciou a parceria Brasil-China para a construção de uma ferrovia [...] ligando os países da América Latina, começando no Brasil e terminando em um porto no Chile para poder a escoar nossa produção e não ter que fazer o caminho mais longo até a China. [...] Ela estava super feliz por que isso ia

53 Fonte: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2015/01/05/nova-composicao-do-congresso-e-a-mais-conservadora-desde-1964.ghtml>>. Acessado em: 17 de setembro de 2020.

54 Fonte TSE, 2014: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2014-resultado>>. Acessado em: 17 de agosto de 2020.

55 Fonte: <[http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/psdb-pede-tse-cassacao-de-dilma-e-posse-de-aecio-como-presidente.html?\\_ga=2.247637826.49835730.1596133317-7d51826d-e075-d58f-5304-87e0d220f618](http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/psdb-pede-tse-cassacao-de-dilma-e-posse-de-aecio-como-presidente.html?_ga=2.247637826.49835730.1596133317-7d51826d-e075-d58f-5304-87e0d220f618)>. Acessado em: 17 de agosto de 2020.

56 Fonte: <[http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/juristas-e-oposicao-entregam-novo-pedido-de-impeachment-de-dilma.html?\\_ga=2.261203784.49835730.1596133317-7d51826d-e075-d58f-5304-87e0d220f618](http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/juristas-e-oposicao-entregam-novo-pedido-de-impeachment-de-dilma.html?_ga=2.261203784.49835730.1596133317-7d51826d-e075-d58f-5304-87e0d220f618)>. Acessado em: 17 de agosto de 2020.

livrar a gente da dependência de uma rota mais longa, ia fazer [...] o nosso produto chegar mais rápido [...] e isso aliado com o pré-sal ia gerar um novo ciclo de crescimento econômico [...] e colocar o Brasil em outro patamar do ponto de vista econômico, [...] do ponto de vista geopolítico. E isso era visto como maus olhos pelos Estados Unidos, que sabia que podia tá perdendo um grande aliado na geopolítica, porque o pré-sal iria reorganizar a disputa do petróleo. Porque você não sabe quais países têm petróleo do pré sal, e a única empresa que podia descobrir isso, porque somente ela tinha essa tecnologia, era Petrobras. [...] E essa tecnologia poderia alterar toda a correlação de forças do mundo (M.C. – ex militante da UNE).

Aécio logo articulou-se a grupos ditos inicialmente “apolíticos” que surgiram no final de 2014, motivados pelo resultado das eleições e por um forte sentimento antipetista, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem Pra Rua Brasil (VPR). Nesse sentido, parece que o/a militante do Comitê estava correto em sua avaliação: “Foi muito mais a derrota eleitoral em 2014 que levou a direita para a rua do que 2013”. Os militantes de ambos os movimentos da direita<sup>57</sup> falam um pouco sobre como foi esse processo:

**Quando o Aécio perdeu a eleição, ou melhor, mais do que o Aécio perder, a Dilma ganhou a eleição, muita gente foi pra rua pra dizer que era fraude.** Foi no dia 2 de novembro, todo mundo foi pra rua no feriado aqui na Paulista. Mais de 50 mil pessoas, com uma faixa enorme “é fraude”. [...] E aí, pelo grupo, pelo evento do Facebook, a gente começou a receber mensagens, “pelo amor de deus não desiste, a gente tem que continuar”. É emocionante lembrar disso, porque quando isso aconteceu a gente falou “nossa, tem um monte de gente pensando que nem a gente”. Que quer fazer a coisa certa, que não quer acusar ninguém de fraude, mas que quer lutar por um Brasil melhor. E aí nós começamos a montar grupos de Whatsapp e começamos a juntar lideranças. E tinha gente de Recife, de Alagoas, de Fortaleza, de Brasília, tinha um grupo enorme em Minas, Amapá, Amazonas, do Brasil inteiro começou a entrar, e a gente começou a organizar tudo por Whatsapp (A.O. – militante do movimento Vem Pra Rua Brasil – grifos nossos).

**A partir ali de 2015, meio de 2015, se forma um núcleo em Brasília muito forte, então esse núcleo de Brasília começa a atuar no Congresso** inclusive, nos corredores, batendo na porta de gabinetes, a conversar com assessores, com lideranças partidárias, **até que se estabelece aquele ambiente do impeachment.** E nós fomos, inclusive, procurando outros agentes na sociedade, empresários, a aproximação com o Flávio Rocha vem dessa época. Se não me engano foi o primeiro empresário a apoiar o *impeachment*. Houve também, aí o Dória também, outros, e aí começamos ali, inclusive liderança religiosa, enfim... Se formou ali um grupo, e todos esses contatos, a parceria estabelecida não foi uma parceria para aquilo, apenas, e sim para um projeto de país que nós defendemos (E.B. – militante do Movimento Brasil Livre – grifos nossos).

Os nomes desses movimentos remetem à sua gestação, em 2013, e à sua intenção de se apropriar dos protestos. O nome e a sigla do MBL aludem aos do MPL, convocador das

---

57 As entrevistas com os militantes das organizações de direita foram realizadas a partir do Projeto Temático da FAPESP 12/50987-3 “Lideranças políticas no Brasil: características e questões institucionais”, desenvolvido juntos aos pesquisadores do NEAMP (Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC/SP) e coordenado pela Profa. Dra. Vera Chaia, no qual trabalhei de 2013 a 2019.

Jornadas. Já o VPR é inspirado em um grito frequente nas manifestações de junho “Vem, vem, vem pra rua, vem! Contra o aumento!” (ou contra a tarifa, a depender). A fala da militante do Vem Pra Rua revela como a crítica à representação política presente em 2013, especialmente no que se refere aos partidos, foi capturada por esses novos movimentos de direita:

Quando aparecia (em 2013), e eu adorava isso, a gente sorria ao ver isso, quando alguém levantava a bandeira de um partido, a bandeira de algum corporativo, algum interesse corporativo, ou sindicato, ou UNE, ou partido político, todo mundo falava “abaixa a bandeira que aqui não tem isso não”. Aqui é pelo Brasil, só vale bandeira brasileira. Então eu acho que isso que me encantou, e isso encantou muita gente, e que continua encantando, porque continua trabalhando, porque ainda tem muita gente, milhares de pessoas pelo Brasil continuam trabalhando por isso, trabalhando por essa bandeira. Então acho que é essa a diferença, e é por isso que eu entrei pra política não partidária. Porque **começou a surgir um movimento nacional de política não partidária. E é aí que nós nos encaixamos, como políticos não partidários** (A.O. – militante do movimento Vem Pra Rua Brasil – grifos nossos).

Além dos nomes, esses grupos aderiram às culturas de mobilização pela rede e da ocupação dos espaços públicos com muita rapidez e inteligência, assim como às outras práticas características de Junho. Realizaram uma forte campanha digital contra a presidente, salientando sua filiação ao PT e associando-os constantemente aos escândalos do Mensalão e da Lava Jato. A inspiração na comunicação realizada por movimentos da “nova” esquerda é comentada pelo militante do MBL:

Eu lembro que uma vez o Arthur Virgilio (PSDB-AM) passou por aqui, ele quis visitar as ações do movimento. Eu senti que ele ficou um pouco decepcionado, porque ele falou “mas onde que vocês produzem vídeo, conteúdo?”, e nós o levamos lá numa salinha menor que essa, são 2 computadores, um notebook [...] e todos garotos, uma garotada de 19 anos, “ah são esses aqui?”, “são esses aqui”, “e o conteúdo pras mídias sociais?”, “ah, são esses aqui” – também 2 moleques. então não é uma estrutura cara, por mais que ela tenha relevo midiático. [...] Por incrível que pareça nossa inspiração vem de alguns movimentos de esquerda que vimos no estrangeiro e que se organizavam dessa forma, e deu certo. [...] Ah, como é o nome daquele movimento? Occupy Wall Street, ele tinha essa coisa. E o próprio... **o Mídia Ninja quando ele surgiu inicialmente ele tinha uma pegada assim, de guerrilha, uma comunicação de guerrilha, e nós vimos que é o modelo vencedor**. Porque as outras experiências que nós vimos da direita como o próprio movimento Endireita Brasil, eles se colocavam naquela coisa meio institucional/empresarial e não avançava. Não era apelativo pros jovens, não funcionava, porque também quando as pessoas querem atrair jovens elas acham que é colocar um meme, ou um personagem, e não é. Há uma linguagem mais direta, enfim... E nós vimos que aquilo era o ideal pra nós porque nós não tínhamos dinheiro, não tínhamos pessoas, e assim o negócio surgiu. Mas é uma estrutura bem rudimentar mesmo (E.B. – militante do Movimento Brasil Livre – grifos nossos).

A/o militante do Vem Pra Rua explica o que ela define como método de trabalho do movimento:

A gente abraça uma causa que esteja dentro dos nossos pilares e vamos trabalhar. **A gente tem método de trabalho, que é rede social, um dos métodos é rede social. E a gente tem, não sei se vocês chegaram a ver, tem os nossos mapas.** Os mapas do Vem Pra Rua são extremamente eficientes pra você conseguir mobilizar a população, fazer com que ela entenda, e faz com que ela converse com seu representante. [...] O que é um mapa, um mapa tem lá, todo o Congresso, tem os deputados e senadores, e qual a posição deles diante daquele assunto. E aí você entra e vê lá que o deputado Álvaro Dias (Podemos) é a favor do fim do foro privilegiado. Aí lá tem o Facebook dele, tem o telefone dele, oficial, a gente não dá telefone celular, óbvio, seria invasão de privacidade, seria crime, o e-mail dele na Câmara, não pessoal, o Instagram dele, etc. E você entra e fala com ele: “Parabéns, senador, pela sua posição”, ou, se você é contra, “Esse negócio de acabar com o foro privilegiado é um absurdo”. [...] Eu tenho muito orgulho de ter feito, o Vem Pra Rua tem feito isso, o primeiro foi o mapa do *Impeachment*, que as pessoas descobriram, “agora tenho como falar com o deputado ou com o senador”. Então eu posso mandar um e-mail pro senador, eu sei o que ele tá falando, eu entro nas redes sociais e eu vejo. **Então eu acho que isso virou a política da maneira como ela vinha sendo feita** (A.O. – militante do movimento Vem Pra Rua Brasil – grifos nossos).

Sob o mote do combate à corrupção e da demonização da política tradicional, esses grupos se fortaleceram como uma alternativa antissistêmica (PINHEIRO-MACHADO e SALCO, 2018). Ao disfarçarem, em um primeiro momento, o seu projeto econômico por meio de apelos morais, inseriram o Brasil na nova onda das guerras culturais. A partir das mídias sociais e respaldados pela intensa cobertura midiática acerca da Operação Lava Jato, as direitas teceram uma identidade antipetista e convocaram protestos contra o governo Dilma que levaram milhares de pessoas às ruas em todo o país ao longo de 2015 e 2016.

Figura 17 – Atos em São Paulo.



Fonte: Jornal O Globo, 15 de março de 2015.

Figura 18 – Atos no Rio de Janeiro



Fonte: Jornal El País, 12 de abril de 2015.

Em sua forma supostamente descentralizada, reivindicando uma superioridade moral e se apropriando do espaço público, estes grupos catalisaram o desejo de mudança difundido na sociedade brasileira desde 2013. O militante M.C. comenta essa apropriação das ruas pela direita:

Eu sinto que hoje né, ao ver o que aconteceu, os desdobramentos de junho de 2013, a gente perdeu aquela narrativa. A direita consegue ganhar a narrativa dos atos né, das mobilizações, e ela perde a vergonha de disputar o movimento de rua. Ela começa a mobilizar e a querer disputar, e consegue mobilizar e fazer grande movimento, coisa que a direita não conseguia há um bom tempo no Brasil. A rua era o espaço dos movimentos de esquerda. As mobilizações que levavam o povo pra rua sempre foram de esquerda (M.C. – ex militante da UNE).

Além da apropriação das redes e do espaço público, esses novos movimentos de direita guardam outras semelhanças com os de esquerda pós-desenvolvimentista, sobretudo no que se refere à indisposição com a imprensa tradicional, à desconfiança dos partidos políticos e à proposição de um ativismo voltado a causas (embora, ao contrário da esquerda, não reconheça sua relação com projetos políticos mais amplos):

**Eu defendo posição, eu defendo ideias** de um político. Por exemplo, senador Lasier Martins (Podemos-RS) defende o foro privilegiado. Álvaro Dias (Podemos-PR), entrou com a PEC do Foro privilegiado. Eu vou dar espaço pro Álvaro, porque eu defendo o fim do foro privilegiado. Então, no Vem Pra Rua, é uma das causas que ele abraça, ele vai ter voz. Mas eu nunca vou dizer “olha, eu apoio Álvaro Dias pra reeleição”, porque **eu não apoio político, eu apoio uma das ideias dele**, que é o trabalho dele pelo fim do foro privilegiado. Então essa ideia, essa premissa, **o Vem Pra Rua é suprapartidário, ele não apoia político, partido ou o governo: ele apoia ideias e iniciativas** (A.O. – militante do movimento Vem Pra Rua Brasil – grifos nossos).

Pelo MBL, a condição que nós sempre colocamos pra todos os nossos candidatos, quando se filiam a um partido, é a garantia de independência. É óbvio, ele não vai se opor ao partido, não tem sentido numa cidade que o DEM é governo, você se filiar pra ser oposição. [...] Nós não vamos fazer aquela oposição frontal ao partido, porque senão não haveria sentido a filiação, mas que pontualmente iremos divergir e que sempre quem vai definir a posição do parlamentar é a orientação do MBL, não do partido. [...] Também no dia em que o partido entender que devemos fidelidade a ele, nós nos retiramos, inclusive porque o MBL não trabalha com fundo partidário. É claro que nós deixamos a possibilidade livre, pra cada candidato, mas até hoje aconselhamos e todos seguiram, que não se aceitasse o fundo partidário, que é algo que o movimento é contra, porque isso garante a independência. Porque quem faz campanha pros nossos candidatos são os próprios militantes do MBL, e não o partido, não a estrutura partidária. **Os nossos representantes não têm essa fidelidade aos partidos**, também por conta disso (E.B. – militante do Movimento Brasil Livre – grifos nossos).

Logo que nós surgimos, foi colocado, e eu não fazia parte à época... 2014, novembro de 2014, primeiro ato. Houve uma manifestação na Paulista, segundo a PM na época, tinha umas 4 a 5 mil pessoas, e aí nós tivemos o primeiro problema com a mídia, [...] porque eles comunicaram que “cerca de mil pessoas protestavam pedindo intervenção militar”. [...] Identificamos ali um padrão. [...] Vimos que um repórter do Estadão e outro da Folha, os dois no meio de 4 mil pessoas, entrevistaram o mesmo indivíduo. E o mesmo indivíduo disse a mesma coisa para ambos, que nos tempos dos militares era melhor. [...] Quando vimos que os dois jornalistas eram amigos, então nós entendemos que havia algo orquestrado, e eventualmente surgiu um confronto com esses jornais. Por parte do Estadão a resposta foi um pouco melhor, houve um reconhecimento de um erro na cobertura. Por parte da Folha, não. E a partir daí já começa a se azedar a relação com a Folha. [...] (Posteriormente, mas) antes inclusive dessa ascensão das agências de checagem, os próprios movimentos políticos, e o MBL incluído, começamos a fazer uma espécie de checagem amadora por conta própria, então toda notícia que saía, pegávamos ali, pesquisávamos o fato e falávamos. E aí é óbvio que a relação não poderia ser das mais amistosas, porque de fato, nós, por uma questão de defesa, expúnhamos um jornalista que, se colocando e se utilizando das disposições do cargo né, como um jornalista, até então a sociedade não tinha essa desconfiança. **Acredito que nós, de certa forma, colaboramos pra essa desconfiança em relação à mídia tradicional, no sentido de que nós começamos a apontar um óbvio, um óbvio viés progressista na grande imprensa** (E. B. – militante do Movimento Brasil Livre – grifos nossos).

Em reação, significativa parte da esquerda se reuniu em prol do mandato de Dilma, defendendo o Estado Democrático de Direito e definindo o processo como um golpe parlamentar. Esse segundo grupo, que afirmava “Não vai ter golpe!” e “Fora, Temer!”, foi menos numeroso que o primeiro. Contribuíam para isso o clima *antiestablishment* que predominava na opinião pública desde 2013, e o fato de que Dilma, em vez encampar um programa de reformas estruturais, manteve o pacto conciliador com as elites (NUNES, 2020).

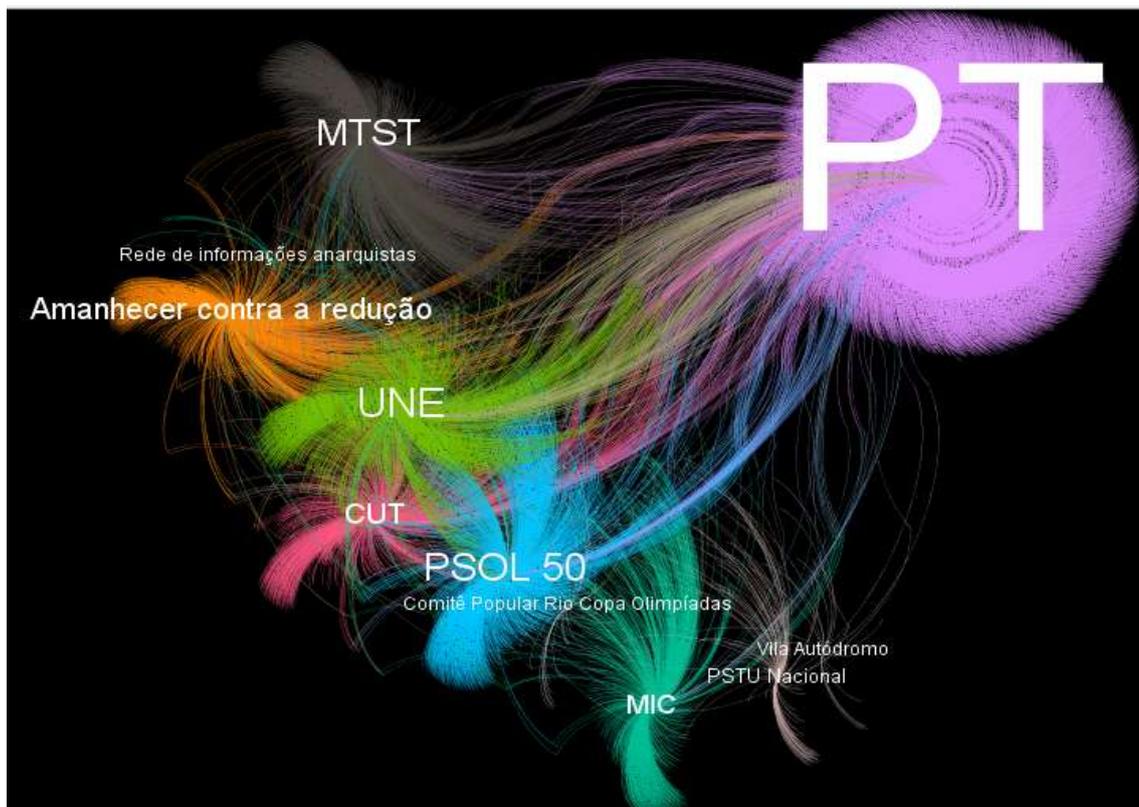
Figura 19 – Atos contra o *impeachment* em São Paulo e no Rio de Janeiro



Fonte: <https://fotospublicas.com/protesto-contr-o-pedido-de-impeachment-da-presidente-dilma-na-avenida-paulista/> e [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/01/album/1472714726\\_716859.html#foto\\_gal\\_8](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/01/album/1472714726_716859.html#foto_gal_8). Acessado em 17 de set. de 2020.

A união da esquerda pode ser observada com clareza na análise da rede informacional deste campo político no Facebook. Embora o PT se destaque no grafo, configura-se uma comunicação mais descentralizada do que em 2014, com atores como a CUT, a UNE, o PSOL, o MTST e a campanha Amanhecer Contra a Redução da Maioridade Penal, demonstrando maior autonomia e relevância na distribuição de conteúdos.

Figura 20 – Relações entre os atores no Facebook em 17 de abril de 2016



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Diante dessa conjuntura, a esquerda viu-se obrigada a retroceder e a defender, a partir do mandato de Dilma, direitos e pautas que já estavam garantidos legalmente mas que voltaram a ser disputados socialmente – como a soberania popular a partir do sufrágio; os programas de inclusão social (Bolsa Família e ProUni.); os direitos trabalhistas; o SUS; a universidade pública; o financiamento público da pesquisa científica; a política de cotas; o direito ao aborto em caso de estupro; a liberdade religiosa; a união civil homoafetiva; o direito à adoção por casais gays; a maioria penal; a equiparação salarial de gênero; a prisão após trânsito em julgado da sentença, entre outros. Esse movimento já era um sinal dos retrocessos que estavam por vir.

Em 2013 tinha um campo em particular da esquerda, de grupos mais progressistas que estavam pensando um novo mundo possível, novas formas de fazer política, novas formas de reencantar as pessoas para política, que estavam construindo novos caminhos mesmo. E tiveram que, com esse contexto louco que foi se dando nos últimos anos, teve que “retroceder” e ir à luta por direitos básicos. Quem acreditava numa economia mais justa, numa política mais inclusiva, pensando a partir de uma linha, uma base mais sólida, de que já tinha acesso à universidade, de quem já tinha superado a fome no país, de quem já tinha melhorado os índices de educação, então já podia pensar em outras coisas, pensar em novas formas de fazer, enfim... E com a

série de retrocessos que se deu nos últimos anos, a gente teve que voltar para defender a Constituição, para defender o mínimo, coisas muito elementares que já estavam garantidas. Então agora tem um engajamento político muito mais forte nas pessoas, no sentido de uma conscientização mesmo da importância desse engajamento político, de estar ali, lutando por coisas básicas e de que olha, nada que está aí está dado, né!? [...] Tudo pode ruir. Uma estrutura que conseguiu ajudar muita gente pode acabar (R. – Mídia Ninja).

Acho que aí veio também, já durante as Olimpíadas, uma agenda do golpe, do *impeachment*, que acabou tornando alguma das questões que a gente evidenciava com relação aos megaeventos, com relação às remoções invisíveis. A visibilidade com relação ao *impeachment* e ao golpe, atravessou isso. Até dos atos no período da Olimpíada, teve um ato em Copa, voltado muito mais para questionar, colocar um “Fora, Temer” nos estádios, e outro na Saes Peña com esse componente mais próximo de Junho de 2013 e dos jogos da exclusão, colocando em certa medida a culpa do processo também no governo Dilma, que estava tomando o golpe (A. B. – militante do Comitê Popular Contra a Copa e as Olimpíadas do Rio de Janeiro).

Contudo, nem todos os atores da esquerda que protagonizaram 2013 participaram do movimento contra o *impeachment*. Embora entendessem que um golpe estava em curso, as organizações autonomistas como o MPL e a RIA, refratários ao sistema político-partidário, negaram-se a sair em defesa da permanência do PT no governo. Segundo esses atores, a crise que se instaura no país é resultante dos limites do crescimento capitalista brasileiro e do projeto conciliatório do PT, de modo que esse acirramento e essa ofensiva aos trabalhadores eram mais do que esperados. Além disso, embora tenha realizado uma campanha eleitoral mais à esquerda do que em qualquer outro momento, em vez de radicalizar-se à esquerda, aproximando-se das demandas desses movimentos, Dilma adotou os programas políticos e econômicos tucanos, acentuando o descontentamento desses setores com o PT.

Nós temos o posicionamento contra participar dessas coisas (dos protestos contra o *impeachment*) porque esse é um falso debate. No limite, não é isso que importa no fundo. Não é se é o PT ou não é o PT que está no governo. **O que importa são as pautas do movimento e a mobilização das pessoas para defender elas. O papel de um movimento social não é eleger um governo ou outro, defender um governo ou outro, é defender as causas das pessoas. [...] O surgimento dessas organizações da nova direita faz parte da lógica das táticas de cooptação do que foi esse processo né!? E aí que eu acho muito triste ver o PT, de alguma forma, fazendo parte desse mesmo processo, de tentar colocar todas essas lutas [no saldo] da direita, e então apagar todo o caráter de resistência, de revolta, de insubordinação dessas lutas, que não é só da luta contra o aumento, e todas as outras... E fica nesse discurso, de tentar dizer que são pessoas contra a corrupção, que querem desestabilizar o PT, que estão cansadas da velha política, como se a velha política fosse o PT e o saque dos cofres públicos, sendo que a gente nem tava falando disso. A gente tava falando sobre uma lógica de dominação, de exploração, que não entra nesse discurso (M. – militante do Movimento Passe Livre de São Paulo – grifos nossos).**

**Partido político, jamais!** Temos nossa militância na RIA e apoiamos, ajudamos na organização e participamos de diversos eventos/ações coletivas [...] [Enquanto] anarquistas, acreditamos na descentralização, não em hierarquias. Buscamos a autogestão e a horizontalidade. No sentido histórico e filosófico que

compreendemos sobre as mais diversas formas de anarquismo, não nos consideramos parte do espectro político esquerda-direita, pois acreditamos que, no contexto dado a estes termos, ambos os posicionamentos refletem facetas de uma mesma moeda (Rede de Informações Anarquistas).

A despeito das interpretações que extrapolavam a tese da polarização política, conforme avançava, o processo de *impeachment* tornava-se um divisor de identidades coletivas no Brasil, de modo que o apoio ou rechaço ao processo passou a definir a localização dos indivíduos na disputa política, neutralizando temporariamente as diversas nuances entre esquerda e direita.

As mídias sociais foram, assim como em Junho, fundamentais nesse processo, sendo instrumentalizadas não apenas para conformar narrativas e organizar os atores, mas apropriadas enquanto um espaço de realização de performance identitária<sup>58</sup> (NUNES, 2020) em meio à guerra cultural declarada pela direita, caracterizando uma segunda fase das identidades ciber-orientadas.

Contudo, há algumas diferenças importantes entre a conformação e o caráter dessas identidades que devem ser salientadas. Embora os protestos de Junho tenham sido inicialmente convocados por atores coletivos (movimentos de moradia, movimentos de favela, movimentos identitários, organizações autonomistas, anarquistas e partidos de extrema esquerda) que vinham se movimentando, ao menos, desde 2010, em decorrência da insatisfação com o projeto conciliatório do PT e particularmente com o aumento das passagens, com os megaeventos e sua conseqüente gentrificação participavam dos protestos, estes tornaram-se Jornadas a partir de sua viralização predominantemente orgânica na rede, que propiciou a solidarização com os militantes agredidos e a conformação de uma identidade ciber-orientada baseada na combinação dos enquadramentos anti-institucional e que incitava à agência. Este enquadramento anti-institucional tinha como alvos principais a polícia militar, os governadores e os prefeitos, responsabilizados pela violência cometida (e os últimos particularmente pelo aumento das passagens).

O descentramento da identidade coletiva mobilizadora de Junho na rede é evidenciado tanto pela forma não profissional dos conteúdos criados e compartilhados nas mídias sociais que a fomentaram quanto pelo seu caráter contingencial. Não se tratou de uma campanha organizada e planejada pelos atores coletivos ao longo do tempo. Ao contrário, a rede foi

---

58 Nunes (2020) define a performance identitária enquanto um comportamento no qual o indivíduo privilegia a defesa de “um repertório fechado de ideias, palavras de ordem, referências, preferências estéticas, figuras de admiração e repulsa etc. diante de um público de pares em detrimento da atuação militante em espaços coletivos. Dessa forma, valoriza-se a afirmação de princípios abstratos e a exemplaridade do comportamento pessoal, em vez de se procurar estabelecer diálogos e intervir eficazmente na realidade”.

instrumentalizada fundamentalmente com o objetivo de denunciar os ataques ao movimento por parte da mídia, da polícia e dos governos, e para convocar à população aos atos. Nesse sentido, destaca-se que o “nós” invocado nos protestos, embora fosse liderada, ainda que de maneira horizontal, pela juventude indignada dos atores organizados, tinha sua heterogeneidade reunida a partir da ideia de povo injustiçado. O povo (ou o gigante) acordou, saiu do Facebook e foi às ruas. Esse povo reclamava principalmente direitos: o direito ao transporte, à cidade, à moradia, à saúde e à educação de qualidade. E se sentiu pontualmente vitorioso com a redução da passagem em diversas cidades, o que motivou a cultura de mobilização política e de ocupação do espaço público.

Mediante os acontecimentos políticos posteriores, verifica-se que as identidades ciber-orientadas que emergem e dinamizam o debate político assumem um caráter distinto, sobretudo por parte da direita, que adentra e ganha espaço na disputa das ruas, adota alvos mais personalizados, circula conteúdos de produção profissionalizada, articulada e de forte apelo emocional, e propõe um “nós” por meio do rótulo de “cidadãos de bem” que é composto por uma faixa geracional mais velha e que cuja motivação é o combate à corrupção e a destituição do governo federal petista. A esse respeito, pesquisas (ALVES, 2019; NUNES, 2019) revelam que apesar de não agirem de forma totalmente coordenada, várias lideranças da nova direita, como Olavo de Carvalho e Jair Bolsonaro, marcavam presença nas redes sociais e as utilizavam para disseminar suas ideias desde os anos 2000. Outra diferença é a boa relação desses manifestantes com a polícia, que passam a tirar fotos com os agentes em seus atos, demonstrando sua ânsia por “ordem”.

Em reação, a esta articulação da(s) direita(s), esquerda se reuniu a partir de uma identidade coletiva de resistência, cuja pauta era a defesa da democracia e do Estado de Direito. Apesar desses grupos definirem claramente a fronteira entre “nós” e “eles”, o “nós” da esquerda seguia heterogêneo, e muitas vezes apresentava um caráter sectário, e o seu alvo, embora houvesse embate público com lideranças do movimento pró-impeachment, não era personalizado. MBL, VPR e a imprensa eram sistematicamente responsabilizados pela convulsão política no país, mas não era realizada uma campanha negativa direta contra os membros dessas organizações.

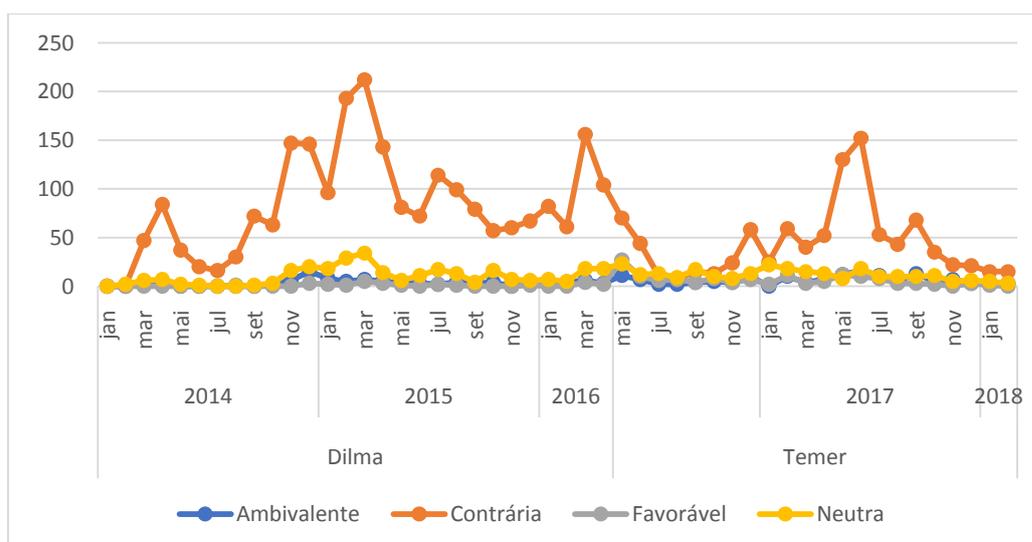
Em decorrência de sua hipervisibilidade e arquitetura algorítmica, os grupos e projetos em disputa demarcaram na internet suas diferenças a partir da exaltação e do reforço de suas identidades, tidas como moralmente superiores umas às outras. Esse processo teve também importante e ambivalente contribuição da imprensa, cujo enquadramento político e econômico acentuou o clima *antiestablishment*.

Tendo em vista essa dinâmica, procurando compreender este processo de reconfiguração identitária em sua totalidade, a próxima seção se dedicará a análise dos dados oriundos da pesquisa de mídia, de modo a convergência entre o enquadramento antipetista propostos por esses movimentos e a cobertura jornalística sobre política e economia entre os anos de 2014 e 2018.

## 5.2 O papel da imprensa<sup>59</sup>

O pacote interpretativo utilizado pelos movimentos *pró-impeachment* foi o mesmo adotado pelos grupos de direita liberais e conservadores em outros momentos políticos contra governos de esquerda no país: associar a ideologia de esquerda à corrupção e à deturpação moral, particularmente no que concerne aos valores cristãos e a defesa da família tradicional brasileira (AZEVEDO, 2017). Apesar da indisposição mencionada entre esses novos movimentos com a imprensa, do mesmo modo que ocorrera no passado, os grandes meios de comunicação alinharam-se ao discurso desses grupos em uma espécie de simbiose, contribuindo largamente para a difusão dessa narrativa dos acontecimentos e legitimando o processo de *impeachment* em curso.

Gráfico 1 – Cobertura sobre o Governo Federal



Fonte: Manchetômetro, 2017.

<sup>59</sup> A discussão realizada nessa seção contou com a importante colaboração de Eduardo Barbabela para a sistematização dos dados da cobertura da grande imprensa e a recuperação dos principais acontecimentos políticos por ela evidenciados ao longo do período. Registro aqui meu agradecimento por isso.

De acordo com os dados levantados pelo Manchetômetro, o segundo mandato de Dilma (2015-2016) foi marcado por uma cobertura política e econômica extensivamente negativas. Não houve, ao longo deste intervalo, volume mensal de inserções negativas sobre política e economia na imprensa inferior à 60%. Em alguns momentos, esse percentual alcançou valores superiores a 80%. Em linhas gerais, a grande imprensa tratava o governo federal como ineficaz, associando o sistema corrupto e a crise econômica exclusivamente às gestões do PT. Não traçavam nenhum paralelo com a crise econômica internacional e tampouco atentavam para as promiscuidades históricas entre o capital privado e o Estado.

A Operação Lava Jato foi tema explícito de 9.820 textos jornalísticos, o que representava 30% da cobertura total da mídia sobre política. Foram 1.169 manchetes e mais de 3.000 artigos de opinião, colunas e editoriais dedicados ao assunto.

A intensa cobertura sobre a Operação Lava Jato foi centralizada no PT, a despeito da Operação envolver políticos de diversos partidos, e respaldou o enquadramento antipetista dos movimentos emergentes de direita que convocavam a população às ruas e subsidiavam o pedido de *impeachment* protocolado em março de 2015. O estudo feito por Feres, Barbabela e Bachini (2018) mostra que Dilma foi a personalidade política mais citada nas manchetes relacionadas à Lava Jato – 111 vezes –, mesmo não havendo evidências de qualquer envolvimento da presidente em práticas de corrupção na Petrobras. Lula veio em segundo lugar, mencionado em 96 manchetes.

Não há precedente de um escândalo de corrupção que tenha durado tanto tempo e ocupado tanto espaço no noticiário político. As evidências são claras e contundentes da associação sistemática e contínua da política à corrupção. E elas atingem em cheio os poderes da República que tem direta conexão com o voto popular: o Executivo e o Legislativo (FERES et al, 2018; p. 216).

Em 2015 a Lava Jato ganhou mais espaço na cobertura midiática, sobretudo pelas descobertas do esquema de corrupção relacionado à Petrobras. O noticiário negativo alcançou um pico de valências em março de 2015, com 805 inserções, que representaram 69,94% da cobertura naquele mês. Foram essenciais para esse *boom* de notícias: a divulgação, pela Polícia Federal, de uma lista com 54 políticos<sup>60</sup>, dentre os quais estavam os então presidentes da Câmara e do Senado Federal, Eduardo Cunha e Renan Calheiros; a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras; e a abertura de inquéritos no Supremo Tribunal Federal (STF) contra 49 políticos. Somado a isso, em março de 2015 ocorreram manifestações

---

60 “Investigação agrava crise”. Manchete do jornal O Globo 04 de março de 2015.

populares nas ruas do país favoráveis e contrárias<sup>61</sup> ao governo, sendo as segundas amplamente cobertas pela grande imprensa.

Os níveis da cobertura negativa sobre política após março de 2015 se mantiveram superiores a 60%, atingindo um novo recorde em outubro de 2015, quando 77,15% das inserções midiáticas sobre política foram negativas. Nesse mês, houve a reprovação das contas do governo Dilma no Tribunal de Contas da União<sup>62</sup> e a descoberta de esquemas envolvendo Eduardo Cunha escondendo dinheiro na Suíça<sup>63</sup>, o que resultou no pedido da oposição de afastamento do presidente da Câmara<sup>64</sup>. Essa iniciativa fez acelerar o processo de *impeachment*. No mesmo período, veio à tona o suposto esquema de compra de medidas provisórias no governo Lula<sup>65</sup>, que levou às investigações na empresa do filho do ex-presidente<sup>66</sup>.

Em 2016, os percentuais de cobertura negativa continuaram a crescer e foram superiores a 65% até maio, quando Michel Temer assumiu interinamente. Março de 2016 foi um mês em que a corrupção teve o maior destaque da cobertura jornalística. A decisão do STF de tornar Eduardo Cunha réu; os desdobramentos da delação de Delcídio do Amaral; a denúncia de Lula pela Promotoria de São Paulo devido ao caso do tríplice; a reunião nas ruas do “maior ato da história do Brasil” contra Dilma Rousseff<sup>67</sup>; e, principalmente, a divulgação indevida feita pelo então juiz Sérgio Moro, de uma conversa telefônica entre Lula e Dilma tratando da possibilidade do ex-presidente assumir a Casa Civil e receber foro privilegiado<sup>68</sup>, são alguns exemplos de fatos largamente repercutidos nos jornais durante o mês de março. Também nesse mês, o PMDB desembarcou do governo Dilma<sup>69</sup>. Assim, os acontecimentos e a cobertura política muniam os movimentos *pró-impeachment*, que faziam campanha permanente na rede.

---

61 “Democracia tem novo 15 de março” Manchete do jornal O Globo 16 de março de 2015.

62 “Governo Dilma é o 1º a ter contas reprovadas no TCU desde Getúlio”. Manchete do jornal Folha de São Paulo 08 de outubro de 2015.

63 “Cunha esconde conta na Suíça com empresas de fachada”. Manchete do jornal Estado de São Paulo dia 02 de outubro de 2015.

64 “Líderes da oposição cobram afastamento de Eduardo Cunha”. Manchete do jornal Estado de São Paulo 11 de outubro de 2015.

65 “Documentos apontam ‘compra’ de medida provisória no governo Lula”. Manchete do jornal Estado de São Paulo 01 de outubro de 2015.

66 “PF faz busca em empresa de filho de Lula e interroga ex-chefe de gabinete”. Manchete do jornal Estado de São Paulo 27 de outubro de 2015.

67 “Ato anti-Dilma é o maior da história”. Manchete do jornal Folha de São Paulo 14 de março de 2016.

68 “Presidente atuou para evitar a prisão de Lula, indica gravação”. Manchete do jornal Folha de São Paulo 17 de março de 2016.

69 “Maior sigla no Congresso, PMDB abandona governo”. Manchete jornal Folha de São Paulo 29 de março de 2016.

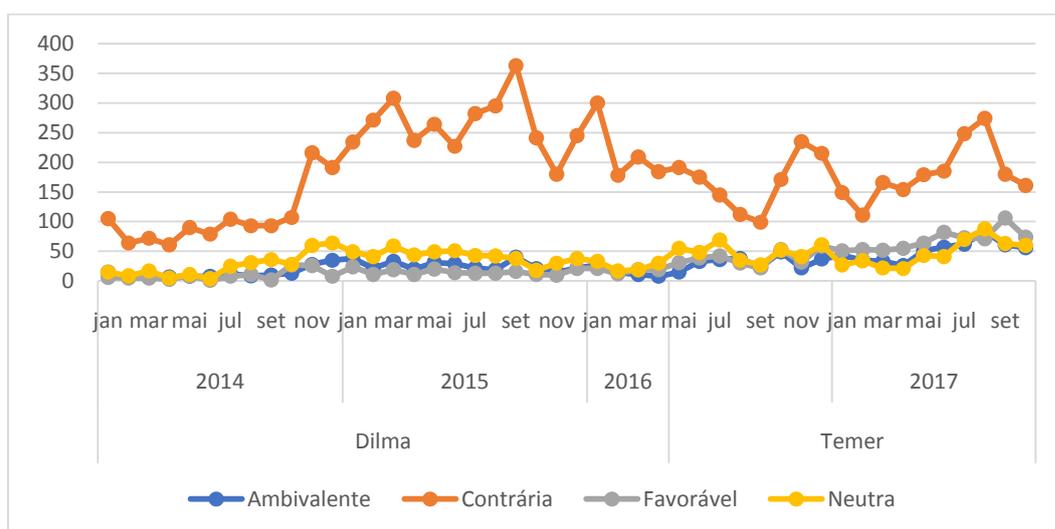
Figura 21 – Post do MBL de ataque ao PT



Fonte: Página do MBL no Facebook, 2016.

Em abril de 2016 foi registrado o maior pico de notícias negativas do governo Dilma (77%). A justificativa para esse grande percentual está na cobertura diária das movimentações favoráveis ao *impeachment*, que confluíram na decisão da Câmara dos Deputados, no dia 17 de abril de 2016, de afastar Dilma do cargo.

Gráfico 2 – Cobertura sobre Economia



Fonte: Manchêtometro, 2017.

No que se refere à cobertura da economia durante o governo de Dilma Rousseff, notamos a valência negativa sendo soberana ao longo de todos os meses. Já em 2014, o

noticiário de economia discutia os piores resultados comerciais em 13 anos<sup>70</sup>, reflexo da chegada da crise internacional ao Brasil. Tal fato forçou pronunciamentos do ministro da Fazenda, Guido Mantega, e do próprio Planalto, garantindo que a meta fiscal seria cumprida<sup>71</sup>, na tentativa de acalmar o mercado<sup>72</sup>. Durante o segundo semestre, a cobertura negativa da economia foi reduzida, porém, apesar do esforço do governo, os resultados continuavam fracos, com déficits comerciais<sup>73</sup>, previsão de redução do PIB<sup>74</sup> e prognóstico de controle da inflação apenas em 2016<sup>75</sup>.

Em 2015, a renovação da equipe econômica, liderada por Joaquim Levy, reanimou o debate nos jornais sobre economia. Entretanto, com exceção de janeiro, no resto do ano a cobertura negativa foi superior a 70%. Em outubro de 2015, com 82,8% de notícias negativas, tivemos o recorde do ano, motivado pelos reflexos da Lava Jato nas empresas estatais<sup>76</sup>, pela polêmica das “pedaladas fiscais”<sup>77</sup> e pela recessão nos estados<sup>78</sup>.

De seu lado, a burguesia brasileira, apesar de ter seus interesses razoavelmente contemplados pela guinada à direita do governo simbolizada pelo ministério de Levy, viu na conjunção da crise econômica com a desmoralização do PT uma oportunidade histórica para “recontratar o contrato social da redemocratização unilateralmente, sem precisar negociar com a esquerda, os movimentos sociais ou a classe trabalhadora” (NUNES, 2020). Seu particular interesse na privatização das estatais e na redução dos direitos sociais fez com que a burguesia abandonasse parte dos seus (as empreiteiras) e explorasse os escândalos para desgastar ainda mais o governo e encabeçar um novo ciclo político republicano oligárquico (DOMINGUES, 2018).

Nessa estratégia, a larga cobertura negativa se multiplicava na internet em memes que responsabilizavam constantemente o “corrupto” e “incompetente” governo Dilma pela crise econômica do país, como se os desvios observados fossem determinantes da desaceleração da

---

70 “Saldo comercial do Brasil é o mais baixo em 13 anos”. Manchete do jornal Estado de São Paulo 03 de janeiro de 2014.

71 “Mantega antecipa anúncio de que cumpriu meta fiscal”. Manchete do jornal Estado de São Paulo 04 de janeiro de 2014.

72 “Governo corta R\$ 44 bi e mercado reage com cautela”. Manchete do jornal Estado de São Paulo 21 de fevereiro de 2014.

73 “Balança fecha bimestre com déficit recorde de US\$ 6,2 bi”. Manchete do jornal Estado de São Paulo 07 de março de 2014.

74 “Governo reduz previsão de alto do PIB para 1,8%”. chamada do jornal Estado de São Paulo 23 de julho de 2014.

75 “Ata do BC vê inflação perto da meta só em 2016”. Manchete do jornal Estado de São Paulo 12 de setembro de 2014.

76 “Crise obriga empresas a vender R\$ 150 bi em ativos”. Manchete do jornal O Globo, 04 de outubro de 2015.

77 “Governo ainda paga pelas ‘pedaladas’.” Manchete do jornal O Globo 09 de outubro de 2015.

78 “Recessão se espalha e já atinge 26 estados”. Manchete do jornal O Globo 15 de outubro de 2015.

economia.

Figura 22 – Posts de ataque à Dilma do VPR



Fonte: Página do Vem Pra Rua Brasil no Facebook, 2015.

Nos quatro meses de 2016 em que Dilma Rousseff exerceu a presidência da República, a cobertura negativa da economia foi superior a 75%. Com 81% do volume negativo, março foi o mês em que se registou o maior pico. A iminência da votação do pedido de *impeachment* pela Câmara dos Deputados fez com que o mercado começasse a se posicionar de forma mais clara, apoiando abertamente a saída de Dilma<sup>79</sup>. As notícias apresentadas pelos jornais também não eram animadoras, abordando questões como a forte recessão<sup>80</sup>, a queda no preço do barril de petróleo<sup>81</sup> e o congelamento de investimentos no país<sup>82</sup>.

79 “Empresários antes neutros agora querem saída de Dilma” Chamada do jornal Folha de São Paulo 06 de março de 2016.

80 “Atual recessão caminha para ser a pior já medida no Brasil” Chamada do jornal Folha de São Paulo 13 de março de 2016.

81 “Queda de preço do petróleo gera prejuízo recorde para a Petrobras” Chamada do jornal Folha de São Paulo 22 de março de 2016.

82 “Crise deixa R\$ 85 bi” em investimentos congelados no país” Chamada do jornal Folha de São Paulo 26 de março de 2016.

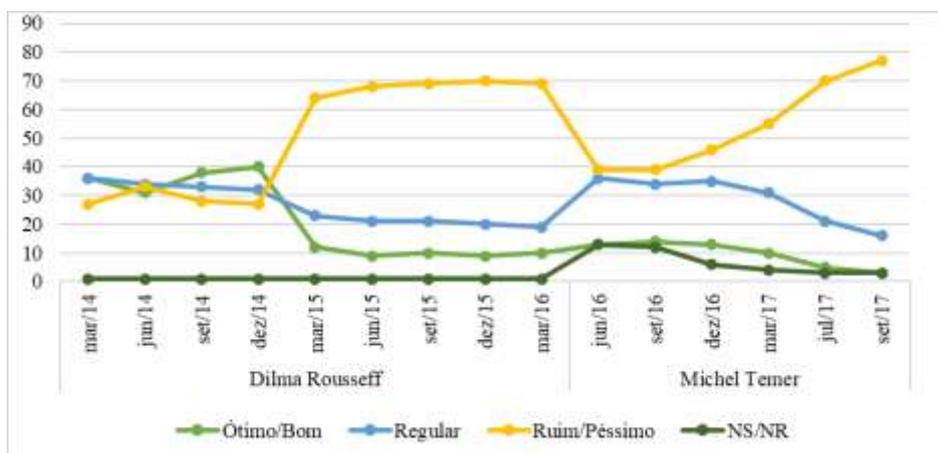
Figura 23– Posts de ataque à Dilma



Fonte: Páginas do MBL do Vem Pra Rua Brasil no Facebook, 2016.

Embora não seja possível inferir uma correlação entre os fenômenos, devido à ausência de um modelo estatístico e de um estudo de recepção nesse trabalho, observa-se a partir da convergência entre o material produzido e disparado pelos movimentos da nova direita nas redes, da cobertura midiática e dos dados do Ibope (2017), que acompanhava este alto volume negativo de notícias a crescente rejeição ao governo federal pela opinião pública. Ou seja, embora não se possa estabelecer uma relação causal, tendo em vista a influência da mídia na conformação da opinião pública, certamente a massacrante associação à Lava Jato, reforçada pela campanha digital realizada por estes grupos, colaborou para a conformação de uma imagem negativa do governo do PT e para remover Dilma da presidência.

Gráfico 3 – Avaliação do Governo Federal



Fonte: IBOPE, 2017.

A votação do processo de *impeachment* na Câmara ocorreu em um domingo e foi transmitida ao vivo, em um verdadeiro show midiático. Reproduzindo as narrativas em disputa nas ruas e nas redes, os deputados que votaram pelo “Sim” alegaram fazê-lo em nome da família, de Deus, da nação e da probidade, mas não apresentavam argumentos sobre a denúncia em si. Os que votaram pelo “Não”, discursaram contra o golpe e a misoginia, e defenderam a democracia, suas instituições e seus mecanismos.

Dessa forma, o *impeachment* expressava uma polarização assimétrica entre uma oposição liberal-conservadora – que puxava todo o sistema político para a direita –, e o PT, que deslocado para o centro, defendia o Estado de Direito. Essa polarização assimétrica “falseava o real antagonismo entre a elite econômica, que se preparava para transferir os custos da crise integralmente aos mais pobres, e uma classe trabalhadora que não era efetivamente defendida por ninguém” (NUNES, 2020), haja vista que, por um lado, a classe trabalhadora teve os interesses colocados em segundo plano pelo governo, tanto durante o neodesenvolvimentismo, quanto mediante a premência da defesa dos direitos fundamentais, e, por outro, traiu a si própria ao apoiar o projeto da direita.

Os militantes da esquerda que promoveram e participaram de Junho avaliam esse processo de conformação de valores da sociedade brasileira, observando as rápidas mudanças na opinião pública e como a crítica às instituições presente em 2013 foi deturpada e convertida pela direita em uma crítica ao protecionismo estatal e na defesa do estado mínimo. A percepção dos militantes vai ao encontro das análises a respeito de como a redução da desigualdade efetuada pelo PT foi desprovida do componente ideológico do proletariado e teve como consequência a ausência da consciência de classe entre os favorecidos pelas políticas petistas (SINGER, 2009).

É um paradoxo né!? Porque a gente participa dos atos, a gente disputa os atos – que, na minha opinião, existia um sentimento de luta por direitos naquela época, daqueles movimentos e em 2014 –, a gente reelege a Dilma com a pauta mais à esquerda de todas as campanhas do PT, a Dilma fala em regulação do Banco Central, o Estado tem que participar, e o Aécio defendia uma autonomia do Banco Central, e a Dilma é reeleita. [...] E como, em tão pouco tempo, hoje a gente vê a maioria – ou a impressão que a gente tem a maioria nas ruas – pedindo menos Estado e mais neoliberalismo [...] **A gente vê pessoas jovens falando “o estado tem que ser mínimo”** – e Dilma ganhou com uma pauta de intervir no Banco Central. [...] **Em algum momento a gente não soube dialogar com essa classe C empoderada, porque essa classe trabalhadora, quando se empoderou... O primeiro ato dela, [...] e isso é uma impressão minha, não foi lutar pela educação pública de qualidade, foi tirar o filho dela da escola pública e colocar na privada precarizada.** O empoderamento dela foi contratar uma empregada doméstica, foi adquirir um plano de saúde. [...] Então se a gente é partido de esquerda, a gente defende o fortalecimento do público sobre o privado, e aí a gente fala que a gente empoderou o trabalhador, criou a nova classe média e, na nossa barba, essa galera vai adquirir serviços privados e precarizados em vez de lutar pelos

**serviços públicos de qualidade. A direita vai usar isso muito bem. [...] Uma vez que a gente não disputa essa consciência de classe, a gente perde um bonde (M.C. – ex-militante da UNE – grifos nossos).**

**Foi muito mais um resultado da frustração do projeto do PT na política democrática popular. Estavam deixando muito a desejar, e a política de transportes fazia parte disso, junto com a política dos megaeventos, a precarização dos serviços públicos... tudo isso, e os escândalos de corrupção. Mas acho que isso explodiu mais tarde com a exploração da Rede Globo e alguns setores, mas não que isso não estava colocado. Na verdade, estava, eu lembro que até antes de 2013, como pessoas de esquerda pautavam a corrupção, até setores da esquerda contra o PT, pautavam a corrupção como uma pauta legítima. Depois que a direita se apropria muito do discurso contra a corrupção que isso começou a mudar (Z. – militante do Movimento Passe Livre do Rio de Janeiro – grifos nossos).**

É importante observar também o comportamento do vice-presidente, Michel Temer (PMDB-SP), para entender o encaminhamento do *impeachment*. De 2014 até o final de 2015, Temer afirmava que a acusação das pedaladas fiscais era despropositada. No entanto, eram recorrentes as manifestações de seu descontentamento com Dilma, por sentir-se “um vice decorativo”. Essas insatisfações foram evidenciadas em uma carta enviada à Dilma em dezembro de 2015<sup>83</sup>, dias depois de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) ter aceitado a denúncia contra a presidente. O ato foi considerado pelos governistas como uma retaliação pelo fato de o PT não ter apoiado Cunha no Conselho de Ética<sup>84</sup>. A partir de então, Temer passou a fazer parte do processo que culminou no impedimento da presidente.

Conforme elucida o Gráfico 2, a transição do governo Dilma para o governo Temer provocou um *reboot* na cobertura midiática sobre o governo federal. Durante os primeiros meses do novo governo, entre maio e outubro de 2016, a cobertura dos jornais foi menos negativa do que aquela observada durante o governo Dilma, declinando dos 62% no último mês de Dilma, para 20% em outubro de 2017. Esse foi o ponto mais baixo da cobertura negativa do governo federal nos quatro anos analisados. A queda na cobertura negativa sobre o governo após a chegada de Michel Temer reflete o alinhamento da cobertura midiática e de parte da sociedade, com a agenda e o projeto político-econômico que Temer representava.

Em pouco mais de um ano de governo, Temer conseguiu encaminhar as principais políticas de austeridades pretendidas pelas elites: as reformas trabalhista e política. Além disso, os grupos conservadores, especialmente das bancadas do boi, da bíblia e da bala, ampliaram seu poder e conquistaram maior visibilidade para suas demandas. Todavia, a

83 “A Dilma, Temer diz ser ‘vice decorativo’ e ‘menosprezado’”. Manchete do jornal Estado de São Paulo 08 de dezembro de 2015.

84 “Cunha perde apoio do PT e aceita impeachment; Dilma se diz ‘indignada’” Manchete do jornal Estado de São Paulo 03 de dezembro de 2015.

imprensa continuou a cobrir de maneira intensa a Operação Lava Jato e revelou que o presidente e vários de seus ministros estavam envolvidos em graves casos de corrupção. Somado a isso, os efeitos negativos das medidas de austeridade logo foram sentidos pela população. Assim, a gestão Temer não demorou a desidratar e acabou com uma avaliação negativa maior do que a de sua antecessora impedida.

Com o escândalo envolvendo os ministros Marcelo Calero (PMDB-RJ) e Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), aumentou novamente a cobertura negativa do governo federal, agora peemedebista. Em maio de 2017, esta atingiu seu volume máximo. A delação de Joesley Batista trouxe mais uma vez o governo federal e Michel Temer para o centro da crise política e, conseqüentemente, para as capas dos noticiários. Um dos homens fortes de Temer, Rocha Loures (PMDB-PR), foi acusado de intermediador de relações escusas do presidente com os irmãos Batista. A cobertura negativa cresceu de maneira vertiginosa até junho, quando foi realizada a votação pelo Congresso da primeira denúncia, do então procurador-geral da República Rodrigo Janot, contra Temer. O Congresso rejeitou a denúncia, e as críticas da imprensa ao governo reduziram aos poucos. Tal fato chama a atenção especialmente se considerarmos que, no entretanto dessas denúncias, o ex-ministro Henrique Alves (PMDB-RN) foi preso e que a Polícia Federal encontrou um apartamento, sob os cuidados do ex-ministro Geddel Vieira Lima, com R\$ 51 milhões em espécie.

Em outubro de 2017 foi apresentada outra denúncia contra o presidente, novamente mal-sucedida. Embora a cobertura midiática, com destaque para as publicações do Grupo Globo, estivesse alinhada à opinião pública em sua avaliação negativa do governo, a força do presidente, recorrentemente evidenciada pela imprensa como fruto das trocas com os parlamentares por verbas e cargos, foi maior. Nesse cenário tenebroso, as denúncias não resultaram em desdobramentos institucionais negativos para o governo.

Os dados sobre cobertura da economia durante o governo Temer mostram que, a princípio, ela se assemelha à do governo Dilma, visto que há uma discrepância clara entre a valência contrária e as demais. Entretanto, observando atentamente é possível verificar diferenças importantes. A primeira delas é que durante o governo Temer houve uma cobertura negativa da economia proporcionalmente menor. Se no governo Dilma o percentual da cobertura negativa era sempre superior a 60%, nos 18 meses estudados de Temer, apenas em 4 meses a barreira dos 60% foi ultrapassada. Além disso, há 4 meses com coberturas negativas inferiores a 50%. Nota-se também que a valência favorável ultrapassa a barreira dos 25% com Temer, fato jamais ocorrido no período Dilma.

No período Temer ocorrem três picos de cobertura negativa sobre economia. O

primeiro deles, no primeiro mês do governo interino, maio de 2016, com 65% de inserções negativas. Em maio, já com o Ministério da Fazenda sob o comando de Henrique Meirelles, foi construída uma narrativa que apresentava o Estado brasileiro como arrasado, com a previsão de um rombo de até R\$170,5 bilhões<sup>85</sup>. O compartilhamento dessa perspectiva ajudou a justificar os pacotes de redução de despesas propostos pela nova equipe econômica<sup>86</sup>.

Os próximos meses foram de redução da cobertura negativa da economia até novembro de 2016, quando registramos o segundo pico, dessa vez de 71%. Nesse mês os jornais destacaram a penúria dos estados da federação, principalmente do Rio de Janeiro, e a atuação do governo para costurar um acordo por ajuste fiscal<sup>87</sup>. Somado a isso, as dúvidas quanto à possibilidade de reformas prejudicavam as chances da economia brasileira se reerguer, segundo os jornais<sup>88</sup>, cujo enquadramento da questão econômica era convergente ao das elites liberais.

Já em março de 2017, os principais assuntos que contribuíram para um novo pico de notícias negativas foram a Operação Carne Fraca, que trouxe a público um esquema de propina envolvendo fiscais do Ministério da Agricultura e frigoríficos espalhados pelo país, e a aprovação, pela Câmara, do projeto de lei que possibilita a terceirização da atividade-fim.

No que concerne à diferença das coberturas sobre a economia registrada nos governos Dilma e Temer, essa reside na cobertura favorável, que ultrapassa a barreira dos 20% em 5 meses de 2017: fevereiro, abril, junho, setembro e outubro. Durante esses meses foram noticiados dados sobre o aumento de safras<sup>89</sup>, avanços na economia<sup>90</sup> e índices econômicos acima das expectativas<sup>91</sup>. A partir desses dados, a imprensa elogiava e ressaltava a retomada do crescimento da economia brasileira.

Dessa forma, a despeito da cobertura negativa sobre o governo Temer na esfera política, a satisfação com o *impeachment* de Dilma e com a guinada liberal na economia foram suficientes para conter a convocação de novos protestos. O descontentamento de parte

---

85 “Governo Temer prevê rombo de R\$ 170,5 bilhões em 2016”. Manchete do jornal Folha de São Paulo 21 de maio de 2016.

86 “Governo vai lançar pacote para reduzir despesas”. Manchete do jornal O Globo 23 de maio de 2016.

87 “Estados e União fazem acordo por ajuste fiscal rigoroso”. Manchete do jornal O Globo 23 de novembro de 2016.

88 “Incerteza com reforma atrasa recuperação da economia”. Manchete do jornal O Globo 29 de novembro de 2016.

89 “Safrá de grãos deve crescer 20% e bater recorde”. Chamada do jornal Estado de São Paulo, 10 de fevereiro de 2017.

90 “Nove meses de Temer: avanços na economia e ‘velha política’”. Manchete do jornal Estado de São Paulo 12 de fevereiro de 2017.

91 “Índice do Banco Central supera expectativas e indica retomada”. Chamada do jornal Folha de São Paulo 18 de abril de 2017.

da população foi registrado apenas nas pesquisas de opinião, mas não nas ruas. Tal desdobramento demonstra que o enquadramento da conjuntura proposto pela direita vencia a disputa de narrativas.

Foi aceita pela maioria da população a narrativa que responsabilizava o PT por todos os problemas (a corrupção, a crise econômica, o inchaço estatal e a depravação moral) e que o indicava como o principal inimigo da nação. E uma vez que o objetivo de destituí-lo havia sido alcançado, por ora não eram necessárias mais mobilizações. Os novos escândalos eram interpretados como um problema menor, um ônus suportável. Conforme revela o militante do MBL, as denúncias contra Temer não causaram espanto, tampouco indignação, naqueles que promoveram os protestos *pró-impeachment*:

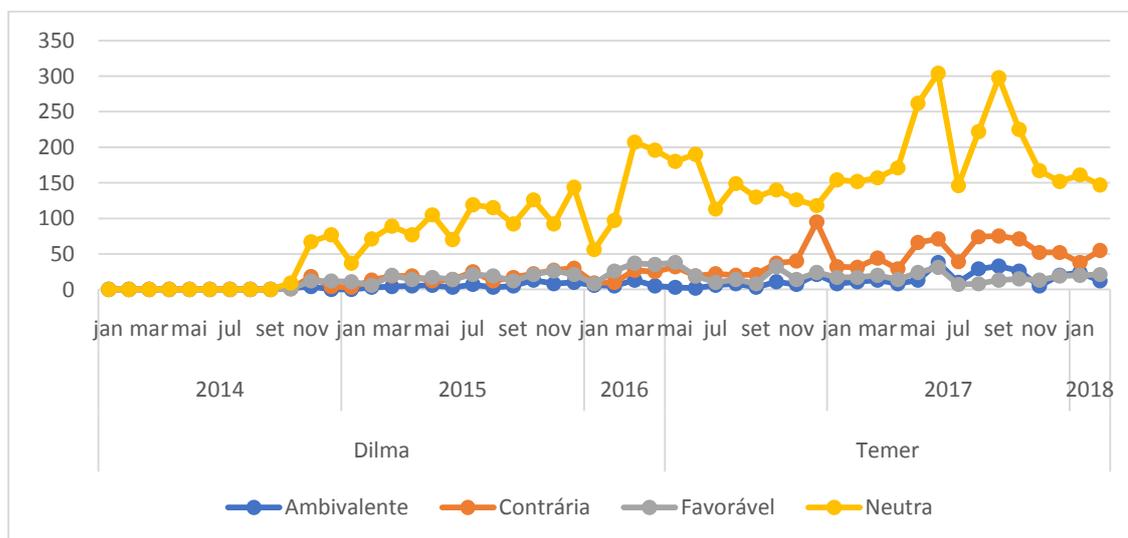
Quando temos aquela primeira denúncia contra o governo Temer – que nós apoiamos, ainda que de forma crítica, mas apoiamos, porque era a alternativa –, se você propõe o *impeachment* necessariamente você pensa que o vice será o sucessor. Então houve esse momento de cisma com alguns setores da direita, porque a nossa postura era pragmática em relação ao governo Michel Temer. Tanto setores mais ligados ao que seria a extrema direita quanto setores mais liberais como Livres, não comungavam da nossa posição, desejavam talvez que fizéssemos o *impeachment* do presidente Temer. Isso não era nossa pretensão, nunca foi. **Sabíamos, até com certo cinismo, que ele também era um sujeito corrupto. Mas que a questão ali era política** (E.B. – militante do Movimento Brasil Livre).

Os arranjos políticos forjados no Congresso Nacional também se mostraram mais importantes para a estabilidade política do que a cobertura midiática ou a opinião pública, corroborando a tese de que é na relação entre Executivo e Legislativo Federal que se encontra o verdadeiro núcleo de estabilização do sistema político brasileiro. Estejam a opinião pública, o noticiário, ou ambos, favoráveis ou contrários ao governo, ao fim e ao cabo, não são esses os fatores que determinam o apoio do Congresso, mas sim a forma como os dois poderes se relacionam e costuram acordos.

Se, por um lado, a cobertura extremamente negativa das instituições políticas acentuou o estigma de corrupção e desonestidade que impregna historicamente a política no Brasil, por outro, a centralidade de instituições consideradas apolíticas no processo político e na cobertura da Lava Jato (notadamente, o Ministério Público e o Judiciário Federal) faziam ecoar um discurso demandante de uma “moralização” da política. Dentro do enquadramento construído pela direita, servidores públicos como o procurador Deltan Dallagnol e o então juiz Sergio Moro foram transformados em heróis da nação. Esses personagens foram fundamentais para a orientação da identidade coletiva proposta por esses movimentos e para mobilizar amplos setores da sociedade.

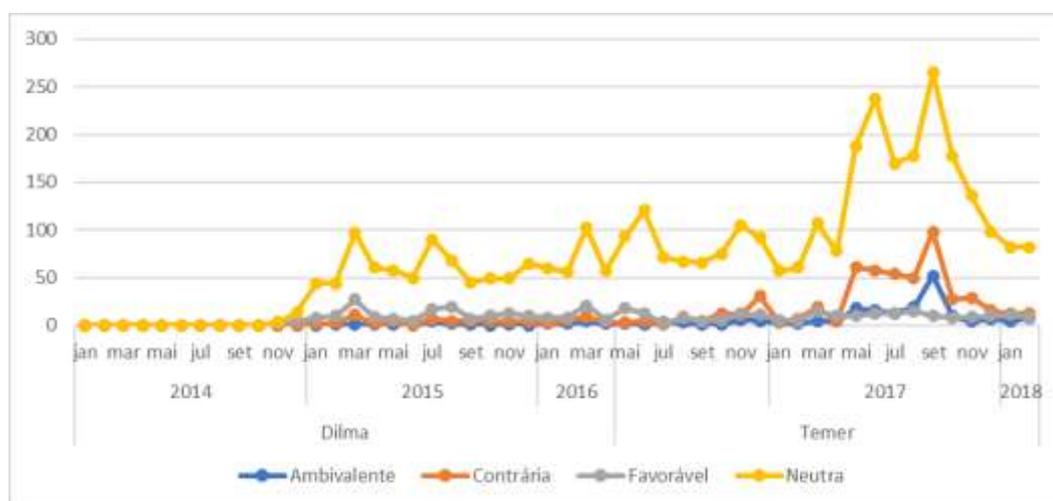
Segundo Feres, Barbarela e Bachini (2018), o noticiário sobre a Lava Jato não apenas aumentou o número de referências a estes poderes na mídia, como também lhes ofereceu uma cobertura largamente favorável, como mostra o Gráfico 4.

Gráfico 4 – Cobertura sobre o Judiciário



Fonte: Feres et al, 2018.

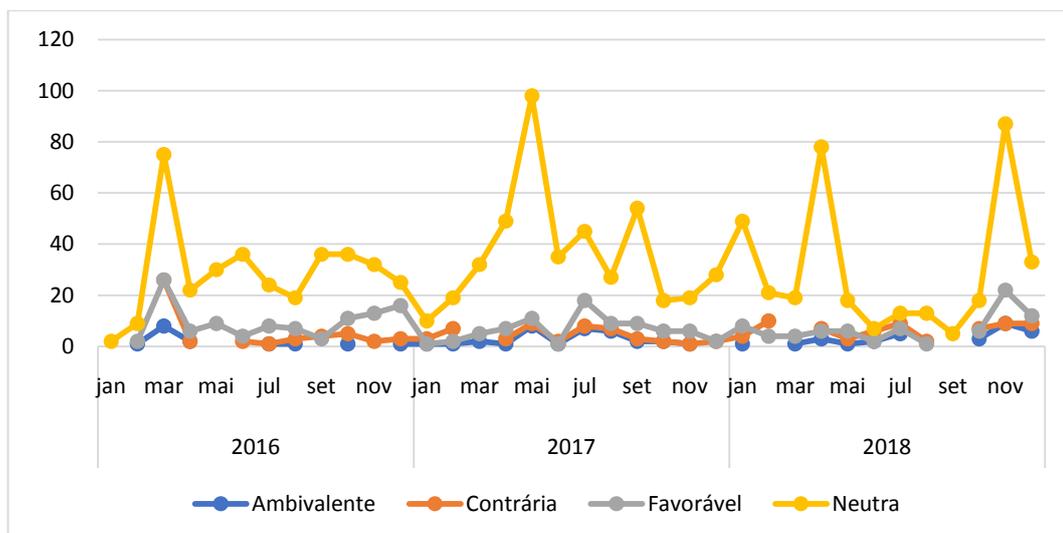
Gráfico 5 – Cobertura sobre o Ministério Público



Fonte: Feres et al, 2018.

Além do predomínio de inserções neutras, nota-se que durante o governo Dilma as menções contrárias a esses poderes nunca ultrapassaram as favoráveis. Os textos jornalísticos sobre a Operação Lava Jato frequentemente destacavam o caráter técnico dos membros dessas instituições, fazendo um contraponto implícito (e por vezes explícito), ao mundo corrupto da política.,

Gráfico 6 – Cobertura sobre Sergio Moro



Fonte: Manchetômetro, 2020.

O enquadramento positivo desses atores repercutiu e foi reforçado, sobretudo nas mídias sociais, a partir das publicações das páginas da nova direita, que vinham tecendo suas redes desde 2014 e alcançaram vasta capilaridade. Estas páginas responderam pela maioria dos conteúdos compartilhados (77%) em plataformas como o Facebook entre 2017 e 2018 segundo o monitoramento realizado pelo Projeto M Facebook<sup>92</sup>.

A exaltação desses poderes, e especialmente, desses atores, encontrou maior ressonância nos enquadramentos propostos pelas páginas “Juventude Contra a Corrupção”, “Movimento Brasil Livre”, “Vem Pra Rua Brasil” e “Juiz Sergio Moro – o Brasil está com você”. Contudo, após o *impeachment*, estas páginas redirecionam seu alvo de Dilma para Lula, tendo em vista eliminá-lo da disputa eleitoral de 2018.

Os dados do projeto M Facebook mostram como, principalmente ao longo de 2018 – ano em que Lula foi preso, teve seu *habeas corpus* negado e foi impedido de disputar as eleições –, tais atores, com destaque para o ex-juiz Sergio Moro, foram frequentemente enquadrados em seus posts como “salvadores da pátria” e “heróis que tiraram o PT do poder”. Nesse sentido, observa-se como a internet e as mídias sociais aprofundaram o processo de personalização da política iniciado pelos meios de comunicação de massa (MANIN, 2013).

<sup>92</sup> Dados disponíveis em: <http://www.manchetometro.com.br/index.php/category/mfacebook/>

Figura 24 – Posts do MBL e do VPR exaltando Moro pela condenação de Lula.



Fontes: Página do MBL e do VPR no Facebook, janeiro de 2018.

Figura 25 – Posts do VPR



Fonte: Página do VPR, abril e julho de 2018.

A batalha jurídica em torno de Lula marcou presença em praticamente todo o monitoramento de 2018, sendo um dos assuntos políticos mais discutidos no Facebook. Apesar de sua diversidade, as páginas da nova direita utilizaram-se na rede de estratégias de comunicação semelhantes. Todas adotaram um discurso anticorrupção que desembocou na propagação de um enquadramento antipolítico e de uma identidade antipetista. Posicionaram-se como defensores da pátria e da idoneidade (os “cidadãos de bem”), e identificaram Lula e o PT como seus principais inimigos. Dessa forma, no dia 7 de abril de 2018, a prisão de Lula foi celebrada como uma grande vitória – se não a maior – desses movimentos. A.O., militante do Vem Pra Rua, explica esse posicionamento:

Olha, teve uma época em que a imprensa nos tratava como anti-Dilma apenas. E nós nunca fomos. **Na verdade, assim, a Dilma e o Lula representam alguma coisa, assim como o Moro representa a antítese.** Mas eu não tenho nada contra a Dilma, eu tenho contra o que ela fez. Ou o que o grupo que estava no poder, com ela como líder, fez. Então não é pessoal, não é. Nem contra o Lula nem contra a Dilma. Por que a gente lutou tanto pra que o Lula fosse preso? Porque ele simbolizava uma prática, ele e todos os eles, Aécio, Garotinho, todos eles também vão ser presos. Eles representam porque eles são ícones. **Por que nós defendemos as posições do Moro? Porque hoje o Moro representa um combate a corrupção.** Eu defendo a ideia, eu não defendo a pessoa, até porque eu não tenho intimidade com ele pra isso. Não é da minha família, nem nada (A.O. – militante do movimento Vem Pra Rua Brasil).

A despeito do seu discurso oficial e da fala de A.O., a natureza militante e as inclinações partidárias dessas páginas ficam ainda mais evidentes quando notamos que outros políticos citados em inquéritos e processos de corrupção não receberam a mesma atenção, tampouco despertaram proporcional indignação. São os casos, por exemplo, de Aécio Neves, Michel Temer e, posteriormente, de Jair Bolsonaro.

Além disso, embora adotassem um discurso pela renovação da política, e muitas vezes anti-institucional, foi frequentemente observado um alinhamento desses grupos com partidos tradicionais da direita, como o DEM e o PSDB. Esses partidos receberam de abraços abertos seus militantes, em especial os do MBL, muitos dos quais que se candidataram e foram eleitos por essas legendas. Foi o caso dos deputados Kim Kataguirí (DEM-SP) e Arthur Mamãe Falei (DEM-SP), eleitos em 2014. Posteriormente, esses grupos também apoiaram as candidaturas desses partidos ao Executivo e se aproximaram das propostas de outros partidos recém-formados, como o Partido Novo e o PSL. Este último foi impulsionado por políticos de longa data, como o capitão da reserva Jair Bolsonaro, que conta com 30 anos de vida pública. Ou seja, a crítica desses grupos não se dirigia ao Estado e às instituições em si, como nos movimentos de 2013, mas a quem ocupava esses cargos e ao projeto societário que vinha sendo desempenhado pelo Estado.

A análise do discurso das páginas com maior volume de compartilhamentos durante o período (Vem Pra Rua Brasil, Movimento Brasil Livre, Juventude Contra Corrupção, Ranking dos Políticos, Jair Bolsonaro e Marco Feliciano<sup>93</sup>) mostra que, em geral, seus posts eram compostos por memes ou por vídeos em que a argumentação é praticamente nula. Apresentavam um pacote interpretativo cuja base era o antiesquerdismo e o antipetismo. Os governos de esquerda, e em particular o PT, eram acusados de corrupção, de agredir os valores da família tradicional e responsabilizados pela crise econômica.

---

93 Jair Bolsonaro, na época, era deputado federal (eleito pelo PP-RJ) e presidenciável pelo PSL. Marcos Feliciano era pastor e deputado federal pelo PSC-RJ.

Numa conjuntura na qual predominava a desmoralização das instituições políticas em todas as variações do espectro político-ideológico, esses novos atores da direita ocuparam o lugar do PSDB, também envolvido na Operação Lava Jato, como principal partido da oposição e adversário político do PT.

Figura 26 – Post do pastor e deputado Marco Feliciano (PSC-RJ) de ataque ao PT.



Fonte: Página de Marco Feliciano no Facebook, janeiro de 2018.

Ao passo que as páginas do MBL e do VPR focavam no tema da corrupção e defendiam a liberalização da economia, Bolsonaro e Feliciano alertavam sobre a suposta ameaça comunista e deturpação moral da esquerda. Faziam referências sistemáticas à Cuba e à Venezuela e associavam os progressistas a comportamentos libertinos e devassos, próprios, segundo eles, dos homossexuais. Os textos que acompanhavam os posts<sup>94</sup> de Marco Feliciano explicitam bem essa estratégia:

DITADURA GAY NOVAMENTE? Vítima da vez: RATINHO. Quem será o próximo? Assista, curta, compartilhe e opine! (10/1/2018)

Peço 2 minutos de atenção. Todos os cristãos devem assistir este vídeo e viralizá-lo. GOVERNO ESQUERDISTA/COMUNISTA DA BOLÍVIA CRIA LEI PARA PROIBIR A EVANGELIZAÇÃO CRISTÃ. Me ajude a denunciar! (11/1/2018)

A radicalização das identidades, a explicitação do ódio de classe, da intolerância e de posições sexistas, racistas e xenófobas que marcaram essa década, refletem, em boa medida, uma reação dos grupos conservadores aos avanços do campo progressista. Isso se deu, sobretudo, em relação aos direitos de grupos identitários, como as mulheres, os/as LGBT e os negros. Partindo de falsas simetrias, esses grupos interpretam cada direito conquistado pelas

94 Fontes: Página de Marco Feliciano no Facebook Acessados em 18 de nov. de 2020, e disponíveis em: <<https://www.facebook.com/PastorMarcoFeliciano/videos/1191301717676512>>, e <<https://www.facebook.com/PastorMarcoFeliciano/videos/1191897704283580>>.

minorias como uma perda de seus direitos e veem o pluralismo como o verdadeiro causador da crise global (LACLAU, 2013 e MOUFFE, 2020 apud NUNES, 2020).

Ao dispensar a co-presença, permitir o anonimato, a emissão de informações e formar bolhas algorítmicas, a internet favoreceu a destilação desse ódio e fez emergir uma militância on-line punitivista e performática (NUNES, 2020). Dotada de uma identidade fechada e intransigente, essa militância realiza uma espécie justicamento pela rede, atacando severamente seus adversários.

A construção deste discurso de ódio direcionado à esquerda e às minorias também passa pela veiculação de memes, que sintetizam esse sentimento de maneira juvenil nas mídias sociais. O caráter lúdico dos memes relativiza a perversidade do discurso conservador, facilitando sua adesão e proliferação (SOLANO,2018).

Inicialmente esses ataques foram concentrados no PT, em Lula e em Dilma. Termos como “corrupto”, “ladrão”, “vergonha” e “esquerdopatas” foram observados em 47% dos posts. Conforme os processos e recursos de Lula e outros políticos foram sendo julgados pelo STF, seus ministros, especialmente os da segunda turma, foram acusados de participar de um plano de salvamento para Lula e os demais políticos. A grande imprensa, que noticiou denúncias contra Bolsonaro a respeito da alocação de funcionários fantasmas em seu gabinete<sup>95</sup> e de ocultações de patrimônio<sup>96</sup> durante o período, foi igualmente incluída nos ataques e considerada “de esquerda”.

Verifica-se ainda que 31% dos posts da nova direita nesse período consistiram em *fake news* ou desinformação. O termo *fake news* pode ser traduzido na íntegra como notícias falsas, o que, em si, não é uma novidade na política. Trata-se de mensagens simplistas, comumente de caráter memético (associação de uma foto a um texto curto) que aparentam ser formuladas por pessoas comuns e deturpam ou revelam parcialmente um fato com o objetivo de atingir uma instituição, pensamento ou indivíduo. Comumente elas têm algo de real, mas distorcem a informação para atacar o outro lado na disputa política, com o intuito de destruí-lo perante a opinião pública.

Nesse rol, sobressaíram-se as páginas do MBL e do Vem Pra Rua, que juntas respondem por metade desse volume. Foram mais frequentes as publicações sobre: uma suposta articulação do PT com o Judiciário para evitar a prisão de Lula e/ou soltá-lo; as acusações de que o MST seria uma organização terrorista; a atribuição da crise econômica,

---

95 Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/01/1949719-bolsonaro-emprega-servidora-fantasma-que-vende-acai-em-angra.shtml>. Acessado em 18 de nov. de 2020.

96 Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/01/1948526-patrimonio-de-jair-bolsonaro-e-filhos-se-multiplica-na-politica.shtml>. Acessado em 18 de nov. de 2020.

sobretudo do desemprego, às gestões petistas; a fraude das pesquisas eleitorais em favor de Lula; a existência de um kit gay e da disseminação da “ideologia de gênero” nas escolas; e a implementação de uma ditadura gay. Dessa forma, estas páginas que se intitulavam nacionalistas, defendiam como solução para os problemas do país propostas de viés conservador, moralista e preconceituoso, foram alinhando-se gradualmente à candidatura de Jair Bolsonaro, que representava inicialmente os grupos da direita conservadora e autoritária, como Movimento Brasil Conservador e Endireita Brasil.

Ao longo desse período, as páginas da esquerda tentaram reagir na rede, mas seus posts obtiveram um alcance bem menor que os das páginas da direita. O monitoramento mostra que as páginas do ex-presidente Lula, do jornalista Paulo Henrique Amorim (Conversa Afiada Oficial) e da Mídia Ninja foram as que incitaram maior engajamento na rede.

Figura 27 – Post de Lula sobre o rosário recebido do Papa e seu apoio perante o golpe



Fonte: Página de Lula no Facebook, 2018.

Seus posts traziam, em geral, o enquadramento petista, denotando um alinhamento circunstancial da Mídia Ninja com o PT. Argumentavam que Dilma Rousseff havia sido vítima de um golpe que contou, além do apoio dos parlamentares, com a colaboração do Judiciário, do Ministério Público e da grande imprensa. Nessa linha, estas páginas afirmavam também que o ex-presidente Lula sofreu perseguição política. Em defesa das gestões petistas, foram destacados seus feitos nos últimos 14 anos, especialmente no que concerne à superação

da miséria e à redução da desigualdade social no país.

A sobreposição do enquadramento petista ao democrático, que mobilizou vários grupos da esquerda durante o *impeachment*, e sua repercussão inferior, sugerem a fragmentação deste campo após 2016. Enquanto as pautas da direita e seu inimigo comum a uniam gradualmente em torno da candidatura de Bolsonaro, consolidando a identidade coletiva proposta por esses setores, a esquerda dispersava-se em meio a sua pluralidade, exteriorizando suas divergências programáticas e conflitos internos, não propondo uma identidade coletiva agregadora para o campo progressista. Dentre os maiores problemas para a conformação dessa identidade, destaca-se a recusa do PT em abrir mão da cabeça de chapa na candidatura ao executivo federal – a despeito do forte anseio antipetista difundido na sociedade brasileira –, e a negação, por parte dos grupos libertários, em fechar alianças e acordos com os setores mais próximos ao centro. Tais posturas não levavam em consideração, na época, a possibilidade de Bolsonaro chegar ao segundo turno, e, menos ainda, de vir a ser eleito presidente. Ou seja, as identidades da esquerda enfrentavam vários adversários ao mesmo tempo, enquanto a direita focava apenas em um: o PT.

A partir desses enquadramentos e da ação política nas redes, se cristalizaram as principais identidades coletivas que organizaram e concorreram nas eleições de 2018. Vejamos como foi a disputa desse pleito na próxima seção.

### **5.3 As eleições de 2018**

As eleições de 2018 foram paradigmáticas em diversos aspectos. Participaram da disputa 13 candidatos entre políticos conhecidos e novos postulantes, sendo a mais pulverizada desde 1989. Os habituais partidos que polarizavam a concorrência ao cargo desde 1994, PSDB e PT, vieram representados respectivamente por Geraldo Alckmin e Lula, que ao longo do processo foi substituído por Fernando Haddad. Outras candidaturas expressivas compuseram o leque de escolhas, muitas delas tentando responder a ânsia pela renovação política por meio da construção de novas legendas e da apresentação de novos nomes. Foi o caso, por exemplo, das candidaturas da ex-senadora Marina Silva, pelo novo partido Rede Sustentabilidade; do ex-senador Álvaro Dias, pelo também estreante Podemos; de Guilherme Boulos, liderança do MTST, pelo PSOL; do então deputado Jair Bolsonaro, pelo igualmente recém-fundado PSL; do ex-executivo do grupo Itaú-Unibanco, João Amoêdo, pelo, como sugere o próprio nome da sigla, Partido Novo; do ex-governador do Ceará, Ciro

Gomes, pelo PDT; e do ex-ministro da economia, Henrique Meirelles, pelo MDB.

Contudo, a maior surpresa se deu no âmbito da comunicação política. As variáveis que até então eram consideradas fundamentais para a conquista da Presidência da República – forte estrutura partidária, tempo no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral e cobertura favorável da imprensa – se mostraram insuficientes. O candidato que desfrutava de tais condições, Geraldo Alckmin, amargou a quarta colocação na disputa, obtendo apenas 4,76% dos votos válidos. O segundo candidato com potencial para ganhar o pleito com base nessas variáveis (excetuando-se a cobertura midiática, que sempre fora alinhada à direita no país) seria Fernando Haddad, que foi para o segundo turno, mas saiu derrotado (embora tudo leve a crer que seu desempenho deveu-se muito mais à transferência dos votos de Lula, que foi impedido de participar das eleições devido a uma condenação judicial questionável, do que às coligações feitas pelo partido ou ao seu tempo de TV).

Em contrapartida, Jair Bolsonaro (ex-PSL), candidato de um partido recém-constituído, sem tempo de TV ou estrutura tradicional de campanha, e inicialmente ignorado pela imprensa, realizou sua campanha sobretudo pelas mídias sociais. Bolsonaro não só desbancou a candidatura do PSDB e de todos os outros políticos da direita, como foi ao segundo turno e saiu vitorioso, derrotando Haddad com uma larga vantagem de 10% dos votos válidos.

O deputado carioca, que até pouco tempo tinha atuação inexpressiva no Congresso, aproveitou a conjuntura crítica, composta de escândalos de corrupção, desaceleração econômica e aumento da violência, para construir através das redes uma candidatura dotada de um enquadramento anti-institucional. Se apresentava como um cidadão comum, um político não convencional, não pertencente aos partidos tradicionais, combatente da corrupção e dos privilégios, defensor da moral, dos bons costumes e da restauração da ordem.

Figura 28 – Post de Jair Bolsonaro atacando a imprensa e o sistema político.



Fonte: Página de Jair Bolsonaro no Facebook, 2017.

O grupo conhecido como nova direita – composto por movimentos como Brasil Livre (MBL), Revoltados Online, Vem Pra Rua Brasil e lideranças como o próprio Bolsonaro e Kim Kataguiri –, soube ler de maneira atenta a conjuntura e utilizar oportunamente os recursos dos quais dispunham. Tendo em vista sua boa performance nas redes ao longo do processo de *impeachment*, a popularização da internet no Brasil<sup>97</sup>, a vitória de Donald Trump nos Estados Unidos, com uma campanha feita em moldes similares, e o instaurado clima *antiestablishment* estabelecido a partir do antipetismo, se instrumentalizaram das mídias sociais para impulsionar suas candidaturas.

A comunicação personalizada própria dessas mídias permitiu a Bolsonaro apresentar-se como alguém igual, do mesmo patamar e com os mesmos anseios do cidadão médio. Um político que, mesmo estando há 30 anos na vida pública, catalisou o sentimento de mudança da população, visto que se opunha hipocritamente aos partidos tradicionais – muitos dos quais ele mesmo já foi filiado. Essas campanhas tiveram como base não as propostas desses políticos, que eram poucas. De modo geral, foram mais niilistas do que propositivas e estruturadas a partir da difusão de *fake news*.

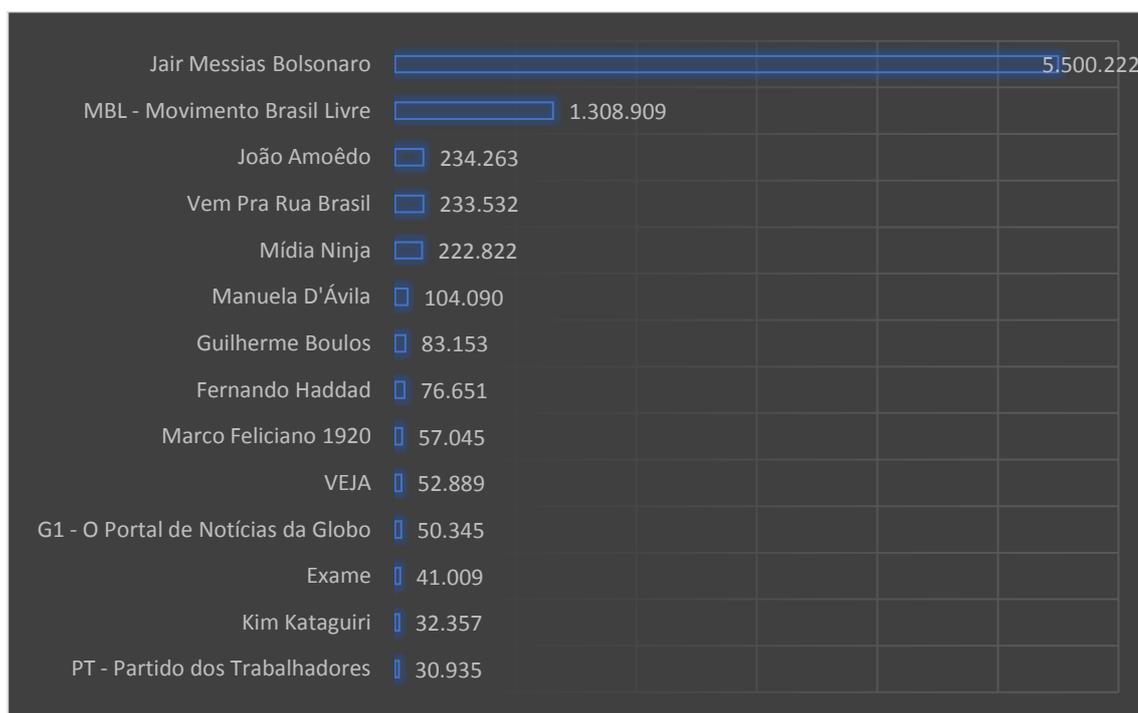
Sempre houve propagação de mentiras nas disputas eleitorais. Porém, o uso das mídias sociais para difundi-las em grande volume pode ser considerado um traço peculiar da dinâmica política contemporânea. Esta prática desafia os mecanismos de controle por parte

97 Nas eleições de 2018, cerca de 65% da população tinha acesso à rede (Ibge, 2018) e 42% usavam aplicativos como Facebook e WhatsApp para se informar sobre política (Paraná Pesquisas, 2018).

das justiça eleitorais e tem se mostrado altamente nociva para as democracias, dado que a velocidade na qual proliferam as *fake news* é inversamente proporcional à da checagem das informações. Como essas notícias costumam provir dos círculos de relações pessoais, que é reproduzido nas plataformas de redes sociais e normalmente corrobora o seu ponto de vista, os indivíduos tendem a lhes depositar alta credibilidade.

Os dados do Projeto M Facebook mostram que, ao longo da disputa eleitoral (entre 31 de agosto e 26 de outubro de 2018), as páginas da nova direita não somente seguiram na liderança da conversação política na rede, respondendo por 86% dos conteúdos mais compartilhados no período, como também se utilizaram com muita frequência de *fake news* em seus posts (estima-se que tenha sido superior a 50% das publicações). Destacaram-se nesses quesitos as páginas de Jair Bolsonaro, do Movimento Brasil Livre, do movimento Vem Pra Rua, de Kim Kataguiri e Marco Feliciano.

Gráfico 7 – Soma de compartilhamentos



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Essas páginas se dedicaram a apoiar a candidatura de Jair Bolsonaro, a promover a imagem positiva de Sergio Moro, bem como a difundir mensagens e memes contra os grupos e partidos de esquerda no Brasil, tendo como principal foco o PT. Especialmente através de vídeos (52%) e fotos (36%), estes atores realizaram forte campanha negativa, desinformando

frequentemente a população. Foram destacadas a prisão do ex-presidente Lula, bem como ressaltada a importância do papel da operação Lava Jato, julgada em primeira instância pelo então juiz Sergio Moro.

Após a declaração de ilegitimidade de Lula ao pleito por parte do Tribunal Superior Eleitoral, observou-se uma crescente onda de críticas ao substituto do Partido dos Trabalhadores à corrida presidencial: o ex-ministro da Educação e ex-prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad. A candidatura de Haddad foi bombardeada a partir de uma série de acusações infundadas. Uma das *fake news* mais propagadas no período foi a da existência de um suposto kit gay que era distribuído nas escolas públicas durante sua gestão no Ministério da Educação<sup>98</sup>.

Figura 29– Post em que Bolsonaro acusa Haddad de ser “o pai do kit gay”



Fonte: Página de Jair Bolsonaro no Facebook, 2018.

Entretanto, o post com maior projeção no período, que alcançou 374.031 compartilhamentos, também com claro conteúdo mentiroso, foi o vídeo de Bolsonaro no

98 TSE determina remoção de vídeos de Bolsonaro sobre "kit gay" no Facebook. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/agencia-estado/2018/10/16/tse-determina-remocao-de-videos-de-bolsonaro-sobre-kit-gay-no-facebook.htm>>. Acessado em 18 de set. de 2020.

Hospital Albert Einstein, em 16 de setembro, após o ataque sofrido na cidade de Juiz de Fora. Na mensagem, o então candidato à presidência questionou o sistema eleitoral brasileiro, alegando haver um plano conspiratório para tirar sua vida e reempossar o PT. A respeito desse episódio, há quem acredite que tratou-se de uma estratégia da campanha para poupá-lo dos debates televisivos – ou seja, que não teria havido atentado. Isso se deveria a sua evidente inabilidade comunicativa e serviria para despertar a compaixão dos eleitores em prol de sua candidatura.

A diferença ideológica das candidaturas foi reafirmada por críticas aos regimes venezuelano e cubano, denominados ditaduras comunistas e considerados parceiros do PT. Esses países foram tratados de maneira pejorativa em praticamente todas as semanas nos posts mais compartilhados no Facebook ao longo da corrida presidencial<sup>99</sup>.

Pode-se notar também o gradual alinhamento das elites econômicas, sobretudo do empresariado, à candidatura de Jair Bolsonaro, ao perceberem que as demais candidaturas da direita não eram competitivas. Diante disso, houve a fusão de um discurso conservador, pautado em termos de moralidade e bons costumes, com uma narrativa neoliberal para a agenda econômica. Em um post<sup>100</sup> compartilhado no segundo turno, em 8 de outubro de 2018, Bolsonaro evidencia esse alinhamento de interesses:

Reduzir o número de ministérios, extinguir e privatizar estatais, combater fraudes no Bolsa-Família para que quem precise possa ter este amparo humanitário ampliado, descentralização do poder dando mais força econômica aos estados e municípios. A política a serviço do Brasileiro e não mais o Brasileiro a serviço de políticos! Estes e muitos outros passos são os alicerces de nosso projeto de Brasil!

O receituário neoliberal de privatizações e aumento da participação privada na economia, além de aparecer veementemente no programa de governo do partido de Bolsonaro, o PSL, também ganhou destaque entre seus seguidores digitais e adversários do mesmo espectro ideológico. As páginas do MBL, do VPR e de João Amoedo incitaram alto engajamento durante todo o monitoramento da pesquisa.

À esquerda, a página melhor posicionada foi da Mídia Ninja, em 4º lugar no ranking geral, com mais de 222 mil compartilhamentos. A página de Fernando Haddad apareceu apenas na oitava colocação, com 76.651 compartilhamentos. Ficou atrás do candidato do PSOL, Guilherme Boulos, e da sua vice, Manuela D'Ávila (PC do B), que obtiveram o

99 Fonte: Manchetometro, relatórios das semanas 44, 45, 49 e 50 de 2018. Disponível em: [http://www.Manchetometro.com.br/wp-content/uploads/2018/11/semana-50\\_2.pdf](http://www.Manchetometro.com.br/wp-content/uploads/2018/11/semana-50_2.pdf). Acessado em 18 de set. de 2020.

100 Fonte: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/posts/1243642389118078>. Acessado em 18 de set. de 2020.

número de 83.153 e 104.090 compartilhamentos, respectivamente. Luiz Inácio Lula da Silva, por exemplo, foi mais citado que o Haddad durante a disputa no Facebook.

O tema que mais engajou compartilhamentos entre as páginas da esquerda durante a campanha de 2018 foi o movimento #EleNão, organizado por mulheres de diferentes posições políticas contra a candidatura de Jair Bolsonaro – reconhecidamente misógino, autoritário, racista e inimigo das minorias. Este resultado reforça como o conflito político foi permeado pelas questões identitárias e que a esquerda realmente ficou acuada mediante os sucessivos ataques que recebeu ao longo do período, não conseguindo pautar, tampouco defender, seus projetos políticos e econômicos.

No contexto de crise da representatividade, da crise econômica e de retrocesso dos direitos das minorias, saiu vitoriosa a fórmula adotada pela direita, de combinar um discurso genérico contra a corrupção, ao antipetismo, às narrativas conservadoras, às propostas neoliberais e a elementos de um nacionalismo-autoritário. O êxito deste movimento deveu-se à sua tática de fronteirização e identificação, que era dotado de duas faces. Por um lado, enquadrava a esquerda e o PT como inimigos da nação, e responsabilizava-os por todos os problemas de ordem política, econômica e moral. Por outro, se apresentavam como uma legítima possibilidade de renovação institucional.

A eleição de Bolsonaro demarca o fim do ciclo democrático-popular iniciado na década de 1970 e da hegemonia petista, anunciados em Junho 2013. Com sua vitória, teve início um novo ciclo político no Brasil, designado por Domingues (2018) como republicano-oligárquico, cujos objetivos são reduzir o estado ao mínimo e controlar a população a partir de medidas autoritárias.

Sua eleição também insere o Brasil na nova onda de governos conservadores. Observam-se muitas proximidades entre o discurso de Bolsonaro e o dos movimentos antiglobalistas surgidos após 2008, que responsabilizam as classes médias cosmopolitas, a elite intelectual, o protecionismo estatal, os partidos de esquerda e os movimentos identitários pela crise econômica global. Em oposição aos movimentos antiglobalização e aos que promoveram o ciclo de protestos dos indignados – cujo alvo eram os bancos e os Estados que se rendiam aos seus interesses, e apresentavam propostas horizontalistas e anticapitalistas, demandando o aprofundamento da democracia –, os grupos antiglobalistas vêm conformando uma onda conservadora moralista. Reivindicam a radicalização do liberalismo econômico, possuem caráter anti-democrático e objetivam manter os privilégios de poucos.

Castells associa esse fenômeno ao avanço das pautas progressistas e dos direitos das minorias, que foram vorazmente atacados ao longo dos anos 2010, inclusive no Brasil:

Uma parte da explicação para a força do movimento nacionalista é a importância que a política da identidade ganhou nos Estados Unidos, assim como no resto do mundo. Vários grupos étnicos e culturais (afro-americanos, latinos, chicanos, indígenas americanos, asiáticos de diferentes nações e etnias, mulheres, lésbicas, gays, transsexuais e outros múltiplos conjuntos) têm afirmado sua identidade específica e lutado por seus direitos. De repente, os homens brancos perceberam que ninguém falava sua identidade. E mais, que as outras identidades se definiam como contestadoras de identidade supostamente dominante: a identidade do homem branco. Que por ser a identidade alfa, foi superada e negada como identidade. Desse sentimento de exclusão de manifestações culturais dominantes e das categorias protegidas em termos de direitos especiais, surgiu a necessidade de uma afirmação dos esquecidos da política identitária: o homem branco. [...] Nesse caldo de cultura floresceram grupos racistas, neonazistas e antissemitas, que haviam ficado na penumbra e viram chegar o seu momento (CASTELLS, 2018, p. 51).

Tendo em vista as principais expressões do ativismo no Brasil ao longo desse decênio, tudo leva a crer que ambos os movimentos encontraram ressonância no país, onde o ativismo incorporou e adaptou suas tendências mediante as peculiaridades de sua dinâmica conjuntural. Enquanto os atores promotores das Jornadas de Junho guardam mais semelhanças com os movimentos antiglobalização e do ciclo de protestos dos indignados, os movimentos pró-*impeachment* e o bolsonarismo se alinham aos movimentos antiglobalistas.

A despeito de suas diferenças programáticas e ideológicas, esses fenômenos parecem ter como base de suas identidades coletivas os mesmos processos organizadores: a difusão da ação conectiva e do enquadramento anti-institucional. No caso do Brasil, estes dois processos, iniciados na década anterior, tiveram uma confluência determinante para o ativismo a partir das Jornadas de Junho de 2013, quando se observa a emergência e a força das identidades ciberorientadas no país.

Este novo tipo de identidade coletiva conformou-se a partir da apropriação política das mídias sociais e de uma concepção de ação coletiva que rejeita as formas hierárquicas dos movimentos sociais e das instituições políticas tradicionais. A tecnologia digital, que configura a ação conectiva, favorece e viabiliza essa proposta ao permitir o estabelecimento de relações organizativas mais horizontais e a ampliação das lutas para além das fronteiras habituais e físicas da militância, o que agrega aliados às causas a despeito da sua localidade e de seus compromissos sociais prévios. A internet propicia que cidadãos sem cultura militante não apenas se informem sobre as causas e os eventos de protestos, mas as discutam, se solidarizem e identifiquem com elas. Assim, a internet, e especialmente as mídias digitais, assumem um papel de mediadoras das identidades coletivas.

As Jornadas de Junho de 2013 são o ciclo que inaugura esse fenômeno no Brasil, permitindo observar com mais nitidez esse descolamento entre as identidades coletiva e

organizacional, assim como suas consequências. Os movimentos sociais promotores de Junho vinham se mobilizando desde a década passada pela democratização da democracia (PINTO, 2012) e estruturando sua identidade de forma organizada, de modo que Junho não se pode dizer que as manifestações foram “um raio em céu azul”. Mas foi a partir da internet que a luta pelo transporte público, e as demais que a ela se somaram, se expandiram, ganharam visibilidade, adeptos e conseguiram pressionar efetivamente as forças políticas instituídas. Além disso, o uso político das mídias sociais impulsionou uma cultura de mobilização política, o debate permanente e a apropriação do espaço público, ressaltando a força da ação coletiva e empoderando muitos atores.

Nesse sentido, os principais grupos políticos promotores de manifestações no país ao longo deste período compreendem que atingiram seus objetivos, ocasionando grande ônus aos partidos políticos:

Eu acho que junho de 2013 foi talvez o único processo na história da democracia brasileira recente que todos os partidos dominantes foram derrotados por pessoas organizadas sem citar nenhum desses partidos dominantes, né? Tanto PSDB, como o PT, como o PMDB, por todo o Brasil, mais de cem cidades reduziram a tarifa de ônibus, todos eles tiveram de alguma forma que se dobrar à expressão de massa que aconteceu, de forma nacional também [...] A gente então tem uma vitória parcial, que é no sentido de que eles tiveram que lidar com aquilo. Mas depois a gente tem uma derrota parcial no sentido de que eles começaram realmente a manipular o sentido da coisa (M. – militante do Movimento Passe Livre de São Paulo).

No entanto, Junho também expôs fragilidade do projeto conciliatório do PT e as fissuras sobre as quais a sociedade brasileira se estruturava. Prova disso é que os protestos transbordaram para além das causas e dos atores que lhes convocaram (BRINGEL, 2015), tendo efeitos não esperados e indesejados. A reivindicação por uma outra política gerou um movimento antipolítico. A crítica à representação política, efetuada inicialmente pela esquerda, foi deturpada e apropriada pela direita, fazendo com que as reivindicações de Junho por mais direitos acabassem tendo como desfecho a expropriação de direitos e a sobreposição dos interesses econômicos aos sociais. A fala de M.C. sintetiza as consequências dessa manobra para a esquerda:

Em dois anos, destruíram tudo. Na semana passada, o Temer cancelou o fundo social do pré-sal. [...] Ele mudou a lei da partilha, tirou a exclusividade da Petrobras e cancelou o fundo. Aprovou a reforma trabalhista e preparou o terreno para que, posteriormente, Bolsonaro aprove a reforma da previdência. Devastaram e passaram a boiada na Amazônia. Encheram nossas comidas de agrotóxicos (M.C. – militante da UNE).

As mídias sociais foram fundamentais para esse desdobramento. A corrupção serviu,

mais uma vez, de solda entre a oposição conservadora e os setores populares. Apropriando-se com muita inteligência da lógica arquitetônica da rede, os velhos e novos grupos da direita forjaram uma suposta descentralização comunicacional e a instrumentalizaram para catalisar o sentimento de indignação com as instituições que veio à tona em Junho a partir de uma identidade antipetista, que foi ganhando robustez e contornos de ódios em pouco tempo, espalhou-se pelo território nacional e conduziu o processo de *impeachment* e as eleições de 2018. Militante do PT, T.T., relata a dificuldade de resistir nessa conjuntura em decorrência de sua escolha política:

A esquerda sofreu os efeitos de uma forma pesada e o ódio, Natasha [...] Eu sei que é difícil de mensurar, difícil de analisar, mas eu, enquanto petista, militante, senti que o ódio em relação a minha escolha política, em relação ao meu posicionamento, cresceu assustadoramente a partir de 2013 (T.T – militante do Partido dos Trabalhadores e da Marcha Mundial das Mulheres).

Ressaltar a importância da internet neste ciclo de mobilizações não significa defender a espontaneidade dos protestos, ou algo similar. Esta pesquisa demonstra que a convocação dos eventos, a elaboração de enquadramentos e a proposição de identidades coletivas, foram realizadas por movimentos sociais que, embora nem sempre assumam uma configuração mais tradicional, são organizados.

Contudo, se por um lado a vitória de Jair Bolsonaro simboliza não apenas o esgotamento do projeto neodesenvolvimentista e o fim da cidadania instituída (DOMINGUES, 2008), por outro, esse foi um desdobramento que também escapou aos protagonistas dos movimentos *pró-impeachment* e à vontade inicial das elites. Bolsonaro foi um resultado não esperado, conforme expressa o militante do MBL:

Bom, eu diria até que, por mais que nós, num momento aspirássemos por renovação, aspirava que, e pensava que as eleições de 2018 fossem proporcionar isso, mas não o que aconteceu, não da forma que aconteceu. [...] Porque quando você tem o *impeachment* da presidente Dilma vários setores da sociedade formadores de opinião resolveram, por vários motivos, desde querer se justificar como injusto, outros como justiceiros de fato, perdendo a noção de valores elementares, resolveram que a política deveria ser rebaixada, então o candidato que chegou ao segundo turno foi o Bolsonaro. [...] Ao mesmo tempo que tínhamos discordâncias profundas com o candidato Bolsonaro na época, nós também o defendíamos, e tínhamos ainda mais divergências com o candidato Haddad. [...] Sabemos das limitações dele, nunca exerceu um cargo no Executivo, e isso sempre foi um temor, sobretudo porque o movimento defende a reforma de previdência, defende a reforma institucional, e sabemos que ele é uma pessoa que até pelo fato de nunca ter exercido um cargo no Executivo ele não tinha ciência de como se dava esse tipo de trabalho, e é o que tá acontecendo agora (E.B – militante do Movimento Brasil Livre).

Verifica-se que na conjuntura brasileira, caracterizada por tensões programáticas, acúmulo ativista e oportunismos, as identidades ciber-orientadas e o enquadramento anti-institucional, ao mesmo tempo que democratizaram a militância e a participação política, e incitaram novas práticas coletivas, corroboraram para o fim do ciclo democrático-popular e para o início de um novo ciclo político oligárquico. Todos esses acontecimentos contiveram, em maior ou menor medida, um grau de imprevisibilidade da ação coletiva que foi aumentado pela mediação realizada pela internet. Assim, a rede contemplou e viabilizou intervenções políticas de todas as nuances – da ação direta ao comportamento antidemocrático –, evidenciando os valores e anseios, por vezes ocultos e indesejados, que permeiam nosso tecido social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese argumentou que as identidades coletivas na contemporaneidade vêm se reconfigurando e se descentrando, e que este processo está associado, em larga medida, ao avanço e à difusão das tecnologias da informação, unido à insatisfação com os agentes políticos e as instituições que hierarquizam e representam o poder na sociedade global.

A transnacionalização e midiaticização das relações sociais ao mesmo tempo que estenderam e capilarizaram a dominação neoliberal, alteraram o lócus de conformação das identidades coletivas, intensificando o descentramento que se encontrava em curso desde a segunda metade do século XX. Assim, as múltiplas identidades dos sujeitos concretizam-se a partir de diversos atores que se fundam e organizam de maneira mais descentralizada, cujas relações ultrapassam fronteiras, inauguram novas forma de ação coletiva que imbricam o local ao global e geram ciclos de protestos de dimensões planetárias.

A popularização da internet e das mídias sociais, e sua apropriação política, incrementaram o processo de identização, provocando a emergência do que denomino como *identidades ciber-orientadas*, cuja mediação é realizada fundamentalmente pela rede. Os fluxos de informações, valores, sentimentos e percepções conformam e difundem enquadramentos, engajam solidariedades e aceleram o estabelecimento de identidades. Além disso, os recursos comunicacionais e simbólicos próprios da rede criam novas práticas políticas, como grupos de discussão e de afinidade ideológica; campanhas digitais a partir de hashtags; mudanças de avatares; boicotes às plataformas, empresas e aplicativos; ataques simultâneos e derrubadas de sites e páginas de adversários políticos; produção de informação contra hegemônica; e a elaboração colaborativa de programas, vídeos, memes e outros materiais digitais inclusivos. Essas práticas facilitam a propagação das causas, o agendamento das manifestações e a convocação de milhares de pessoas para eventos de protesto.

Por um lado, essas mudanças acarretam a substituição gradativa dos movimentos sociais pela internet na proposição e organização das identidades coletivas, e o surgimento de uma militância digital que amplia radicalmente o escopo de envolvidos nas ações coletivas. Estas transformações criam identidades fluídas e efêmeras, pois os vínculos estabelecidos com as causas e com os movimentos são mais frouxos do que aqueles decorrentes de militância orgânica presencial. Por outro, a grande maioria das organizações e movimentos tradicionais, caracterizados por identidades mais sólidas e centradas, também se apropriaram da rede para aumentar a visibilidade de suas lutas, difundir seus enquadramentos e mobilizar pessoas. Dessa forma, os dois tipos de movimento e identidade, mais ou menos hierárquicos e

centrados, coexistem na disputa política atual.

Observa-se ainda que a internet não foi instrumentalizada somente pelos atores e agentes que resistem às opressões e buscam transformar as sociedades, mas também por aqueles que almejam sua perpetuação e aprofundamento. Nesse sentido, verifica-se um sagaz uso dessas tecnologias por atores que difundem ideias conservadoras, xenófobas, extremistas e, com frequência, fake news, conformando uma grande onda de direita que vem assolando as democracias contemporâneas.

Todas essas transformações se expressam e concretizam na política brasileira de modo particular. Adotando como recorte sócio-político-temporal o período denominado pela literatura como ciclo democrático-popular, que se inicia nos anos 1970 e finda na década de 2010, verifica-se que as identidades coletivas no Brasil se pluralizam durante a ditadura a partir da emergência dos movimentos populares; adquiriram um caráter cívico e participacionista com a redemocratização, a institucionalização dos movimentos e os escândalos de corrupção do governo Collor; se transnacionalizaram, horizontalizaram e multiplicaram - em sintonia com as tendências do ativismo internacional e a partir da ampliação de direitos e avanços sociais consequentes do governo do PT-; e, por fim, também em consonância ao ciclo global de protestos deflagrado em 2008, passam a se organizar a partir de um enquadramento anti-institucional, fomentado tanto por críticas da esquerda e da direita ao neo-desenvolvimentismo petista, quanto pelos sucessivos escândalos de corrupção, e pela internet, se tornando cada vez mais ciber-orientadas.

Ao focar no estudo mais detalhado da reconfiguração das identidades coletivas no Brasil no último decênio, deu-se especial atenção às Jornadas de Junho, o mais expressivo ciclo de protestos observado ao longo dessa década e que se conforma a partir da convergência entre esses dois processos organizadores das identidades contemporâneas: a difusão do enquadramento anti-institucional e as identidades ciber-orientadas.

O material empírico mostra como os protestos de Junho foram convocados inicialmente por pequenas organizações de esquerda, em sua maioria antissistêmicas, e obtiveram inimaginável alcance a partir das mídias sociais, que foram instrumentalizadas por esses atores para dar-lhes visibilidade, denunciar a repressão, produzir informação contra hegemônica e mobilizar as pessoas. Esse processo fez com que essas organizações conseguissem se expandir para além das fronteiras da militância organizada. Contudo, os protestos do período também favoreceram a difusão de um enquadramento anti-institucional que foi apropriado e convertido oportunisticamente, *a posteriori*, em antipolítico, em simbiose com a repercussão da Operação Lava Jato na grande imprensa e seu enquadramento

antipetista, viabilizando o ressurgimento de grupos de extrema direita no país.

Embora o debate político e a ação coletiva tenham sido amplificados no Brasil, isso não significa que foram necessariamente qualificados. A internet e as mídias sociais serviram para propagar e canalizar a indignação tanto perante o aumento da tarifa de ônibus, os gastos exorbitantes com os megaeventos, as remoções de comunidades inteiras e a violência policial, e pressionar as instituições por mais direitos, assim como para fazer campanha política, destituir ilegítimamente um governo, difundir ideais conservadores, discurso de ódio e *fake news*.

Além disso, as entrevistas mostram como os atores, independente da posição política, perderam o controle da ação coletiva com a internet, que teve muitas vezes desdobramentos imprevistos e não desejados. Dessa forma, as identidades ciber-orientadas e o enquadramento anti-institucional, ao mesmo tempo que democratizaram a militância e a participação política, confluíram, contraditoriamente para o fim do ciclo democrático-popular.

Contudo, não podemos esmorecer, tampouco desistir. Por mais que os acontecimentos políticos posteriores aos protestos e os atuais sejam desalentadores, a luta social e as graves crises sanitária, política e econômica exigem resiliência, como reflete N.M. da Vila Autódromo, sobre sua própria experiência:

“Uma história de vida, 20 anos para construir, 20 minutos para demolir, a minha casa caiu, mas eu tô aqui e não caio” - essa foi uma fala minha mãe, dona Maria da Penha, que ela fez no dia (que a casa foi demolida), muita gente chorou e ela disse: “não chorem, porque a minha casa caiu, mas eu tô aqui, estou de pé eu estou firme, eu não caio nessa casa, eu tô aqui e vocês estão vivendo aqui, eu vou continuar aqui e ela continuou”. (N.M. –militante da Vila Autódromo)

A tragédia política que configura a eleição de Bolsonaro no Brasil fica cada vez mais explícita mediante sua prevaricação no combate à pandemia, e as redes, dada sua relevância nesse contexto de distanciamento, vêm sendo largamente mobilizadas por diversos grupos políticos para denunciar e conscientizar as pessoas sobre as consequências do seu projeto liberal-necropolítico e os inúmeros crimes que o presidente vem cometendo, favorecendo a articulação de uma ampla rede antibolsonarista e pró-impeachment. Tal movimentação, que envolve a política digital e a institucional, talvez seja um interessante objeto para dar continuidade ao estudo das identidades ciber-orientadas no Brasil e a única maneira de salvar o país do colapso e do fascismo.

As novas formas de ação coletiva relacionadas à internet podem, se mobilizadas de maneira inteligente e adequada, incitar a reflexão crítica sobre o atual estado de coisas e

contribuir para a sua transformação. Para tanto, é preciso compreender as dinâmicas da sociabilidade midiaticizada, tal como estar aberto para rever as relações com as instituições e as possibilidades de horizontalizá-las. Somente assim será possível propor um novo horizonte normativo de largo alcance intelectual e prático, que aproxime as pessoas da política e faça com que esta, de fato, contemple suas demandas mais genuínas.

## REFERÊNCIAS

- A.B. Ex-militante do Comitê Popular Contra a Copa e as Olimpíadas. Entrevista concedida a Natasha Bachini Pereira. Rio de Janeiro, 4 abr. 2018
- ALCÂNTARA, Livia Moreira. Ciberativismo e movimentos sociais: mapeando discussões. *Aurora: Revista de Arte, Mídia e Política*. São Paulo, v. 8, n.23, 2015.
- ALCANTARA, Livia; BRINGEL, Breno. Dos zapatistas aos indignados: mudanças na geopolítica das solidariedades transnacionais. *Revista Educação & Sociedade*, vol.41, Campinas, 2020.
- ALEXANDER, Jeffrey. AÇÃO COLETIVA, CULTURA E SOCIEDADE CIVIL. Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. *Revista brasileira de Ciências Sociais*. vol. 13 n. 37 São Paulo June, 1998.
- ALPERIN, J.; DUMAS, C.; KARAMI, Amir; MASCROP, David; SINGH, Vivek; ZAMIR, Hassan, ILHAN, Aylin; DORSCH, Isabelle. Politicians & the public: The analysis of political communication in social media. *Proceedings of the Association for Information Science and Technology*, v.55 n.:1, 2018.
- ALONSO, Angela e MISCHÉ, Ann. June demonstrations in Brazil: repertoires of contention and government's response to protest. From Contention and Social Change. Rethinking the consequences of Social Movements and Cycles of Protests – ESA Research Network on Social Movements. Midterm Conference. 19-20 February 2015 – Universidad Complutense de Madrid, Spain.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. A grande imprensa e o PT (1989-2014). São Carlos: EdUFSCAR, 2017.
- A.O. Militante do movimento Vem Pra Rua Brasil. Entrevista concedida ao NEAMP. São Paulo, 26 fev. 2020.
- BACHINI, Natasha. Sob o piado do Twitter: o novo tom das campanhas eleitorais com a difusão da internet no Brasil. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, 2013.
- BACHINI, Natasha & CHICARINO, Tathiana. Ciberindignação: a apropriação da internet para a mobilização política. *Anais do V Seminário de Sociologia e Política da UFPR*. Curitiba, 2014.
- BAKARDIJEVA, Maria (2015): Do clouds have politics? Collective actors in social media land, *Information, Communication & Society*, 18:8, 983-990, DOI: 10.1080/1369118X.2015.1043320
- BARREIRA, Irllys Alencar. Ação direta e simbologia das “jornadas de junho”: notas para uma sociologia das manifestações. *Contemporânea*, v. 4, n. 1 p. 145-164 Jan.–Jun. 2014.

BATESON, Gregory. “Uma teoria sobre brincadeira e fantasia”, in B. T. Ribeiro e P. M. Garcez (orgs.), *Sociolingüística interacional*, 2. ed., São Paulo, Loyola., 2002.

BAUMAN, Zygmund. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. *Tempos líquidos*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 2007.

\_\_\_\_\_. Bauman examina crise da internet e da política. *Outras Palavras*, 11 de março de 2016. Disponível em: <http://outraspalavras.net/posts/bauman-examina-crise-da-internet-e-da-politica>

BENNETT, Lance; SEGERBERG, Alexandra. The logic of connective action. Digital media and the personalization of contentious politics. *Information, communication e society*, vol. 15, n 5, p. 739-768, 2012.

BERGER, P., & LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1996.

BOSCHI, 1983. *Movimentos sociais e institucionalização de uma ordem*. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1983.

BLUMER, Herbert. *Collective Behaviour*. in A. M. Lee, ed., *Principles of Sociology*, New York, Barnes & Noble, 1951.

BOITEMPO (ED.). *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. [s.l.] Boitempo, 2013.

BRINGEL, Breno. Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013, *Insight Inteligência*, v.62, p.42-53, 2013.

BRINGEL, Breno. Social movements and contemporary modernity: internationalism and patterns of global contestation. In: Breno Bringel e José Maurício Domingues (Eds.) *Global Modernity and Social Contestation*. Londres/California/New Delhi: SAGE, p. 122-138, 2015.

BRINGEL, Breno. Mudanças no ativismo contemporâneo: controvérsias, diálogos e tendências. In: Aercio de Oliveira e Evanildo Barbosa Silva (Orgs.). *A luta popular urbana por seus protagonistas: direito à cidade, direito nas cidades*. Rio de Janeiro: FASE, p. 20-29, 2018a.

BRINGEL, Breno. De las luchas contra la ditadura a junio de 2013. In: BRINGEL, Breno M. E DOMINGUES, José Maurício. *Brasil. Cambio de era: crisis, protestas y ciclos políticos*. Madrid, Catarata, 2018b.

BRINGEL, Breno. De las protestas de Junio de 2013 al golpe de 2016. In: BRINGEL, Breno M. E DOMINGUES, José Maurício. *Brasil. Cambio de era: crisis, protestas y ciclos políticos*. Madrid, Catarata, 2018c.

BRINGEL, Breno e FALERO, Alfredo. *Redes transnacionais de movimentos sociais na*

América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial. *Cad. CRH* [online]. 2008, vol.21, n.53, pp.267-286.

BRINGEL, Breno e ECHART, Enara. Dez anos de Seattle. O movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. *Ciências Sociais Unisinos*, vol. 46, n.1, p. 28-36, 2010.

BRINGEL, Breno. e PLEYERS, Geoffrey. Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, v.159, p.4-17, 2015b.

CANUTO, Antonio; SILVA, Cássia R. da; LUZ, Isolete W. (coords.) 2010 *Conflitos no campo*. Brasil 2009/ CPT (São Paulo: Expressão Popular).

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. 2ª ed. São Paulo: Paz e terra, 1999.

\_\_\_\_\_. *O Poder da Identidade..* 2ª ed. São Paulo: Paz e terra, 1999.

\_\_\_\_\_. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução de: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013.

\_\_\_\_\_. *Ruptura*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2018.

CARDOSO, Ruth. *Movimento sociais: balanço crítico*. In; SORJ, Bernardo, ALMEIDA, Maria Hermínia (orgs) *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

CARNIEL, Fagner, RUGGI, Lennita e RUGGI, Julia. *Gênero e humor nas redes sociais: a campanha contra Dilma Rousseff no Brasil*. In: *Opinião Pública* vol.24 no.3 Campinas Sept./Dec. 2018

CAULFIELD, Sueann *A dignidade humana, o direito de família e o casamento homoafetivo no brasil, 1988-2016*2017. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 179-194, jan./jun. 2017

CHAUÍ, Marilena. *As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/marilena-chauí-as-manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo/>. Data de acesso: 20 de junho de 2019.

CHOMSKI, Noam. *Occupy*. London: Peaguin Group, Pearson, 2012.

COHEN, Jean Louis. *Strategy or identity: new theoretical paradigms and contemporary social movements*. *Social Research*, v. 52, n. 4, 1985, pp. 663-716.

COLLINS, Patrícia. *Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória*. Tradução: Bianca Santana. *PARÁGRAFO*. JAN/JUN. 2017 V.5, N.1, 2017.

COMITÊ POPULAR COPA & OLIMPÍADAS RIO, 2016. Disponível em: <https://comitepopulario.wordpress.com/>. Acessado em: 10 de fevereiro de 2018.

- CORETTI, Lorenzo e PICA, Daniele: The rise and fall of collective identity in networked movements: communication protocols, Facebook, and the anti-Berlusconi protest, *Information, Communication & Society*, 18:8, 951-967, 2015.
- DOIMO, Ana Maria. *A voz e a vez do popular: participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, ANPOCS, 1995.
- DELLA PORTA, Donatella e DIANI, Mario. *Social movements: an introduction*. 2nd ed. Blackwell Publishing, 2006.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Ed. Contraponto, Rio de Janeiro, 1997.
- DIEESE. *Anuário dos trabalhadores: 2009*. 10.ed. / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. -- São Paulo: DIEESE, 2009
- DOMINGUES, José M. *A América Latina e a modernidade contemporânea: uma interpretação sociológica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Teoria crítica e (semi)periferia*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Modernidade global e civilização contemporânea. Para uma renovação da teoria crítica*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2013.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil entre o presente e o futuro. Conjuntura interna e inserção internacional*. 1 ed. – Rio de Janeiro, Mauad X, 2013.
- DOMINGUES, Petrônio. “Movimento Negro brasileiro. Alguns apontamentos históricos”. *Tempo* 12/23, UFF/Niterói, 2007.
- DRUCK, Graça. Os Sindicatos, os Movimentos Sociais e o Governo Lula: Cooptação e Resistência. In: OSAL, *Observatorio Social de America Latina*, año VI, no. 19. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina, julio, 2006.
- E.B. militante do Movimento Brasil Livre. Entrevista concedida ao NEAMP. São Paulo, jan. 2020.
- EMPLASA, 1977. "Dados e Análises dos anos 70".
- FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90 : um estudo a partir da cidade de São Paulo*. 2002. 241 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/282012>>. Acesso em: 1 ago. 2018.
- FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. In: *Bagoas*, n.04, p131-158, 2009.
- FACCHINI, Regina; CARMO, Íris Nery do; LIMA, Stephanie Pereira. *Movimentos feminista, negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos*. Revista Educação & Sociedade, vol.41, Campinas, 2020.

FERES, J. ; BARBABELA, E. ; BACHINI, N. . A Lava Jato e a Mídia. In: Feres Jr, João; Kerche, Fábio.. (Org.). Operação Lava Jato e a democracia brasileira. 1ed.São Paulo: Contracorrente, 2018, v. , p. 199-228.

FIGUEIREDO, Rubens et al., *Marketing político e persuasão eleitoral*. Org: Rubens Figueiredo et al. 2ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002.

FREEMAN, Linton. A set of measures of centrality based upon betweenness. *Sociometry*, v.40, p.35–41, 1977.

GAMSON, William. *Talking politics*. Cambridge/Nova York/Melbourne, Cambridge University Press, 1992.

GAMSON, Joshua. The Dilemmas of Identity Politics. In: GOODWIN, Jeff e JASPER, James (eds.). *The social movements reader: cases and concepts*. Blackwell Publishing, Third edition, 2015.

GERBAUDO, Paolo. Protest avatars as memetic signifiers: political profile pictures and the construction of collective identity on social media in the 2011 protest wave, *Information, Communication & Society*, 2015.

GALLOWAY, Alexander. *What can a network do?*In: *Cidadania e Redes Digitais*. Org; SILVEIRA, Sergio Amadeu. 1a ed. – São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil : Maracá – Educação e Tecnologias, 2010.

GOFFMAN, Erving. *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Boston, Northeastern University Press, 1986.

GOHN, Maria da Glória. O papel dos conselhos gestores na gestão urbana. In: *Repensando la experiencia urbana de América Latina: cuestiones, conceptos y valores*. Org. Torres Ribeiro, Ana Clara. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000.

\_\_\_\_\_. *Educação não-formal e cultura política*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. *Conselhos gestores na política social urbana e participação popular*. *Cadernos Metrôpole* n. 7, pp. 9-31, 1º sem. 2002.

\_\_\_\_\_. *Redes sociais e redes de mobilização civil no Brasil contemporâneo*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2013

\_\_\_\_\_. *Sociedade Civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs*. *Meta: Avaliação*, v. 5, n. 14, 2013.

\_\_\_\_\_. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

\_\_\_\_\_. *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo, Cortez Editora, 2017.

GOMES, Wilson. 20 Anos de Política, Estado e Democracia Digitais: Uma “cartografia” do campo (2016). In: SILVA, Sivaldo P.; BRAGATTO, Rachel C.; SAMPAIO, R. C.. (Org.). Democracia digital, comunicação política e redes: teoria e prática. 1ed. Letra & Imagem: Letra & Imagem, 2016, v. , p. 25-45.

GONDIM, Linda M. P. Movimentos sociais contemporâneos no Brasil: a face invisível das Jornadas de Junho de 2013, Polis Revista Latinoamericana [Online], 44 | 2016.

GREEN, James e QUINALHA, Renan. Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. **Editora:** EdUFSCar 2014.

GURZA LAVALLE, Adrian; HOUTZAGER, Peter e CASTELLO, Graziela. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. Lua Nova, São Paulo, 67: 49-103, 2006.

HABERMAS, Jürgen. Teoria de la acción comunicativa. Tradução para o espanhol de Manuel Jiménez Redondo. Madri: Taurus, 1981.

\_\_\_\_\_. Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

\_\_\_\_\_. Political Communication in Media Society: Does Democracy Still Enjoy an Epistemic Dimension? The Impact of Normative Theory on Empirical Research. In: Communication Theory 16 (2006) 411–426.

HAESBAERT, R.. Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: Eduff, 1997.

\_\_\_\_\_. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 169-190.

\_\_\_\_\_. Territórios alternativos. Niterói: Eduff; São Paulo: Contexto, 2002.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. A longa marcha da democracia. In: Multidão: guerra e democracia na era do império. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. Declaração: Isto não é um manifesto. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo, n-1 edições, 2014.

IPCA. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?edicao=20932&t=series-historicas>. Data de acesso: 1 de julho de 2020.

IANNI, O. A Sociedade Global. Civilização Brasileira, 1994.

IBOPE, 2017. Pesquisa de Avaliação do Governo. Evolução dos presidentes. Disponível em:

<https://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/pesquisa-cni-ibope-avaliacao-do-governo/>.  
Acessado em: 12/5/2017

INGLEHART, Ronald e WELZEL, Cristhian. Modernização, mudança cultural e democracia. São Paulo: Francis, 2009, p. 130.

JASPER, James, TRAMONTANO, Marisa e GARRY, Aidan. Scholarly Research on Collective Identities. In: The identity dilemma: social movements and collective identity. Temple University Press, 2015.

JOHNSTON, Hank e KLANDERMANS, Bert. (eds.) Social movements and culture. Volume 4: Protest & Contention. Minneapolis, University of Minnesota Press, 2004. 27

JUDENSNAIDER et al. Vinte Centavos: a luta contra o aumento. 1 ed. São Paulo: Veneta, 2013.

KAVADA, Anastasia. Creating the collective: social media, the Occupy Movement and its constitution as a collective actor, Information, Communication & Society, 18:8, 872-886, 2015.

KREGEL, J. A. Minsky's 'cushion of safety,' systemic risk and the crisis in the US subprime mortgage market. The Levy Economics Institute Public Policy Brief, n. 93. Annandale-on-Hudson, NY: Levy Economics Institute of Bard College, 2008.

LARANJEIRA, Denise, IRIART, Mirela e LUEDY, Eduardo. Arte como política de resistência: dispositivos cartográficos na apreensão de práticas culturais juvenis em uma cidade do Nordeste do Brasil. In: Revista Etnográfica volume 22 (2), 2018.

LEHER, Roberto; COUTINHO DA TRINDADE Alice; BOTELHO LINA, Jacqueline Aline y COSTA, Reginaldo 2010 "Os rumos das lutas sociais no período 2000-2010" en OSAL (Buenos Aires: CLACSO) Año XI, N° 28, noviembre.

LEMONS, André. Ciber-Cultura-Remix. In: Seminário de "Sentidos e processos", dentro da mostra de Cinético Digital. 2005. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemons/remix.pdf>. Acesso 8 mai. 2014

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo, Editora 34, 1999.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Zahar, 2018.

LOBO, Daniel Augusto Carneiro. Bolhas de ódio: O ódio como Componente Político nas Dinâmicas Interacionais Societárias Mediadas por Tecnologias de Comunicação Instantânea (TCIs). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018.

LOSEKANN, C. . Os protestos de 2013 na cidade de Vitória/ES: #Resistir, Resistir Até o Pedágio Cair!. In: Soraia Mendes da Rosa. (Org.). País mudo não muda! As manifestações de junho de 2013 na visão de quem vê o mundo para além dos muro. 1ed. Brasília: IDP, 2014, v. 1, p. 26-38.

M. Ex-militante do Movimento Passe Livre de São Paulo. Entrevista concedida a Natasha

Bachini Pereira. São Paulo, 22 maio 2018.

MANCHETÔMETRO. Disponível em: <http://www.manchetometro.com.br> Acessado em: 10 de fevereiro de 2018.

M FACEBOOK. Disponível em:

<http://www.manchetometro.com.br/index.php/category/analises/mfacebook/>. Acessado em: 10 de fevereiro de 2020.

MAIA, Rousiley. Internet e esfera civil: Limites e alcances da participação política. In: MAIA, Rousiley, GOMES, Wilson, MARQUES, Jamil. *Internet e Participação Política no Brasil*. Porto Alegre, Sulina: 2011.

MALINI, Fábio. A Batalha do Vinagre: por que o #protestoSP não teve uma, mas muitas hashtags. Labic – Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura, Vitória, 14 Jun. 2013. Disponível em <<http://www.labic.net/cartografia/a-batalha-do-vinagre-por-que-o-protestosp-nao-teve-uma-mas-muitas-hashtags/>> .Acesso em 01 Set. 2017.

\_\_\_\_\_. Um método perspectivista de análise de redes sociais: cartografando topologias e temporalidades em rede. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPOS, 25, 2016, Goiânia: UFG, 2016.

MARINGONI, Gilberto. Anos 1980, década perdida ou ganha? Desafios do desenvolvimento. IPEA, 2012 . Ano 9 . Edição 72.

MARX, Karl. Miséria de filosofia. Porto, Publicações Escorpião, 1974.

MATTONI, A.; TRERE, E. (2015) “Media ecologies and protest movements”, *Information, Communication and Society*, v.19, n.2.

MARTUCCELLI, Danilo. La individuación como macrosociología de la sociedad singularista. *Persona y Sociedad / Universidad Alberto Hurtado*, Vol. XXIV / N° 3 / 2010 / 9-29.

M.C. Ex vice-presidente da UNE. Entrevista concedida a Natasha Bachini Pereira. Rio de Janeiro, 8 out. 2018

MCGARRY, A. e JASPER, J. *The identity dilemma: social movements and collective identity*. Temple University Press, 2015.

McCARTHY, John D. e ZALD, Mayer N. Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory. *American Journal of Sociology*, Vol. 82, No. 6, 1977

MCDONALD, Kevin. From Indymedia to Anonymous: rethinking action and identity in digital cultures, *Information, Communication & Society*, 18:8, 968-982, 2015.

MANIN, Bernard. A democracia do público reconsiderada. Tradução de Otacílio Nunes. *Revista Novos Estudos: dossiê mobilizações, protestos e revoluções*. CEBRAP, novembro, 2013.

MARTUCCELLI, Danilo. La individuación como macrosociología de la sociedad

singularista. *Persona y Sociedad / Universidad Alberto Hurtado*, Vol. XXIV, Nº 3, 2010, 9-29.

MDA, SDH/PR. *Retrato da repressão política no campo. Brasil, 1962-1985. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: 2011.

MELUCCI, A. The process of collective identity. In: Johnston, H., Klandermans, B. (eds.). *Social Movements and Culture*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

\_\_\_\_\_. *Acción colectiva, vida cotidiana y democracia*. México: El Colegio de México, 1999.

\_\_\_\_\_. *Challenging codes: collective action in the information age*. Press Syndicate of the University of Cambridge, 2003.

MEMORIAS DA DITADURA, 2014. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/termos-de-uso/>. Acessado em: 31 de março de 2020.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Dimensões democráticas nas Jornadas de Junho. Reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* Vol. 33 nº 98 /2018.

MENDONÇA, Ricardo F; SIMOES, Paula. Enquadramento. Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 27 nº 79 junho/2012

MENDONÇA, Ricardo F.; ERCAN, Selen. Deliberation and protest: strange bedfellows? Revealing the deliberative potential of 2013 protests in Turkey and Brazil, *Policy Studies*, v.36, n.3, p.267-282, 2015.

MILAN, Stefania. From social movements to cloud protesting: the evolution of collective identity, *Information, Communication & Society*, 2015.

MISCHE, Anne. De estudantes a cidadãos Redes de jovens e participação política. *Revista Brasileira de Educação*, Mai/Jun/Jul/Ago Nº 5 1997.

\_\_\_\_\_. *Partisan publics: Communication and contention across Brazilian youth activist network*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2008. 433 p.

\_\_\_\_\_. *Movimentos sociais, partidos políticos e análise de redes*. Entrevista realizada por Catalina Zambrano, Gabriela Martins e Rafael de Souza. *PLURAL*, Revista do Programa de Pós- Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.22.1, 2015, p.131- 141

N.M. Moradora e militante da Vila Autódromo. Entrevista concedida a Natasha Bachini Pereira. Rio de Janeiro, 8 out. 2018.

MONTERDE, A. e TORET, Javier. 15M: Acontecimiento, emociones colectivas y movimientos en red. *Vanguardia Dossier n/50: El poder de las redes sociales*. Enero-Marzo, 2014.

MONTERDE, A; CALLEJA-LOPEZ, Antonio; AGUILERA, Miguel; BARANDIARAN, Xabier; POSTILL, Josh. *Multitudinous identities: a qualitative and network analysis of the*

15M collective identity. *Information, Communication & Society*, 18:8, 930-950, 2015.

MOROZOV, E. The brave new world of slacktivism. *Foreign Policy*, 19 (5), 2009.

NAUJORKS, Carlos José; Marcelo Kunrath SILVA. Correspondência identitária e engajamento militante. *Civitas*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 136-152, jan.-mar. 2016.

NERI, Marcelo. "Miséria, desigualdade e políticas de renda: o Real do Lula", 2007. Disponível em: [https://www.cps.fgv.br/cps/pesquisas/site\\_ret\\_port/](https://www.cps.fgv.br/cps/pesquisas/site_ret_port/). Acessado em: 1 e junho de 2020.

NUNES, Rodrigo. Todo lado tem dois lados. *Revista Serrote*, Edição especial de quarentena, Junho, 2020. Disponível em: <https://www.revistaserrote.com.br/2020/06/todo-lado-tem-dois-lados-por-rodrigo-nunes/>. Data de acesso: 1/7/2020.

OLIVA, Diego. "Se eu grito e o governo não escuta, vamos quebrar": a instrumentalização política da violência a partir da atuação da tática black bloc no Brasil pós Junho de 2013. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

OPSAHL, Tore; AGNEESSENS, Filip; SKVORETZ, John. Node centrality in weighted networks: generalizing degree and shortest paths. *Social Networks*, v.32, n.3, p.245-251, 2010.

PARISER, Eli. *The Filter Bubble: What The Internet Is Hiding From You*. Penguin UK, 2011

PÃUNA, Ana Maria Raluca e TUREAC, Cornelia. The Importance of Communication and Information Securement. *Cambridge Analytica Case*. EIRP Proceedings, Vol 13 (2018)

PENTEADO, Claudio; BACHINI, Natasha e FIACADORI, Giuliana. O Planalto em disputa no Facebook: um estudo dos perfis de Dilma Rousseff e Aécio Neves nas eleições de 2014. In: Cervi, Emerson U; Massuchin, Michele G; Carvalho, Fernanda C de (org.) *Internet e Eleições no Brasil*. Curitiba: CPOP (grupo de pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública), 2016. 430 p. 1ª edição. E-book versão PDF.

PEREIRA, Matheus Mazzilli e SILVA, Marcelo Kunrath. O dilema do enquadramento interpretativo: o caso das interações entre o movimento dos direitos animais e a grande mídia. *Sociedade e Estado*. vol.32 no.1 Brasília Jan./Apr. 2017.

PIMENTEL, Tiago; SILVEIRA, Sergio. Cartografia de espaços híbridos: as manifestações de Junho de 2013. *Carta Potiguar*, 31. Jul 2013. Disponível em <<http://www.cartapotiguar.com.br/2013/07/31/cartografia-de-espacos-hibridos-as-manifestacoes-de-junho-de-2013>>. Acesso em 01 Set. 2017.

PINHEIRO-MACHADO, R. e SCALCO, L. Da esperança ao ódio: a juventude periférica bolsonarista. In: SOLANO, Esther et al. (Ed.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. Boitempo Editorial, 2018.

PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos sociais 2011: estamos frente a uma nova forma de fazer política? In: GOHN, Maria da Glória, BRINGEL, Breno (2012) *Movimentos Sociais na*

era global. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012

R. Militante da Mídia Ninja. Entrevista concedida a Natasha Bachini Pereira. Rio de Janeiro, 24 abr. 2018.

RANCIÈRE, JACQUES. O ódio à democracia. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

REDE DE INFORMAÇÕES ANARQUISTAS. Entrevista concedida a Natasha Bachini Pereira. Rio de Janeiro, 5 jul. 2018.

RHEINGOLD, Howard. Multitudes inteligentes. La próxima revolución social. Barcelona: Gedisa, 2004.

RICCI, Rudá. “Lulismo: da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

RIOS, Flavia. Elite política negra no Brasil. Tese apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2014.

ROSSIAUD, Jean; SCHERER-WARREN, Ilse. *A democratização inacabável*: as memórias do futuro. Petrópolis: Vozes, 2000.

RYAN, Charlotte e GAMSON, Willian. Are frames enough? In: *The Social Movements Reader: Cases and Concepts*. Third Edition. GOOWIN, Jeff e JASPER, James. John Wiley & Sons, Ltd, 2015.

SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SALLUM JR., Brasílio. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 11 (2): 23-47, out. 1999 (editado em fev. 2000)

SALLUM JR., Brasílio w GOULART, Jefferson O. O Estado brasileiro contemporâneo: liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula. *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2016, vol.24, n.60, pp.115-135.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Esquerdas do mundo, uni-vos!*. São Paulo: Boitempo, 2018. 87p.

SANTOS, Fabiano. *Escolhas Institucionais e Transição por Transação: Sistemas Políticos de Brasil e Espanha em Perspectiva Comparada*. Dados vol.43 no.4 Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. Do protesto ao plebiscito: uma avaliação crítica da conjuntura brasileira. *Revista Novos Estudos: dossiê mobilizações, protestos e revoluções*. CEBRAP, novembro, 2013.

SANTOS, Allan Carlos dos. Os “Memes do MBL” e a Vinculação de Públicos Afetivos em Rede durante o Impeachment de Dilma Rousseff/ Allan Carlos dos Santos. – Rio de Janeiro, 2019. 141 f.

\_\_\_\_\_. A circulação de memes eróticos da Dilma: vinculando públicos afetivos e fortalecendo fronteiras simbólicas no contexto do impeachment. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Recepção, Circulação e Usos Sociais das Mídias do XXVIII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul,

Porto Alegre - RS, 11 a 14 de junho de 2019.

SARTORI, Giovanni. Homo-videns – Televisão e pós-pensamento, Bauru, Edusc, 2001.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis, Ed. UFSC, 1987

\_\_\_\_\_. Redes de movimentos sociais. São Paulo: Loyola/Centro João XXIII, 1993.

\_\_\_\_\_. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo. História: debate e tendências. V.7 – n.1, jan-jul/2007. Publicado o 2º. Sem.2008.

SEGURADO, Rosemary ; BACHINI, N. ; MALINA, P. . Os movimentos sociais e a internet: a apropriação política do Facebook durante as Jornadas de Junho. In: Vera Chaia; Cláudio Coelho; Rodrigo de Carvalho. (Org.). Mídia e Política: estudos sobre a democracia e os meios de comunicação no Brasil. 1ed.São Paulo: Anita Garibaldi, 2015, v. 1, p. 1-233.

SEGURADO, Rosemary, BACHINI, Natasha, MALINA, CHICARINO, Tathiana. Podemos: a relação entre partido e movimento e entre liderança e protagonismo. Anais do XII Encontro da ANPOCS. Caxambu-MG, 2015.

SHARE, Donald e MAINWARING, Scott. (1986), "Transição pela Transação: Democratização no Brasil e na Espanha". *Dados*, vol. 29, n° 2, pp. 207-236.

SIBILIA, Paula. O show do eu: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.

SINGER, Andre. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. Novos estudos CEBRAP no.85 São Paulo 2009.

SINGER, A. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. Novos estudos - CEBRAP, n. 97, 2013.

SILVA, Marcelo Kunrath. #vemprarua: o ciclo de protestos de 2013 como expressão de um novo padrão de mobilização contestatária? In: CATTANI, Antoni. #protestos: análises das ciências sociais. Porto Alegre, Tomo Editorial, 2014.

SILVA, Marcelo Kunrath; CONTANDA, Fernando Coutinho E PEREIRA, Matheus Mazzilli. Interpretação e ação coletiva: o “enquadramento interpretativo” no estudo de movimentos sociais. Revista Sociologia e Política, v. 25, n. 61, p. 143-164, mar. 2017.

SILVA, Roselene Cássia de Alencar e CARADE, Hildon Oliveira Santiago. Nós por nós”: visibilidade e politização entre a juventude da periferia de Salvador. PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.25.2, 2018, p.46-62.

SILVA, A.; SILVA, C.; BONFIM, J.; LIMA, L.; MESQUITA, M. Juventudes, gênero e sexualidade: a ação política dos movimentos sociais. In: Revista Polis e Psique 8(2): 93 – 117, 2018.

SKIDIMORE, Thomas. Brasil : de Castelo a Tancredo (1964-1985). Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988. 1 v.

SOARES, J. e STORM, B. Forget in a Flash: A Further Investigation of the Photo-Taking-Impairment Effect. In: Journal of Applied Research in Memory and Cognition. Volume 7, Issue 1, March 2018, Pages 154-160.

SOLANO, Esther et al. (Ed.). O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. Boitempo Editorial, 2018.

SOUSA, Ícaro Joathan de. Adversários face a face: uma análise da campanha negativa promovida por Dilma Rousseff e Aécio Neves no Facebook durante as eleições de 2014–2015. 252 f.

SOUZA, Jessé. A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SOUZA, Jessé. Para Jessé Souza, golpe nasceu em junho de 2013. Entrevista concedida a Lilian Milena. Jornal GGN, setembro de 2016. Disponível em: <https://jornalggm.com.br/na-sala-de-visitas-com-luis-nassif/para-jesse-souza-golpe-nasceu-em-junho-de-2013/>

SNOW, David A., E. Burke Rochford Jr., Steven K. Worden, and Robert D. Benford. Frame Alignment Processes, Micromobilization and Movement Participation. American Sociological Review 51:456-81, 1986.

SNOW, David. Collective Identity and Expressive Forms. Escholarship University of California, 2001. Permalink: <http://escholarship.org/uc/item/2zn1t7bj>.

SVAMPA, Maristella. Del Cambio de época al fin de ciclo. Gobiernos progresistas, extractivismo, movimientos sociales en América Latina, Buenos aires, Edhasa, 2017.

TARROW, Sidney. El poder en movimiento: los movimientos sociales, la acción colectiva y la política. Madri, Alianza, 1997.

TAVARES, Francisco Mata Machado; RORIZ, João Henrique Ribeiro; OLIVEIRA, Ian Caetano de. As jornadas de maio em Goiânia: para além de uma visão sudestecêntrica do junho brasileiro em 2013. *Opin. Publica* [online]. 2016, vol.22, n.1, pp.140-166.

TELES, Maria Amélia de Almeida “O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar”. RIDH, v. 2, n. 2014.

TORET, Javier. Una mirada tecnopolítica sobre los primeros días del #15M. Comunicacion y Sociedad Civil, 2012.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. A crise do sistema financeiro globalizado contemporâneo. Revista de Economia Política 34 (3), 2014.

TOURAINÉ, Alain. Palavra e sangue. Política e sociedade na América Latina. Campinas: Ed. Unicamp, 1989a.

\_\_\_\_\_. Os novos conflitos sociais. Para evitar mal-entendidos. Lua Nova, no 17, junho, pp. 5-18, 1989b.

TRERÉ, Emiliano (2015): Reclaiming, proclaiming, and maintaining collective identity in the #YoSoy132 movement in Mexico: an examination of digital frontstage and backstage activism through social media and instant messaging platforms, *Information, Communication & Society*, DOI: 10.1080/1369118X.2015.1043744

T.T. Militante do Partido dos Trabalhadores e da Marcha Mundial das Mulheres). Entrevista concedida a Natasha Bachini Pereira. Rio de Janeiro, 25 abr. 2018.

VALENTE, Rubens. Os fuzis e as flechas : história de sangue e resistência indígena na ditadura – 1a ed. – São Paulo: **Companhia das Letras**, 2017.

UGARTE, David de. O poder das redes. Manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas chamadas a praticar o ciberativismo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. 116 p.

VIRILIO, Paul. O espaço crítico. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1993.

WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. Tradução de M. Irene Szmrecsanyi e Tamás Szmrecsanyi. 2. Ed. Rev. – São Paulo: Cengage Learning, 2009.

WRAY, Stefan. Electronic Civil Disobedience and the World Wide Web of Hacktivism: a mapping of extraparliamentarian direct action net politics, 1998. Disponível em:<<http://switch.sjsu.edu/web/v4n2/stefan>>. Acesso 04 jan. 2013.

Z. Militante do Movimento Passe Livre do Rio de Janeiro. Entrevista concedida a Natasha Bachini Pereira. Rio de Janeiro, 29 set. 2018.

## ANEXO A – Questionário para entrevista semiestruturada com os atores dos protestos

### 1. Dados da organização (quando se aplicar)

- 1) Nome
- 2) Tempo de existência
- 3) Área de atuação
- 4) História
- 5) Posicionamento político (se houver)

### 2) Informações pessoais

- 1) Nome (esta informação será alterada ou ocultada quando divulgada a pesquisa, para não expor os participantes)
- 2) Idade
- 3) Ocupação
- 4) Em qual classe você acha que se situa: A (renda mensal: + de 15 salários mínimos) / B – (renda mensal: de 5 a 15 salários mínimos) / C- (renda mensal: de 3 a 5 salários mínimos)/ D- (renda mensal: de 1 a 3 salários mínimos) / E- renda mensal: até 1 salário mínimo)
- 5) Milita em alguma organização de movimento social, coletivo ou partido político? Qual?
- 6) Qual é a sua posição política (direita/centro/esquerda/nenhuma)? Você se identifica com alguma luta, causa ou discurso? Explique.

### 3) Percepções políticas

- 1) Qual era a sua visão sobre o cenário político nacional em 2013? E o internacional?
- 2) Como você(s) soube(ram) dos protestos em 2013? Por que se iniciaram? Qual era a causa reivindicada ou que provocava a indignação das pessoas?
- 3) O que levou (ou não) você(s) às ruas e a se juntar aos manifestantes? O que te(lhes) motivou?
- 4) O que mais te(lhes) chamou a atenção ou impressionou durante os protestos?
- 5) O que você(s) sentiu(ram) ao participar (ou não) dos protestos? Você(s) se sentiu(ram) parte daquele processo?
- 6) Quais atores se destacaram nos protestos que você(s) participou(ram)?
- 7) Você(s) percebeu conexões com atores internacionais?
- 8) Você(s) participou(ram) de outros protestos após aquela data? Quais eram as causas desses protestos posteriores?
- 9) Qual sua visão sobre os desdobramentos dos protestos? O movimento alcançou seus objetivos?
- 10) Qual é a sua visão sobre o cenário político atual? Você(s) vê(em) conexões entre os acontecimentos de 2013 e os de agora?
- 11) O que você(s) entende por ação coletiva? Você(s) a considera(m) importante? Por que?

## ANEXO B - Páginas monitoradas pelo Projeto M Facebook (1)

	<b>Páginas</b>
1	MCC - Movimento Contra Corrupção
2	Vem Pra Rua Brasil
3	Partido Anti-PT
4	Juiz Sergio Moro - O Brasil está com você
5	Juventude Contra Corrupção
6	Deboas na Revolução
7	Pragmatismo Político
8	Ranking dos Políticos
9	Conversa Afiada Oficial
10	FORA Corrupção
11	Adilson Barroso - Ambientalista
12	Jair Messias Bolsonaro
13	Marco Feliciano
14	Aécio Neves
15	Dilma Rousseff
16	Lula
17	João Doria
18	Romário Faria
19	MBL - Movimento Brasil Livre
20	Marina Silva
21	Rede Globo
22	Portal R7
23	SBT
24	G1 - O Portal de Notícias da Globo
25	Record TV
26	Catraca Livre
27	Folha de S.Paulo
28	UOL
29	METROPOLITANA FM
30	VEJA
31	Exército Brasileiro
32	Ministério da Educação - MEC
33	Senado Federal
34	Polícia Federal - PF
35	Parada pela Vida
36	Ministério da Saúde
37	Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
38	Ministério da Justiça e Segurança Pública
39	Marinha do Brasil
40	Superior Tribunal de Justiça (STJ)

## ANEXO C – Páginas monitoradas pelo Projeto M Facebook (2)

	<b>Páginas</b>
1	Rede Globo
2	Portal R7
3	SBT
4	G1 - O Portal de Notícias da Globo
5	Record TV
6	Catraca Livre
7	Adilson Barroso - Ambientalista
8	UOL
9	VEJA
10	O Globo
11	Jair Messias Bolsonaro
12	Terra
13	Marco Feliciano
14	Exame
15	Aécio Neves
16	Exército Brasileiro
17	Estadão
18	Lula
19	MCC - Movimento Contra Corrupção
20	Ministério da Educação - MEC
21	RedeTV!
22	Senado Federal
23	Dilma Rousseff
24	MBL - Movimento Brasil Livre
25	Polícia Federal - PF
26	Romário Faria
27	João Doria
28	Época
29	Revista ISTOÉ
30	Marina Silva
31	Ministério da Saúde
32	Parada pela Vida
33	Vem Pra Rua Brasil
34	NOVO 30
35	Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
36	Mídia Ninja
37	Ministério da Justiça
38	Partido Anti-PT
39	Marinha do Brasil
40	Juiz Sergio Moro - O Brasil está com você

41	Juventude Contra Corrupção
42	Superior Tribunal de Justiça (STJ)
43	João Amoêdo
44	Ranking dos Políticos
45	PT - Partido dos Trabalhadores
46	Deboas na Revolução
47	PSDB
48	Alvaro Dias
49	Pragmatismo Político
50	Geraldo Alckmin
51	Planalto
52	Conversa Afiada Oficial
53	Manuela D'Ávila
54	Anthony Garotinho
55	Kim Kataguiri
56	Band
57	Fora Temer
58	Ana Amélia Lemos
59	Governo do Estado de São Paulo
60	Política na Rede
61	Prefeitura do Rio de Janeiro
62	Governo do Estado do Rio de Janeiro
63	PSOL 50
64	Jusbrasil
65	Canal da Direita
66	Falando Verdades
67	Prefeitura de São Paulo
68	Fernando Haddad
69	UNE - União Nacional dos Estudantes
70	Guilherme Boulos
71	MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
72	Câmara dos Deputados
73	Ciro Gomes
74	Passe Livre São Paulo
75	Fiesp
76	Paulo Skaf
77	Professor Christian
78	Política no Face II
79	PCdoB - Partido Comunista do Brasil
80	PROS Nacional
81	Humans of Protesto
82	Levy Fidelix

83	Eduardo Jorge
84	Deputado Cabo Daciolo
85	Henrique Meirelles
86	CUT Brasil
87	REDE Sustentabilidade
88	PSB Nacional 40
89	Escola Sem Partido
90	Democratas
91	Eduardo Paes
92	PSC Nacional
93	MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
94	PRB Nacional
95	Tarcísio Motta
96	Partido Comunista Brasileiro - PCB
97	Partido Verde
98	Kátia Abreu
99	Rodrigo Maia
100	Marcia Tiburi
101	Votenaweb
102	MDB Nacional
103	PSD
104	Patriota 51
105	Rogério Chequer
106	Aldo Rebelo
107	PSTU Nacional
108	PDT Nacional
109	Márcio França
110	Índio da Costa
111	Solidariedade
112	Luiz Marinho
113	Marcha Mundial das Mulheres
114	Rodrigo Garcia
115	Paulo Rabello
116	PCO - Partido da Causa Operária
117	Sonia Guajajara
118	Intervozes
119	Marcelo Delaroli
120	Leonardo Giordano
121	Comte Bittencourt
122	Progressistas
123	PPS - Partido Popular Socialista
124	Wilson Witzel

125	Podemos 19
126	Partido Social Liberal- PSL
127	PRTB
128	Pedro Fernandes
129	Vera
130	Zaqueu Teixeira
131	Eliane Nikoluk
132	PTB Nacional
133	Eymael
134	Cláudio Castro
135	PHS - Partido Humanista da Solidariedade
136	Germano Rigotto
137	Partido da Mulher Brasileira - PMB
138	Brasil SEM ideologia de gênero
139	Partido da República
140	Professora Lisete
141	PRP Nacional
142	Rubem Cesar Fernandes
143	Democracia Cristã Nacional
144	Dr. Julianelli
145	Avante 70
146	João Goulart Filho
147	Rodrigo Tavares
148	PMN
149	PPL
150	Ivanete Silva
151	general Hamilton Mourão
152	Miro Teixeira
153	Maurício Costa
154	Ana Bock
155	PTC